

PEAS

2016-2019

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO • SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Plano Estadual de Assistência Social
do Estado de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PEAS 2016-2019

Plano Estadual de Assistência Social
do Estado de São Paulo





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERALDO ALCKMIN
Governador do Estado de São Paulo

MÁRCIO FRANÇA
Vice-Governador do Estado de São Paulo

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO
Secretário de Estado de Governo

FLORIANO PESARO
Secretário de Estado de Desenvolvimento Social



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS)
Rua Bela Cintra, 1.032 - Cerqueira César - São Paulo /SP
CEP: 01415-000
Pabx: (11) 2763-8000
www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDS)**

SECRETÁRIO ADJUNTO
Felipe Sartori Sigollo

CHEFE DE GABINETE
Mendy Tal

**ASSESSORA ESPECIAL DE COORDENAÇÃO
DA POLÍTICA PÚBLICA**
Maria do Carmo Brant Carvalho

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Maria do Carmo Brant Carvalho
Marina Amadeu Batista Bragante
Camila Jorge do Amaral

COORDENADORA DE AÇÃO SOCIAL
Marina Amadeu Batista Bragante

COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Lígia Rosa de Rezende Pimenta

**COORDENADORA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO**
Gleuda Simone Teixeira Apolinário

**COORDENADORA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL**
Rita de Cássia Quadros Dalmaso

COORDENADOR DE GESTÃO ESTRATÉGICA
João Rafael Calvo da Silva

**COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS
E CONVÊNIOS**
Ricardo Wagner Gomes Felleger

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Maria Isabel Lopes da Cunha Soares

DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS)

DRADS ALTA NOROESTE - ARAÇATUBA
Martha Helena Pimenta

DRADS ALTA PAULISTA - DRACENA
Rejane de Menezes Sanchez

DRADS ALTA SOROCABANA - PRESIDENTE PRUDENTE
Mariane Delatin Rodrigues Ito

DRADS ARARAQUARA
Maciel dos Santos Rocha

DRADS AVARÉ
Elza Castilho Albuquerque

DRADS BAIXADA SANTISTA - SANTOS
Jucimara Dias Araújo Rodrigues

DRADS BARRETOS
Márcia Aparecida Muzetti
DRADS BAURU
Maria Moreno Perroni

DRADS BOTUCATU
Sueli Isabel Tamelini

DRADS CAMPINAS
Laura Maria Contador Rodrigues da Silva

DRADS CAPITAL - SÃO PAULO
Camille Soares de Aguiar

DRADS FERNANDÓPOLIS
Flavia Cristiane Gonçalves Resende (2015)
Meire Regina de Azevedo e Silva (2016)

DRADS FRANCA
Vânia Cristina Baldochi Malta

DRADS GRANDE SP - ABC
Wagner Shiguenobu Kuroiwa

DRADS GRANDE SP LESTE - MOGI DAS CRUZES
José Rezende Filho

DRADS GRANDE SP NORTE - GUARULHOS
Maria Angélica de Sena Manso Pontes

DRADS GRANDE SP OESTE - OSASCO
Alexandre Gavriloff

DRADS ITAPEVA
Luciano Oller Oliveira (2015)
Lucicleia de Siqueira Rodrigues Schreiner (2016)

DRADS MARÍLIA
Paulo Jorge de Oliveira Alves (2015)
Rosimeiri Livero Audi de Aguiar (2016)

DRADS MOGIANA - SÃO JOÃO DA BOA VISTA
Edjalma de Lima Vala

DRADS PIRACICABA
Maria Aparecida Ribeiro Germek

DRADS RIBEIRÃO PRETO
Delvita Pereira Alves

DRADS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Silvia Maria de Castilho Laguna

DRADS SOROCABA
Jorge Latuf Filho

DRADS VALE DO PARAÍBA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Maria Aparecida Silva de Matos

DRADS VALE DO RIBEIRA - REGISTRO
Ana Lourdes Fidelis de Oliveira

CONSELHO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Nicole Marianne de Paula Ferraz Hoedemaker

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO
Henrique Rubens Jerozolimski

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**
Vitor Benez Pegler

COLABORADORES PEAS 2016 -2019

**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE (Condeca)**
Renata Aparecida Ferreira

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Conseas)
Marly Pulini da Costa
Maria Michele Nascimento Dodó
Marcos Antônio Muniz de Souza
Wagner Carneiro de Santana

COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL (CAS)
Adriana Scatena Raposo
Ana Paula Souza Romeu
Camila Jorge do Amaral
Cristiane Lamin Souza Aguiar
Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva
Elaine Cristina Silva de Moura
Fábio Celestino da Silva
Juliana Oliveira dos Santos
Luciana Bolognini Ferreira Machado
Marcos Freitas de Souza
Maria de Fátima Nassif
Mariana Froes Bernardi de Souza
Marina Marinho de Azevedo
Nazira Levy Brudnewski
Salete Dobrev
Tatiana Amendola Barbosa Lima Didion (Dir.)
Tatiâne Sousa Magalhães (Dir.)

**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS
E CONVÊNIOS (CAFC)**
Andreia Marcia C. Rangel
Dionina Magalhães
Roseli Rocha da Cruz
Silvio Aparecido Ribeiro
Vanice Ferrão Lagonegro

**COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL (CDS)**
Arlete Felicio Graciano Fernandes
Beatriz Aparecida Moreira
Bruna Godoy
Fabiana Tock
Felicidade dos Santos Pereira (Dir.)
Heder Cláudio Augusto de Sousa
Henrique Oswaldo Pabst
Isabel Cristina Carretero Verginio Martin
Leonardo Spicacci Campos
Marina Pan Chacon Liberman
Marly Lautenschlager Cortez Alves
Paola Appolinário Pastrello
Paulo Salton Filho
Sueli Barros Pereira
Vanessa Mesquita dos Santos
Yara Savine (Dir.)

COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (CGE)
Antonia Pereira de Oliveira
Guilherme Guimarães Pallerosi
João Jorge Dér Filho (Dir.)
Liliana Millan de Brito
Nayara de Souza Araujo
Priscila de Souza
Shirley Dantas

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS (COED)
Claudemir Lucio Moraes dos Santos
Daniel S. Wajss

Márcia Francine
Maria Shirabayashi de Castro Porto
Pamela Leonardo
Roma Pitombo Di Monaco
Silvana Maiéski
Taciana Machado Pelissaro

**COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL (COSAN)**
Paulo Roberto Uehara (Dir.)
Renata Prado de Lima Lopes
Themis Alvares Franco Kleiber (Dir.)

**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL (DCI)**
Fátima Brito
Fernanda Higa

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)
Benedito do Nascimento
Gislaine Sinfronio da Costa (Dir.)
Maria Lúcia Pereira Azevedo
Murilo Lemos de Lemos

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (EDESP)
André Luiz Machado de Lima
Cláudia Barone Diniz

GABINETE
Carla C. Chiamareli
Maria Rita Ramalho Rondani

**DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS)**
DRADS ALTA NOROESTE
Carmen Simira Mantovani
Maria Andréa Bracale
Maria José de Almeida (Dir. NUCON)
Rosana Saran (Dir. NUASU)

DRADS ALTA PAULISTA
Esmeralda Hissami Sato
Juliana Naomi Yamashita
Lucimara Dias da Silva (Dir. NUCON)
Maria Bernardete dos Santos Torres
Mirian Rodriguês de Melo (Dir. NUASU)

DRADS ALTA SOROCABA
Adriana Lourenço de Almeida Azevedo
Eloize Teixeira Olivetti (Dir. NUCON)
Marilze do Amaral Roman Corral (Dir. NUASU)
Patrícia Esteves
Rosana Maria da Fonseca

DRADS ARARAQUARA
Béria Cristina da Silveira Silva
Paulo Albano Filho (Dir. NUASU)

DRADS AVARÉ
Aline Maria de Oliveira Prado
Andréia Aparecida de Oliveira
Elaine Alves
Maria do Carmo Lopes de Almeida Góes (Dir. NUASU)
Regina de Almeida Lima Correia (Dir. NUCON)

DRADS BAIXADA SANTISTA
Denise Bocchini
Janice Ap. O. de Moraes (Dir. NUCON)
Juliana Silva Vieira

Naiara Carneiro Teixeira
Vera Teresa Alves Palavincini dos Santos

DRADS BARRETOS

Eduardo Rodrigues de Souza
Maria Izildinha Dias Dionisio (Dir. NUASU)
Silvia de Almeida Barros Botacini (Dir. NUCON)

DRADS BAURU
Maria Perpétua Brandão Farias (Dir. NUASU)
Marília de Cássia dos Santos

DRADS BOTUCATU
Cleide Regina Delgado (Dir. NUASU)
Cristina Valéria Vernini dos Reis
Fernanda Aparecida Percário

DRADS CAMPINAS
Ana Cristina Obata
Elaine Aparecida Empke (Dir. NUASU)
Rodrigo José Barbosa Ramos

DRADS CAPITAL – SÃO PAULO
Nádia Marassatti Martins

DRADS FERNANDÓPOLIS
Márcia Fernanda Infante
Natalia Martins Del Grossi (Dir. NUASU)
Rosana Cardoso
Vanessa Kessi Furlanetto

DRADS FRANCA
Ana Lúcia Costa Jacinto (Dir. NUCON)
Renata Fernandes
Talismara Guilherme Molina
Tatiana Roberta Borges Martins (Dir. NUASU)

DRADS GRANDE SP - ABC
Daniele Cangussu Mello Ferreira (Dir. NUCON)
Mauralis da Silva Selan (Dir. NUASU)

DRADS GRANDE SP LESTE
Abrahão Mendes Carvalho
Adriana Santos da Rocha Loures
Cláudia Braz Marzagão
Edson de Oliveira Torres
Elaine Cristina Loureiro (Dir. NUCON)
Viviane Fátima Lima Teixeira (Dir. NUASU)

DRADS GRANDE SP NORTE
Aparecida Sandra Fabri (Dir. NUASU)
Maria Aparecida Pereira Kashigura
Regina Célia Duarte (Dir. NUCON)

DRADS GRANDE SP OESTE
Carlos Barbalarga
Fabiano Quirino da Silva (Dir. NUASU)
Francisca Maria de Alencar (Dir. NUCON)
José Raimundo de Souza
Sara Raquel Queiroz

DRADS ITAPEVA
Franciele Rosana Almeida Reki Panaino (Dir. NUASU)
Milena Rolim
Rosana Moya Fragão Silva
Talita Vitorino Felipe Jorge Almeida
Yaloê Ohana Pereira
José Carlos dos Santos Filho (Dir. NUCON)
Milena Rolim

DRADS MARÍLIA
Célia Batista de Melo Jorge
Dora Selma Marcolongo
Ednete Rodrigues da Silva
Margarete Pereira de Araujo (Dir. NUASU)
Paulo Henrique Bonfim Xavier
Sílvia Regina Barboza Garrossino

DRADS MOGIANA
Agnaldo Muniz Pacheco (Dir. NUCON)
Lucilene Aparecida Fiusa Potge (Dir. NUASU)

DRADS PIRACICABA
Marli Aparecida Gomes Lopes (Dir. NUCON)
Paulo Emílio de Carvalho

DRADS RIBEIRÃO PRETO
Socorro Viviane Batista Benedito (Dir. NUASU)

DRADS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Carla Elisa Chaves Ferreira da Silva (Dir. NUCON)
Carlos Roberto Alves de Almeida
Clarice Frenhi Tamboni
Eliana Borges Gonçalves Rodrigues da Silva
Gláucia Soares de Oliveira
Luciane Bacon de Matos
Micheli Derengowski Pina (Dir. NUASU)

DRADS SOROCABA
Jomara Tadea Ribeiro
Mércia Geni Nazário
Naiana Godinho Monteiro de Castro
Sandra Lucia Favinque (Dir. NUCON)
Sandra Regina Ferreira de Lara
Sonia Maria de Carvalho (Dir. NUASU)
Sonia Maria Sancanari

DRADS VALE DO PARAÍBA
Rose de Cássia Erthal
Sueli Leite da Silva

DRADS VALE DO RIBEIRA
Joana Sawa
Sonia Regina Morato
Vanessa Cristina Aparecida de Oliveira Barbosa
Virginia Lúcia Olivia Cardoso Morais (Dir. NUASU)

APOIO TÉCNICO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO (FIA)
Coordenador do Projeto
Helio Janny Teixeira

EQUIPE TÉCNICA
Adolpho Walter Pimazoni Canton
Alessandra de Álvila Montini
Alex Fabiano de Toledo
Dulce de Albuquerque Moysiadis
Helio B. Costa
Iracema Nehmi
Luiz Patrício Cintra do Prado Filho
Maria Odeth P. de Almeida Teixeira
Mariana Ferreti Lippi
Moisés Fernandes Oliveira
Solange Maria Santana
Sueli Komatsu
Yara Cunha Costa
Renato de Moraes Campos (Estagiário)

► APRESENTAÇÃO

O PEAS 2016-2019 foi elaborado a partir de um processo colaborativo, no qual os servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) foram coautores. Destacamos também o engajamento do Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas) e da Associação da Frente Paulista dos Dirigentes Públicos Municipais da Assistência Social.

Trata-se de um documento de apoio à gestão estratégica, elaborado de acordo com o que preveem e determinam a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Além disso, em nossa concepção, a elaboração do PEAS não representa apenas a obediência à legislação da assistência, mas uma possibilidade de construção conjunta. Assim, o conteúdo apresentado não resulta de qualquer burocracia ou norma impessoal, mas da experiência viva dos nossos servidores. A construção coletiva do PEAS 2016-2019 impõe que seu sucesso resulte do empenho de todos!

Tratar de planejamento implica refletir sobre diretrizes e, neste ponto, cabe ressaltar que cada uma das metas e ações apresentadas neste documento teve como fundamento a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A SEDS entende o PEAS 2016-2019 como um instrumento fundamental para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social e peça-chave para o controle social.

Assim, os conceitos de gestão descentralizada, democrática, transparente e participativa preconizados pela Política Nacional de Assistência Social foram os alicerces para o processo de planejamento adotado.

As proposições que constam deste documento também foram concebidas com base em três princípios norteadores. Primeiro, o entendimento de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, que transcende a ausência de renda e se manifesta em um conjunto de privações de bens, serviços e oportunidades. Seu enfrentamento é, portanto, missão de todas as esferas de governo e demanda intervenções simultâneas e integradas, sobretudo no campo da assistência social, habitação, educação, trabalho e renda. O fenômeno da pobreza se materializa com características próprias em cada uma de nossas cidades; é no território que se manifesta e se reproduz. Estamos convictos de que o fortalecimento dos municípios e das redes locais são pilares para a consumação de um Estado mais equânime e justo.

Um segundo princípio refere-se à gestão integrada. O PEAS 2016-2019 assegura em suas ações o alinhamento do trabalho de coordenadorias e diretorias regionais. Fomentar a intersetorialidade e a focalização das nossas ações, mais do que uma prerrogativa, foram escolhas deliberadas.

Finalmente, temos a unificação dos cadastros como último princípio norteador. O presente documento assume a meta de que todos os programas e ações da SEDS foquem as famílias inseridas no Cadastro Único (CadÚnico), prioritariamente com renda mensal menor ou igual a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita*. O uso deste sistema permitirá maior efetividade do Estado e seus municípios, além de ser importante para o fortalecimento do SUAS.

Em resumo, a SEDS tem o papel de conduzir programas promotores de acesso e defesa de direitos e também de cofinanciar, monitorar, orientar, analisar e avaliar os resultados obtidos pelos municípios na área de assistência social. Para tanto, faz-se necessário acatar os referenciais teóricos já estabelecidos pelo SUAS e implementar metodologias e sistemas sobre os temas ligados à gestão, monitoramento e avaliação, sempre com vistas a uma administração sensível às demandas locais e às deliberações dos órgãos de controle social vinculados à SEDS.

Assim, o PEAS 2016-2019 consolidou estratégias de fortalecimento da rede socioassistencial e também se debruçou na tarefa de implementar ações que fortaleçam a gestão do trabalho na assistência social. Nesse sentido, buscamos a recomposição da força de trabalho da SEDS, além da ampliação do diálogo e da participação democrática na gestão do trabalho, conforme deliberado nas conferências e preconizado pela NOB/RH do SUAS.

Acreditamos que o fortalecimento da rede socioassistencial e o empoderamento dos servidores que nela atuam são peças fundamentais para a construção de um Estado justo e democrático.

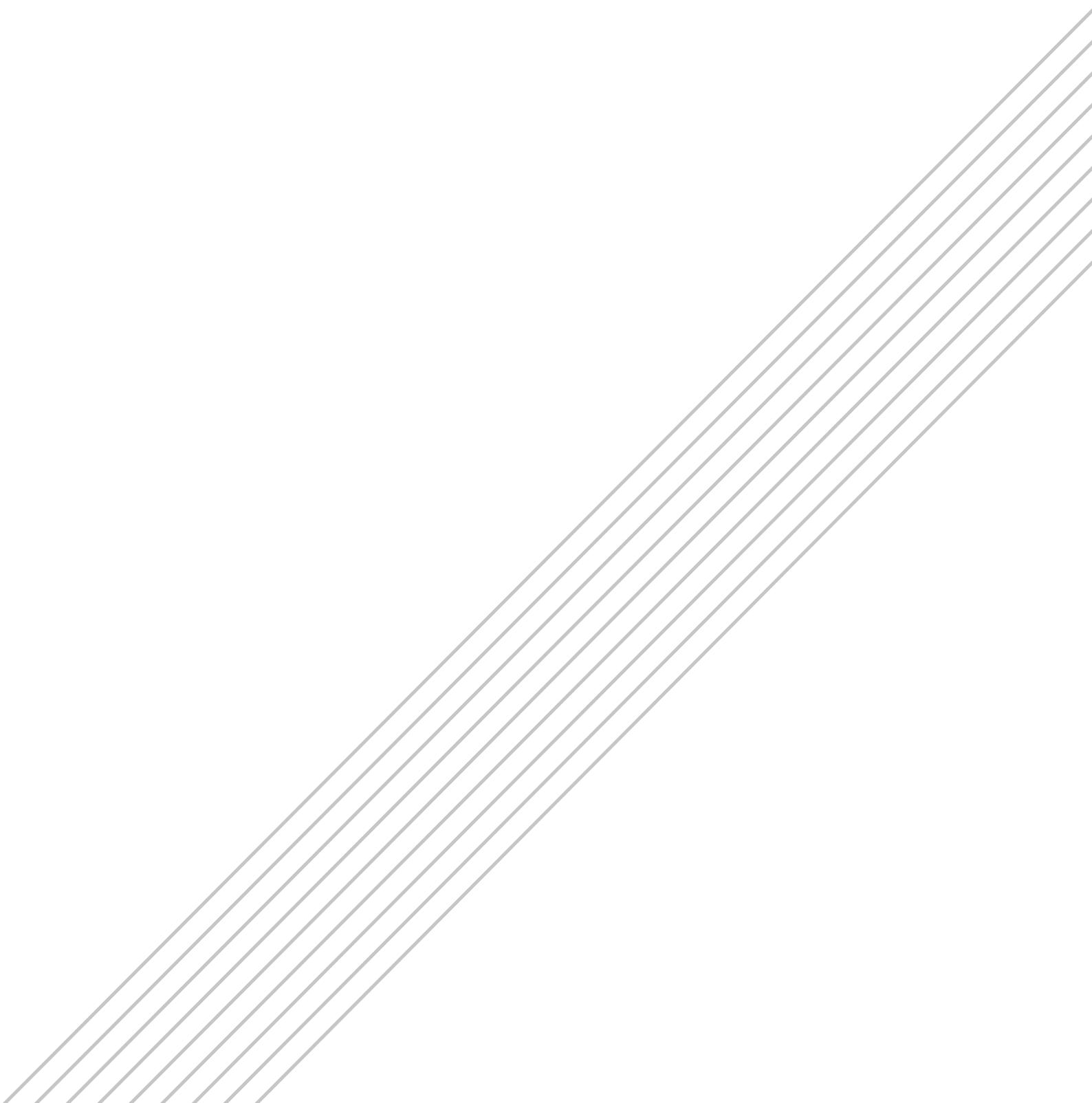
Floriano Pesaro
Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

► SUMÁRIO

Listas de abreviaturas e siglas	14
Resumo	16
1. DIRETRIZES	17
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	25
2.1 O processo participativo na construção do PEAS.....	27
2.2 Gestão estratégica.....	28
3. Objetivos do PEAS	29
3.1 Macro-objetivo	31
3.2 Objetivos gerais.....	31
3.3 Objetivos específicos.....	31
4. Diagnóstico socioterritorial	35
4.1 Introdução.....	37
4.2 Contexto demográfico e socioeconômico	37
4.2.1 Aspectos demográficos e situação da população no Estado de São Paulo.....	37
4.3 Diferenciações inter-regionais	42
4.3.1 Macrorregiões, DRADS e Regiões Metropolitanas.....	42
4.3.2 Recortes regionais de referência	45
4.3.2.1 Processos históricos de diferenciação inter-regional	46
4.3.3 A extrema pobreza no Estado de São Paulo	47
4.4 Vulnerabilidades e os focos da atuação da Assistência Social no Estado de São Paulo.....	54
4.4.1 O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)	54
4.4.2 As vulnerabilidades socioassistenciais inscritas no PMASWeb	61
4.4.3 Vulnerabilidades Socioassistenciais por Macrorregiões/DRADS	65
4.4.4 Similaridades e distinções entre regiões do Estado de São Paulo que apontam para diretrizes da política de Assistência Social e definem ênfases de ação comum	69
4.5 Diagnóstico da Rede Socioassistencial	77
4.5.1 O SUAS no Estado de São Paulo.....	77
4.5.2 O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).....	80
4.5.3 Atendimentos, unidades executoras e trabalhadores.....	81
4.5.4 Recursos Orçamentários e Financeiros	83
4.6 Desafios para o aprimoramento da gestão	86
4.6.1 Consolidação do SUAS.....	86
4.6.2 Intersetorialidade	87
4.6.3 Aprimoramentos na comunicação e divulgação das ações	87
4.6.4 Planejamento estratégico	87
4.6.5 Implantação da Vigilância Socioassistencial	88
5. Programas, Projetos, Ações e Serviços	89

5.1 Proteção Social	91
5.1.1 Proteção Social Básica	93
5.1.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	94
5.1.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	98
5.1.1.3 Centro de Convivência do Idoso (CCI)	102
5.1.2 Proteção Social Especial.....	104
5.1.2.1 Serviços de Proteção Social de Média Complexidade	105
5.1.2.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	108
5.1.2.1.2 Serviço a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade	110
5.1.2.1.3 Serviço a Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias	113
5.1.2.1.4 Serviço de Abordagem Social	113
5.1.2.1.5 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	114
5.1.2.1.6 Centro Dia do Idoso (CDI).....	115
5.1.2.1.7 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)	118
5.1.2.2 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	121
5.1.2.2.1 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.....	125
5.1.2.2.2 Serviço de Acolhimento em Repúblicas.....	125
5.1.2.2.3 Serviço de Acolhimento Institucional	125
5.1.2.2.4 Serviços de Acolhimento Institucional para Idosos (ILPI).....	126
5.1.2.2.5 Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	126
5.1.2.2.6 Serviço de Acolhimento para Migrantes e Refugiados	129
5.1.3 Programas de Transferência de Renda e Benefícios	133
5.1.3.1 Programa Ação Jovem	133
5.1.3.2 Programa Renda Cidadã.....	136
5.1.1.3 Programa Bolsa Família.....	139
5.1.3.4 Benefício de Prestação Continuada (BPC)	144
5.1.3.5 Programa VIVALEITE	149
5.1.3.6 Programa Bom Prato.....	153
5.2 Programas Estratégicos	157
5.2.1 Programa Família Paulista.....	157
5.2.2 Programa Recomeço: Uma Vida sem Drogas	162
5.2.3 Programa São Paulo Amigo do Idoso.....	170
5.2.3.1 Selo Município Amigo Idoso	171
5.2.3.2 Programa Vila Dignidade.....	174
5.3 Vigilância Socioassistencial.....	177
5.4 Fortalecimento da Gestão.....	186
5.4.1 Educação Permanente	187
5.4.2 Comunicação	190
5.4.3 Administração de Fundos e Convênios	193
5.4.4 Gestão do Trabalho.....	198
5.4.4.1 Concurso público.....	198
5.4.4.2 Plano de Cargos, Carreiras e Salários	199

5.4.4.3 Mesa de Negociação.....	202
5.4.5 Acompanhamento e Monitoramento do PEAS – Sala de Situação.....	204
6. Compromissos e Participação	207
6.1 Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas)	209
6.2 Conselhos de Direitos	209
6.3 Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas (Combat).....	210
6.4 Representação em Conselhos, Câmaras Temáticas, Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho	210
6.5 Elaboração de Projeto de Lei Estadual do SUAS	214
6.6 Normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil Lei 13.019/2015	214
6.7 SP Voluntário	214
6.8 Frente Paulista de Inovação.....	216
6.9 Deliberações da X Conferência Estadual de Assistência Social	216
 APÊNDICE DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DAS DRADS	219
DRADS Alta Noroeste	221
DRADS Alta Paulista	223
DRADS Alta Sorocabana.....	225
DRADS Araraquara.....	227
DRADS Avaré	228
DRADS Baixada Santista.....	231
DRADS Barretos.....	233
DRADS Bauru	235
DRADS Botucatu	237
DRADS Campinas	238
DRADS Fernandópolis.....	240
DRADS Franca	242
DRADS Grande SP ABC	244
DRADS Capital	246
DRADS Grande SP Leste	247
DRADS Grande SP Norte.....	250
DRADS Grande SP Oeste	251
DRADS Itapeva.....	253
DRADS Marília.....	255
DRADS Mogiana.....	257
DRADS Piracicaba.....	259
DRADS Ribeirão Preto.....	261
DRADS São José do Rio Preto	263
DRADS Sorocaba.....	265
DRADS Vale do Paraíba	266
DRADS Vale do Ribeira.....	268



Lista de ilustrações

Figura 1 Modelo genérico de planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação.....	28
Figura 2 Municípios, segundo classes de tamanho populacional.....	38
Figura 3 Mapa das Macrorregiões e DRADS	43
Figura 4 Municípios do Estado de São Paulo, segundo proporção de pessoas em extrema pobreza (renda mensal até R\$ 70,00 <i>per capita</i>)	52
Figura 5 Distribuição da população, segundo grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social IPVS	57
Figura 6 Mapa de municípios segundo os grupos do IPRS – 2012.....	59
Figura 7 (a, b) Mapa de municípios segundo os grupos do IPRS – 2012 – e de distribuição da população, segundo grupos do IPVS – 2010	60
Figura 8 Atendimentos da rede socioassistencial em 2015.....	82

Lista de tabelas

Tabela 1 Número de pessoas com quatro anos ou mais que cursavam a escola, por nível de ensino São Paulo, 2007-2012	42
Tabela 2 Caracterização geral das macrorregiões/DRADS	44
Tabela 3 Municípios paulistas com maior número de pessoas em situação de extrema pobreza (2010).....	48
Tabela 4 Municípios paulistas com maior proporção de pessoas em situação de extrema pobreza.	49
Tabela 5 População em extrema pobreza, segundo o porte do município, na classificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	50
Tabela 6 População em situação de extrema pobreza por DRADS.....	51
Tabela 7 Grupos do IPVS 2010 – setores censitários com mais de 50 domicílios.....	55
Tabela 8 Total da população e número de habitantes em situação de vulnerabilidade por DRADS e macrorregião, segundo dados do IPVS.	55
Tabela 9 Classificação dos municípios do Estado quanto ao IPRS.....	58
Tabela 10 Vulnerabilidades Socioassistenciais declaradas pelos municípios.....	64
Tabela 11 Situação das comunidades indígenas em 2007	74
Tabela 12 Número de CRAS, CREAS e Centro Pop por macrorregião/DRADS	78
Tabela 13 Número médio de habitantes por CRAS instalados	79
Tabela 14 Número médio de habitantes por CREAS	80
Tabela 15 Percentual de atendimentos realizados – redes pública e conveniada.....	81
Tabela 16 Fundos Estaduais (FEAS, FEDCA e FEI) (em R\$)	83
Tabela 17 Execução orçamentária em 2015	85

Lista de gráficos

Gráfico 1 (a, b) Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – São Paulo, anos de 2000 e 2010...39	
Gráfico 2 Famílias em situação de extrema pobreza – no Estado de São Paulo (2001-2013)	47
Gráfico 3 Famílias em situação de extrema pobreza – Brasil x São Paulo (2001-2013).....	48
Gráfico 4 Total de citações das vulnerabilidades pelos municípios em ordem de importância.....	63

► LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMNAP	Associação de Municípios da Nova Alta Paulista	CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem	CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada	CROPH	Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana
BPC Deficiência	Benefício de Prestação Continuada para Pessoas com Deficiência	DCI	Departamento de Comunicação Institucional
BPC Idoso	Benefício de Prestação Continuada para Idosos	DETTRAN	Departamento de Trânsito
CadÚnico	Cadastro Único	DNI	Departamento de Normatização e Informática
CAFC	Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios	DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
Caisan	Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Edesp	Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial	EJA	Educação de Jovens e Adultos
CBH-SMT	Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê	Emplasa	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.
CCI	Centro de Convivência do Idoso	e-TCESP	Sistema de Processo Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
CDI	Centro Dia do Idoso	FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
CDS	Coordenadoria de Desenvolvimento Social	FEE	Fundo Estadual de Educação
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano	FID	Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos
CEE	Cadastro Estadual de Entidades	FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
CEI	Conselho Estadual do Idoso	FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua	Funai	Fundação Nacional do Índio
CER	Comitê Estadual para Refugiados	Funap	Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel"
CGE	Coordenadoria de Gestão Estratégica	Fundação Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
CIB	Comissão Intergestores Bipartite	Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde	Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Ciga	Conselho Intersecretarial Gestor de Assentamentos do Estado de São Paulo	Furp	Fundação para o Remédio Popular
CJ	Consultoria Jurídica	Fussesp	Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social	Geccats	Grupo de Estudo e Capacitação Continuada de Trabalhadores do SUAS
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
COED	Coordenação de Política sobre Drogas	IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Coegemas/SP	Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo	ID SUAS	Índice de Desenvolvimento do SUAS
Combat	Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas	IGD	Índice de Gestão Descentralizada
Condeca	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	IGD PBF	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
Condesb	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista	IGD SUAS	Índice de Gestão Descentralizada do SUAS
Coned	Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas	IGS	Índice de Gestão SEDS
Consea/SP	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
Conseas	Conselho Estadual de Assistência Social	IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
Coren	Conselho Regional de Enfermagem	IPMP	Índice de Pobreza Multidimensional Paulista
COSAN	Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional	Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
		INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social	PPA	Plano Plurianual
Ital	Instituto de Tecnologia de Alimentos	PPCAAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
Itesp	Instituto de Terras do Estado de São Paulo	Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
LA	Liberdade Assistida	Pró-social	Sistema informatizado para cadastro das famílias em situação de vulnerabilidade social e os programas e ações desenvolvidos pelo governo estadual e demais instituições públicas e privadas
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias	PSB	Proteção Social Básica
LNC	Levantamento de Necessidades de Capacitação	PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
LOA	Lei Orçamentária Anual	PSE	Proteção Social Especial
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social	RA	Região Administrativa
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	RI	Residência Inclusiva
MDS/SNAS/DPSE	MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Proteção Social Especial	RM	Região Metropolitana
MEC	Ministério da Educação e Cultura	RMBS	Região Metropolitana da Baixada Santista
MPT	Ministério Público do Trabalho	RMC	Região Metropolitana de Campinas
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego	RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
MS	Ministério da Saúde	RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
MSE	Medida Socioeducativa	SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - MDS
NOB	Norma Operacional Básica do SUAS	SCFC	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS	SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
NUADM	Núcleo Administrativo da DRADS	SEDS	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
Nuasu	Núcleo de Avaliação e Supervisão da DRADS	SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Nucon	Núcleo de Convênios da DRADS	SGD	Sistema de Garantia de Direitos
NMEP	Núcleo Municipal de Educação Permanente	Siafem	Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios
NUEP	Núcleo Estadual de Educação Permanente	Sicon	Sistema de Condicionalidades
OIT	Organização Internacional do Trabalho	SIGA	Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento de Projetos Prioritários
OMS	Organização Mundial de Saúde	SIGEAS	Sistema para Gestão Estadual da Assistência Social
OPID	Observatório Paulista de Informações sobre Drogas	Sigeo	Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária
OSC	Organização da Sociedade Civil	SIGPPA	Sistema de Informações Gerenciais do PPA
PAC I	Piso de Alta Complexidade I	Simpa	Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Ações do PPA
PAC II	Piso de Alta Complexidade II	Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	Sicon	Sistema de Condicionalidades do MDS
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	SIS	Síntese de Indicadores Sociais
PCCS	Plano de Cargos, Carreira e Salários	Sisvan	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
PEAS	Plano Estadual de Assistência Social	SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
PEEP	Programa Estadual de Educação Permanente	SUAS	Sistema Único de Assistência Social
Peti	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	TAC	Taxa de Atualização Cadastral
PFMC	Piso Fixo de Média Complexidade	TAFE	Taxa de Frequência Escolar
PIA	Plano Individual de Atendimento	TAS	Taxa de Saúde
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social		
PMASWeb	Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social		
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios		
PNAS	Política Nacional de Assistência Social		
PNEP	Política Nacional de Educação Permanente		

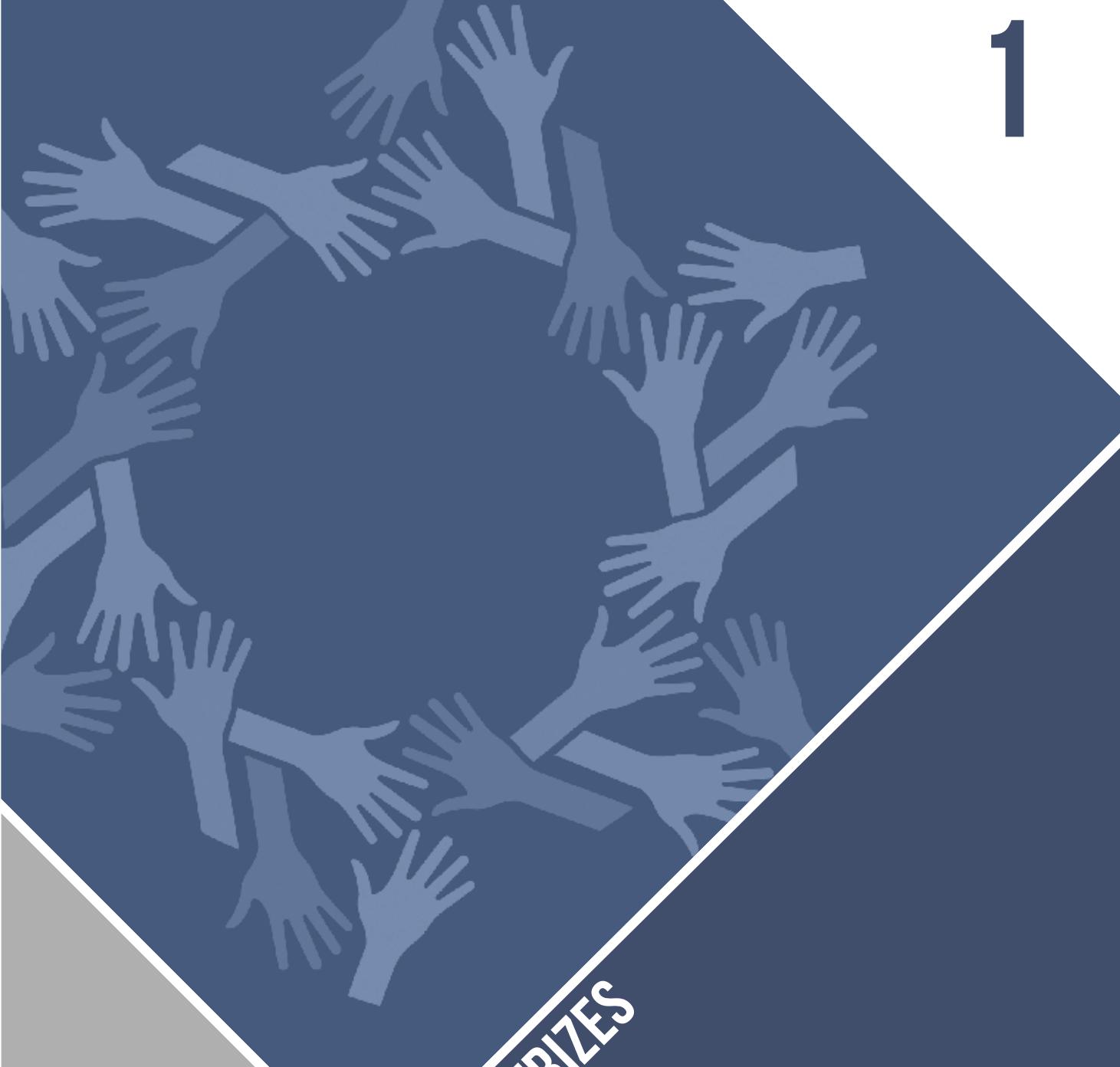
► RESUMO

Elaborado entre outubro de 2015 e abril de 2016, o PEAS 2016-2019 tem como diretrizes os compromissos estabelecidos no Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as deliberações da X Conferência Estadual de Assistência Social, bem como das Conferências do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca) e do Conselho Estadual do Idoso (CEI), e, numa perspectiva ampliada, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU.

O objetivo mais amplo do plano é “fortalecer a política estadual de assistência social em articulação com os municípios e promover o avanço na sua eficiência, eficácia e efetividade, contribuindo para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com vistas a uma assistência social voltada para o desenvolvimento social e comprometida com o enfrentamento da pobreza e da pobreza extrema no Estado de São Paulo”.

O PEAS 2016-2019 será implantado com base num sistema aberto de gestão com ações articuladas em redes multi-institucionais e intersetoriais, com o objetivo de mobilizar vontades, induzir, pactuar e fazer acontecer processos e ações de maior densidade e maior impacto na vida dos cidadãos. Também envolve ampla participação dos trabalhadores e demais atores implicados no desempenho desta política, o que requer transparência e, sobretudo, decisões compartilhadas e abertas ao exercício do controle social.

1



DIRETRIZES

► DIRETRIZES

O PEAS é, sem dúvida, um plano bastante relevante. E sua relevância está demonstrada, sobretudo, na abrangência das diretrizes definidas para sua concepção, que não somente referencia o próprio Sistema como, superando fronteiras, sintoniza o Estado de São Paulo com a esfera nacional. As diretrizes estabelecidas alinham a gestão da Assistência Social de São Paulo a cargo da SEDS aos avanços na consolidação do SUAS e do fortalecimento da Assistência Social no Estado, ao cumprimento dos compromissos estabelecidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS e às deliberações da X Conferência Estadual de Assistência Social e às conferências do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca) e do Conselho Estadual do Idoso (CEI), e ainda, em uma perspectiva mais ampla, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Também a ação estratégica da Assistência Social da SEDS se guia, de forma dinâmica, pelos objetivos e metas do PPA 2016-2019.

As quatro diretrizes que orientaram a elaboração do PEAS 2016-2019 estão descritas a seguir:

Avançar na implantação do SUAS

O SUAS é o sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no país. Ele está formatado em um modelo de gestão participativa que articula ações e recursos tanto dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – quanto de setores da sociedade civil, visando implantar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

De acordo com a PNAS, ao assumir a gestão da Assistência Social no âmbito de sua competência, o Estado assume a responsabilidade pela elaboração do PEAS e pela realização de diagnósticos e estabelecimento de pactos para aprimoramento de sua gestão.

Segundo a Norma Operacional Básica (NOB)/SUAS 2012, o órgão gestor é o responsável pela elaboração do plano do Estado a cada quatro anos, em consonância com o PPA, e deve submetê-lo à aprovação do Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas). A efetiva implantação do Plano de Assistência Social é condição necessária para o repasse de recursos. Ainda conforme a norma, o plano também é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política na perspectiva do SUAS.

Art. 15. São responsabilidades dos Estados:

I. destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS;
II. cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo-a-fundo os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local;
III. estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social; estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;
IV. organizar, coordenar e prestar serviços regionalizados da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com o diagnóstico socioterritorial e os critérios pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS;

[Continua ➔]

V.	realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em sua esfera de abrangência e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento;
VI.	garantir condições financeiras, materiais e estruturais para o funcionamento efetivo da CIB e do CEAS;
VII.	apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação e na organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
VIII.	apoiar técnica e financeiramente os Municípios para a implantação e gestão do SUAS, Cadastro Único e Programa Bolsa Família;
IX.	apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação da vigilância socioassistencial;
X.	municipalizar os serviços de proteção social básica executados diretamente pelos Estados, assegurando seu cofinanciamento, com exceção dos serviços socioassistenciais prestados no distrito estadual de Pernambuco, Fernando de Noronha, até que este seja emancipado;
XI.	coordenar o processo de definição dos fluxos de referência e contrarreferência dos serviços regionalizados, acordado com os Municípios e pactuado na CIB;
XII.	organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede socioassistencial nos âmbitos estadual e regional;
XIII.	instituir ações preventivas e proativas de acompanhamento aos Municípios no cumprimento das normativas do SUAS, para o aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais pactuados nacionalmente;
XIV.	participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
XV.	elaborar plano de apoio aos Municípios com pendências e irregularidades junto ao SUAS, para cumprimento do plano de providências acordado nas respectivas instâncias de pactuação e deliberação;
XVI.	elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Estado junto ao SUAS, aprovado no CEAS e pactuado na CIT;
XVII.	prestar as informações necessárias para a União no acompanhamento da gestão estadual;
XVIII.	zelar pela boa e regular execução dos recursos da União transferidos aos Estados, executados direta ou indiretamente por este, inclusive no que tange à prestação de contas;
XIX.	aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
XX.	alimentar o Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS;
XXI.	instituir plano estadual de capacitação e educação permanente;
XXII.	companhar o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, de que trata o inciso XI, do art. 19, da LOAS, em articulação com os Municípios de sua área de abrangência;
XXIII.	apoiar técnica e financeiramente entidade de representação estadual dos secretários municipais de assistência social;
XXIV.	normatizar, em seu âmbito, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da LOAS e sua regulamentação em âmbito federal.

Adotar as decisões do Pacto de Aprimoramento e as conclusões das Conferências de Assistência Social e Conselhos

Constituem-se prioridades e metas específicas para os Estados:

I. Reordenamento institucional e programático dos órgãos gestores da assistência social dos Estados para adequação ao SUAS com metas de:

- a. atingir, em 100% dos Estados, com instituição na estrutura do órgão gestor de assistência social, áreas constituídas como subdivisões administrativas da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social e Gestão do SUAS com competência de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial;
- b. atingir, em 100% dos Estados, quadro de pessoal efetivo correspondente às funções de gestão no órgão e em suas unidades administrativas descentralizadas, se houver, assim como as equipes de referência das unidades públicas.

II. Ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em municípios de Pequeno Porte I e II com metas de:

- a. implantar ou ampliar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS regionais até 2015, conforme pactuação na CIT e deliberado pelo CNAS;
- b. garantir a cobertura de PAEFI/CREAS nos Municípios de Pequeno Porte I com unidades municipais;
- c. pactuar na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) o desenho da regionalização do PAEFI, executados no âmbito dos CREAS, conforme parâmetros pactuados na CIT e deliberados pelo CNAS;
- d. atingir até 2015 cobertura de 0,5 vaga de acolhimento de crianças e adolescentes por mil crianças nas microrregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assegurando cobertura para as populações dos Municípios abaixo de 50 mil habitantes;
- e. pactuar na CIB o desenho da regionalização do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes, conforme parâmetros pactuados na CIT e deliberados pelo CNAS;
- f. cofinanciar os serviços regionais de Média e Alta Complexidade conforme pactuação na CIT e deliberação do CNAS.

III. Apoio técnico aos Municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e do Programa Bolsa Família, com metas de:

- a. apresentar na CIB plano anual de apoio técnico aos Municípios para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS;
- b. apoiar 100% dos Municípios para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS;
- c. participar dos encontros trimestrais com as equipes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para apoio e assessoramento técnico e individualizado.

IV. Coordenação, gerenciamento, execução e cofinanciamento dos programas de capacitação para gestores, trabalhadores e conselheiros conforme metas específicas, pactuadas na CIT e deliberadas pelo CNAS, para cada Estado e Distrito Federal, cuja meta, no âmbito do Capacita SUAS, é capacitar 74.124 trabalhadores prioritariamente com vínculo formal, totalizando 111.186 trabalhadores capacitados até 2015.

V. Implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no Estado, com metas de:

- a. implantar e unificar sistemas de informação, monitoramento e vigilância, em consonância com os sistemas nacionais;
- b. realizar, em parceria com o MDS e municípios, diagnóstico socioterritorial sobre violações de direito e ofertas necessárias.

[Continua ➔]

VI. Definição do processo de transição da municipalização da execução direta estadual de serviços da Proteção Social Básica e dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes executados em Municípios de grande porte ou metrópoles, contendo metas responsáveis e prazos, com metas de:

- a. pactuar na CIB o plano de municipalização dos serviços de Proteção Social Básica nos Estados que executam esses serviços diretamente;
- b. pactuar na CIB o plano de municipalização da execução direta dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Municípios de grande porte ou metrópoles.

VII. Cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, com metas de:

- a. instituir sistemática de repasse fundo-a-fundo em 100% dos Estados até 2015;
- b. cofinanciar os serviços da proteção social básica e benefícios eventuais;
- c. realizar, em conjunto com o Governo Federal, estudo de custos e definir padrões mínimos nacionais que orientem o cofinanciamento dos serviços.

VIII. Apoio ao exercício da participação e do controle social com a meta de garantir em 100% dos conselhos estaduais de assistência social a proporcionalidade entre representantes de usuários, trabalhadores e entidades, na representação da sociedade civil

Contribuir para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em particular os de número 1, 2, 3, 5, 8, 10, 11, 16 e 17



Fonte: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil | UNIC Rio.

Conciliar o PEAS e o PPA para o período 2016-2019

Os objetivos estratégicos e programas selecionados do PPA são os seguintes:

01 - São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social <ul style="list-style-type: none">• 3500 – Enfrentamento da extrema pobreza• 3517 – Proteção social
02 - população educada e capacitada ao desenvolvimento pessoal e profissional, independentemente de condições físicas, psicológicas, cor, etnia, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, renda e idade <ul style="list-style-type: none">• 0944 – Recomeço: uma vida sem drogas• 3500 – Enfrentamento da extrema pobreza• 3517 – Proteção social
05 - população com pleno exercício dos direitos de cidadania, como direito à justiça, à proteção social básica, à cultura, ao esporte e ao lazer <ul style="list-style-type: none">• 0944 – Recomeço: uma vida sem drogas• 3500 – Enfrentamento da extrema pobreza• 3517 – Proteção social• 3519 – Melhoria de gestão da política de assistência social
11 - gestão pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e os resultados dos programas e serviços públicos de qualidade <ul style="list-style-type: none">• 2826 – Comunicação social• 3519 – Melhoria de gestão da política de assistência social

A seguir, os objetivos e público-alvo de cada item:

3500 – Enfrentamento da Extrema Pobreza <p>Objetivo: propiciar às famílias que possuem rendimento mensal <i>per capita</i> até ¼ do salário mínimo, priorizando aquelas que possuem rendimento até R\$ 77,00/capita, condições para uma vida digna, complementando a renda e garantindo acesso aos programas, projetos e serviços públicos.</p> <p>Público-alvo: famílias que possuem rendimento mensal de até ¼ de salário mínimo <i>per capita</i></p>
3517 – Proteção Social <p>Objetivo: propiciar, por meio do cofinanciamento e de apoio técnico aos municípios, oferta de serviços e de benefícios do SUAS, com vistas a manter e ampliar a rede de proteção social para o atendimento da população em situação de vulnerabilidade e risco social.</p> <p>Público-alvo: municípios e população em situação de vulnerabilidade e risco social</p>
3519 – Melhoria de Gestão da Política de Assistência Social <p>Objetivo: estruturar o órgão gestor para fortalecer os instrumentos de gestão, na direção de padrões de qualidade e de resultados esperados, com a implantação de sistemas de informação que possibilitem avaliar e reordenar aspectos de gestão, financiamento e atendimento, potencializados pela qualificação dos atores sociais e pela estruturação de setores específicos de monitoramento.</p> <p>Público-alvo: administração pública</p>
0944 – Recomeço: uma vida sem drogas <p>Objetivo: promover ações de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas e reinserção social de pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, ampliando o acesso à justiça, ao tratamento de saúde integral, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários de modo a resgatar sua autonomia.</p> <p>Público-alvo: usuários de drogas e seus familiares</p>
2826 – Comunicação Social <p>Objetivo: dar publicidade aos atos do Governo do Estado de São Paulo e fomentar o acesso dessas informações à sociedade, integrando as ações de comunicação de todos os órgãos do governo estadual.</p> <p>Público-alvo: população do Estado de São Paulo</p>

2



ABORDAGEM METODOLÓGICA

► ABORDAGEM METODOLÓGICA

As abordagens adotadas fazem com que o PEAS 2016-2019 fomente um processo transformador, ao fortalecer na SEDS uma gestão pública inovadora, calcada na participação, na transparência, no compromisso com resultados e no respeito aos trabalhadores, aos parceiros e à população a quem se destinam os seus serviços.

Assumir a fundamentação conceitual, o planejamento como um processo de construção coletiva, com intensa participação das áreas da SEDS, incluindo as Diretorias Regionais, enriqueceu significativamente o conteúdo do Plano, em todos os seus itens, bem como fortaleceu o compromisso com a execução de atividades e metas previstas.

Como referência para a condução do processo de planejamento deste PEAS, considerou-se a Assistência Social como uma ação de Proteção Social.

O objetivo principal é buscar soluções e estratégias que fortaleçam a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, famílias e comunidades que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social.

Ressalta-se o conceito de território¹; a importância dele no processo de elaboração do diagnóstico socioterritorial, bem como no desenvolvimento de um trabalho social situado e inserido na dinâmica social local em que vivem os indivíduos, famílias, comunidades e beneficiários.

2.1 O processo participativo na construção do PEAS

A construção deste Plano deu-se entre outubro de 2015 e abril de 2016 e mobilizou todas as áreas da SEDS, o Conseas, a Associação da Frente Paulista (Coegemas/SP), trabalhadores da rede municipal, trabalhadores de entidades conveniadas, usuários e especialistas da Assistência Social, envolvendo mais de 150 profissionais.

O modelo de construção coletiva reflete a visão da gestão, compromissada com as diretrizes estabelecidas: buscar permanentemente a articulação e a integração sob variadas perspectivas e valorizar o engajamento de todos no fortalecimento da Assistência Social no Estado. Nesse sentido, o processo abrangeu os seguintes procedimentos:

- Capacitação dos envolvidos, em uma dinâmica pesquisa/ação, centrada no planejamento estratégico, com realização de sessões presenciais e a distância. A condução do processo envolveu a reflexão com aproximação acumulativa, chegando finalmente ao núcleo central do plano, relativo ao diagnóstico socioterritorial e aos programas, projetos e ações;²
- painel com especialistas para aprofundamento nas reflexões sobre o diagnóstico socioterritorial;
- entrevistas e reuniões para levantamentos do diagnóstico: elaboração, análise, discussão e proposição de conteúdos;

1 “[...] o território constitui o melhor revelador de situações, não apenas conjunturais, mas estruturais e de crise, mostrando, como no caso brasileiro, melhor que outra instância social, a dinâmica e a profundidade da tempestade dentro da qual navegamos.” KOGA, Dirce. Diagnóstico Socioterritorial – Painel de Especialistas, São Paulo, SEDS, novembro/2015. (Comunicação oral).

2 Dentre os temas tratados na Capacitação, destacam-se: experiências anteriores de participação na elaboração de PEAS; aspectos “facilitadores” e “dificultadores” para o PEAS 2016-2019; cenários regionais; principais atores sociais que atuam na área da assistência social; elaboração de representações figurativas, “Árvores da Assistência Social no Estado de São Paulo”; redação de propostas, com abordagem estratégica: o que é o PEAS, diretrizes, macro-objetivo, objetivos gerais, objetivos específicos, ações e estratégias. O material produzido para o PEAS 2016-2019 foi consolidado pelos gestores que integraram a equipe de coordenação, com a imprescindível função de validar as análises e sistematizar conteúdos e formatos, até se chegar à versão final.

- trabalhos em grupo voltados a análises integradas, revisão e complementação de propostas de conteúdos;
- reuniões com grupos focais formados por usuários e beneficiários de serviços da Assistência Social – jovens, idosos e mulheres – e trabalhadores de CRAS e de entidades sociais conveniadas.

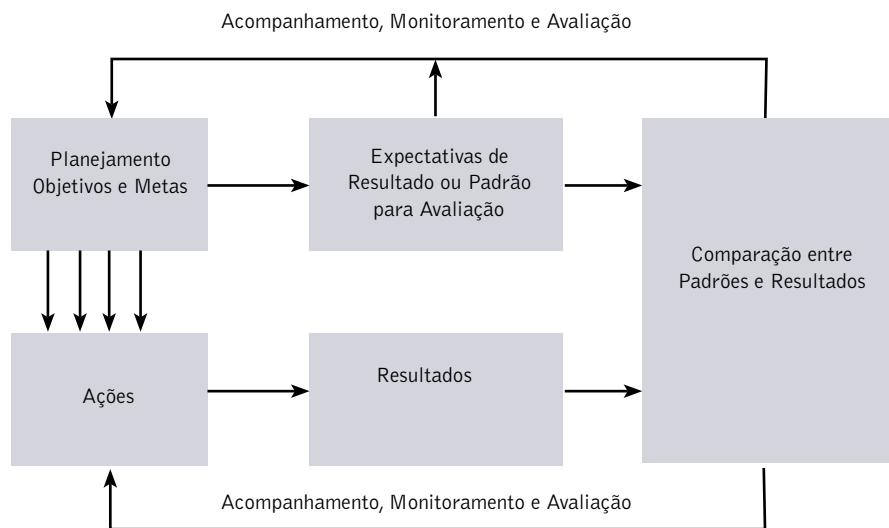
O trabalho de elaboração do PEAS propiciou um processo que não se esgota com a sua aprovação e publicação: dinâmicas de aprendizado, integração, questionamentos, reflexões, construção coletiva e mobilização das equipes da SEDS, voltadas ao olhar para o futuro, fortaleceram o compromisso de todas as áreas com os objetivos definidos conjuntamente e com os programas e projetos criados e que dão resposta às demandas da população.

2.2 Gestão estratégica

A gestão estratégica da Assistência Social que permeia este plano é, antes de tudo, centrada nos serviços prestados aos cidadãos e comprometida com resultados. Para tanto, seu foco primeiro está nas atividades-fim e, a partir destas, nas atividades-meio e de apoio técnico administrativo.

Entende-se o planejamento como um processo que visa a uma definição antecipada dos resultados a serem alcançados e dos meios para se chegar a eles. Por isso o realce dado ao “acompanhamento” neste ciclo, o qual deve se desenvolver por meio de um conjunto de atitudes e procedimentos na coleta e análise de informações que possibilitem uma condução tecnicamente orientada e dirigida das atividades, voltadas para resultados, como sugere a figura a seguir:

Figura 1 Modelo genérico de planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação





3

▼ OBJETIVOS DO PEAS

► OBJETIVOS DO PEAS

Os levantamentos, sistematizações, análises e discussões resultaram na definição de macro-objetivo, objetivos gerais e objetivos específicos:

3.1 Macro-objetivo

“Fortalecer a política estadual de assistência social em articulação com os municípios e promover o avanço na sua eficiência, eficácia e efetividade, contribuindo para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com vistas a uma assistência social voltada para o desenvolvimento social e comprometida com o enfrentamento da pobreza e da pobreza extrema no Estado de São Paulo.”

3.2 Objetivos gerais

- Fortalecer a gestão da assistência social no Estado de São Paulo.
- Implementar e desenvolver a vigilância socioassistencial.
- Ampliar e qualificar as proteções sociais.
- Aprimorar a gestão dos programas de transferência de renda.
- Reduzir a extrema pobreza no Estado de São Paulo.

3.3 Objetivos específicos

Fortalecer a gestão da assistência social no Estado de São Paulo

Objetivos específicos:

- Explicitar e incrementar o papel do Estado na gestão da Assistência Social.
- Promover a educação permanente dos trabalhadores do SUAS.
- Motivar e incentivar os servidores da Assistência Social.
- Promover melhoria nas condições de trabalho.
- Instrumentalizar os técnicos e profissionais responsáveis pela execução da política de assistência social no Estado.
- Promover a qualificação da secretaria estadual, gestões municipais de Assistência Social e rede de serviços socioassistenciais.
- Fortalecer o Controle Social.
- Criar mecanismos de acompanhamento, monitoramento, avaliação e divulgação do cumprimento do PEAS por parte do Estado.
- Qualificar o planejamento das ações da política nos municípios.
- Orientar técnica e financeiramente os municípios no planejamento e execução das ações intermunicipais e/ou regionais.
- Construir gestão participativa nos municípios visando o aprimoramento do trabalho em rede.

- Promover ações articuladas e intersetoriais.
- Rever o cofinanciamento estadual.
- Regulamentar os benefícios eventuais.

Implantar e desenvolver a vigilância socioassistencial

Objetivos específicos:

- Criar estratégias que possibilitem identificar dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais, bem como situações de vulnerabilidade e risco pessoal ou social.
- Levantar a demanda do território.
- Criar, estruturar, implantar e desenvolver o Núcleo de Vigilância Socioassistencial nas DRADS ou em suas regiões de atuação.
- Implementar o monitoramento e avaliação de serviços nos municípios.
- Utilizar o CadÚnico como única fonte de dados cadastrais.
- Instrumentalizar os técnicos e profissionais da área na definição e uso de indicativos para qualificar e quantificar o desempenho da Assistência Social.
- Aprimorar o sistema PMASWeb³.

Ampliar e qualificar as proteções sociais

Objetivos específicos:

- Priorizar segmentos sociais em situação de maior vulnerabilidade e/ou risco, na oferta de serviços/programas socioassistenciais.
- Efetivar o Pacto de Aprimoramento.
- Regionalizar Serviços (PAEFI, Acolhimento Institucional – Criança, Adolescente e Jovens, Adultos e Famílias em Migração e Residências Inclusivas).
- Reordenar os serviços de Acolhimento Institucional para pessoas com deficiência.
- Integrar as proteções com os programas e benefícios.
- Estudar novos arranjos de Proteção Especial para aqueles municípios que não possuam CREAS.
- Definir e implantar normas, padrões mínimos de qualidade para a oferta de serviços socioassistenciais.
- Criar condições para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos usuários e beneficiários.
- Fortalecer mecanismos de participação da sociedade civil e das instâncias governamentais.
- Assegurar padrões mínimos para a supervisão e monitoramento da rede socioassistencial.
- Estimular o estabelecimento de parcerias priorizando os segmentos em situação de risco.

Aprimorar a gestão dos programas de transferência de renda

Objetivos específicos:

- Capacitar os diversos atores que trabalham na gestão dos programas de transferência de renda.

³ PMASWeb é um sistema estadual informatizado, disponibilizado aos municípios para registro de informações sintéticas de seus Planos Municipais de Assistência Social, funcionando, também, no caminho inverso, como um conjunto organizado de informações que podem ser utilizadas pelos municípios como subsídio para diagnósticos e planejamento na elaboração detalhada de seus planos.

- Fortalecer a gestão do Programa Bolsa Família em âmbito estadual.
- Monitorar e avaliar as ações de transferência de renda.
- Reestruturar o Programa Ação Jovem.
- Potencializar a coordenação da execução do Peti em âmbito estadual.
- Efetivar o Protocolo de Gestão Integrada.
- Efetivar o Pacto de Aprimoramento.
- Priorizar segmentos sociais em situação de extrema pobreza.
- Utilizar o CadÚnico como única fonte de dados cadastrais.

Reducir a extrema pobreza no Estado de São Paulo

Objetivos específicos:

- Promover o enfrentamento da extrema pobreza como prioridade nas agendas do governo estadual e dos governos municipais.
- Priorizar as famílias em situação de extrema pobreza nas ações de assistência e desenvolvimento social.
- Efetivar o direito à alimentação adequada e saudável.

4



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

► DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL

4.1 Introdução

Realizado pelas equipes técnicas, o diagnóstico do território deve se constituir em uma atividade frequente, componente da análise do cotidiano, uma vez que traduz as complexidades, apresentadas ora em fragilidades, ora em potencialidades das regiões. Considera-se que este é um movimento contínuo e ininterrupto de aproximação das equipes com a lógica local para orientação das ações e construção de soluções.

Este capítulo está estruturado considerando os seguintes elementos:

- Contexto demográfico e socioeconômico.
- Diferenciações inter-regionais.
- A extrema pobreza no Estado de São Paulo.
- Vulnerabilidades e os focos da atuação da Assistência Social no Estado de São Paulo.
- Diagnóstico da rede socioassistencial.
- Desafios para o aprimoramento da gestão.

4.2 Contexto demográfico e socioeconômico

4.2.1 Aspectos demográficos e situação da população no Estado de São Paulo⁴

Formado por 645 municípios, o Estado de São Paulo alcançou em 2015 uma população de mais de 43 milhões de habitantes, o que significa um acréscimo de 1,7 milhão de pessoas em relação ao que foi registrado pelo Censo de 2010.

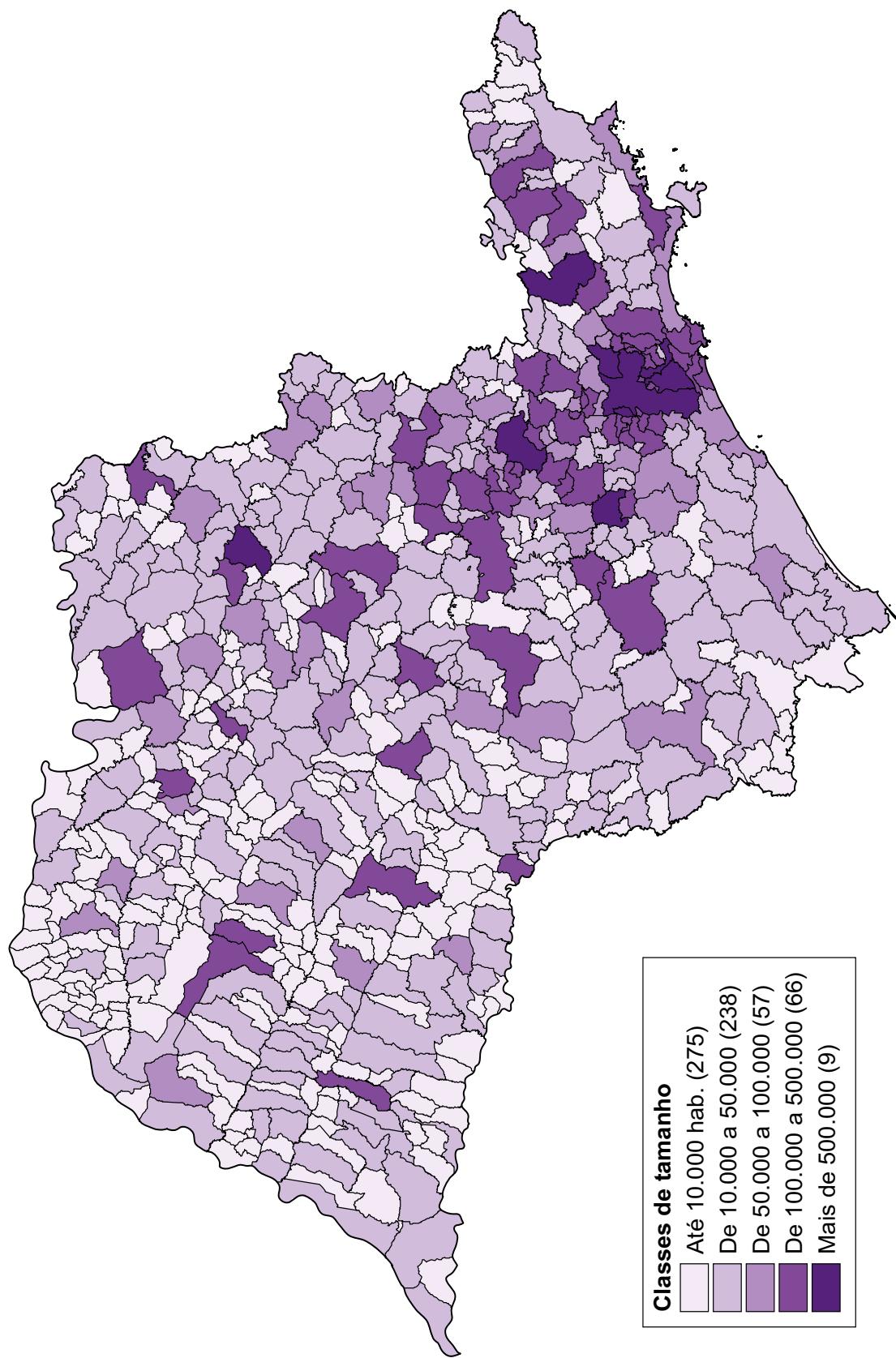
Mesmo apresentando incremento populacional, a tendência de desaceleração em seu ritmo de crescimento tem produzido impacto expressivo na evolução da população residente. Estima-se que, nos últimos cinco anos, a população paulista tenha crescido 0,87% ao ano, taxa inferior às registradas nos quinquênios 2000-2005 (1,18%) e 2005-2010 (1,01%), quando foram observados acréscimos maiores: 2,2 e 2,0 milhões de pessoas, respectivamente.

Dinâmica demográfica regional

A análise da dinâmica demográfica regional no interior do Estado revela que, longe de ser homogênea, a tendência de crescimento apresenta-se muito diferenciada entre as suas várias regiões. As concentrações populacionais, que se consolidaram ao longo do tempo no interior paulista, continuam sofrendo mudanças em decorrência de tendências demográficas regionais distintas.

⁴ Fonte: Fundação SEADE. IPRS, Metodologia (<https://www.seade.gov.br/produtos/midia/spdemografico/SP-Demografico-n1-jan2015-final-2.pdf>).

Figura 2 Municípios, segundo classes de tamanho populacional

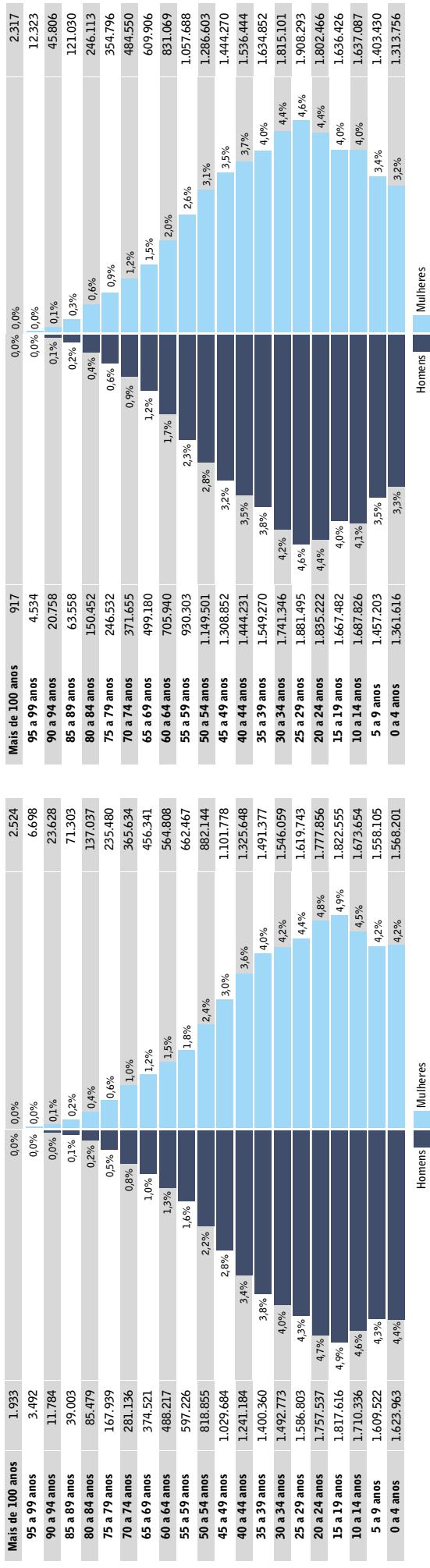


Fonte: Fundação SEADE.

Gráfico 1 (a, b) Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – São Paulo, anos de 2000 e 2010

Gráfico 1a Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade São Paulo – 2000

Gráfico 1b Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade São Paulo – 2010



Fonte: IBGE.

No período 2010-2015, foram cinco as Regiões Administrativas (RA)⁵ com ritmo de crescimento demográfico anual superior ao do Estado: Ribeirão Preto (1,27%); Campinas (1,21%); São José dos Campos (1,05%), e Sorocaba (0,96%); além da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS, 1,02%). Já a menor taxa foi observada na RA de Registro, de apenas 0,10% ao ano. Em 2015, as cinco regiões com maiores taxas passaram a concentrar 15 milhões de habitantes, que, somados aos residentes da Região Metropolitana de São Paulo (20,4 milhões), representam 82% da população do Estado.

Urbanização

Em 2012, 96,1% da população paulista residia em áreas urbanas, sendo que em três RAs esse índice situava-se abaixo de 90%: Sorocaba, Itapeva e Presidente Prudente. A RA de Registro apresentava a menor taxa de urbanização do Estado (72,0%). A RMBS detinha a maior taxa de urbanização do Estado, o equivalente a 99,8%.

Perfil etário

Há várias décadas, as mudanças nos padrões reprodutivos da população do Estado de São Paulo, a redução nos níveis de fecundidade e o aumento da expectativa de vida têm acarretado alterações importantes na estrutura etária dessa população. O Estado apresenta cada vez menor proporção de crianças e aumento da população adulta, principalmente de idosos. As pirâmides etárias de 2000 e 2010, com dados dos censos demográficos destes anos, respectivamente, mostram que essa tendência se mantém. Observa-se estreitamento da base da pirâmide, com proporção menor de grupos etários com menos de 15 anos, e alargamento do topo, que corresponde à maior participação dos idosos.

Em 2000, 26,3% dos habitantes do Estado de São Paulo concentravam-se nos grupos com menos de 15 anos, 19,4% nos de 15 a 24 anos, 45,4% nos de 25 a 59 anos e 9% no grupo dos idosos, ou seja, com 60 anos ou mais. Em 2012, diminuiu a participação dos grupos de menores de 15 anos, que passaram a responder por 20,7% do total estadual, e aumentaram as participações referentes ao segmento de 25 a 59 anos (50,7%) e aos idosos (12,2%). A população jovem, portanto, reduziu sua participação, respondendo por 16,4% do total estadual em 2012.

No Estado de São Paulo, o processo de envelhecimento da população pode ser acompanhado pelo aumento no índice de envelhecimento (proporção de pessoas de 60 anos ou mais por 100 indivíduos com menos de 15 anos), que passou de 53,9%, em 2010, para 58,9% em 2012. Entre as regiões do Estado, a RA de São José do Rio Preto é a que registra o maior índice de envelhecimento, de 86,0% em 2012, enquanto a que apresenta o menor índice de envelhecimento é a região de Itapeva (51,3%).

Por RAs do Estado, as projeções relativas à variação populacional por grupos etários para o período 2015-2020 (PPA 2016-2019) são as seguintes: redução do grupo etário de menos de 15 anos em todas as regiões, exceto em Campinas, São Paulo e Santos; em relação ao grupo de 15 a 29 anos, prevê-se redução em todas as regiões, exceto em Registro; todas as regiões terão acréscimos no grupo etário de 30 a 44 anos, também com exceção de Registro; todas as regiões, sem exceção, terão taxas crescentes no grupo de 45 a 64 anos, assim como naquele de 65 anos ou mais.

Contingente populacional de municípios

Os municípios com baixo contingente populacional continuam sendo maioria: dos 645 municípios paulistas, 513 têm menos de 50 mil habitantes. Borá mantém-se na posição de menor município do Estado, com apenas 808 habitantes – o único com população inferior a 1.000 pessoas –, e taxa de crescimento de 0,07% ao ano. Nove municípios apresentam população superior a 500 mil habitantes: São Paulo (11.580 milhões); Guarulhos (1.288 milhão); Campinas (1.134 milhão); São Bernardo do Campo (791 mil); Santo André (685 mil); Osasco (672 mil); São José dos Campos (672 mil); Ribeirão Preto (647 mil) e Sorocaba (623 mil).

⁵ Conjuntos de cidades com características semelhantes quanto à vocação, padrões de polarização, hierarquia funcional etc. (Fundação Seade).

Em 2012, 78,0% da população estadual estava concentrada em cinco regiões: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), RA de Campinas, RA de Sorocaba, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Nesse grupo de regiões, apenas a RMSP tinha diminuído, entre 2000 e 2012, sua participação na população do Estado, ao passar de 48,3%, em 2000, para 47,6%, em 2012. A RMBS praticamente não alterou seu peso relativo, enquanto as demais regiões do grupo aumentaram sua participação no total populacional estadual.

Componente migratório

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, o componente migratório da população paulista foi responsável por 11,1% de seu crescimento na primeira década deste século, bem menor que os 42,3% registrados entre 1970 e 1980, período de grande expansão migratória. O último censo⁶ mostrou que o Estado recebeu, entre 2005 e 2010, 10,6% a menos do número de migrantes da década anterior, provenientes predominantemente do Nordeste do país (56,7%) – com maior contribuição da Bahia (21,1%) e de Minas Gerais (16,4%).

Arranjos familiares

Em 2013, do total de arranjos familiares e unipessoais⁷, cerca de 19,4% eram casais sem filhos e 43,9% casais com filhos. Este último grupo registrou redução de 13,7% em relação a 2004. Nos arranjos unipessoais, no Estado de São Paulo, 45,3% tinha o homem como referência e 54,7% tinham a mulher nesse papel.

A distribuição percentual dos arranjos unipessoais por grupo de idade estava em 0,5% para a faixa até 19 anos; 18% para a faixa de 50-59 anos; e alcançando 44,3% para 60 ou mais anos de idade, apontando para o crescimento de idosos que vivem sozinhos.

Escolaridade

A taxa de frequência escolar⁸ da população residente no Estado de São Paulo registrava, em 2013: na faixa etária de 6 a 14 anos no ensino fundamental, 93,3%; na faixa de 15 a 17 anos no ensino médio, 69,3%, a mais alta no país; e na faixa de 18 a 24 anos no ensino superior, 18,1%.

Quanto à taxa média de escolarização da população, observa-se que 7,4% com mais de 25 anos não tem instrução alguma ou tem menos de um ano de instrução; crescendo para 15 anos ou mais de instrução, registravam-se 15,6%.

Educação infantil

Em 2012, a taxa de cobertura de crianças de 0 a 3 anos chegou a 30%, e 80% das crianças de 4 e 5 anos foram atendidas pelo Estado. Nesse mesmo ano, foram contabilizados os atendimentos, em milhões, 7.505 na pré-escola, 5.707 no ensino fundamental, 1.904 no ensino médio e 1.599 no ensino superior.

Segundo o censo escolar de 2013, o Estado atendeu 900 mil crianças em creches e 1 milhão na pré-escola, que representou um aumento de 5% dos atendimentos em creches e 3,5% na pré-escola.

O acesso a creches entre crianças mais pobres (renda domiciliar *per capita* menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo) cresceu de 6% para 24% em 10 anos; já na pré-escola, entre os mais pobres, esta taxa teve elevação de 31% para 77%.

⁶ Fonte: Fundação Seade, SP Demográfico, ano 12, n. 3, setembro 2012.

⁷ Fonte: IBGE, 2014 – Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira.

⁸ Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Censo Escolar do Estado de São Paulo – Informe 2014.

Tabela 1 Número de pessoas com quatro anos ou mais que cursavam a escola, por nível de ensino
São Paulo, 2007-2012

São Paulo	11.045	10.743	10.603	10.090	9.908
Pré-escolar – total (1)	1.166	1.164	984	861	705
Fundamental – total (2)	6.246	5.949	5.993	5.817	5.700
Médio – total (3)	2.034	2.064	1.987	1.881	1.904
Superior – (4)	1.599	1.566	1.639	1.531	1.599
São Paulo, escola pública	8.226	8.146	7.883	7.466	7.298
Pré-escolar – total (1)	961	955	778	691	550
Fundamental – total (2)	5.361	5.223	5.171	4.941	4.897
Médio – total (3)	1.661	1.743	1.691	1.584	1.639
Superior – (4)	243	225	243	250	212

Fonte: IBGE – PNAD 2007 a 2012. Notas: a) Inclui crianças em qualquer tipo de pré-escola e em classes de alfabetização; b) Inclui os EJA de ensino fundamental, ensino médio e o pré-vestibular; c) Inclui matrículas na graduação, mestrado e doutorado.

Perspectivas econômicas

Em termos macroeconômicos, o momento atual, no país, é de crise econômica, prevendo-se um ritmo de crescimento moderado neste quadriênio (PPA-SP 2016-2019). A produção de bens duráveis, fortemente concentrada em São Paulo, tem sido a mais afetada pela redução do consumo e do investimento, atingindo em primeiro lugar o emprego dos trabalhadores de tais ramos industriais. Contudo, os efeitos da crise vão se estendendo a outros ramos e setores, como se dá, atualmente, na construção civil e em serviços, entre outros.

No Estado de São Paulo, a taxa de desemprego subiu entre o primeiro e o segundo trimestres de 2015 (8,5%) alcançando 9% da população economicamente ativa paulista. No segundo trimestre de 2014, tinha sido de 7%. Em 2015, a população desocupada observada foi de 2,11 milhões de pessoas, aproximadamente, 30,1% a mais que no mesmo período de 2014⁹.

Nesse contexto, prevê-se que as demandas sociais tendem a aumentar, com impactos diretos na área da Assistência Social. Conjunturalmente, prevê-se um volume maior de pessoas desocupadas, desempregados recentes, o que implicará maior contingente de cidadãos em situação de vulnerabilidade socioassistencial.

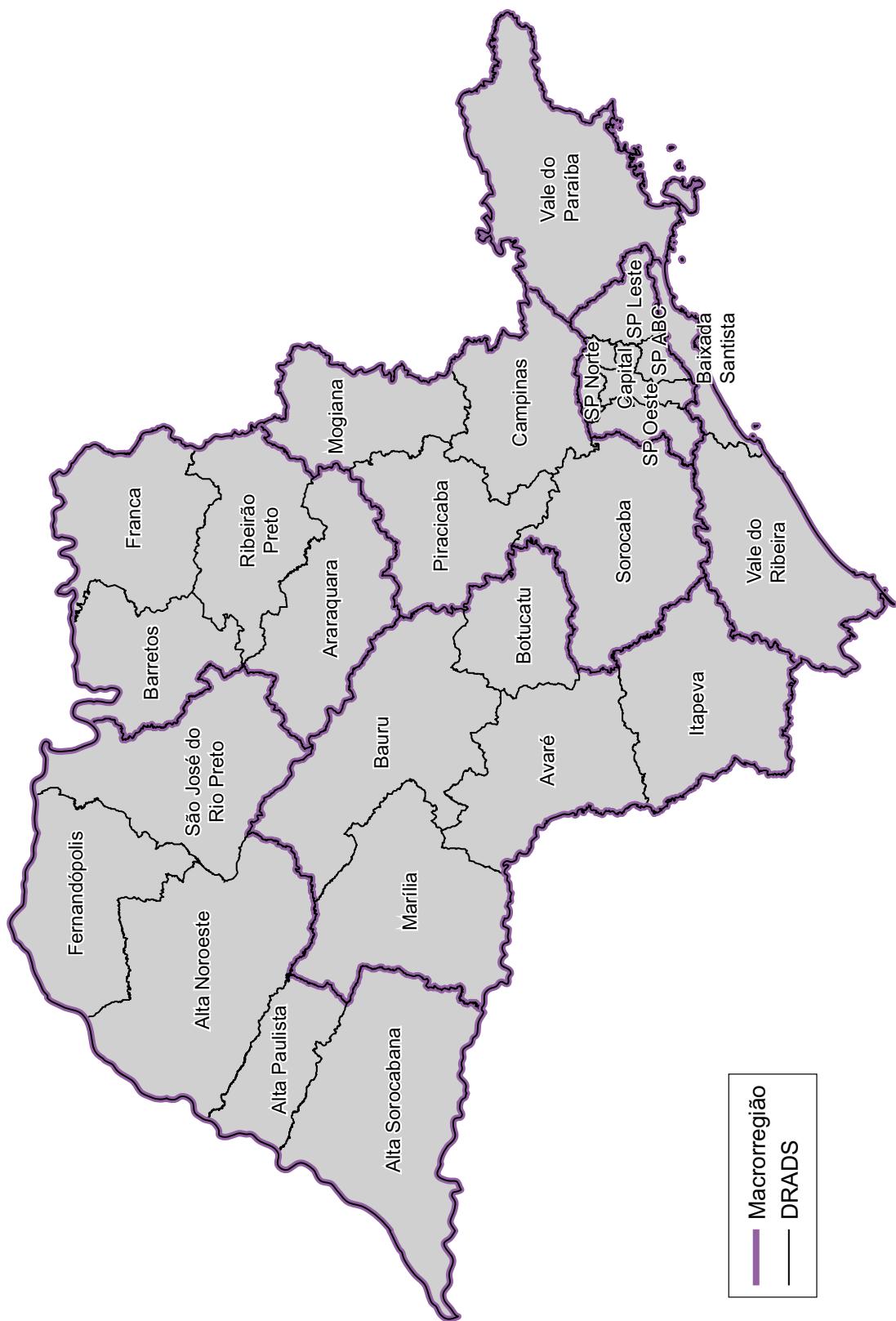
4.3 Diferenciações inter-regionais

4.3.1 Macrorregiões, DRADS e Regiões Metropolitanas

Atualmente, a SEDS está organizada em 6 Macrorregiões compostas por 26 DRADS. O mapa a seguir dá a dimensão das Macrorregiões e das DRADS.

⁹Observatório Metropolitano de Indicadores – Agência Metropolitana de Campinas (OMI/ Agemcamp).

Figura 3 Mapa das Macrorregiões e DRADS



As Macrorregiões e DRADS correspondem, em abrangência, quanto ao número de municípios, população, área territorial total e densidade demográfica, aos números da tabela a seguir.

Tabela 2 Caracterização geral das macrorregiões/DRADS

Macrorregião	DRADS	Nº de municípios	População	Área territorial (total km²)	Densidade demográfica (hab./ km²)
I	Campinas	43	4.041.592,00	9.146,98	441,85
	Mogiana	20	773.375,00	8.104,89	95,42
	Piracicaba	27	1.426.347,00	9.842,49	144,92
	Sorocaba	31	1.914.212,00	13.596,50	140,79
I Total		121	8.155.526,00	40.690,86	
II	Alta Noroeste	43	735.401,00	18.191,57	40,43
	Alta Paulista	22	253.833,00	5.799,67	43,77
	Alta Sorocabana	32	583.434,00	17.938,37	32,52
	Fernandópolis	49	422.853,00	11.418,38	37,03
	São José do Rio Preto	47	1.013.449,00	14.023,66	72,27
II Total		193	3.008.970,00	67.371,65	
III	Araraquara	26	951.408,00	11.093,05	85,77
	Barretos	19	419.372,00	8.343,40	50,26
	Franca	23	705.707,00	10.330,12	68,32
	Ribeirão Preto	25	1.246.046,00	9.301,14	133,97
III Total		93	3.322.533,00	39.067,71	
IV	Avaré	29	494.916,00	11.898,89	41,59
	Bauru	39	1.052.395,00	16.209,37	64,93
	Botucatu	13	279.001,00	6.384,44	43,70
	Itapeva	18	330.565,00	12.809,88	25,81
	Marília	38	718.459,00	14.273,70	50,33
IV Total		137	2.875.336,00	61.576,28	
V	Baixada Santista	9	1.662.392,00	2.419,93	686,96
	Vale do Paraíba	39	2.262.135,00	16.563,43	136,57
	Vale do Ribeira	14	269.233,00	12.132,72	22,19
V Total		62	4.193.760,00	31.116,08	
VI	Capital	1	11.245.983,00	1.521,10	7.393,32
	Grande São Paulo ABC	7	2.549.613,00	828,72	3.076,57
	Grande São Paulo Leste	10	1.439.887,00	2.520,95	571,17
	Grande São Paulo Norte	6	1.737.462,00	1.503,83	1.155,36
	Grande São Paulo Oeste	15	2.694.613,00	2.026,03	1.330,00
VI Total		39	19.667.558,00	8.400,63	
Total Geral		645	41.223.683,00	248.223,21	

Fonte: Indicadores Sociais Para Diagnóstico PMAS 2015.

Verifica-se grande variação na abrangência das Macrorregiões em termos, por exemplo, de número de municípios e volume de população. Com relação ao número de municípios, há uma variação de 39 municípios (Macrorregião VI) até 193 municípios (Macrorregião II), e em volume de população: de 2.875.336 hab. (Macrorregião IV) até 19.667.558 hab. (Macrorregião VI).

Da mesma forma acontece com as DRADS, cuja abrangência, quanto ao conjunto de municípios, varia desde 1 município (DRADS Capital) até 49 municípios (DRADS Fernandópolis), assim diferenciadas:

- DRADS com menos de 10 municípios (4): Capital, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo ABC e Baixada Santista.
- DRADS com 10 a menos de 20 municípios (6): Grande São Paulo Leste, Botucatu, Vale do Ribeira, Grande São Paulo Oeste, Itapeva e Barretos.
- DRADS com 20 a menos de 30 municípios (7): Mogiana, Alta Paulista, Franca, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba e Avaré.
- DRADS com mais de 30 municípios (9): Sorocaba, Alta Sorocabana, Marília, Bauru, Vale do Paraíba, Alta Noroeste, Campinas, São José do Rio Preto e Fernandópolis.

Ainda mais marcante, refletem grandes variações em termos de densidade demográfica:

- Abaixo de 50 habitantes por km²: Vale do Ribeira, Itapeva, Alta Sorocabana, Fernandópolis, Avaré, Botucatu, Alta Noroeste e Alta Paulista.
- De 50 a menos de 100 habitantes por km²: Barretos, Marília, Bauru, Franca, São José do Rio Preto, Araraquara e Mogiana.
- De 100 a menos de 500 habitantes por km²: Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, Sorocaba e Piracicaba.
- De 500 a menos de 1.000 habitantes por km²: Grande São Paulo Leste, Baixada Santista e Campinas.
- Mais de 1.000 habitantes por km²: Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Oeste, Grande São Paulo ABC e Capital.

A notável concentração populacional do Estado de São Paulo em suas cinco RMs – São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte – de quase 80% do total de habitantes do Estado deve ser destacada. Em termos absolutos, a concentração populacional nas RMs, em especial São Paulo, leva a uma correspondente concentração da população mais vulnerável do Estado, o que aponta para a necessidade de um tratamento especial a esta região do ponto de vista da ação da Assistência Social.

4.3.2 Recortes regionais de referência

A regionalização do território para fins de ordenamento das ações de governo está fundamentada, de modo geral, no pressuposto de que há razoável grau de homogeneidade entre os municípios que a integram, sendo estes articulados e movidos por relações funcionais e em torno de uma cidade polo ou sede. No entanto, é evidente que as transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas, em função de processos de desenvolvimento e urbanização do Estado, fizeram com que a regionalização, com base no estabelecimento de limites definidos apenas administrativamente, se mostrasse insuficiente para apoiar a formulação, implantação e gestão de políticas públicas.

No Estado de São Paulo, existem eixos (cidades próximas a vias rodoviárias relevantes, por exemplo) ou áreas (arranjos produtivos locais, polos tecnológicos etc.) dentro das conhecidas 16 Regiões Administrativas e 41 Regiões de Governo que apresentam perfis socioeconômicos muito diferenciados entre si. A influência das malhas viárias é evidente: algumas áreas próximas à capital e bem servidas por determinados eixos rodoviários, como as regiões de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Região Central (São Carlos e Araraquara), atraem os mais diversos investimentos públicos e privados; outras regiões mais afastadas, com vias de transporte mais precárias e que não apresentam vantagens locacionais para o capital, como o Vale do Ribeira, o Litoral Sul, o Pontal do Paranapanema, bem como a região atendida pela DRADS Itapeva¹⁰, permanecem como áreas estagnadas economicamente ou com um crescimento muito inferior ao das áreas de maior dinamismo.

¹⁰ Formada pelos municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Iporanga, Itaberá, Itaóca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul e Taquarivaí.

4.3.2.1 Processos históricos de diferenciação inter-regional

Destacam-se três processos históricos relevantes na evolução da atual organização econômica e política observada no Estado de São Paulo, sob o ponto de vista regional. O primeiro deles refere-se à desconcentração produtiva que teve início no fim do século XX, com o reposicionamento das grandes plantas industriais, localizadas em São Paulo, ou no seu entorno, para regiões e cidades do interior do Estado e, também, para outros Estados e regiões do país. Esta movimentação se deu por uma série de razões, entre elas, os custos crescentes do uso do solo urbano, acirramento das restrições ambientais e de zoneamento, e, não menos importante, como reflexo da guerra fiscal praticada por municípios e Estados. Certamente, esta dinâmica específica da realocação de plantas industriais favoreceu uma redistribuição regional das atividades produtivas relevantes do Estado, mas não necessariamente conduziu a uma redução das desigualdades regionais.

Essa interiorização da atividade produtiva impacta, inicialmente, a produção industrial tradicional, adaptando-se gradativamente às especificidades regionais e às melhorias promovidas na infraestrutura de acesso, com a construção e a melhoria da malha viária do Estado. Esse movimento impactou principalmente as regiões de Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto.

Um segundo processo ocorreu no bojo da descentralização político-administrativa preconizada pela Constituição de 1988, que municipalizou a execução de diferentes políticas setoriais e, consequentemente, a oferta de serviços públicos disponibilizados. As políticas setoriais de Assistência Social, Saúde e outras são exemplos da descentralização na gestão e prestação de seus serviços. É fato que a oferta de serviços públicos de maior complexidade e capacidade de resolução implica necessidade de agregar, localmente, igual capacidade para sua gestão, e, consequentemente, melhores condições para o desenvolvimento regional.

Aponta-se como um terceiro processo relevante para a configuração da dinâmica regional de São Paulo decorrente dos efeitos gerados pela globalização econômica, também do fim do século XX. É importante destacar como um de seus reflexos a articulação entre territórios locais e a economia mundial, movimento este que ainda se pode observar com o estabelecimento de um novo padrão de concentração produtiva localizada em determinadas regiões e cidades, nas quais predominam médias e pequenas empresas especializadas que atuam em redes regionais e nacionais. Por exemplo, ao se mapear áreas¹¹ – cidades ou regiões – dotadas de infraestrutura para ciência e tecnologia, como instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, incubadoras, parques tecnológicos, criam-se condições para uma dinâmica econômica e social distinta do modelo produtivo tradicional (industrial ou agroindustrial) e que ocorre em diferentes municípios e regiões do Estado.

Os processos destacados comprovam que a dinâmica do desenvolvimento não é uniforme, seja quanto à sua localização, seja quanto ao seu conteúdo. Estudos recentes¹² indicam que cidades de menor porte e pouca expressão econômica, quando situadas em regiões que comportam municípios com índices econômicos e de desenvolvimento relevantes, não são beneficiadas por esta proximidade, pois não há transferência das condições positivas de um município para outro. Municípios relevantes econômica e socialmente acabam por concentrar fatias maiores de recursos destinadas à prestação de políticas públicas; ainda, aponta-se que muitas vezes tal proximidade pode acabar por inibir o desenvolvimento econômico e social de cidades pequenas, em razão da transferência de parte de sua riqueza para o comércio das cidades maiores, muito mais diversificado que o comércio local.

A descrição dos processos históricos de desenvolvimento de cada região do Estado fornece elementos importantes para entendimento das tendências quanto a demandas de Assistência Social, em função dos diferentes impactos que sofrem nas condições econômicas, ambientais, sociais, que podem ser identificadas para os próximos períodos.

¹¹ Freire, Carlos Torres; Abdal, Alexandre; Callil, Victor. Infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação no Estado de São Paulo e a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento baseadas no território. 36º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 2012.

¹² Barbosa, Tayla Nayara. Os limites do desenvolvimento local: estudos sobre pequenos municípios do interior de São Paulo. III Semana de Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. 27 a 29 de abril de 2015.

4.3.3 A extrema pobreza no Estado de São Paulo

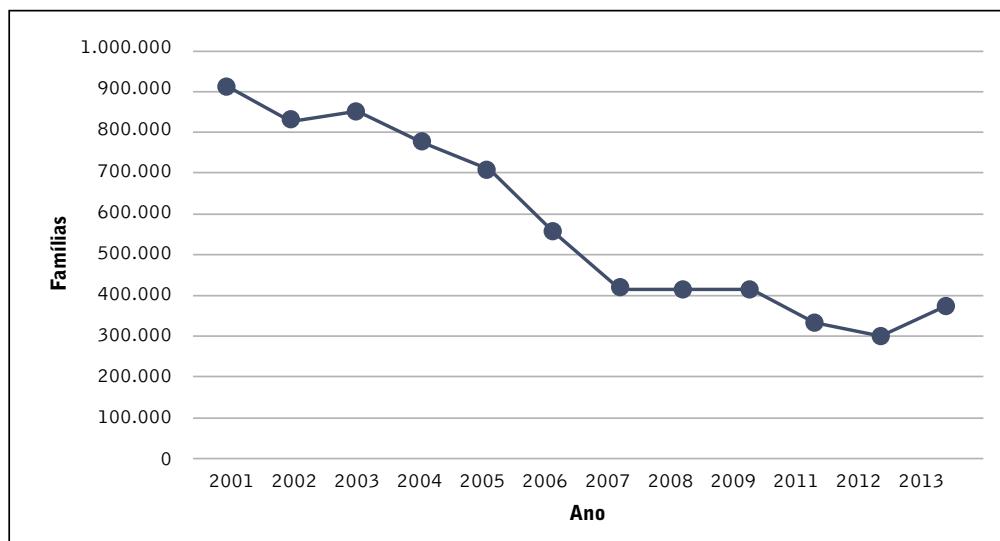
Em 2015, o Estado e seus municípios, assim como todo o país, já se encontravam em grave crise econômica, com perda de arrecadação e aumento do desemprego, que penaliza os mais pobres. A pobreza de sua população, castigada por essa conjuntura econômica, retoma seu curso de expansão entre a extrema pobreza e os vulneráveis. Neste contexto já não é possível pensar apenas na extrema pobreza. Temos de pensar, como política de assistência social, em toda a população castigada por toda sorte de vulnerabilidades sociais, ainda que se mantenha como prioridade a extrema pobreza.

Embora a pobreza seja reconhecida como fenômeno multidimensional, a abrangência da extrema pobreza limitou-se a um critério estritamente monetário, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial e aplicados à realidade brasileira pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Assim, foram consideradas extremamente pobres as famílias com renda mensal até R\$ 77,00 *per capita*¹³. Nesse contexto, a renda é considerada como *proxy* de situação de privações severas do ponto de vista multidimensional, conforme defendido por Campello e Mello¹⁴.

Nos últimos anos, o Estado de São Paulo, acompanhando a tendência do país como um todo, conseguiu reduzir consideravelmente o número absoluto e o número relativo de famílias vivendo em situação de extrema pobreza. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2013 o número de famílias vivendo abaixo da linha de extrema pobreza no Estado caiu de 913.178 para 365.600, uma queda de 60%, mesmo ritmo da redução verificada em nível nacional.

No entanto, a mais recente PNAD mostra um retrocesso, com o aumento no número de famílias em extrema pobreza, entre os anos de 2012 e 2013. Nesse período, cerca de 75 mil famílias voltaram a ficar abaixo da linha de extrema pobreza no Estado, conforme mostrado nos gráficos a seguir.

Gráfico 2 Famílias em situação de extrema pobreza no Estado de São Paulo (2001-2013)

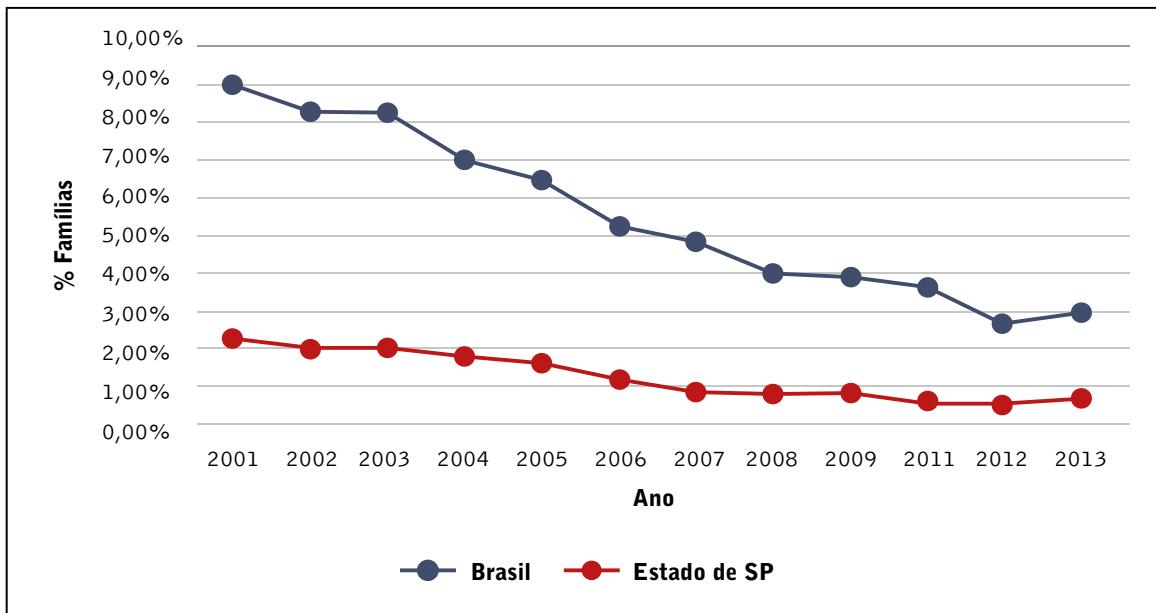


Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) – SAGI/MDS. Acesso em: 23 nov. 2015.
Obs.: Não há dados para 2010 porque, nesse ano, a PNAD não foi realizada.

¹³ Em determinadas situações é adotado o critério de renda familiar até R\$ 70,00 *per capita* como linha de corte da extrema pobreza, em vigor quando da realização do Censo Demográfico 2010.

¹⁴ CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O Processo de Formulação e os Desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: O Brasil sem Miséria. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão e Patrícia Vieirada Costa. 1^a. ed. 2014. Disponível em : http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obraissemisera.pdf. Acesso em 21 de setembro de 2016.

Gráfico 3 Famílias em situação de extrema pobreza – Brasil × São Paulo (2001-2013)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) – SAGI/MDS. Acesso em: 23 nov. 2015.
Obs.: Não há dados para 2010 porque, nesse ano, a PNAD não foi realizada.

Com o objetivo de aprofundar a análise da extrema pobreza no Estado de São Paulo, os dados do Censo Demográfico 2010 foram separados no nível dos municípios e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS).

Quando se considera o número absoluto de pessoas extremamente pobres, observa-se nos primeiros lugares da lista, como esperado, uma predominância dos municípios com maior número de habitantes do Estado, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 3 Municípios paulistas com maior número de pessoas em situação de extrema pobreza (2010)

Município	DRADS	População total (IBGE, 2015)	População em extrema pobreza (IBGE, 2010)	% de População em extrema pobreza (IBGE, 2010)
São Paulo	Capital	11.967.825	338.615	3,01%
Guarulhos	Grande São Paulo Norte	1.324.781	53.620	4,39%
Campinas	Campinas	1.164.098	23.438	2,17%
Osasco	Grande São Paulo Oeste	694.844	20.466	3,07%
Itaquaquecetuba	Grande São Paulo Leste	352.801	18.731	5,82%
São Bernardo do Campo	Grande São Paulo ABC	816.925	18.710	2,44%
Carapicuíba	Grande São Paulo Oeste	392.294	14.008	3,79%
Mogi das Cruzes	Grande São Paulo Leste	424.633	13.024	3,36%
Santo André	Grande São Paulo ABC	710.210	12.453	1,84%
Diadema	Grande São Paulo ABC	412.428	12.071	3,13%
Guarujá	Baixada Santista	311.230	11.754	4,04%

[Continua →]

Município	DRADS	População total (IBGE, 2015)	População em extrema pobreza (IBGE, 2010)	% de População em extrema pobreza (IBGE, 2010)
São José dos Campos	Vale do Paraíba	688.597	11.270	1,79%
Mauá	Grande São Paulo ABC	453.286	10.805	2,59%
Suzano	Grande São Paulo Leste	285.280	10.388	3,96%
Francisco Morato	Grande São Paulo Norte	168.243	10.137	6,56%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Com base na tabela, observa-se que o grupo dos quinze municípios com o maior número absoluto de pessoas em extrema pobreza é composto exclusivamente por **municípios de grande porte localizados em regiões metropolitanas** (São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba). Esse resultado pode parecer previsível, se se considerar que a maior parte desses municípios também está entre os maiores do Estado em sua população total.

Alguns casos, no entanto, chamam a atenção, como os de Guarujá, Suzano e Francisco Morato, que, apesar de não constarem nem mesmo entre os 20 maiores municípios do Estado, aparecem na lista.

Em contrapartida, os municípios de Santo André, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos, elencados entre os 10 maiores do Estado em termos de população absoluta, não aparecem na lista dos 15 maiores quando se trata da população em extrema pobreza.

Uma análise mais acurada da distribuição socioespacial da extrema pobreza demanda a consideração da presença relativa de pessoas em extrema pobreza nos municípios. A tabela a seguir mostra os 25 municípios do Estado com a maior prevalência relativa de pessoas nessa situação. Todos os municípios da lista são de Porte Pequeno I e Pequeno II¹⁵, isto é, têm população inferior a 50 mil habitantes.

Tabela 4 Municípios paulistas com maior proporção de pessoas em situação de extrema pobreza

Município	DRADS	População total (IBGE, 2010)	População em extrema pobreza (IBGE, 2010)	População em extrema pobreza (IBGE, 2010)
Barra do Chapéu	Itapeva	5.585	817	15,58%
Itaóca	Itapeva	3.337	493	15,27%
Itapirapuã Paulista	Itapeva	4.135	583	15,03%
Iporanga	Itapeva	4.333	633	14,72%
Iaras	Avaré	7.970	849	13,32%
Barra do Turvo	Vale do Ribeira	7.828	1.002	12,96%
Ribeirão Branco	Itapeva	17.646	2.170	11,88%
Guapiara	Itapeva	17.879	2.127	11,82%
Apiaí	Itapeva	25.211	2.893	11,48%
Itariri	Vale do Ribeira	16.759	1.612	10,42%
Motuca	Araraquara	4.607	441	10,28%
Riversul	Itapeva	5.941	628	10,19%
Itaberá	Itapeva	18.015	1.783	9,98%

[Continua →]

¹⁵ O Porte do município é definido conforme sua população: Pequeno Porte I, até 20.000 hab.; Pequeno Porte II, de 20.001 a 50.000 hab.; Médio Porte, de 50.001 a 100.000 hab.; Grande Porte, de 100.001 a 900.000 hab.; Metrópole, mais de 900.000 hab.

Município	DRADS	População total (IBGE, 2010)	População em extrema pobreza (IBGE, 2010)	População em extrema pobreza (IBGE, 2010)
Juquitiba	Grande São Paulo Oeste	30.642	2.794	9,72%
Sete Barras	Vale do Ribeira	13.144	1.198	9,21%
Nova Campina	Itapeva	9.307	776	9,11%
Eldorado	Vale do Ribeira	15.339	1.319	9,01%
Ribeira	Itapeva	3.408	299	8,90%
Redenção da Serra	Vale do Paraíba	3.930	327	8,44%
Iguape	Vale do Ribeira	30.390	2.385	8,27%
Juquiá	Vale do Ribeira	19.359	1.586	8,24%
Natividade da Serra	Vale do Paraíba	6.786	538	8,06%
Bom Sucesso de Itararé	Itapeva	3.831	278	7,78%
Miracatu	Vale do Ribeira	20.533	1.593	7,74%
Ribeirão Grande	Itapeva	7.682	544	7,33%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Assim, quando se trata da presença proporcional da população em extrema pobreza, observa-se uma forte presença de municípios das DRADS Itapeva (13), seguida pela DRADS Vale do Ribeira (7), na lista dos 25 municípios com as piores taxas.

Os municípios com as maiores taxas de extrema pobreza no Estado são: Barra do Chapéu (15,58%), Itaóca (15,27%) e Itapirapuã Paulista (15,03%), todos da DRADS Itapeva.

Tabela 5 População em extrema pobreza, segundo o porte do município, na classificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Porte	Número de municípios	População total (IBGE, 2010)	População em extrema pobreza (IBGE, 2010)	% População em Extrema Pobreza (IBGE, 2010)
Pequeno I	392	2.951.599	81.273	2,75%
Pequeno II	117	3.520.114	81.254	2,31%
Médio	60	3.871.334	95.309	2,46%
Grande	73	17.363.557	410.893	2,37%
Metrópole	3	13.555.595	415.673	3,07%
Total geral	645	41.262.199	1.084.402	2,63%

Fonte: Elaborado com base em dados do Censo Demográfico do IBGE (2010).

A tabela mostra que o grupo de municípios com porte “Metrópole”, formado por São Paulo, Guarulhos e Campinas, apresenta uma taxa de 3,07%. No entanto, sabe-se que existe uma diferença considerável entre eles, com a taxa variando de 2,17% (Campinas) a 4,39% (Guarulhos). Essa diferença é tão mais significativa quanto menor o porte do município, sendo que, nos municípios de porte Pequeno I, as taxas variam de 0,1% a 15,58%.

A análise regional da prevalência da extrema pobreza é mais reveladora. A tabela a seguir apresenta o número absoluto e relativo de pessoas em situação de extrema pobreza na área correspondente a cada DRADS.

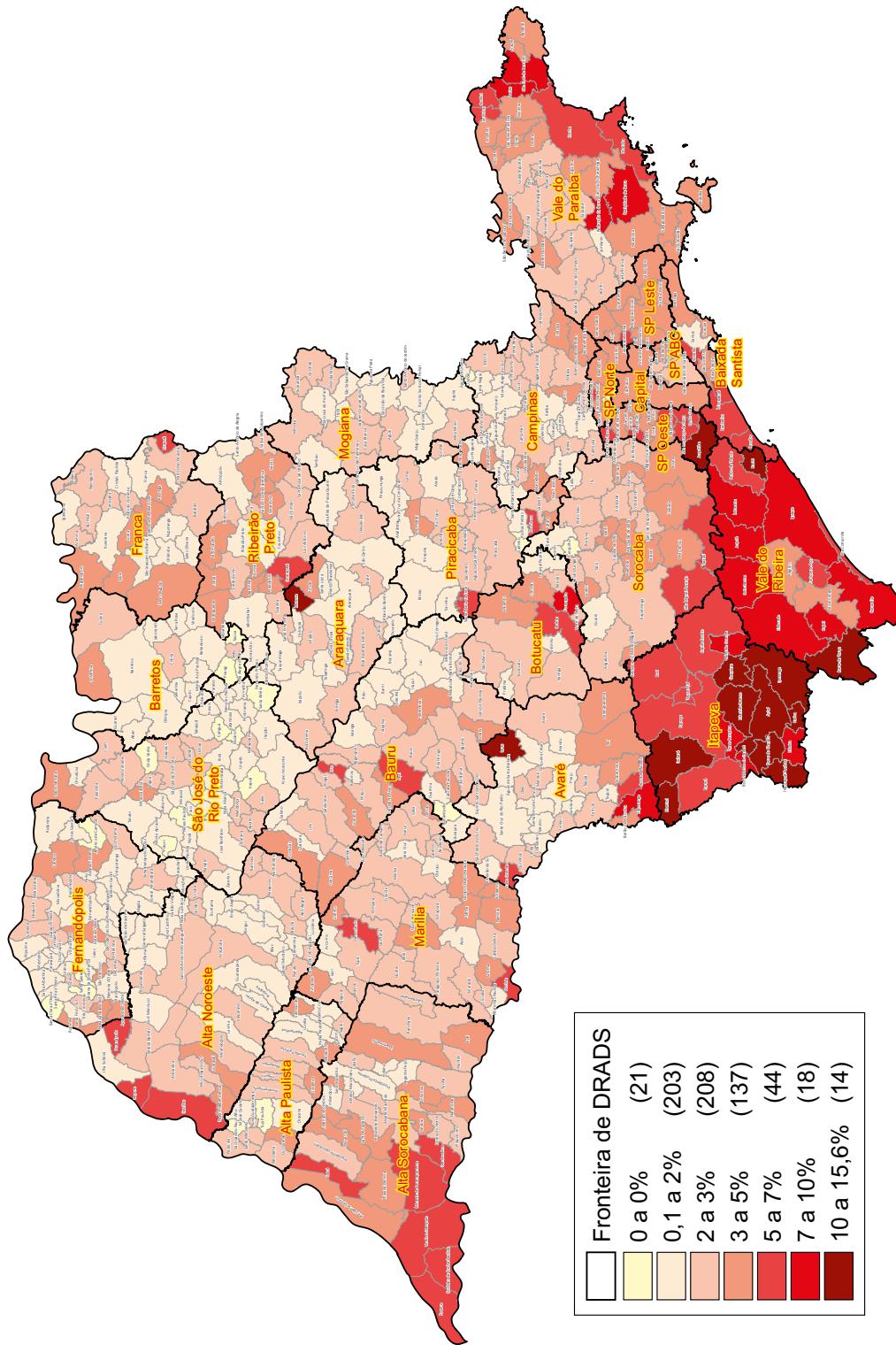
Tabela 6 População em situação de extrema pobreza por DRADS

DRADS	População total (IBGE, 2010)	População em extrema pobreza	% População em extrema pobreza
Itapeva	330.575	25.138	7,60%
Vale do Ribeira	269.267	18.566	6,90%
Grande São Paulo Norte	1.739.654	76.995	4,43%
Grande São Paulo Leste	1.441.760	59.840	4,15%
Grande São Paulo Oeste	2.697.730	97.539	3,62%
Baixada Santista	1.664.136	55.763	3,35%
Capital	11.253.503	338.615	3,01%
Vale do Paraíba	2.264.594	56.001	2,47%
Grande São Paulo ABC	2.551.328	60.190	2,36%
Alta Sorocabana	583.703	13.621	2,33%
Avaré	495.256	10.337	2,09%
Sorocaba	1.916.740	39.115	2,04%
Botucatu	279.326	5.621	2,01%
Marília	718.793	13.564	1,89%
Ribeirão Preto	1.247.761	22.790	1,83%
Campinas	4.047.631	72.506	1,79%
Bauru	1.053.258	18.016	1,71%
Piracicaba	1.427.773	23.963	1,68%
Alta Noroeste	735.965	12.285	1,67%
Alta Paulista	253.977	3.845	1,51%
Franca	706.283	10.546	1,49%
Araraquara	952.269	13.933	1,46%
Mogiana	773.781	10.796	1,40%
Fernandópolis	423.049	5.777	1,37%
São José do Rio Preto	1.014.500	13.573	1,34%
Barretos	419.587	5.467	1,30%
Total	41.262.199	1.084.402	2,63%

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE – Censo Demográfico 2010.

Em números absolutos, destacam-se como as regiões com o maior número de famílias em extrema pobreza as DRADS Capital (aproximadamente 338 mil famílias), Grande São Paulo Oeste (97 mil), Grande São Paulo Norte (77 mil), Campinas (72 mil) e Grande São Paulo ABC (60 mil), regiões que também são as mais populosas do Estado. Entretanto, quando são observados os dados relativos, a tabela mostra que há uma grande diversidade na proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza entre as diversas regiões do Estado.

Figura 4 Municípios do Estado de São Paulo, segundo proporção de pessoas em extrema pobreza
(renda mensal até R\$ 70,00 per capita)



Fonte: GE/SEDS, com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2010.

O mapa confirma as informações das tabelas, destacando as regiões de Itapeva e do Vale do Ribeira como aquelas com maior presença relativa de pessoas em extrema pobreza, acompanhadas pela Região Metropolitana de São Paulo, a Região Metropolitana da Baixada Santista, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e o extremo oeste do Estado (DRADS Alta Sorocabana).

Outra informação interessante apresentada pelo mapa é a pouca ocorrência de grandes contrastes na proporção de pessoas em extrema pobreza entre municípios vizinhos (os municípios de Iaras, na DRADS Avaré, e Motuca, na DRADS Araraquara, são exceções notáveis). De modo geral, essa proporção se apresenta por meio de gradientes, o que sugere a influência decisiva das dinâmicas econômicas – e não tanto da gestão municipal – na definição desse quadro.

Em síntese, a análise dos dados e dos indicadores da extrema pobreza parece indicar que:

- Nos últimos quinze anos, verificou-se no Estado de São Paulo uma redução no número de famílias em extrema pobreza bastante próxima da verificada no país como um todo, em torno de 60%.
- Apesar desse considerável avanço, entre 2012 e 2013 a PNAD apresentou aumento no número de famílias em extrema pobreza no Estado, indicando uma tendência preocupante, considerando o agravamento do quadro econômico do país desde então.
- O Estado possui aproximadamente 365 mil famílias em extrema pobreza (0,8% da população), o equivalente a cerca 5,9% das famílias nessa situação no país.
- As regiões metropolitanas e municípios mais populosos do Estado são também aqueles que concentram o maior número de pessoas em extrema pobreza.
- Quando se trata da presença relativa de pessoas em extrema pobreza, a análise não indica correlação entre esse indicador e questões como porte, taxa de urbanização, IDHM¹⁶ e IGD-SUAS¹⁷. No entanto, há uma maior proporção de municípios com nível de gestão Inicial do SUAS¹⁸ nos grupos com maior proporção de famílias extremamente pobres.
- É possível identificar padrões espaciais mais claros quando a presença relativa de famílias extremamente pobres é analisada regionalmente. As regiões de Itapeva e do Vale do Ribeira têm a maior proporção relativa de famílias extremamente pobres do Estado, seguidas pelas regiões metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e do Vale do Paraíba e Litoral Norte, bem como do extremo oeste do Estado.
- Há poucas ocorrências de contrastes entre municípios vizinhos, o que sugere a presença de padrões territoriais bem definidos, de modo que parece fazer sentido analisar a extrema pobreza a partir de uma perspectiva regional, e não exclusivamente municipal.

¹⁶ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro.

¹⁷ Índice de Gestão Descentralizada do SUAS, MDS.

¹⁸ Os Estados, o Distrito Federal e os municípios são agrupados em níveis de gestão, com base na apuração do Índice de Desenvolvimento do SUAS (ID SUAS), consoante ao estágio de organização do SUAS em âmbito local, estadual e distrital. O ID SUAS é composto por um conjunto de indicadores de gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais apurados a partir do Censo SUAS, sistemas da Rede SUAS e outros sistemas do MDS. Os níveis de gestão correspondem à escala de aprimoramento, na qual a base representa os níveis iniciais de implantação do SUAS e o ápice corresponde aos seus níveis mais avançados, de acordo com as normativas em vigor (NOB/SUAS 2012).

4.4 Vulnerabilidades e os focos da atuação da Assistência Social no Estado de São Paulo

As situações de vulnerabilidades¹⁹ da população podem ser identificadas por meio de dados objetivos, a partir da coleta de dados, sinalizadores inequívocos da condição de vida e das demandas para ação pública, incluindo a assistência social. As várias fontes de dados oficiais, do IBGE e da Fundação SEADE, principalmente o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), representam referências imprescindíveis.

Além delas, a percepção dos agentes públicos diretamente envolvidos com a assistência social, tanto no nível municipal como no estadual, traz o relevante componente qualitativo para a análise das estatísticas. Assim, tanto as vulnerabilidades indicadas pelos municípios no PMASWeb²⁰ quanto as descrições dos territórios elaboradas pelas equipes das DRADS devem ser consideradas como grandes vetores direcionadores da ação social no Estado.

Este tópico traz estas duas visões, a objetiva e a perceptiva, das situações de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo.

4.4.1 O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), derivado da combinação de duas dimensões²¹, a socioeconômica, composta pela renda apropriada pelas famílias e o poder de geração dessa renda por seus membros, e a demográfica, relacionada ao ciclo de vida familiar, possibilita uma visão das condições de vida da população.

Por meio da análise do IPVS é possível identificar e localizar as áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza²² e, também, desvendar a desigualdade intramunicipal existente em áreas urbanas e rurais, para todos os municípios do Estado.

Considerando os dados do IPVS é possível agrupar os setores censitários em sete grupos de 1 a 7, em que o 1 se refere à baixíssima vulnerabilidade e o 7 à vulnerabilidade alta.

A tabela a seguir apresenta os grupos do IPVS, considerando-se as dimensões socioeconômicas e o ciclo de vida familiar, o IPVS 2010, bem como a situação e o tipo de setores por grupo.

19 As situações de vulnerabilidade (ou risco) que podem afetar a proteção social dos cidadãos são diversas e originadas de múltiplas formas. O desafio de sistematizá-las em um conjunto capaz de fornecer uma visão ampla sobre esta questão foi realizado ao se introduzir no sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (PMASWeb) uma seção para que os municípios apontassem, de acordo com seus diagnósticos e experiências locais, quais eram as situações mais graves que ocorriam em seu território. A montagem deste conjunto de situações tomou como referência primordial a Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

20 Sistema estadual informatizado, via web, no qual são registrados os Planos Municipais de Assistência Social.

21 Os principais componentes das dimensões do IPVS são: dimensão socioeconômica (renda domiciliar *per capita*, rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio, % de domicílios com renda domiciliar *per capita* até ½ salário mínimo, % de domicílios com renda *per capita* até ¼ salário mínimo, % de pessoas alfabetizadas responsáveis pelo domicílio) e dimensão demográfica (% de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos, % de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos, idade média das pessoas responsáveis e % de crianças de 0 a 5 anos de idade) (Fonte: SEADE, 2015).

22 Como áreas geográficas, adotaram-se os cerca de 60 mil setores censitários utilizados no Censo Demográfico de 2000.

Tabela 7 Grupos do IPVS 2010 – setores censitários com mais de 50 domicílios

Grupos	Dimensões		IPVS 2010	Situação e tipo de setores por grupo
	Socioeconômica	Ciclo de vida familiar		
1	Muito alta	Famílias jovens, adultas e idosas	Baixíssima vulnerabilidade	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
2	Média	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade muito baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
3	Média	Famílias jovens	Vulnerabilidade baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
4	Baixa	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade média	Urbanos não especiais e subnormais
5	Baixa	Famílias jovens em setores urbanos	Vulnerabilidade alta	Urbanos não especiais
6	Baixa	Famílias jovens residentes em aglomerados subnormais	Vulnerabilidade muito alta	Urbanos subnormais
7	Baixa	Famílias idosas, adultas e jovens em setores rurais	Vulnerabilidade alta	Rurais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Nota: os setores censitários do município de São Paulo foram considerados como urbanos para classificação nos grupos do IPVS 2010.

A tabela a seguir apresenta o total da população que compõe os grupos de maior vulnerabilidade, segundo dados do IPVS 2010, por macrorregião do Estado e por DRADS.

Tabela 8 Total da população e número de habitantes em situação de vulnerabilidade por DRADS e macrorregião, segundo dados do IPVS

MACRO	DRADS	POP_IBGE 2010 ¹	% DO ESTADO	Nº DE HABITANTES EM IPVS ² 5, 6 E 7	% DO ESTADO
Macrorregião I	Campinas	4.047.631,00	9,80%	403.600	5,90%
	Mogiana	773.781,00	1,90%	67.542	0,99%
	Piracicaba	1.427.773,00	3,50%	152.810	2,23%
	Sorocaba	1.916.740,00	4,60%	267.664	3,91%
SUBTOTAL		8.165.925,00	19,80%	891.616	13,04%
Macrorregião II	Alta Noroeste	735.965,00	1,80%	75.115	1,10%
	Alta Paulista	253.977,00	0,60%	25.726	0,38%
	Alta Sorocabana	583.703,00	1,40%	87.463	1,28%
	Fernandópolis	423.049,00	1,00%	20.569	0,30%
	São José do Rio Preto	1.014.500,00	2,50%	61.584	0,90%
SUBTOTAL		3.011.194,00	7,30%	270.458	3,95%

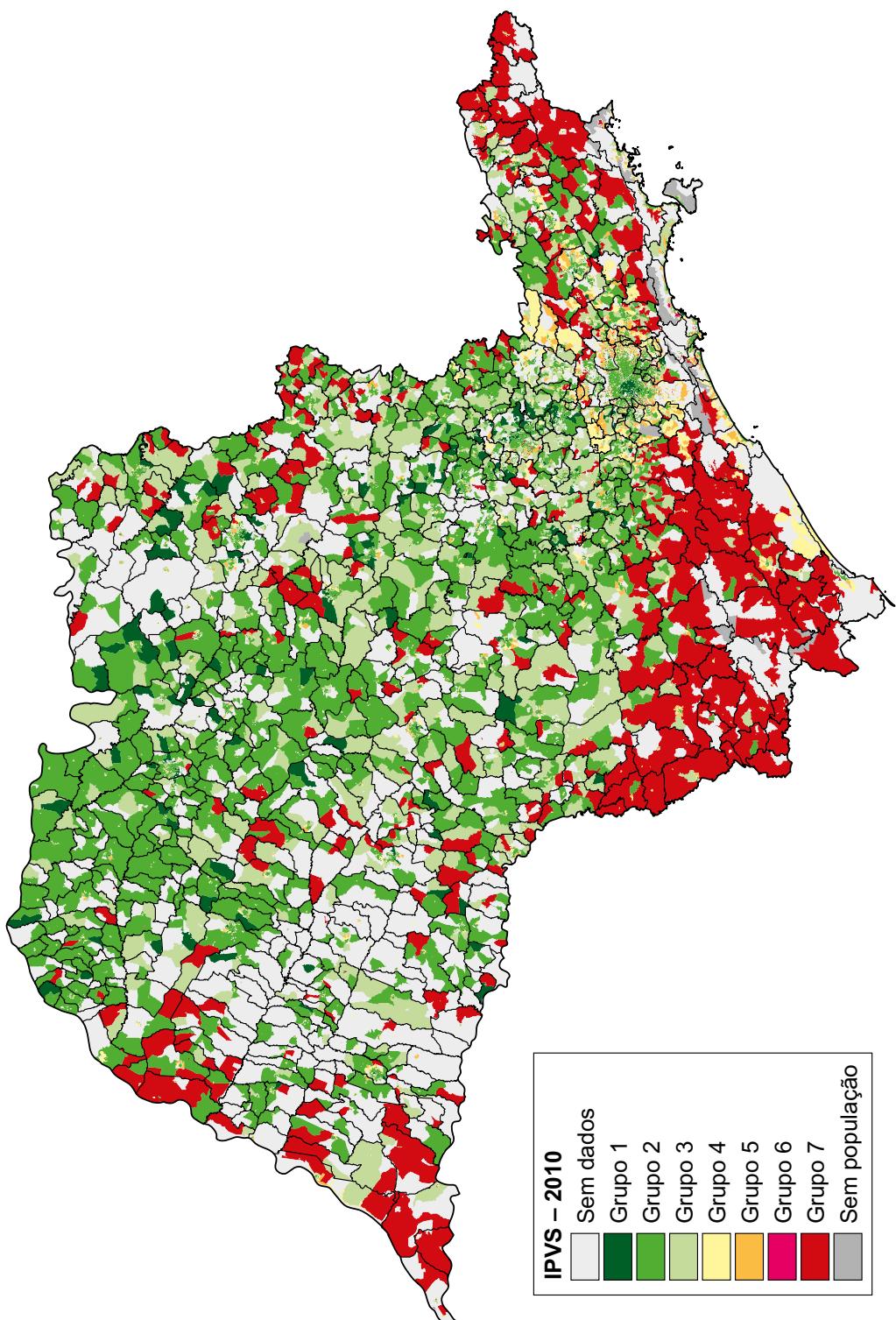
[Continua →]

MACRO	DRADS	POP_IBGE 2010 ¹	% DO ESTADO	Nº DE HABITANTES EM IPVS ² 5, 6 E 7	% DO ESTADO
Macrorregião III	Araraquara	952.269,00	2,30%	124.746	1,82%
	Barretos	419.587,00	1,00%	53.668	0,78%
	Franca	706.283,00	1,70%	84.491	1,24%
	Ribeirão Preto	1.247.761,00	3,00%	179.030	2,62%
SUBTOTAL		3.325.900,00	8,10%	441.936	6,46%
Macrorregião IV	Avaré	495.256,00	1,20%	80.677	1,18%
	Bauru	1.053.258,00	2,60%	117.012	1,71%
	Botucatu	279.326,00	0,70%	46.893	0,69%
	Itapeva	330.575,00	0,80%	148.522	2,17%
	Marília	718.793,00	1,70%	63.793	0,93%
SUBTOTAL		2.877.208,00	7,00%	456.897	6,68%
Macrorregião V	Baixada Santista	1.664.136,00	4,00%	37.1172	5,43%
	Vale do Paraíba	2.264.594,00	5,50%	332.729	4,86%
	Vale do Ribeira	269.267,00	0,70%	94.906	1,39%
SUBTOTAL		4.197.997,00	10,20%	798.807	11,68%
Macrorregião VI	Capital	11.253.503,00	27,30%	1.844.341	26,96%
	GD São Paulo ABC	2.551.328,00	6,20%	406.674	5,95%
	GD São Paulo Leste	1.441.760,00	3,50%	443.691	6,49%
	GD São Paulo Norte	1.739.654,00	4,20%	539.112	7,88%
	GD São Paulo Oeste	2.697.730,00	6,50%	746.290	10,91%
SUBTOTAL		19.683.975,00	47,70%	3.980.108	58,19%
TOTAL GERAL DO ESTADO		41.262.199,00	100,00%	6.839.822	100%

Fontes: ¹IBGE, Censo 2010; ²Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), Fundação Seade, 2010. PEAS 2015. Nota: Foram considerados no IPVS os Grupos 5 a 7, correspondendo àqueles de vulnerabilidade alta a muito alta.

Como observado, a concentração populacional em algumas regiões do Estado é acompanhada pela concentração de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, com destaque para a região metropolitana de São Paulo (48%), seguida da região de Campinas (14%) e Baixada Santista, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira, com 12,6% da sua população em situação de vulnerabilidade social.

Figura 5 Distribuição da população, segundo grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social IPVS



Fonte: Fundação Seade, 2011 (<http://indices-ipv.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=2>).

Já o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) objetiva acompanhar a evolução socioeconômica dos municípios paulistas com base nestas três dimensões: riqueza municipal, longevidade e escolaridade²³.

O índice permite classificar os municípios em cinco grupos, por semelhanças nos padrões existentes nas três dimensões consideradas, criando grupos homogêneos em relação às condições de vida, em combinações de níveis de riqueza (elevado ou baixo) e níveis de indicadores sociais (longevidade e escolaridade).

As cinco combinações definem os grupos em que se classificam os municípios do Estado quanto ao IPRS, conforme a tabela a seguir:

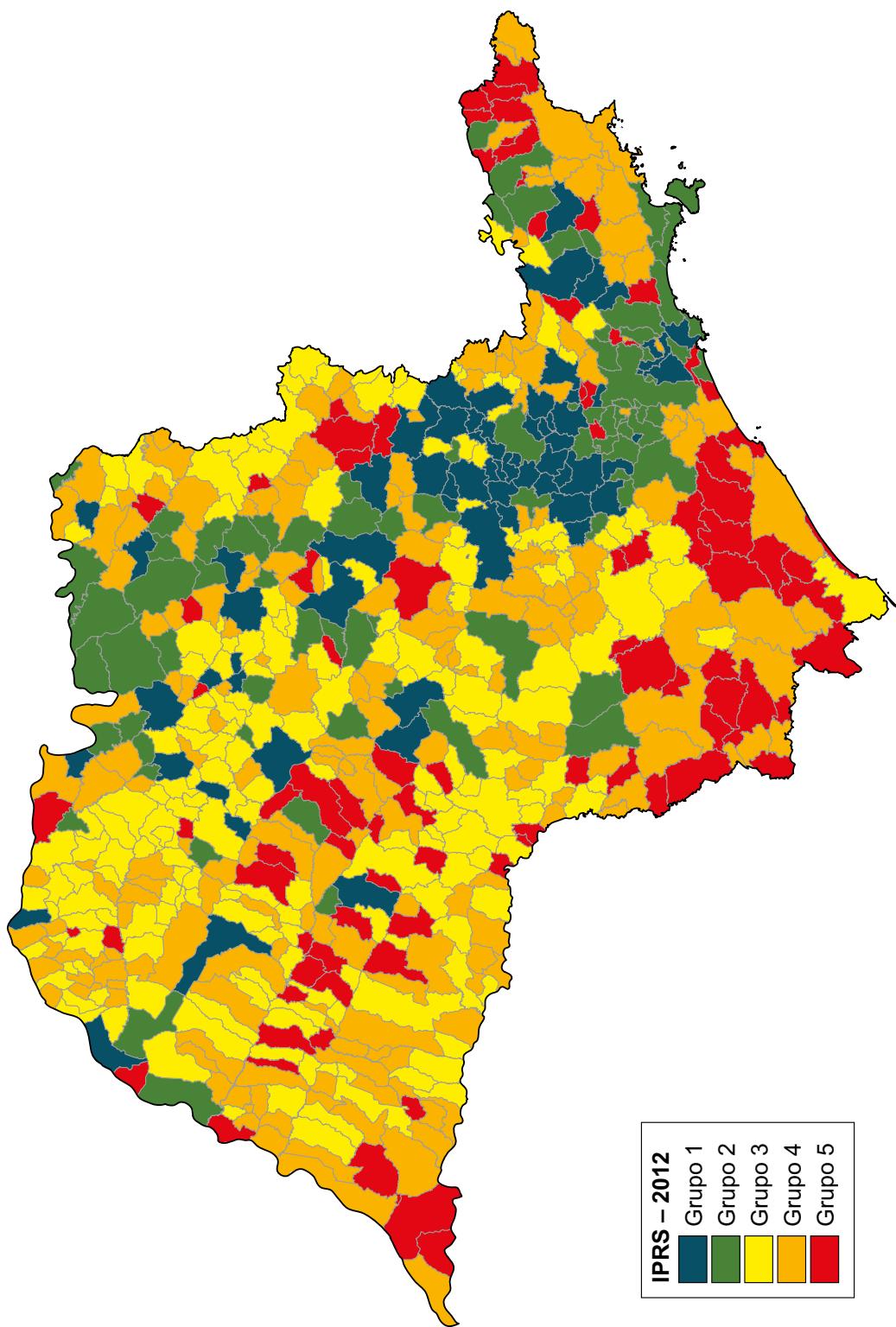
Tabela 9 Classificação dos municípios do Estado quanto ao IPRS

Grupos	Indicadores	Nº de municípios	Características
Grupo 1	Apresentam o <u>melhor desempenho</u> econômico e social.	70 municípios	Principais eixos rodoviários do Estado; destaque para as regiões do ABC, São José dos Campos, Sorocaba, Jundiaí e Piracicaba (23% da população do Estado)
Grupo 2	Alto nível de <u>riqueza</u> , que não <u>se reflete em seus indicadores sociais</u> .	82 municípios	Regiões de Campinas, parte da Grande São Paulo (ABC e Guarulhos) e Ribeirão Preto (49,5% da população do Estado)
Grupo 3	Nível de riqueza baixo, mas com <u>bons indicadores</u> de longevidade e escolaridade.	194 municípios	Pequenos e médios municípios, distribuídos entre as regiões oeste, centro-oeste e norte do território paulista (10,5% da população do Estado)
Grupo 4	Baixo nível de riqueza e <u>níveis intermediários</u> de longevidade e/ou escolaridade.	206 municípios	Encontrando-se disperso por quase todo o Estado de São Paulo (9,7% da população do Estado)
Grupo 5	Os <u>indicadores</u> de riqueza e sociais <u>mais desfavoráveis</u> no contexto estadual.	93 municípios	Regiões de Registro, Itapeva, Presidente Prudente e, em parte da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (7,3% da população estadual)

O mapa a seguir apresenta a distribuição dos municípios do Estado de São Paulo por grupos de vulnerabilidades a partir do IPRS.

²³ As variáveis das três dimensões do IPRS são: riqueza municipal (consumo de energia elétrica, rendimento médio por ocupação, valor adicionado fiscal etc.); longevidade (mortalidade infantil e entre idosos, taxa de mortalidade perinatal etc.) e escolaridade (atendimento às diferentes faixas etárias, cobertura da rede pública etc.). (Fonte: Fundação SEADE, 2015).

Figura 6 Mapa de municípios segundo os grupos do IPRS – 2012

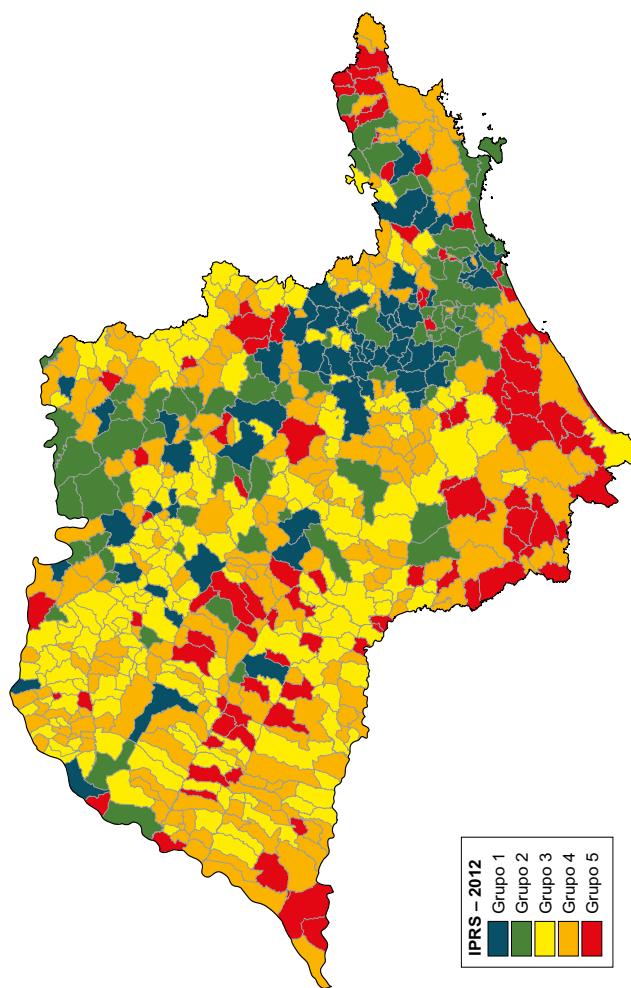


Fonte: Fundação SEADE – 2012: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=1>.

Observa-se que diversos municípios pertencem aos grupos de maior vulnerabilidade no IPVS e, ao mesmo tempo, aos grupos de menor condição de oferecer qualidade de vida e oportunidades à população, segundo o IPRS.

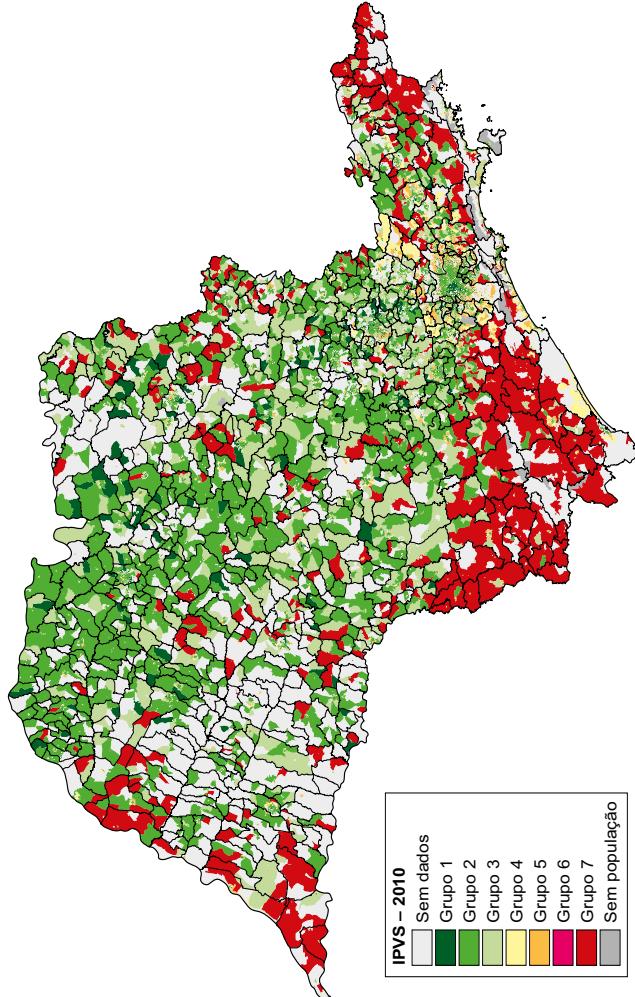
7 (a, b) Mapa de municípios segundo os grupos do IPRS – 2012 – e de distribuição da população, segundo grupos do IPVS – 2010

Figura 7a Mapa de municípios segundo os grupos do IPRS – 2012



Fonte: Fundação SEADE – 2012: <http://indices-ipr.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=1>.

Figura 7b Mapa de distribuição da população, segundo grupos do IPVS – 2010



Fonte: Fundação SEADE – 2012: <http://indices-ipr.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=1>.

Após a localização dos territórios com maiores vulnerabilidades, segundo dados do IPRS e IPVS, é possível destacar os territórios que exigem maior atenção do Governo do Estado, tanto em termos de priorização de investimentos quanto de formulação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades regionais que ainda persistem no Estado.

Nesse sentido, a atuação da assistência social assume papel fundamental para garantir a proteção social, por meio dos seus programas, projetos, serviços e benefícios.

4.4.2 As vulnerabilidades socioassistenciais inscritas no PMASWeb²⁴

Um conjunto de situações foi elaborado para que cada órgão gestor municipal possa indicar as situações de vulnerabilidade ou risco mais graves que ocorrem em suas cidades. Essas situações foram concebidas tomando como referência a Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em especial, os trechos a seguir:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. [2.4 Usuários]

[...]

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). [2.5 Assistência Social e as Proteções Afiançadas, 2.5.1. Proteção Social Básica]

[...]

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos. [2.5.2 Proteção Social Especial]

As 17 vulnerabilidades socioassistenciais, listadas a seguir, são ordenadas por nível de prioridade e registradas pelos gestores municipais da assistência social no PMASWeb, na ocasião da elaboração de seus planos municipais:

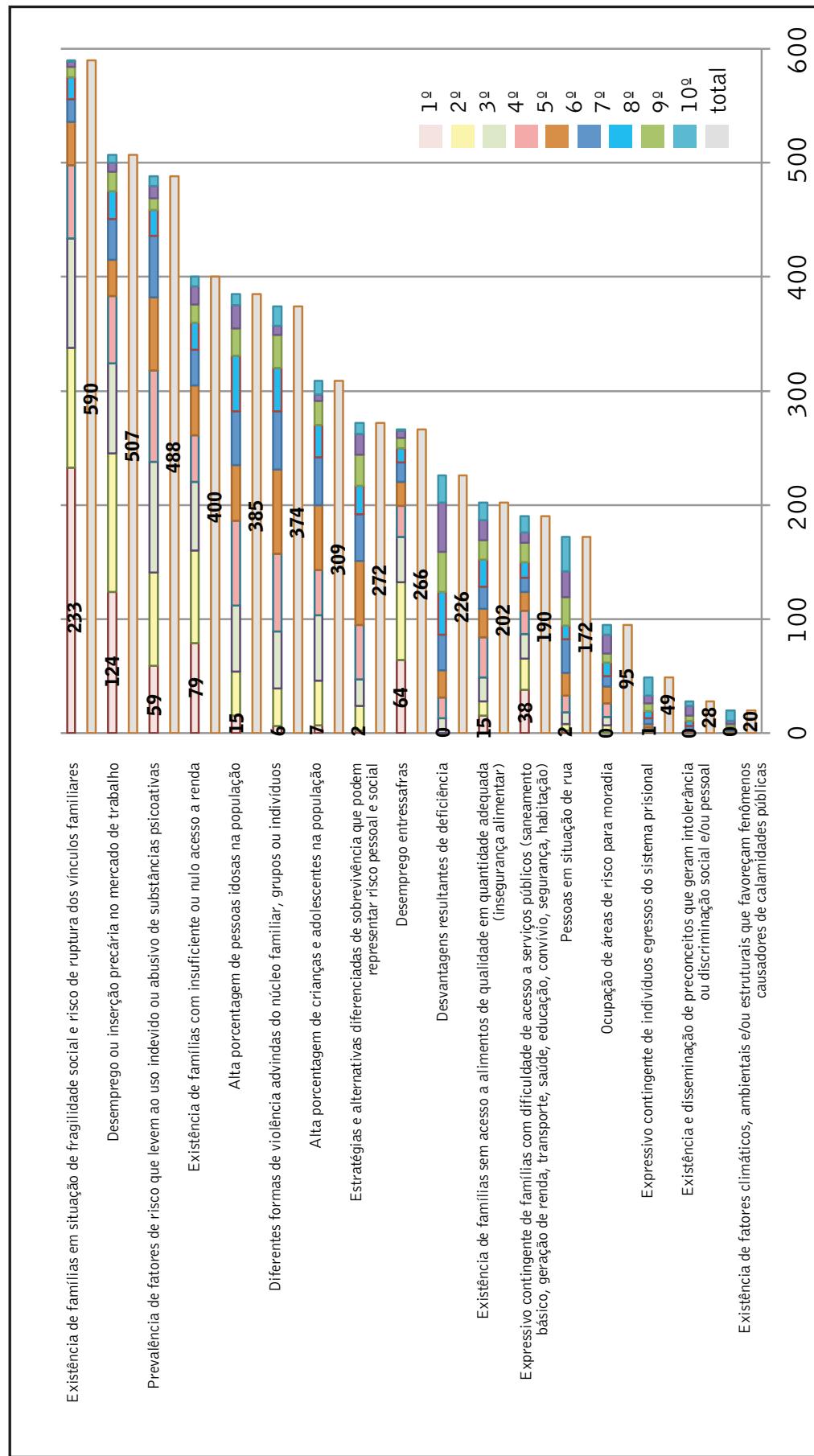
²⁴ Sistema PMASWeb: sistema estadual informatizado, disponibilizado aos municípios para elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social.

VULNERABILIDADES

- | |
|--|
| Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos; |
| Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; |
| Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; |
| Desemprego entressafras; |
| Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; |
| Expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos; |
| Alta porcentagem de pessoas idosas na população; |
| Existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada; |
| Alta porcentagem de crianças e adolescentes na população; |
| Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; |
| Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco; |
| Pessoas em situação de rua; |
| Expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional; |
| Existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favoreçam fenômenos extremos; |
| Existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação; |
| Desvantagens resultantes de deficiência; |
| Ocupação de áreas de risco para moradia. |

O gráfico e a tabela seguintes consolidam os resultados das vulnerabilidades informadas pelos municípios no PMASWeb 2015:

Gráfico 4 Total de citações das vulnerabilidades pelos municípios em ordem de importância



Fonte: PMASWeb 2015.

Tabela 10 Vulnerabilidades Socioassistenciais declaradas pelos municípios (Número de municípios, em cada DRADS, que registraram cada uma das vulnerabilidades socioassistenciais inscritas no PMASWeb)

Municípios que referenciam a situação de vulnerabilidade ou risco		Municípios que referenciam a situação de vulnerabilidade ou risco													
Macro	DRADS	Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares	Desemprego ou inserção no mercado de trabalho	Prevalência de fatores de risco que levam ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas	Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso à renda	Alta porcentagem de pessoas idosas na população	Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos	Alta porcentagem de crianças e adolescentes na população	Estratégias e alternativas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social	Desvantagens resultantes da deficiência	Pessoas em situação de rua	Ocupação de áreas de risco para moradia	Expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional	Existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal	Existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favorecam fenômenos causadores de calamidades públicas
I	Campinas Mogiana Piracicaba Sorocaba	41 19 23 30	32 18 20 25	39 13 14 21	27 12 14 16	26 7 11 10	34 7 14 15	19 8 6 7	7 13 9 12	20 5 4 10	21 10 8 15	11 0 4 13	3 1 2 7	1 0 0 0	
I Total		113	95	97	75	68	77	54	50	33	41	50	43	10	4
II	Alta Noroeste Alta Paulista Alta Sorocabana Fernandópolis São José do Rio Preto	43 20 27 44 46	26 16 29 37 38	29 14 21 16 16	22 13 26 25 29	21 14 22 34 28	17 8 18 9 21	12 9 10 25 17	27 14 14 25 14	8 5 8 9 7	20 10 10 15 13	11 0 7 9 5	3 3 4 0 0	1 0 0 1 0	
II Total		181	147	136	10	125	103	73	73	94	38	51	29	11	4
III	Araraquara Barretos Franca Ribeirão Preto	21 16 23 20	23 14 20 23	22 16 21 24	17 10 16 22	17 9 14 10	13 8 13 20	10 6 11 10	19 14 16 19	9 2 6 12	7 6 4 9	2 5 1 6	2 0 2 2	0 0 0 0	
III Total		80	83	65	52	61	44	46	64	39	26	26	24	7	2
IV	Avaré Bauru Botucatu Itapeva Marília	28 36 13 12 34	18 31 12 12 33	21 27 9 8 24	23 19 6 8 32	15 19 10 9 14	17 16 15 7 32	14 16 10 8 14	12 14 11 8 14	17 11 18 7 15	9 2 4 3 12	5 4 6 2 9	2 6 5 3 7	0 0 1 1 2	
IV Total		123	107	98	80	85	60	78	48	71	61	39	35	18	2
V	Baixada Santista Vale do Paraíba Vale do Ribeira	9 32 14	7 33 14	8 29 6	6 32 9	9 21 9	3 24 9	8 23 9	1 17 1	4 2 1	3 13 9	5 19 1	1 10 5	0 1 0	
V Total		55	54	51	46	36	42	35	33	4	27	17	33	16	6
VI	Capital Grande São Paulo ABC Grande São Paulo Leste Grande São Paulo Norte Grande São Paulo Oeste	1 7 10 6 14 38 590	0 4 7 5 8 24 507	1 3 6 6 12 23 400	1 3 9 2 5 31 385	0 2 8 11 9 19	1 2 8 11 9 31	1 2 4 11 9 25	0 6 3 0 10 22	0 17 3 9 10 19	1 0 5 11 12 22	1 0 5 11 12 24	1 0 0 1 1 21	0 0 1 1 2 4	
VI Total															20
Número de citações															28
															20

Dessas 17 vulnerabilidades socioassistenciais, pelo menos 4 referem-se diretamente a questões de falta de trabalho/renda, quais sejam:

- (2) Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho;
- (4) Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda;
- (6) Desemprego entressafra; e
- (11) Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco.

Verifica-se que 620 municípios indicaram pelo menos uma delas, entre as suas ocorrências. Por essa razão, a situação de vulnerabilidade associada a “renda” pode ser considerada a mais frequente.

Em seguida, mesmo que individualmente seja a mais citada, identifica-se a vulnerabilidade de “famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos”, citada por 590 municípios.

Questões como essas, entre outras, indicam que se faz necessário, no exercício do PEAS 2016-2019, continuar avançando na pesquisa das situações de vulnerabilidade socioassistencial, afinando-se os parâmetros de análise voltados ao planejamento das ações.

4.4.3 Vulnerabilidades Socioassistenciais por Macrorregiões/DRADS

A análise deste tópico busca compreender as vulnerabilidades socioassistenciais por macrorregião do Estado, sua incidência e relevância nos territórios, bem como sua relação com os serviços e benefícios ofertados pela Política de Assistência Social.

Vulnerabilidades diretamente relacionadas com a falta de trabalho/renda: Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco; e Desemprego entressafra.

Como visto anteriormente, é possível reconhecer uma categoria de vulnerabilidades relacionada à insuficiência de geração de renda, composta, pelo menos, pelas quatro vulnerabilidades analisadas abaixo quanto à sua incidência no território:

1. O desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho é uma vulnerabilidade relevante no Estado, que aparece com maior intensidade nos municípios de pequeno e médio porte.

2. Outra situação relacionada à ausência de renda é o desemprego na entressafra. Muitos trabalhadores ainda são contratados somente no período de safras, nas entressafras buscam outros empregos, mas encontram dificuldades devido à falta de qualificação e à baixa escolaridade.

A incidência territorial desta situação ocorre de maneira mais intensa na região centro-oeste do Estado, especificamente nas macrorregiões II, III e IV²⁵, e em especial nas regiões das DRADS Alta Noroeste (Araçatuba), Alta Paulista (Dracena), Alta Sorocabana (Presidente Prudente), Avaré, Barretos e Marília.

3. A existência de famílias com insuficiência de renda é uma vulnerabilidade presente em todas as macrorregiões do Estado.

Sazonalidade do trabalho e população flutuante

Por causa de características específicas, alguns municípios vêm sua população aumentar sazonalmente, aumentando também o número de famílias em situação de vulnerabilidade ou a demanda de Proteção Social.

²⁵ Ver Tabela 2 – Caracterização geral das macrorregiões/DRADS

Relatam essa situação, em seus diagnósticos, as DRADS Piracicaba, Alta Paulista, Alta Sorocabana, São José do Rio Preto, Barretos, Franca, Avaré, Bauru, Itapeva, Marília, Baixada Santista e Vale do Paraíba.

A sazonalidade do trabalho geralmente é associada às atividades econômicas relacionadas ao trabalho no campo, com a oferta de empregos sazonais e inserção precária no mercado de trabalho (entressafra), mas tais características também são encontradas nas regiões e municípios marcados por um aumento da população em determinados períodos do ano (fluxos de temporada) como no caso do Litoral Paulista ou cidades turísticas.

Os diagnósticos elaborados pelas DRADS apontam para a sazonalidade do trabalho em algumas regiões ou municípios específicos, que possuem tradição de realização de grandes festas agropecuárias no interior do Estado, que dinamizam a economia e proporcionam oportunidades de trabalho no setor de serviços, comércio e hotelaria e requerem contratações temporárias, como a Festa do Peão de Barretos, entre outras existentes no Estado.

Encontramos a sazonalidade do trabalho também nos municípios do Litoral Paulista, resultante dos fluxos da temporada que aquecem a economia local nestes períodos, mas que, na baixa temporada, convivem com o desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho.

4. Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência podem representar risco pessoal e social, submetendo crianças e adolescentes a situações degradantes; por exemplo, a mendicância, a exploração sexual, o trabalho penoso, o cometimento de ato infracional por adolescentes, o tráfico e uso de drogas etc., que os deixam expostos à violência, entre outras formas gravíssimas de violação de direitos.

Vulnerabilidades advindas do trabalho infantil

O envolvimento de crianças e adolescentes em determinadas atividades priva-os de um desenvolvimento saudável e integral como preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Estado de São Paulo, foram registradas ocorrências destas situações por 47,4% dos municípios em seus planos municipais e, de maneira semelhante, em todos os portes de municípios, apenas com uma pequena diminuição nos municípios de Pequeno Porte.

Considera-se que o trabalho infantil é uma das estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Sua relevância se deve, entre outros aspectos, ao fato de que, em 1999, o Brasil ratificou a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição do trabalho infantil e seu compromisso em eliminar as piores formas até 2016.

Apesar da queda de 58% de incidência de trabalho infantil no Brasil nos últimos 20 anos, segundo Pesquisa de 2013 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a sua incidência continua muito grande no país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, em 2013, ainda existiam 3,5 milhões de crianças e adolescentes no Brasil em situação de trabalho infantil.

No Estado de São Paulo, constatou-se a incidência de trabalho infantil em 643 municípios e, de acordo com os dados do Censo de 2010 (IBGE), cerca de 70 mil crianças na faixa dos 10 aos 13 anos – faixa etária em que nenhum tipo de trabalho é permitido – estão submetidas a esta situação.

Esses dados indicam a importância dos Serviços de Proteção Social para a redução da ocorrência de trabalho infantil, como dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social e dos Programas de Transferência de Renda, para o que se faz necessária a articulação entre os Serviços e Benefícios como preconizado pelo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Por fim, cabe ressaltar a importância do trabalho intersetorial com a Educação, o Sistema de Garantia de Direitos, bem como Ministério do Trabalho e Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. Serviços e Benefícios da Política de Assistência Social para a erradicação do Trabalho Infantil.

Vulnerabilidades derivadas da existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos

A existência de famílias em situação de fragilidade e risco de ruptura de vínculos familiares é a vulnerabilidade com maior recorrência no Estado.

Esse dado ressalta a importância dos Serviços de Proteção Social Básica, que têm como objetivo principal, segundo a PNAS/2004, a prevenção a situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Vulnerabilidades derivadas da prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas

A questão da prevalência de fatores de risco que levam ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas está presente em todas as regiões do Estado.

São os municípios do interior do Estado e os de menor porte que atribuem maior importância a esta vulnerabilidade, tendo em vista as dificuldades em garantir o atendimento especializado para esta demanda e insuficiência ou ausência de Serviços de Proteção Social Especial como CREAS ou Serviços de Saúde como os Centros de Apoio Psicossociais (CAPS A/D).

A questão do uso e abuso de substâncias psicoativas remete também ao princípio da Incompletude Institucional, pois esta é uma questão complexa que só pode ser enfrentada com um trabalho intersetorial que envolva a Saúde, a Segurança Pública e Sistema de Justiça, entre outros.

Vulnerabilidades derivadas do expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos

É nas regiões metropolitanas que esta vulnerabilidade se apresenta com maior ênfase.

Vulnerabilidades derivadas da alta porcentagem de pessoas idosas na população

Esta vulnerabilidade não foi priorizada na Macrorregião I (capital e região metropolitana de São Paulo) e na Macrorregião III (Franca), sendo avaliada como de maior relevância nas cidades do interior do Estado.

O alto percentual de pessoas idosas na população, bem como a tendência de que este número continue a aumentar, reforçam a importância dos Serviços de Proteção Social Básica, para a prevenção ao isolamento, a manutenção dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção à institucionalização em Serviços de Acolhimento.

A relevância dada a esta vulnerabilidade também indica para a necessidade dos Serviços da Proteção Social Especial, tanto de Média quanto de Alta Complexidade, com caráter protetivo e de Garantia de Direitos nos casos de violência e rompimento de vínculos familiares e comunitários como das Instituições de Longa Permanência e das Repúblicas para Idosos. E, por fim, da importância dos Programas de Transferência de Renda, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e também de Programas de Segurança Alimentar como o Bom Prato.

Vulnerabilidades derivadas da existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada

Trata-se de uma questão que atinge parte da população, particularmente nas metrópoles. Daí a importância para estas famílias de benefícios e serviços, como o Bom Prato e o Vivaleite (programas de Segurança Alimentar), alinhados aos Programas de Transferência de Renda e Proteção Social.

Vulnerabilidades derivadas da alta porcentagem de crianças e adolescentes na população

Esta vulnerabilidade ressalta a importância dos Serviços de Proteção Social Básica, em especial dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e dos Serviços da Proteção Social Especial nos casos de violação de direitos.

Considerando o princípio da Proteção Integral e da Incompletude Institucional para as questões ligadas à Criança e ao Adolescente, deve-se levar em conta a importância do trabalho intersetorial com as demais políticas, com o objetivo de oferecer ao grupo infantojuvenil as oportunidades necessárias ao seu desenvolvimento integral, uma das quais seria a oferta de Educação visando à permanência das crianças e adolescentes nos estudos até sua conclusão.

Vulnerabilidades derivadas de diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos

Esta vulnerabilidade está presente em todo o território do Estado, aparecendo em cinco das seis Macrorregiões, exceto na Macrorregião IV (Marília, Bauru, Avaré, Botucatu e Itapeva).

A presença e a relevância desta vulnerabilidade no Estado indicam a importância da implantação da Proteção Social Especial, principalmente dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que são fundamentais para Proteção Social diante das situações de violência e de violação de direitos.

Sabe-se que a violência é um fenômeno complexo, remetendo também para a importância do trabalho intersetorial e em rede com as demais políticas, além do trabalho preventivo que deve ser realizado pelos serviços da Assistência Social e demais políticas.

Vulnerabilidades das pessoas em situação de rua

Nos últimos anos, observa-se um crescimento importante no número de municípios que relatam por meio do PMASWeb a presença de pessoas em situação de rua no Estado de São Paulo.

É uma vulnerabilidade que adquire maior relevância na Macrorregião da capital e regiões metropolitanas, como Grande São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte (região de São José dos Campos), Baixada Santista e Sorocaba, e principalmente naquelas cidades localizadas nos eixos rodoviários do Estado.

Esses dados ressaltam a importância dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS e Centro POP) e dos Serviços da PSE de Alta Complexidade para os casos em que haja o rompimento dos vínculos familiares e comunitários.

Vulnerabilidades do expressivo contingente de indivíduos egressos do sistema prisional

Com a desconcentração do sistema penitenciário do Estado, que agrupa detentos de outros municípios ou mesmo de outras regiões, mais ou menos distantes dos seus locais de residência, há, para as DRADS que concentram maior número de presídios, uma questão ainda pouco refletida pela Assistência Social, sobre as demandas que se apresentam para este grupo.

Os municípios que abrigam as penitenciárias recebem um número significativo de pessoas nos dias de visita aos detentos. Também ocorre que, ao concluir o período da pena, muitos permanecem no mesmo município, acarretando maior demanda por serviços da assistência social. É preciso aprofundar e qualificar esta vulnerabilidade e as demandas apresentadas.

Vulnerabilidades derivadas da existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favoreçam fenômenos extremos

Fatores ambientais relacionados a áreas de preservação do meio ambiente são impeditivos à fixação da população em determinadas áreas. Acrescente-se que fenômenos atmosféricos – tempestades, enchentes e desabamentos – têm-se tornado mais frequentes, elevando o grau de risco em determinadas áreas.

A população carente, atingida por fenômenos dessa natureza, torna-se dependente da assistência social e dela espera o apoio de que necessita para reestruturar a vida.

Vulnerabilidades resultantes de deficiências

Questão específica de pessoas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, abrangendo uma gama de limitações pessoais, conforme previsto na Lei No. 13.146 de 6 de julho de 2015.

No cotidiano, as pessoas com deficiência sofrem dos mesmos mecanismos de discriminação e intolerância que permeiam a relação com todos aqueles tidos como diferentes na sociedade, sendo necessária uma estratégia social que promova seu pleno desenvolvimento. Apesar de toda evolução que tivemos no tocante à inclusão das pessoas com deficiência, ainda nos deparamos com mecanismos discriminatórios, dificuldades de acesso a serviços públicos e no mercado de trabalho.

O SUAS deve promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de assegurar maior grau de autonomia e propiciar sua plena participação social, destinando desde benefícios de prestação continuada até os de visitas domiciliares e prevenção ao isolamento.

Vulnerabilidades derivadas da ocupação de áreas de risco para moradia

Em que pesem as proibições de ocupação de áreas de risco para moradia, as ocupações irregulares continuam acontecendo em muitas dessas áreas.

Frente aos incidentes crescem, na mesma proporção, as demandas à assistência social, por abrigo, apoio material e benefícios eventuais.

Frequentemente, o agravamento nas condições de vida traz maiores dificuldades nas relações familiares, conflitos, que elevam as exigências de trabalho social. Por isso a importância dos Benefícios e Programas de Transferência de Renda para estas famílias, bem como a necessidade de um trabalho intersetorial com outros órgãos governamentais, em especial com a Defesa Civil, Secretaria de Meio Ambiente, entidades da sociedade civil ligadas à questão ambiental e empresas, buscando atenuar os efeitos da condição de vulnerabilidade em que se encontram.

4.4.4 Similaridades e distinções entre regiões do Estado de São Paulo que apontam para diretrizes da política de Assistência Social e definem ênfases de ação comum

No conjunto dos Estados da federação, São Paulo tem diferenciais importantes que ditam as complexidades próprias à definição de prioridades e de respostas às demandas de proteção social de sua população.

É o maior Estado do país no que diz respeito ao número de habitantes, com uma população superior à dos três Estados da região Sul. Ademais, concentra cinco regiões metropolitanas.

Possui 645 municípios com realidades díspares: desde os de pequeníssimo porte (101 municípios com menos de 5.000 habitantes), até seus cinco conglomerados metropolitanos. Em um deles, encontra-se o maior município do país, São Paulo, com mais de 11 milhões de habitantes.

Na última década, a mancha urbana ao redor da capital praticamente dobrou. O processo de conurbação do entorno de São Paulo reúne 153 municípios, que representam 27% do PIB do país e 80% de toda a riqueza do Estado, reunindo 30 milhões de habitantes.

No conjunto do Estado há municípios com vocação econômica claramente voltada ao agronegócio, outros com enormes distritos industriais, outros, ainda, que são estâncias turísticas.

Nos municípios pequenos, na maioria rural, constata-se que a maior vulnerabilidade social se expressa na ausência de renda/trabalho. O grande desafio é a inclusão no mundo de trabalho e renda com maior pró-atividade das políticas de qualificação profissional e geração de trabalho e renda; implementação de arranjos produtivos locais introduzindo empreendimentos de economia criativa enlaçada às cadeias locais/regionais.

Nos municípios de médio e grande porte observa-se melhor qualidade de vida, diversificação do mercado de trabalho e acesso menos precário aos serviços das diversas políticas públicas.

Nas regiões metropolitanas, a vivência da desproteção social está associada aos fortes processos de segregação urbana; ao confinamento nas periferias ou em regiões deterioradas nos centros urbanos; aos fortes déficits habitacionais e de conforto socioambiental, bem como à enorme precariedade no acesso e qualidade dos serviços básicos. Há igualmente as situações de alta vulnerabilidade que pouco se fazem visíveis nas estatísticas nacionais: os sem teto, os abandonados, os dependentes químicos, as situações cotidianas de violência urbana ocultas nos pactos de medo e silêncio.

As macrorregiões onde se situam as DRADS nem sempre refletem convergências em torno de vulnerabilidades e demandas de proteção social. Daí a importância de destacar algumas similaridades entre territórios no que se refere à política de assistência social.

A análise que se segue apresenta os principais pontos descritos nos diagnósticos socioterritoriais elaborados pelas DRADS²⁶, em que é possível observar particularidades que estão presentes em seus territórios e incidem diretamente nas condições de vida da população local, ou agravam as vulnerabilidades já existentes, tais como a presença de penitenciárias, assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, sazonalidade do trabalho e população flutuante, refugiados e migrantes, cidades com vocação turística, “cidades-dormitório”, municípios com infraestrutura e condições de moradia inadequadas e municípios com ocupação irregular do solo e com áreas de preservação ambiental.

DRADS em cujos territórios observam-se um conjunto complexo de fatores de risco e vulnerabilidade social

Observa-se em algumas regiões a existência de um conjunto complexo de fatores que potencializam as situações de risco e vulnerabilidades sociais, tais como a presença de penitenciárias, unidades de internação de adolescentes, assentamentos, cidades com atividade econômica agroindustrial, estâncias turísticas ou concentração de pequenos municípios.

Esta complexidade dada pelo conjunto de fatores está presente, preponderantemente, nas DRADS Alta Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Bauru e Avaré.

Três destas DRADS – Alta Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana – estão localizadas no extremo oeste do Estado, fazendo fronteira entre si. Duas delas fazem fronteira com os Estados de Mato Grosso e Paraná. São igualmente regiões com terras devolutas transformadas em assentamentos, sobretudo na Alta Sorocabana, com a presença de assentamentos e de movimentos agrários.

A região de Avaré e dois municípios da Alta Paulista, banhados pelo rio Paraná, são considerados estância turística. Esta região agrega também presídios de segurança máxima e unidades de internação da Fundação CASA, aldeias indígenas e famílias assentadas. Conta com a presença da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de SP (ITESP).

Na região da DRADS Bauru, os municípios que beiram o rio Tietê são turísticos. Nas temporadas, observa-se aumento do trabalho infantil e até mesmo casos de abuso sexual infantil, além do uso de substâncias psicoativas.

²⁶ A versão resumida dos diagnósticos elaborados pelas DRADS está disponível no Apêndice A e a versão completa no site da SEDS (www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br).

DRADS cujos municípios são os mais pobres do Estado de São Paulo, Itapeva e Vale do Ribeira, e municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais

Em que pesem as diversas iniciativas do Governo do Estado de São Paulo dos últimos anos para investir no desenvolvimento e na redução das vulnerabilidades, por meio de políticas públicas específicas, os municípios pertencentes às DRADS do Vale do Paraíba e Itapeva apresentam os maiores índices de vulnerabilidade do Estado de São Paulo, já que os dados disponíveis ainda não captaram a evolução alcançada.

De qualquer forma, para a compreensão desta situação, é preciso considerar aspectos históricos e geográficos presentes nestas regiões, como a topografia acidentada e o clima, os quais dificultaram a ocupação humana na região, que também possui áreas de preservação ambiental e é marcada pela carência de infraestrutura básica, dificultando até mesmo o processo de industrialização.

Os municípios do Vale do Ribeira e de Itapeva têm em comum a ausência de infraestrutura básica e o seu isolamento, causado pelas dificuldades de locomoção entre os municípios e demais regiões, em razão da precarização das estradas e do transporte coletivo intermunicipal limitado, que dificultam a circulação das pessoas.

A ausência de serviços nos municípios, somada à precariedade dos transportes, agrava as condições de vida da população destas regiões. A ausência de postos de atendimento e de agências bancárias ampliam as dificuldades dos usuários da Assistência Social que recebem benefícios ou Transferência de Renda e precisam viajar para retirar o cartão eletrônico e sacar o benefício mensal, gastando, com isso, uma parte do benefício em transporte.

Destacam-se ainda alguns municípios que sofrem frequentemente com os efeitos climáticos decorrentes das chuvas, com enchentes e inundações de partes da cidade.

Ambas as regiões contam com a presença de comunidades tradicionais e indígenas em sua população, consideradas grupos vulneráveis, com demandas específicas. Além disto, a DRADS do Vale do Ribeira menciona em seu diagnóstico as dificuldades para se realizar o trabalho com a população indígena, no que se refere à mendicância, e também de se lidar com o trabalho infantil nas cidades do litoral. Além disso, nessas comunidades, está presente maior incidência de uso abusivo de substâncias psicoativas, principalmente o álcool, o que indica a importância da oferta de Serviços de Proteção Social Especial na região.

São regiões pobres, sem infraestrutura e isoladas.

Municípios com vocação turística

As DRADS Baixada Santista, Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Avaré, Bauru, Campinas, Fernandópolis, Franca, Marília, Piracicaba, Sorocaba, Capital, Grande São Paulo Sul, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Oeste, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira indicam a presença de cidades com vocação turística.

Em algumas regiões, trata-se de um fator favorável. É o caso da DRADS de Avaré, em que três municípios têm título de Estância Turística e um de Estância Hidromineral, o que lhes garante maiores investimentos para promoverem o turismo regional. Entretanto, em municípios que apresentam um grande fluxo de pessoas, seja pela vocação turística ou por períodos de temporada, a ocorrência de trabalho infantil e/ou outras situações que incidem sobre as vulnerabilidades e riscos, principalmente para crianças e adolescentes, pode se agravar.

Outro ponto de atenção é o da região portuária em Santos e em São Sebastião, que apresentam casos de trabalho infantil e tráfico de pessoas.

Como exemplos desta situação, tem-se a sub-região de Guaratinguetá, pertencente à DRADS do Vale do Paraíba, que concentra algumas cidades com turismo religioso, ou ainda cidades do interior do Estado, com as tradicionais festas agropecuárias.

No Vale do Paraíba, Guaratinguetá apresenta elevado número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, relacionado ao turismo religioso.

Nos diagnósticos destas regiões, verifica-se a presença ou o aumento de situações de trabalho infantil, ou mesmo de exploração de crianças e adolescentes, ligadas ao grande fluxo de pessoas nesses territórios. Embora deva ser aprofundada, essa análise evidencia a necessidade dos Serviços de Proteção Social Especial, bem como da Proteção Social Básica, com o trabalho preventivo para diminuir a incidência destas ocorrências.

Municípios com ocupação irregular do solo e com áreas de preservação ambiental

A questão da moradia precária se agrava com a ocupação irregular do solo e pela existência de áreas de preservação ambiental nos municípios, o que dificulta a melhoria da habitabilidade com a implantação de serviços públicos em seus territórios. Essas condições são destacadas, em seus diagnósticos, pelas DRADS Araraquara, Avaré, Bauru, Botucatu, Campinas, Capital, Itapeva, Marília, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Grande São Paulo Sul, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Oeste, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira.

Estas situações evidenciam a importância de um trabalho intersetorial com as demais políticas para a busca de alternativas e soluções para os desafios postos nestes municípios com vistas à redução das vulnerabilidades e riscos próprios desses territórios.

Municípios com presença de Assentamentos Rurais

Contam com a presença de assentamentos rurais as DRADS: Alta Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Araraquara, Avaré, Baixada Santista, Barretos, Bauru, Campinas, Fernandópolis, Franca, Itapeva, Marília, Mogiana, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira.

A presença de acampamentos e assentamentos de movimentos agrários em algumas regiões e ou municípios do Estado também é relacionada ao aumento das vulnerabilidades, tendo como primeiro reflexo o aumento da população e consequentemente o aumento da demanda de Proteção Social, principalmente dos Serviços de Proteção Social Básica e dos Benefícios e Programas de Transferência de Renda.

Em especial, as DRADS Avaré, Bauru, Marília, Barretos, Alta Sorocabana e Alta Paulista destacam, em seus diagnósticos, a presença dessa população relacionada às demandas socioassistenciais.

As demandas de Proteção Social ligadas à presença de famílias assentadas e/ou acampadas em alguns territórios trazem consigo vários desafios para a Política de Assistência Social e também exigem um trabalho articulado com outros atores, como o Incra²⁷ e o Itesp²⁸, para a efetivação de políticas públicas.

As DRADS destacam dois desafios ligados a esta situação. Um é a questão da localização, uma vez que tais acampamentos e assentamentos se localizam distantes dos perímetros urbanos. O outro está relacionado à dificuldade de inserção desta população no mercado de trabalho local, em razão das próprias características da economia dos municípios ou região, que apresentam escassez de atividades geradoras de emprego e renda que possam contribuir para a fixação e inserção dessa população.

Nestas regiões foi destacada a insuficiência de profissionais para cobertura dos serviços socioassistenciais. Os CRAS implantados não apresentam impactos expressivos. A população é dependente da rede de serviços socioassistenciais, principalmente PSE, que, aparentemente, é suficiente.

²⁷ O INCRA tem por missão principal promover a reforma agrária de maneira justa e sistematizada, a médio e longo prazo, manter e gerir o cadastro nacional de imóveis rurais, administrar terras públicas, além de identificar e registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas.

²⁸ A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) é a entidade responsável por planejar e executar as políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo e pelo reconhecimento das Comunidades de Quilombos.

Nos menores municípios, da zona rural, além da vulnerabilidade social que mais atinge sua população – a ausência de renda e a sazonalidade do trabalho – há também o acúmulo maior de déficit em relação à gestão pública local. A gestão da Política Municipal de Assistência Social é bastante incipiente, devendo haver um esforço adicional para a melhoria do seu desempenho técnico e operacional-financeiro. Há necessidade de capacitação dos técnicos e gestores públicos, tanto para a gestão dos recursos como para o desenvolvimento da Política de Assistência Social.

Municípios com presença de penitenciárias

Destacam as penitenciárias em seus territórios as DRADS: Alta Paulista, Alta Noroeste, Avaré, Vale do Paraíba, Alta Sorocabana, Bauru, São José do Rio Preto, Campinas, Sorocaba e Capital, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Oeste, Grande São Paulo Sul, Grande São Paulo Leste.

A descentralização político-administrativa e a regionalização de alguns serviços, como a instalação de unidades do sistema prisional e da Fundação CASA, são relacionadas por alguns municípios como um fator que aumenta as vulnerabilidades em seus territórios.

A presença dessas unidades é registrada pelas DRADS como significativa em alguns municípios do Estado, ocasionando um aumento da população, formada tanto por trabalhadores dos presídios, quanto por familiares de presos, que acabam migrando para o município. Este contingente adicional sobrecarrega as áreas de Saúde e Assistência Social. É importante destacar que o impacto da instalação destas unidades adquire maior relevância nos municípios de Pequeno Porte.

De acordo com o diagnóstico elaborado pelas DRADS:

- A região de Alta Paulista concentra nove penitenciárias e uma unidade de internação da Fundação CASA;
- Em Avaré, a população carcerária é ocupante de presídios de alta periculosidade (Itaí, Avaré, Cerqueira César, Iaras e Taquarituba) e de quatro unidades da Fundação CASA (Cerqueira César e Iaras);
- A região de Bauru abriga 11 Unidades Prisionais, 1 Centro de Detenção Provisória, 1 Centro de Ressocialização, 2 Unidades de Internação da Fundação CASA;
- Alta Noroeste apresenta sete penitenciárias em sua região.

DRADS onde se localizam aldeias indígenas e comunidades quilombolas

Algumas regiões do Estado concentram grupos populacionais específicos, como comunidades quilombolas e comunidades indígenas. Tais grupos são definidos como vulneráveis e, por essa razão, têm prioridade de atendimento pela Política de Assistência Social, mas com especificidades a serem consideradas e que necessitam do envolvimento de outros atores para a efetivação de políticas públicas. No caso da população indígena, esses outros atores seria a Funai, órgão indigenista responsável pela promoção e proteção aos direitos dos povos indígenas de todo o território nacional.

Contam com a presença de comunidades tradicionais, comunidades quilombolas e/ou indígenas as DRADS Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, Avaré, Marília, Itapeva, Sorocaba, Piracicaba, Campinas e Capital.

São 29 as terras indígenas no Estado de São Paulo que já contam com algum tipo de reconhecimento por parte do governo. Tais áreas somam 41.566,6920²⁹ hectares localizados na área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, contribuindo com a conservação da diversidade biológica e cultural do bioma.

29 Fonte: Comissão Pró índio de São Paulo.

Tabela 11 Situação das comunidades indígenas em 2007

Comunidade	Município	Área (ha)	Famílias (nº)	Ano
Comunidades Tituladas				
Ivaporunduva	Eldorado	2.754	98	2003
Maria Rosa	Iporanga	3.375	20	2001
Pedro Cubas	Eldorado	3.806	40	2003
Pilões	Iporanga	6.222	51	2001
São Pedro	Eldorado/Iporanga	4.688	39	2001
Galvão	Eldorado/Iporanga	2.234	29	2007
Comunidades Reconhecidas				
Cafundó	Salto de Pirapora	209	24	1999
Caçandoca	Ubatuba	890	19	2000
Jaó	Itapeva	165	53	2000
André Lopes	Eldorado	3.200	76	2001
Nhunguara	Eldorado/Iporanga	8.100	91	2001
Sapatu	Eldorado	3.711	82	2001
Mandira	Cananéia	2.054	16	2002
Praia Grande	Iporanga	1.584	26	2002
Porto Velho	Iporanga	941	09	2003
Pedro Cubas de Cima	Eldorado	6.875	22	2003
Capivari	Capivari	7	17	2004
Brotas	Itatiba	12	32	2004
Cangume	Itaóca	724	33	2004
Camburi	Ubatuba	972	39	2005
Morro Seco	Iguape	165	47	2006

Fonte: Comissão Pró Índio de São Paulo.

De acordo com os diagnósticos elaborados pelas DRADS:

- Em Ubatuba, no Vale do Paraíba, existem comunidades quilombola e indígena.
- Em Bauru, a Reserva Indígena Arariba, no município de Avaí, é composta por quatro aldeias, com população média de 650 índios, em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Em Avaré, Barão de Antonina também tem a presença de população indígena, que envolvem outros atores para a efetivação de políticas públicas, como a Funai, órgão indigenista responsável pela promoção e proteção aos direitos dos povos indígenas de todo o território nacional.
- O município de Arco-Íris, em Marília, possui uma aldeia indígena com 240 habitantes, que são atendidos pela Rede Socioassistencial.
- O Vale do Ribeira concentra a maioria das comunidades quilombolas do Estado e comunidades indígenas vivem dentro ou próximas às reservas florestais.

- Sorocaba (Salto de Pirapora), Piracicaba (Capivari) e Campinas (Itatiba) também possuem comunidades quilombolas.
- Na região atendida pela DRADS Itapeva, quatro municípios possuem população tradicional quilombola: Barra do Chapéu, Iporanga, Itaóca e Itapeva.

Pequenos municípios em torno de poucos municípios de Grande Porte, com a presença de universidades e redes de serviços sociais públicos razoavelmente contemplados

As DRADS de Araraquara, Botucatu, Franca, Marília, Mogiana, Ribeirão Preto, Piracicaba, São José do Rio Preto e Fernandópolis possuem contextos similares. Nestas DRADS encontram-se municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

A despeito desta condição, foi destacada em Franca a presença de crianças e adolescentes de 10 a 15 anos em situação de trabalho infantil que correspondem a 6,6%, a maior taxa do Estado, juntamente com a região de Dracena. Entre a faixa etária de 14 e 15 anos este percentual é ainda maior, sendo identificados 13,9%.

DRADS em regiões metropolitanas

O Estado de São Paulo, com aproximadamente 42 milhões de habitantes, apresenta uma notável concentração da população em suas cinco regiões metropolitanas, quase 80% do total de habitantes do Estado.

Contam, em sua região de abrangência, com regiões metropolitanas as DRADS Capital, Grande São Paulo ABC, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Oeste, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba.

A DRADS Grande São Paulo apresenta uma densidade demográfica 44 vezes maior que a média estadual, enquanto a DRADS Vale do Ribeira tem densidade demográfica 7,5 vezes menor que a mesma média.

A região metropolitana de São Paulo apresenta “ilhas” de preservação ambiental. Por exemplo, os municípios ao longo da Régis Bittencourt possuem extensas áreas de capoeiras³⁰ e de reflorestamento. Compõem igualmente estas regiões as chamadas “cidades-dormitório”, apresentando ambiente urbano pobre, com baixa oferta de serviços públicos.

As maiores vulnerabilidades identificadas nas regiões metropolitanas são emprego e renda, moradia e saneamento básico, que demandam ações intersetoriais e serviços socioassistenciais de Média e Alta Complexidade.

CAMPINAS E SOROCABA

Campinas é uma região heterogênea quanto ao porte dos 43 municípios: 1 Metrópole, 11 de Grande Porte, 6 de Médio Porte, 12 de Pequeno Porte II e 13 de Pequeno Porte I. A DRADS divide o território em 4 regiões: Metropolitana de Campinas (20 municípios); Aglomeração Urbana de Jundiaí (7), Bragantina (10) e Circuito das Águas (6).

Nos municípios pequenos rurais, as vulnerabilidades seguem sendo famílias em extrema pobreza, ausência de renda. Nos municípios urbanos, as vulnerabilidades mais destacadas são a presença de população em situação de rua, tráfico de pessoas; refugiados/migrantes em Campinas; trabalho infantil; medidas socioeducativas em meio aberto, violência contra mulheres e jovens na região.

A região de Sorocaba é composta por 31 municípios. São 11 de Pequeno Porte I, 11 de Pequeno Porte II, 3 de Médio Porte e 6 de Grande Porte. As vulnerabilidades apontadas referem-se à existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares, o desemprego ou a inserção precária no mercado de trabalho e mesmo nulo acesso a renda.

³⁰ Vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos.

BAIXADA SANTISTA

A Baixada Santista tem como polo a cidade de Santos, com sua intensa atividade portuária. A vocação industrial é característica predominante de Cubatão, primeiro polo industrial do país, enquanto São Vicente atua como “cidade-dormitório” para os trabalhadores desses outros dois municípios. Além disso, prepondera a sazonalidade do emprego por todos os municípios, resultante dos fluxos da temporada turística.

VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE (REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA)

São 22 municípios de Pequeno Porte I, 6 de Pequeno Porte II, 5 de Médio Porte e 6 de Grande Porte.

Em relação às atividades econômicas, a sub-região de São José dos Campos concentra o polo industrial e tecnológico do Vale do Paraíba; a sub-região de Taubaté conta com a presença de estâncias turísticas; a sub-região de Guaratinguetá tem o turismo religioso nos municípios de Aparecida, Cachoeira Paulista e Guaratinguetá; a sub-região de Cruzeiro oferece o ecoturismo, turismo rural, de aventura, religioso e histórico-cultural; a sub-região Litoral Norte tem estâncias turísticas e possui boa arrecadação por suas reservas petrolíferas e com o porto de São Sebastião.

Na sub-região Taubaté, os municípios de Taubaté e Tremembé possuem unidades prisionais, que acarretam as vulnerabilidades decorrentes dessa situação.

Municípios com infraestrutura e condições de moradia inadequadas

As condições de infraestrutura e moradia inadequadas estão presentes nas DRADS Capital, Baixada Santista, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, Capital, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Oeste, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Sul e Araraquara.

A precariedade das condições de moradia é uma questão presente nas metrópoles e nas cidades do seu entorno, impactando as condições de vida da população e agravando suas vulnerabilidades, de modo que um expressivo contingente de famílias tem dificuldade de acesso aos serviços públicos como saneamento básico, transporte, saúde, educação, segurança e habitação.

Estas situações evidenciam a importância de um trabalho intersetorial com as demais políticas públicas, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, principalmente no que se refere à habitação, e seus reflexos na redução das vulnerabilidades e riscos presentes nos territórios.

Indicação de “cidades-dormitório” – DRADS Capital, regiões metropolitanas, Baixada Santista, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto

Alguns municípios são considerados como “cidade-dormitório”, pois parte significativa da sua população trabalha ou estuda em outra cidade, além de também apresentarem uma economia pouco dinâmica.

Na região da DRADS São José do Rio Preto, por exemplo, muitos municípios menores se tornaram “cidades-dormitório”, pois o nível de emprego formal é baixo. Também se caracterizam como “cidades-dormitório”: São Vicente, na Baixada Santista, alguns municípios das DRADS Grande São Paulo Leste e Norte, como Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã, e a maioria dos municípios da DRADS Grande São Paulo Oeste.

Com a interiorização do desenvolvimento no Estado, algumas cidades do interior passaram a apresentar características semelhantes às das “cidades-dormitório”, principalmente aquelas próximas aos grandes aglomerados urbanos, como Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

Estas características impactam a vida da população, uma vez que também é característica nestas cidades a alta densidade demográfica com grande concentração da população em maior situação de vulnerabilidade e a pouca oferta de serviços e políticas públicas.

Esta situação ressalta a importância dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial e, especialmente, do trabalho intersectorial com as demais políticas sociais.

Indicação de municípios com concentração de refugiados e migrantes (DRADS Capital, Campinas e São José do Rio Preto)

Nos últimos anos, a cidade de São Paulo tem sido a porta de entrada para migrantes e refugiados.

A DRADS de Campinas relata, em seu diagnóstico, a presença de migrantes. A DRADS de São José do Rio Preto relata que há alguns anos verifica-se aumento de migrantes vindos da Bolívia para trabalhar em fábricas de costura, em condições sub-humanas. Recentemente, passou-se a receber migrantes de outros países sul-americanos, do Haiti e refugiados da Síria, Egito, Paquistão e Afeganistão.

O fenômeno da migração demanda uma resposta por meio de Serviços de Proteção Social Especial (Acolhimento) e também de Proteção Social Básica.

4.5 Diagnóstico da Rede Socioassistencial

O SUAS comporta quatro tipos de gestão: da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos municípios. As responsabilidades da União passam principalmente por formulação, apoio, articulação e coordenação de ações. Os Estados, por sua vez, assumem a gestão da Assistência Social nos seus respectivos territórios, tendo suas responsabilidades definidas na NOB/SUAS.

Entre os elementos que compõem a rede socioassistencial prevista no SUAS, têm-se os serviços executados de forma descentralizada, predominantemente pelos municípios, em unidades públicas e conveniadas com organizações sociais. As unidades públicas de referência são os CRAS, que oferecem atendimentos relativos à PSB, os CREAS e os Centros POP, que oferecem atendimentos relativos à Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

4.5.1 O SUAS no Estado de São Paulo

O SUAS apresenta diretrizes e estabelece padrões de referência e linhas de atuação na Política Pública de Assistência Social no país. Estas devem ser consideradas pelos entes federativos para coordenar a execução, de acordo com as necessidades advindas das características e realidades do território.

Por se tratar de um sistema nacional, não busca esgotar as possibilidades de atuação das demais esferas de governo, cabendo, portanto, iniciativas dos governos estaduais e municipais, alinhadas às especificidades locais.

Dessa forma, há de se considerar que o SUAS, no Estado de São Paulo, avançou nesses 10 anos no que tange à sua implantação, em se tratando de estrutura, abarcada pelos equipamentos, bem como na classificação e adequação das tipologias dos serviços oferecidos.

Distribuição de CRAS e CREAS por Macrorregião e porte de município

Dados referentes a 2015 apontam, no Estado de São Paulo, 1.061 CRAS, 256 CREAS e 49 Centros POP.

O maior número de CRAS está concentrado na Macrorregião I, 21% do total do Estado; entretanto, há de se considerar que somente a DRADS Capital conta com 49 CRAS em um único município.

Os CREAS também estão distribuídos prioritariamente nas Macrorregiões I e VI, com destaque para a DRADS Campinas, com 32 CREAS, e Botucatu, com apenas um.

Já os Centros POP estão prioritariamente distribuídos nas Macrorregiões V e VI, tendo ocorrência em 20 das 26 DRADS.

Tabela 12 Número de CRAS, CREAS e Centro POP por macrorregião/DRADS

Macrorregião/DRADS	Nº de CRAS	Nº de CREAS	Nº de Centros POP
I	232	68	9
Campinas	98	32	5
Mogiana	27	7	0
Piracicaba	48	12	2
Sorocaba	59	17	2
II	225	38	6
Alta Noroeste	51	6	2
Alta Paulista	23	4	0
Alta Sorocabana	35	10	1
Fernandópolis	54	4	0
São José do Rio Preto	62	14	3
III	126	32	6
Araraquara	34	7	2
Barretos	27	6	1
Franca	28	6	1
Ribeirão Preto	37	13	2
IV	171	27	3
Avaré	41	6	1
Bauru	51	9	1
Botucatu	18	1	0
Itapeva	20	4	0
Marília	41	7	1
V	120	31	10
Baixada Santista	33	12	6
Vale do Paraíba	67	15	4
Vale do Ribeira	20	4	0
VI	187	60	15
Capital	49	24	2
Grande São Paulo ABC	25	8	4
Grande São Paulo Leste	29	8	2
Grande São Paulo Norte	27	7	2
Grande São Paulo Oeste	57	13	5
Total	1061	256	49

Fonte: PMASWeb 2015.

Na DRADS Araraquara, os municípios Dourado, Motuca e Rincão não possuem CRAS, mas já receberam apporte da SEDS para sua implantação.

Quatro municípios, dois na DRADS Alta Sorocabana (Nantes e Mirante do Paranapanema) e dois na DRADS Marília (Borá e Gália), também não possuem CRAS. Para além da dificuldade referente à contratação da equipe de referência e à infraestrutura, há igualmente uma resistência em transformar a política pública.

Em 1.013 CRAS analisados no Estado em setembro de 2015, de um total de 1.061, 30% estavam adequados em relação aos recursos humanos, estrutura física e atividades desenvolvidas. As inadequações foram observadas em 709 CRAS: 58% referentes aos recursos humanos, 40% na estrutura física e 42% nas atividades desenvolvidas. Esta análise contemplou 490 municípios, 68% em municípios de Pequeno Porte I, 90% de Pequeno Porte II, 92% de Porte Médio, 85% de Grande Porte e 67% das Metrópoles.

A rede de CRAS instalada reflete uma grande variedade entre eles quando tomado como referência o número médio de habitantes por equipamento em cada região. Com referência ao número médio de habitantes por CRAS, apresentado a seguir, enquanto na Alta Paulista dá-se uma média de 11,036 habitantes por CRAS, na Capital, a relação é de uma média de 229.500 habitantes por CRAS.

Tabela 13 Número médio de habitantes por CRAS instalados

DRADS	Nº de habitantes pelos CRAS instalados
Alta Paulista	11.036
Avaré	12.071
Vale do Ribeira	13.461
Alta Noroeste	14.419
Botucatu	15.500
Barretos	15.532
São José do Rio Preto	16.345
Itapeva	16.528
Alta Sorocabana	16.669
Marília	19.059
Bauru	20.635
Franca	25.203
Piracicaba	29.715
Sorocaba	32.444
Araraquara	32.592
Ribeirão Preto	33.676
Vale do Paraíba	33.763
Mogiana	47.273
Grande São Paulo Oeste	47.273
Grande São Paulo Leste	49.654
Baixada Santista	50.375
Fernandópolis	58.343
Campinas	64.350
Grande São Paulo Norte	64.350
Grande São Paulo ABC	101.984
Capital	229.509

Já em relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade, em setembro de 2015, de um total de 256 CREAS foram analisados 179 equipamentos, dos quais 21% estavam adequados. As inadequações observadas compreendem 142 CREAS em 146 municípios, 8% em municípios de Pequeno Porte I, 47% em Pequeno Porte II, 23% em Médio Porte, 22% em Grande Porte e 1% em Metrópole.

Em 310 municípios, a demanda de PSE estava sendo atendida pelo órgão gestor local, com condições adequadas em 8% deles. Dos 286 municípios com inadequações, 261 eram de Pequeno Porte I (84%); 21 de Pequeno Porte II; 3 de Porte Médio e 1 de Grande Porte.

Nos municípios com a demanda atendida pelo órgão gestor, foram apontados como inadequados: 235 (75,7%), que não tinham equipe técnica específica; 116 (37,2%), que não faziam acompanhamento dos casos; e 72 (22,2%), que não tinham sala privativa para o atendimento.

A distribuição média de habitantes pelos CREAS instalados é também bastante desigual, como se pode observar na tabela “Número médio de habitantes por CREAS”, a seguir apresentada. Enquanto Araraquara tem uma média de 27.982 habitantes por CREAS, na Capital esta média é de 468.592.

Tabela 14 Número médio de habitantes por CREAS

DRADS	Nº de habitantes pelos CREAS instalados
Araraquara	27.982
Alta Sorocabana	58.343
Alta Paulista	63.458
Vale do Ribeira	67.308
Barretos	69.895
São José do Rio Preto	72.389
Avaré	82.486
Itapeva	82.641
Ribeirão Preto	95.849
Marília	102.637
Fernandópolis	105.713
Sorocaba	112.600
Bauru	116.932
Franca	117.617
Piracicaba	118.864
Alta Noroeste	122.566
Baixada Santista	138.532
Vale do Paraíba	150.809
Grande São Paulo Leste	179.985
Mogiana	207.277
Grande São Paulo Oeste	207.277
Campinas	248.208
Grande São Paulo Norte	248.208
Botucatu	279.001
Grande São Paulo ABC	318.701
Capital	468.582

Além dos serviços de proteção social prestados nos CRAS e CREAS, temos a expansão de serviços socioassistenciais operados por entidades sociais conveniadas.

4.5.2 O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Os serviços são a parte mais substantiva da proteção social. Segundo a LOAS, os serviços socioassistenciais – PAIF e PAEFI – devem ser ofertados exclusivamente nos CRAS e CREAS.

Já os demais serviços socioassistenciais tipificados podem ser desenvolvidos por Organizações Sociais conveniadas com os órgãos municipais.

Trabalhamos hoje com cerca de 4.500 organizações sociais que desenvolvem 8.175 serviços de Proteção Social Básica e 4.396 serviços de Proteção Social Especial, dos quais 2.666 vinculam-se à Média Complexidade e 1.730 à Alta Complexidade.³¹

31 Fonte: PMASWeb 2015.

A tabela que relata o percentual de atendimento pelas redes pública e conveniada, por DRADS, apresentada a seguir, dá a dimensão dessa distribuição, hoje bastante variada entre as regiões.

Tomando as duas situações mais díspares, enquanto na Capital a rede conveniada representa um percentual de atendimento de 56,80%, em Fernandópolis representa apenas 8,9% do atendimento nessa região.

Tabela 15 Percentual de atendimentos realizados – redes pública e conveniada

DRADS	Percentual de atendimento pela rede pública	Percentual de atendimento pela rede conveniada
Campinas	59,2%	40,8%
Mogiana	65,8%	34,2%
Piracicaba	61,8%	38,2%
Sorocaba	73,8%	26,2%
Alta Noroeste	85,8%	14,2%
Alta Paulista	64,1%	35,9%
Alta Sorocabana	67,8%	32,2%
Fernandópolis	91,0%	8,9%
São José do Rio Preto	78,0%	22,0%
Araraquara	78,6%	21,4%
Barretos	75,4%	24,6%
Franca	62,3%	37,7%
Ribeirão Preto	87,2%	12,8%
Avaré	88,5%	11,5%
Bauru	76,8%	23,2%
Botucatu	73,0%	27,0%
Itapeva	86,7%	13,3%
Marília	81,3%	18,7%
Baixada Santista	78,8%	21,2%
Vale do Paraíba	80,6%	19,4%
Vale do Ribeira	90,5%	9,5%
Capital	43,2%	56,8%
Grande São Paulo ABC	90,8%	9,2%
Grande São Paulo Leste	90,8%	9,2%
Grande São Paulo Norte	90,0%	10,0%
Grande São Paulo Oeste	86,1%	13,9%

Fonte: PMASWeb 2015.

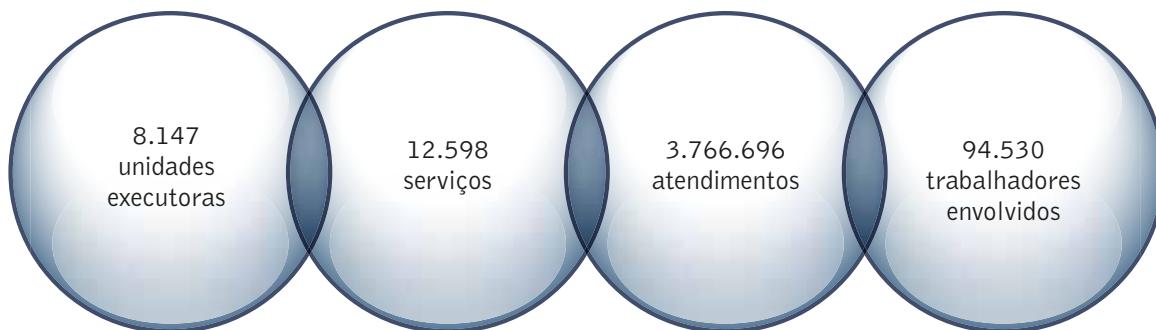
4.5.3 Atendimentos, unidades executoras e trabalhadores³²

A Macrorregião VI (DRADS Capital e Grande São Paulo) concentra quase a metade da previsão de atendimento do Estado (46%) bem como o maior volume de unidades executoras (26%) e o maior número de trabalhadores (28%), seguida pela Macrorregião I (DRADS Campinas, Mogiana, Piracicaba e Sorocaba) com 25% dos trabalhadores e o maior número de serviços oferecidos, representando 23%. Quanto às DRADS, observa-se que somente a DRADS Capital concentra 21% da previsão de atendimento no Estado, sendo maior que o volume previsto em Macrorregiões inteiras, com exceção da Macrorregião I, que concentra 22%.

32 Fonte PMASWeb 2015.

A figura a seguir apresenta os números relacionados aos atendimentos da rede socioassistencial em 2015, de acordo com dados do PMASWeb. As unidades públicas respondem por 70% do atendimento e apenas 30% dos trabalhadores alocados nos serviços.

Figura 8 Atendimentos da rede socioassistencial em 2015



Fonte: PMASWeb 2015.

Os serviços oferecidos no âmbito da PSB têm como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo por base ações que promovam convivência, socialização, inserção e acolhida. O atendimento é direcionado às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos.

Com relação ao total da rede socioassistencial, a PSB é responsável por 78% da previsão de atendimentos no Estado. Cerca de 60% das unidades e 65% dos serviços oferecidos são da PSB.

Somente nas unidades públicas são oferecidos 77% dos atendimentos previstos na PSB, sendo que a Macrorregião VI (Capital e Grande São Paulo) concentra 45% deles. Quanto aos atendimentos realizados nas unidades conveniadas, destaca-se que cerca de 40% concentram-se na DRADS Capital.

A oferta de serviços entre as unidades públicas e conveniadas apresenta ampla variação no recorte territorial das DRADS. Das 26 DRADS, em 22 tem-se um número maior de serviços oferecidos nas unidades públicas do que nas conveniadas. Entretanto, em 15 DRADS o número de trabalhadores das unidades conveniadas é maior que nas unidades públicas, perfazendo 61% do total de trabalhadores dedicados à PSB.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade envolve 1.644 unidades, públicas e conveniadas, oferecendo 2.672 serviços, com previsão anual de 533.193 atendimentos, que representam 64% da PSE, e dedicação de 19.200 trabalhadores. A Macrorregião I (Campinas, Mogiana, Piracicaba e Sorocaba) é a que apresenta o maior número de unidades, serviços e trabalhadores, enquanto a Macrorregião IV (DRADS Avaré, Bauru, Botucatu, Itapeva e Marília) apresenta a maior previsão de atendimentos. A DRADS Capital é a única em que as unidades conveniadas oferecem um número maior de serviços do que as unidades públicas.

Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade conta com 1.706 Unidades, públicas e conveniadas, oferece 1.739 serviços, com previsão anual de 301.072 atendimentos, e aloca uma força de trabalho que corresponde a 26.409 trabalhadores, cerca de 60% da PSE. Diferentemente da PSE de Média Complexidade, o número de unidades conveniadas supera em todas as DRADS o quantitativo de unidades públicas, representando 81% do total de unidades. Destaca-se que na DRADS Capital não há unidade pública executando diretamente os serviços e atendimentos, porém, conta com uma força de trabalho de 4.321, que representa 16% do total da PSE de Alta Complexidade. Observa-se também que o maior número de serviços se concentra na Macrorregião I, seguida pela Macrorregião VI (Capital e Grande São Paulo); contudo, somente a previsão anual de atendimentos da DRADS Capital supera a previsão da Macrorregião I, em 31%.

A execução dos serviços socioassistenciais nas Proteções Sociais, Básica e Especial, conta com o apoio de uma rede de 104.087 trabalhadores, sendo 75% nas unidades conveniadas e 25% nas unidades públicas. A PSB conta com cerca de 50% desta rede de trabalhadores, enquanto a PSE de Média Complexidade conta com 22% e a PSE de Alta Complexidade com 29%.

Estão concentrados na Macrorregião VI e I, respectivamente, 27% e 25% dos recursos humanos disponíveis, com destaque para a DRADS Capital, que conta com 14% do total de trabalhadores, sendo majoritariamente (93%) nas Unidades conveniadas.

4.5.4 Recursos orçamentários e financeiros

Os recursos orçamentários e financeiros nas ações da Assistência Social do Estado de São Paulo consideram basicamente dois elementos: as fontes dos recursos e sua aplicação. Como fonte dos recursos tem-se: recursos federais, estaduais, municipais e privados, aplicados em equipamentos e serviços, programas e projetos, e benefícios.

De acordo com os dados do PMASWeb 2015, quanto à previsão inicial de distribuição dos recursos financeiros entre as Macrorregiões, observa-se que para a Macrorregião VI (Capital e Grande São Paulo) destina-se o maior aporte de recursos, 39%, seguida pela Macrorregião I (Campinas, Mogiana, Piracicaba e Sorocaba) com 31%. À DRADS Capital cabe 27% de todo o recurso destinado às Proteções Sociais.

Considerando o valor total destinado aos municípios, advindo de recursos dos fundos municipais, estadual, federal e de fonte privada, os recursos dos Fundos Estaduais – FEAS, FEDCA e FEI – contribuem em maior proporção do valor total destinado à região nas DRADS de Alta Noroeste (17%), Itapeva (15%) e Vale do Ribeira (16%). A tabela a seguir apresenta os recursos estaduais disponibilizados aos municípios no ano de 2015.

Tabela 16 Fundos Estaduais (FEAS, FEDCA e FEI) (em R\$)

Macro	DRADS	PSB	PSE de Média Complexidade	PSE de Alta Complexidade	Total Geral
I	Campinas	4.284.347,31	3.200.450,21	2.408.116,03	9.892.913,55
	Mogiana	2.147.130,34	827.799,42	791.615,28	3.766.545,04
	Piracicaba	2.534.377,76	1.340.557,05	1.844.492,95	5.719.427,76
	Sorocaba	3.130.730,56	2.285.078,89	1.994.038,58	7.409.848,03
I Total		12.096.585,97	7.653.885,57	7.038.262,84	26.788.734,38
II	Alta Noroeste	3.302.473,42	720.815,94	1.602.411,59	5.625.700,95
	Alta Paulista	1.692.352,11	436.611,78	677.830,62	2.806.794,51
	Alta Sorocabana	2.785.650,68	1.184.365,58	1.101.197,99	5.071.214,25
	Fernandópolis	2.665.669,68	906.465,84	921.851,04	4.493.986,56
	São José do Rio Preto	3.778.063,86	1.138.768,59	1.902.988,06	6.819.820,51
	II Total	14.224.209,75	4.387.027,73	6.206.279,30	24.817.516,78
III	Araraquara	2.212.124,53	1.187.048,51	1.265.316,37	4.664.489,41
	Barretos	2.068.864,38	1.016.572,21	1.547.626,15	4.633.062,74
	Franca	1.605.747,02	1.103.873,09	1.615.394,95	4.325.015,06

[Continua →]

Macro	DRADS	PSB	PSE de Média Complexidade	PSE de Alta Complexidade	Total Geral
	Ribeirão Preto	2.952.237,41	1.858.502,98	1.427.888,41	6.238.628,80
	III Total	8.838.973,34	5.165.996,79	5.856.225,88	19.861.196,01
IV	Avaré	1.337.538,79	1.036.134,06	1.050.395,67	3.424.068,52
	Bauru	2.883.754,75	1.084.793,93	1.775.277,15	5.743.825,83
	Botucatu	1.181.308,26	405.127,88	343.541,13	1.929.977,27
	Itapeva	1.683.461,52	625.274,87	663.512,52	2.972.248,91
	Marília	3.151.728,18	831.729,61	1.487.872,41	5.471.330,20
	IV Total	10.237.791,50	3.983.060,35	5.320.598,88	19.541.450,73
V	Baixada Santista	1.010.423,02	1.855.540,00	1.985.602,18	4.851.565,20
	Vale do Paraíba	4.801.307,63	2.592.652,18	2.132.345,95	9.526.305,76
	Vale do Ribeira	1.067.483,73	251.189,61	899.106,56	2.217.779,90
	V Total	6.879.214,38	4.699.381,79	5.017.054,69	16.595.650,86
VI	Capital	23.167.507,44	10.725.085,44	30.983.260,12	64.875.853,00
	Grande SP ABC	1.758.210,35	1.832.591,15	3.413.724,52	7.004.526,02
	Grande SP Leste	1.745.088,57	1.708.080,00	1.783.013,08	5.236.181,65
	Grande SP Norte	694.227,43	1.333.200,00	741.257,80	2.768.685,23
	Grande SP Oeste	4.902.428,21	2.358.435,05	1.635.282,84	8.896.146,10
	VI Total	32.267.462,00	17.957.391,64	38.556.538,36	88.781.392,00
	Total Geral	84.544.236,94	43.846.743,87	67.994.959,95	196.385.940,76

Fonte: PMASWeb 2015.

Na PSB os recursos estaduais representam 22% dos recursos destinados à Alta Noroeste, 17% em Itapeva e 16% no Vale do Ribeira. Já na PSE de Média Complexidade os recursos estaduais concentram 34% dos valores na DRADS Grande São Paulo Leste, seguido por 22% em Itapeva e 18% em Avaré. Na PSE de Alta Complexidade os valores estaduais representam 17% dos recursos das DRADS Barretos, Capital e Vale do Ribeira.

Os Programas de Transferência de Renda são também utilizados como estratégia dentro da política de Assistência Social, sendo os Programas que contam com recursos estaduais: o Ação Jovem, o Renda Cidadã e o Renda Cidadã – Benefício Idoso; e com recursos federais: o Bolsa Família e o Peti. Além desses, alguns municípios contam com programas de transferência específicos, dotados de recursos municipais.

A tabela a seguir, mostra o resumo da execução orçamentária em 2015, com fonte do Tesouro do Estado, excluindo-se os custos com pessoal.

Tabela 17 Execução orçamentária em 2015

35000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
001 –TESOURO-DOT. INICIAL E CRED. SUPLEMENTAR	900.343.232,00	829.085.819,00	813.551.892,53	813.551.892,53	754.390.597,39
SUPORTE ADMINISTRATIVO	31.605.825,00	28.056.216,00	26.963.906,82	26.963.906,82	23.388.970,72
08122010050780000 – APOIO ADMINISTRATIVO	31.605.825,00	28.056.216,00	26.963.906,82	26.963.906,82	23.388.970,72
GESTÃO DA POLÍTICA SOCIAL	25.239.535,00	28.421.709,00	27.192.285,30	27.192.285,30	11.060.916,74
08126351259490000 – GERENCIAMENTO MODERN. DE REC. TEC. INF. INOV.	4.435.525,00	3.548.423,00	2.905.348,95	2.905.348,95	2.344.859,47
08244351218250000 – EQUIPAMENTOS SOCIAIS – CENTROS DE REFERÊNCIA	8.000.000,00	18.663.820,00	18.302.176,71	18.302.176,71	3.729.740,87
08244351224810000 – EQUIP. SOC. – CENT. DIA IDOSO E CENT. CONV. IDOSO	12.000.000,00	6.000.000,00	5.800.000,00	5.800.000,00	4.850.000,00
08122351250760000 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	781.567,00	191.511,00	184.759,64	184.759,64	136.316,40
08126351258240000 – INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS	22.443,00	17.955,00	0,00	0,00	0,00
PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	0,00	553.051,00	499.213,93	499.213,93	460.595,30
14243170340080000 – GARANTIA DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	553.051,00	499.213,93	499.213,93	460.595,30
REDE SOCIAL SÃO PAULO	2.682.037,00	2.090.737,00	101.781,00	101.781,00	101.781,00
08244351560300000 – EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLV. SOCIAL	2.682.037,00	2.090.737,00	101.781,00	101.781,00	101.781,00
FAMÍLIA CIDADÃ – AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS	308.057.302,00	276.552.006,00	274.419.267,33	274.419.267,33	264.727.026,28
08244351655790000 – RENDA CIDADÃ – ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA EXTREMA	196.287.774,00	176.658.997,00	176.369.609,99	176.369.609,99	167.216.372,88
08244351656040000 – AÇÃO JOVEM - MEU FUTURO	102.641.688,00	92.377.520,00	92.267.589,48	92.267.589,48	92.077.450,76
08244351659450000 – GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	2.500.000,00	1.550.433,00	410.000,00	410.000,00	67.300,00

[Continua →]

35000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
08244351661540000 – RENDA CIDADÃ – BENEFÍCIO AO IDOSO	6.627.840,00	5.965.056,00	5.372.067,86	5.372.067,86	5.365.902,64
PROTEÇÃO SOCIAL	225.125.983,00	200.813.385,00	200.127.029,65	200.127.029,65	188.686.389,87
08244351760040000 – LIBERDADE ASSISTIDA	21.462.020,00	21.469.927,00	21.384.147,74	21.384.147,74	19.667.597,66
08244351755300000 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	97.675.581,00	84.842.221,00	84.327.255,07	84.327.255,07	77.079.533,97
08244351760350000 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	97.629.600,00	87.100.158,00	87.014.549,76	87.014.549,76	85.149.197,61
08244351761790000 – ALUGUEL SOCIAL	1.451.970,00	1.451.970,00	1.451.970,00	1.451.970,00	1.330.972,50
08244351755290000 – ATENÇÃO ESPECIAL À FAMÍLIA	6.906.812,00	5.949.109,00	5.949.107,08	5.949.107,08	5.459.088,13
RECOMEÇO: PROGRAMA ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO CRACK	7.718.430,00	23.229.056,00	19.510.399,73	19.510.399,73	13.520.345,35
10244094461860000 – ATENDIMENTO SOCIAL COMUNIDADES TERAPÊUTICAS	7.718.430,00	23.229.056,00	19.510.399,73	19.510.399,73	13.520.345,35
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	299.914.120,00	269.922.710,00	265.237.222,70	265.237.222,70	252.905.167,43
08306351860010000 – BOM PRATO	70.229.120,00	63.206.208,00	60.423.962,50	60.423.962,50	57.870.934,60
08306351860000000 – VIVA LEITE	229.685.000,00	206.716.502,00	204.813.260,20	204.813.260,20	195.034.232,83

Fonte: CAFC.

4.6 Desafios para o aprimoramento da gestão

Entre os diversos desafios elencados para os próximos anos, alguns se destacam como estratégicos para o aprimoramento da gestão. Eles evoluem soluções estruturais e de reposicionamento da SEDS em relação à consolidação do SUAS no Estado, na qualificação dos serviços socioassistenciais, no fortalecimento da interseitorialidade e na focalização nas fragilidades territoriais oriundas de vulnerabilidades sociais.

4.6.1 Consolidação do SUAS

Considera-se que ainda é necessário avançar na consolidação do SUAS no Estado de São Paulo, principalmente na qualidade da prestação de serviços ofertados pela rede socioassistencial e no cofinanciamento. Assim, a focalização nas demandas regionais, decorrentes das vulnerabilidades sociais diagnosticadas nos territórios, assume função estratégica de orientar o direcionamento dos recursos para obter eficiência e efetividade.

Nesse sentido, há uma expectativa, por parte do corpo técnico da SEDS, de que o Estado de São Paulo avance em soluções que garantam o desenvolvimento social.

4.6.2 Intersetorialidade

O novo modo de pensar o arranjo e a gestão da política social derruba as fronteiras da setorialização das políticas sociais e reforça uma nova tendência, a de programas-rede, que agregam diversos serviços, projetos, sujeitos e organizações no âmbito do microterritório; e não mais ações isoladas e soluções parciais com pouca efetividade.

Nessa direção, assume-se a importância de desenhar políticas e programas pelo prisma da intersetorialidade e transversalidade, reduzindo a ênfase nos tradicionais recortes setoriais e nas especializações estanques. A intersetorialidade da ação pública é hoje uma consigna gestora que visa romper com o viés da fragmentação e conquistar uma intervenção pública integrada, eficiente e assertiva.

4.6.3 Aprimoramentos na comunicação e divulgação das ações

Reconhecida como o principal potencial de um órgão para disseminar o conhecimento acerca de suas atividades, a comunicação e a divulgação das ações da SEDS e demais agendas da política de Assistência Social nos territórios são pautadas como um dos principais desafios e foco de aprimoramento para esta gestão.

Para tanto, considera-se importante constituir canais de comunicação específicos, para alcançar prioritariamente o público-alvo de cada serviço e, assim, permitir a identificação com os programas/projetos/serviços ofertados. Esse trabalho favorece, ao público-alvo, o acesso à rede socioassistencial, bem como amplia o conhecimento quanto à forma e meio pelos quais são oferecidos, traduzindo-se em transparéncia nas ações da política de Assistência Social no território.

Há também o potencial de aprimorar a comunicação e disseminação das ações planejadas para o PEAS junto ao próprio corpo técnico envolvido na política de Assistência Social, favorecendo o fluxo contínuo de informações e divulgação de calendários de interesse nas regiões, conforme demandas específicas, e potencializando a interlocução para melhoria na execução das ações regionais.

4.6.4 Planejamento estratégico

Outro elemento importante para enfoque e aprimoramento se dá no processo de planejamento constituído como referência na Secretaria. Diante de um ambiente favorável, em função da estratégia participativa da atual gestão, é possível observar o potencial de agregação das equipes e construção de alinhamentos e entendimentos que permeiam tanto as rotinas da Pasta, como as discussões estratégicas.

Reconhece-se que a SEDS, com esta experiência recente de planejamento participativo do PEAS 2016-2019, inaugura uma nova prática para o planejamento estratégico, por definição, de médio e longo prazo, com envolvimento dos múltiplos *stakeholders*³³. Dessa maneira, a Secretaria transforma uma lógica de atuação imediatista em um pensar e planejar estruturado, com interlocução entre os diferentes atores envolvidos e com o estabelecimento de compromissos e desafios, legitimados pelo conhecimento trazido por toda sua equipe técnica.

Favorece-se com isso também o planejamento orçamentário que, embora não possa antever com muita precisão as ações de médio e longo prazo, gera a capacidade de explorar a eficiência no uso de recursos financeiros e possibilita iniciativas de revisão na alocação das despesas e estudos de custos para referenciar a prestação de serviços e de melhoria da execução financeira nos municípios. Esses elementos trarão também insumos

33 Todos os envolvidos no processo.

para cumprimento de um dos papéis da SEDS, relativo às orientações técnicas e assessoria, subsidiando os municípios no ciclo de planejamento, monitoramento e avaliação.

Há de se avançar no aprimoramento dos próprios programas, projetos e serviços, entendendo as demandas e realidade do público-alvo, na construção de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade para o sistema, bem como na avaliação dos resultados obtidos com as ações conjuntas, serviços e benefícios, ofertados no território, que vão se refletir na tendência de melhoria dos indicadores sociais, evidenciando o acerto nas estratégias empreendidas.

4.6.5 Implantação da Vigilância Socioassistencial

Considerada como uma das prioridades estabelecidas pelo Pacto de Aprimoramento do SUAS e Deliberações da X Conferência de Assistência Social, a implantação da Vigilância Socioassistencial está atrelada, entre outros fatores, à melhoria na capacidade técnica para extração, tratamento e análise de dados advindos das bases dos sistemas de apoio, como o CadÚnico, ao avanço em iniciativas de georreferenciamento e a integração e unificação das bases de dados, que permitam focalizar e direcionar as ações para o público que realmente necessita delas.

5



► PROGRAMAS, PROJETOS,
AÇÕES E SERVIÇOS

► PROGRAMAS, PROJETOS, AÇÕES E SERVIÇOS

Este capítulo apresenta o resultado da construção coletiva do corpo técnico da SEDS para a elaboração do planejamento para o quadriênio (2016-2019), que considera o cenário atual para a Política de Assistência Social no Estado de São Paulo, refletido no diagnóstico socioterritorial.

O diagnóstico partiu de um conhecimento de um contexto demográfico e socioeconômico no Estado de São Paulo, ressaltou as diferenças inter-regionais, reconheceu as vulnerabilidades e a rede socioassistencial nos territórios e apresentou os desafios para o aprimoramento na gestão.

Com base nesses elementos, foram definidas as prioridades e pactuados os compromissos da SEDS para cada programa, projeto, ação e serviço, a seguir apresentados.

5.1 Proteção Social

A Proteção Social tem o objetivo de garantir a inclusão de todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou de risco social e está organizada em *Básica* e *Especial*.

A Coordenadoria de Ação Social (CAS) é responsável pela implementação da função de Proteção Social no Estado de São Paulo, prevista na NOB/ SUAS.

A seguir apresentam-se as ações previstas para a Proteção Social, não relacionadas a um serviço específico, referentes ao fortalecimento do SUAS, à ampliação e qualificação da rede, ações intersetoriais e ao aprimoramento da gestão. Planejamento Proteção Social – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Elaborar estudo para estabelecer valor e critérios de partilha do cofinanciamento estadual para PSB e PSE.	Adequar valores destinados aos serviços tipificados.	Registro adequado no sistema PMASWeb dos serviços tipificados.	2016-2019	Cobertura do cofinanciamento estadual para serviços tipificados.	CAFC e CGE
Elaborar planos de capacitação para qualificação da oferta dos serviços.	Apoiar trabalho técnico e gestão municipal no planejamento e qualificação da oferta dos serviços tipificados.	Nº de ações/ eventos de capacitação.	2016-2019	Capacitações realizadas; formação temática para a rede de trabalhadores em assuntos de interesse para o SUAS: mulher, diversidade e população negra e tradicionais, etc.	Edesp

[Continua ➔]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar reuniões intersetoriais para discussão do Programa Primeiríssima Infância.	Elaborar documento que garanta ações da Assistência Social junto ao Programa.	Documento elaborado.	2016	Reuniões realizadas.	CGE
Formar grupo de trabalho para discussão de critérios de cofinanciamento para oferta de Benefícios Eventuais.	Regulamentar cofinanciamento para Benefícios Eventuais.	Publicação no D.O. Cofinanciamento estadual para Benefício Eventual implementado.	2016-2019	Resolução publicada. Benefícios eventuais implantados.	CDS, CAFC e Conseas
Participar das reuniões do Comitê intersecretarial de defesa da diversidade sexual.	Participação em reuniões mensais.	Nº de reuniões acompanhadas.	2016-2019	Diversidade sexual contemplada nos serviços tipificados.	
Participar da Comissão para elaboração do Programa Estadual de Egressos da Fundação CASA.	Participação em reuniões.	Nº de reuniões acompanhadas.	2016	Programa Estadual de Egressos aprovado; sensibilização dos municípios para utilização dos protocolos propostos com outras secretarias no âmbito estadual e ou municipal.	Fundação CASA
Participar do Conselho Estadual da Fundação CASA.	Participação em reuniões.	Nº de reuniões acompanhadas.	2016-2019	Integração com SINASE contemplada nos serviços tipificados.	Fundação CASA
Participar do Comitê das Matrizes da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJ SP.	a) identificar as ações não realizadas nos planos estaduais de Medidas Socioeducativas, Convivência Familiar e Comunitária, Proteção aos Adolescentes Ameaçados de Morte; b) avaliar com os responsáveis a superação das ações previstas; c) propor estratégicas para cumprimento das deliberações.	Metas cumpridas por cada Plano Estadual.	2016-2019	Execução dos Planos estaduais.	Tribunal de Justiça

[Continua →]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Revisar e criar novos instrumentais de acompanhamento técnico e monitoramento.	Adequar e melhorar o monitoramento dos serviços tipificados.	Instrumentais criados/ revistos.	2016-2018	Melhoria no processo de acompanhamento dos serviços tipificados.	
Criar e implantar o sistema de registro e acompanhamento para respostas às denúncias e demandas do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos sobre os Serviços da Proteção Social Especial.	Implantação de instrumentais, sistemática de registros e fluxo de informações para acompanhamento das denúncias e demandas de outros órgãos.	Respostas enviadas; prazos cumpridos; registro das demandas.	2016	Equacionamento dos problemas apontados.	DRADS
Interlocução da PSE do Estado com o Departamento de PSE do Governo Federal.	24 municípios em processo de expansão, reordenamento e qualificação do serviço.	Nº de pareceres solicitados e encaminhados; Nº de e-mails enviados e recebidos.	2016-2019	Cooperação federativa – parceria entre Estado e município.	MDS
Elaborar Plano para reordenar os serviços de acolhimento institucional estadualizados.	Plano estratégico para reordenamento dos serviços estadualizados.	Plano de reordenamento elaborado.	2016-2019	Qualificação dos serviços.	DRADS e CAFC

5.1.1 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica (PSB) abrange a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas.³⁴

Cobertura da rede prestadora de serviços

Tipo Unidade	Quantidade
CRAS	1061 unidades
CCI – Centro de Convivência de idosos	203 unidades ³⁴

Fonte: PMASWeb 2015.

³⁴ Texto de referência disponível no MDS: http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao e http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas (consulta em 01 abril/16).

³⁵ Número refere-se ao total previsto, 191 unidades estão em instrução ou obras.

5.1.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço da Proteção Social Básica que desenvolve o trabalho social com famílias. Foi reconhecido pelo Governo Federal como um serviço continuado da Proteção Social Básica³⁶. É executado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades públicas estatais, responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios.

Em 2015 havia 1.061 CRAS no Estado de São Paulo, em 635 municípios. O Estado tem apoiado técnica e financeiramente os 9 municípios sem CRAS, sendo que 4 já estão em processo de implantação.

Público-alvo

Constituem usuários do PAIF as famílias territorialmente referenciadas ao CRAS, em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social.

São prioridades as seguintes situações consideradas de maior vulnerabilidade social:

- Famílias vivendo em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, em especial famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes.
- Famílias provenientes de outras regiões, sem núcleo familiar e comunitário local, com restrita rede social e sem acesso a serviços e benefícios socioassistenciais.
- Famílias recém-retiradas de seu território de origem, em função da implementação de empreendimentos com impactos ambientais e sociais.
- Famílias com moradia precária (sem instalações elétricas ou rede de esgoto, com espaço muito reduzido, em áreas com risco de deslizamento, vivenciando situações declaradas de calamidade pública, dentre outras).
- Famílias vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros).
- Famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros).
- Famílias ou indivíduos com vivência de discriminação (étnico-raciais e culturais, etárias, de gênero, por orientação sexual, por deficiência e outras).
- Famílias vivendo em contextos de extrema violência (áreas com forte presença do crime organizado, tráfico de drogas, dentre outros).
- Famílias que enfrentam o desemprego, sem renda ou renda precária com dificuldades para prover o sustento dos seus membros.
- Famílias com criança(s) e/ou adolescente(s) que fica(m) sozinho(s) em casa, ou sob o cuidado de outras crianças, ou passa(m) muito tempo na rua, na casa de vizinhos, devido à ausência de serviços socioassistenciais, de educação, cultura, lazer e de apoio à família.
- Família que entregou criança/adolescente em adoção.
- Famílias com integrante que apresenta problemas de saúde, que demandam do grupo familiar proteção e/ou apoios e/ou cuidados especiais (transtornos mentais, doenças crônicas etc.).

³⁶ Decreto nº 5.085/2004 – Art. 1º São consideradas ações continuadas de assistência social aquelas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social que visem ao atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à portadora de deficiência, bem como as relacionadas com os programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Vale ressaltar que isso não significa que todas as famílias residentes nos territórios de abrangência dos CRAS e que vivenciam tais situações precisam ser obrigatoriamente inseridas no PAIF. O atendimento pelo serviço deve ser de total interesse e concordância das famílias, precedido da análise da equipe técnica.

Cobertura da rede prestadora de serviços

O PAIF deve ser obrigatoriamente ofertado em todos os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Tempo de realização

Contínuo.

Diretrizes e prioridades

As ações do PAIF devem ser adequadas às experiências, situações, contextos vividos pelas famílias, contribuindo para:

- Fortalecer a Assistência Social como direito social de cidadania.
- Respeitar a heterogeneidade dos arranjos familiares e sua diversidade cultural.
- Rejeitar concepções preconceituosas, que reforçam desigualdades no âmbito familiar.
- Respeitar as informações repassadas pelas famílias no decorrer do trabalho social e preservar a confidencialidade.
- Utilizar e potencializar os recursos disponíveis das famílias no desenvolvimento do trabalho social.
- Utilizar ferramentas que contribuam para a inserção efetiva de todos os membros da família no acompanhamento familiar.

Objetivos gerais e específicos

- | | |
|--------------|---|
| Geral: | – Ofertar ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social. |
| Específicos: | – Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida.
– Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas.
– Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.
– Promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de Assistência Social.
– Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos.
– Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. |

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- No Estado de São Paulo as ações estratégicas para qualificação da oferta do PAIF envolvem a implantação do prontuário SUAS e o apoio técnico e financeiro.
- Por meio da resolução 15/2015, o Estado regulamentou a possibilidade de uso de até 60% do recurso fundo-a-fundo para gastos com recursos humanos.

Metas estabelecidas

- Implementação do serviço PAIF em todos os municípios paulistas, por meio do CRAS.
- Implantação do Prontuário SUAS nos CRAS para registro do acompanhamento familiar.
- Alcance das metas de desenvolvimento dos CRAS³⁷.
- Acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e beneficiários do BPC³⁸.
- Interlocução com Programa Família Paulista.

Resultados e impactos esperados

Considerando o apoio técnico e financeiro para desenvolvimento e implementação dos CRAS, constituem aquisições e impactos da oferta do PAIF, especialmente por meio do acompanhamento familiar conforme o Protocolo de Gestão Integrada³⁹:

- Fortalecimento da capacidade protetiva da família.
- Reconhecimento da função do Estado na garantia de ações com foco no aumento da capacidade protetiva das famílias.
- Fortalecimento dos vínculos comunitários.
- Prevenção da ruptura dos vínculos familiares.
- Potencialização do protagonismo e autonomia das famílias.
- Aumento da capacidade de organização e atuação das famílias no território.
- Promoção do acesso à serviços socioassistenciais e setoriais.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Índice CRAS, conforme regulamentação da Resolução CIT 5/1040.
- Número de CRAS implantados.
- Número de encontros, reuniões técnicas, capacitações e técnicos capacitados.
- Número de registros de informações do atendimento de todos os CRAS no RMA⁴¹.

Recursos necessários

Recursos Materiais:

Aplicativos do MDS, Sistema PMASWeb e Sistema de Gestão Estadual da Assistência Social (SIGEAS).

³⁷ Resolução CIT Nº 5, de 3 de maio de 2010.

³⁸ Corresponde a uma das metas do Pacto de Aprimoramento.

³⁹ O Protocolo de Gestão Integrada define as competências dos entes federados, descreve procedimentos para o acompanhamento familiar dos beneficiários pelos CRAS e CREAS, estabelece fluxo de dados relevantes para identificação de vulnerabilidades territoriais, contribui com a gestão de informação da Vigilância Social e para a prevenção de riscos sociais. O Protocolo também apresenta indicadores para monitoramento e avaliação de seus resultados.

⁴⁰ Resolução CIT Nº 5, de 3 de maio de 2010.

⁴¹ Registro Mensal de Atendimentos.

Recursos Humanos:

Equipe técnica de coordenação na Sede e Diretorias Regionais.

Atualmente, os municípios paulistas contam com recursos financeiros da ordem de R\$ 85 milhões destinados aos serviços da Proteção Social Básica, sendo R\$ 7,6 milhões direcionados pelos municípios ao Serviço de PAIF. O Estado fará estudos para adequar os critérios de cofinanciamento de forma a garantir adequação da distribuição de recursos para a Proteção Social Básica para todos os municípios paulistas.

Mecanismos e fontes de financiamento

Por meio de transferência dos sistemas fundo-a-fundo do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Planejamento PAIF – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Orientar as DRADS sobre o PAIF.	Um encontro com cada DRADS.	Nº de encontros de acompanhamento das DRADS aos municípios para alinhamento conceitual.	2016-2017	Qualificação da ação técnica das DRADS (concernente ao PAIF) para apoio aos municípios de forma sistemática.	DRADS
Apoiar os 5 municípios para implantação de CRAS no que se refere às principais dificuldades apontadas: RH e Estrutura física.	Realizar reuniões semestrais com os prefeitos e gestores desses 5 municípios. Implantar CRAS nos 5 municípios.	Nº de reuniões realizadas. Nº de CRAS implantados.	2016	645 municípios com CRAS.	DRADS
Apoiar os municípios no cumprimento das Metas de Desenvolvimento dos CRAS.	Com base no Censo SUAS, apoiar tecnicamente as DRADS para adequação do funcionamento dos CRAS.	Nº de reuniões técnicas realizadas. Aumento do ID CRAS.	2016	CRAS adequados a CIT 05/2010.	DRADS
Apoiar tecnicamente o cumprimento do Pacto de Aprimoramento, no que se refere ao BPC e ao PAIF.	Realizar reuniões e orientações de apoio técnico as DRADS para cumprimento do Pacto de Aprimoramento.	Nº de reuniões realizadas. Acompanhamento pelo PAIF de 25% dos beneficiários do BPC e 10% para municípios PP II, Médio, Grande e Metrópole.	2016-2017	Pacto de Aprimoramento cumprido no que se refere ao BPC e ao PAIF, garantindo a oferta prioritária de serviços socioassistenciais para as famílias.	CDS e DRADS

[Continua ➔]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Apoiar tecnicamente os municípios para o cumprimento do Pacto de Aprimoramento, no que se refere ao Programa Bolsa Família e PAIF.	Realizar reuniões e orientações de apoio técnico às DRADS para cumprimento do Pacto de Aprimoramento.	Nº de reuniões realizadas. Taxa anual de 15% das famílias beneficiárias do PBF acompanhadas pelo PAIF para os municípios de PP I. Para demais portes essa taxa é de 10%.	2016-2017	Pacto de Aprimoramento cumprido no que se refere à garantia da oferta prioritária do serviço de PAIF para as famílias do PBF.	CDS e DRADS
Capacitar os técnicos do Programa Família Paulista sobre o serviço de PAIF.	Qualificar o PAIF dentro do ciclo de trabalho com a família do Programa Família Paulista.	Nº de capacitações. Nº de técnicos capacitados.	2016-2019	Técnicos capacitados.	CDS, DRADS e EDESP
Apoiar a implantação do Prontuário SUAS nos municípios paulistas por meio de capacitações, orientações técnicas e recursos financeiros.	Implantação e implementação do Prontuário SUAS no Estado de São Paulo.	Nº de registros de informações do atendimento de todos os CRAS no RMA 2.	2016-2019	Informações sobre o acompanhamento familiar no PAIF disponibilizadas.	CGE, DRADS e EDESP

5.1.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço da PSB, oferecido de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado em percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida.

Público-alvo

Podem participar crianças, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social e relacional que apresentem fragilização dos vínculos familiares e comunitários, priorizando atendimento nas seguintes situações de risco:

- 1 Isolamento.
- 2 Trabalho infantil.
- 3 Vivência de violência e/ ou negligência.
- 4 Fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos.
- 5 Em situação de acolhimento.
- 6 Em cumprimento de MSE em meio aberto.
- 7 Egressos de medidas socioeducativas.
- 8 Abuso e/ou exploração sexual.
- 9 Em cumprimento de medidas de proteção do ECA.

10 Crianças e adolescentes em situação de rua.

11 Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Cobertura da rede prestadora de serviços

No Estado de São Paulo são ofertados 4.4484 serviços de convivência em 530 municípios. Os SCFV podem ser ofertados nos CRAS, em outras unidades públicas ou em entidades privadas sem fins lucrativos. O SCFV é complementar ao PAIF, é referenciado ao CRAS e segue as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Tempo de realização

Contínuo.

Diretrizes e prioridades

- | | |
|---------------------|---|
| Diretrizes: | <ul style="list-style-type: none">– Segurança de acolhida.– Segurança de convívio familiar e comunitário.– Segurança de desenvolvimento da autonomia. |
| Prioridades: | <ul style="list-style-type: none">– Garantir acesso do público prioritário.– Efetivar o reordenamento, qualificando o serviço com a metodologia adequada. |

Objetivos gerais e específicos

- | | |
|---------------------|---|
| Geral: | <ul style="list-style-type: none">– Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária. |
| Específicos: | <ul style="list-style-type: none">– Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.– Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de Assistência Social nos territórios.– Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos.– Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários.– Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades.– Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários. |

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Apoiar tecnicamente os municípios por meio de capacitações, reuniões, visitas de supervisão e outras ações para implementar metodologia adequada e garantir o atendimento ao público prioritário.
- O Estado fará estudos para rever os critérios de cofinanciamento de forma a garantir adequação da distribuição de recursos para a Proteção Social Básica para todos os municípios paulistas.

Metas estabelecidas

- Promover encontros regionais para fomentar os municípios no cumprimento das metas de atendimento, atingindo o público prioritário.
- Identificar e trabalhar com as especificidades das diferentes regiões do Estado, customizando a oferta do serviço à população.

Resultados e impactos esperados

As ações da SEDS estão voltadas a contribuir para que os municípios atinjam, com o trabalho, os seguintes resultados e impactos:

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social.
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência.
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais.
- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.
- Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias.

Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos:

- Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres.
- Junto a outras políticas públicas, reduzir índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.
- Aumento no número de jovens que conheçam as instâncias de denúncia e recurso em casos de violação de seus direitos.

Para Idosos:

- Oferta de oportunidades de convivência sociofamiliar para idosos.
- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Confirmação da participação no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC de pelo menos 50% do público prioritário em relação à capacidade de atendimento.
- Para os Encontros técnicos: nº de encontros realizados/ nº de técnicos orientados.
- Para as Oficinas: nº de oficinas realizadas/ nº de técnicos capacitados.
- Protocolo de fluxo de atendimento definido.
- N° de serviços implantados.

Recursos necessários

Recursos Materiais:

SISC e PMASWeb.

Recursos Humanos:

Equipe técnica de coordenação na Sede e Diretorias Regionais.

Recursos Financeiros:

O Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS) disponibiliza recursos pelo sistema fundo-a-fundo de forma que o município tem autonomia junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, para alocar

os recursos em cada serviço de acordo com suas necessidades. Atualmente os municípios paulistas contam com recursos financeiros da ordem de 85 milhões destinados aos serviços de Proteção Social Básica, sendo 62 milhões direcionados pelos municípios aos Serviços de Convivência.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Por meio de transferências, via sistema fundo-a-fundo, do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Planejamento SCFV – PEAS 2016- 2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Orientar as DRADS sobre o SCFV.	Um encontro anual com cada macrorregião para atingir técnicos e diretores das DRADS que supervisionam a execução do SCFV nos municípios. 100% dos municípios com confirmação de participação de pelo menos 25% de sua capacidade de atendimento.	1) N° de encontros realizados. 2) N° de técnicos orientados. 3) % de municípios com registro de confirmação de pelo menos 25% da capacidade de atendimento – fonte: SISC.	2016-2019	Ação técnica das DRADS qualificada para o apoio técnico aos municípios. Serviços executados aprimorados.	DRADS
Apoiar os municípios com reuniões técnicas para cumprirem as Metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS, por meio de relatórios e orientações técnicas e acompanhamento de indicadores trimestrais.	Um encontro anual com cada macrorregião para atingir técnicos e diretores das DRADS que supervisionam a execução do SCFV nos municípios. Incluir nos serviços de SCFV, 50% ou mais do público prioritário em cada um dos municípios paulistas que oferecem o serviço.	1) N° de encontros realizados. 2) N° de técnicos participantes. 3) % do público prioritário incluído. 4) Aumento, em 10% a cada ano, da inserção de público prioritário no sistema, até atingir meta de 50% em cada município – Fonte: SISC.	2016-2019	Atingir a integralidade do cofinanciamento federal em todos os municípios que executam os serviços.	DRADS
Realizar oficinas do Circuito Peti, em conjunto com sua equipe responsável.	15 oficinas por ano visando à capacitação de 638 técnicos.	1) N° de oficinas realizadas. 2) N° de técnicos capacitados.	2016-2019	Trabalho Infantil identificado e casos encaminhados.	CDS CGE

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Estabelecer protocolo de fluxo de atendimento para adolescentes egressos de medida socioeducativa em meio fechado.	Garantir a oferta de vaga no SCFV para egressos de medida socioeducativa em meio fechado.	Protocolo de fluxo de atendimento definido.	2017	Adolescentes acompanhados ao acabar o cumprimento da medida em meio fechado. Redução da progressão da medida.	Fundação CASA
Expandir a rede de atendimento para os municípios que ainda não oferecem o serviço.	Serviço implantado em 15 novos municípios.	Nº de serviços implantados.	2019	Cobertura ampliada.	DRADS

5.1.1.3 Centro de Convivência do Idoso (CCI)

O Centro de Convivência do Idoso (CCI) é um equipamento de PSB, de caráter preventivo, caracterizado como espaço destinado à oferta de atividades socioculturais e educativas.

O serviço a ser oferecido no Centro de Convivência do Idoso encontra-se tipificado como “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Público-alvo

Idosos de ambos os性os em situação de vulnerabilidade social com prioridade para:

- os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- os originários de famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda (PTR);
- os que apresentam vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convivência familiar e comunitária.

Cobertura da rede prestadora de serviços

- Previstos no total: 203 unidades.
- Inaugurados até dezembro/2015: 12 Centros de Convivência nas cidades de Adolfo, Aparecida d’Oeste, Monções, Potirendaba, Cristais Paulista, Itapuí, Boraceia, Floreal, Gavião Peixoto, Cedral, Mombuca e Elias Fausto.
- Em instrução ou obras: 191 unidades.

Tempo de realização

- Serviço: contínuo.
- Construção: até 2019.

Diretrizes e prioridades

Desenvolvimento do pilar Proteção do Programa São Paulo Amigo do Idoso por meio de convênios com municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II, com mais de 13% de idosos em sua população, ou ainda, com aqueles que não possuem local similar de atendimento.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:
- Prevenir situações de risco social para a população idosa.
- Específicos:
- Oportunizar a participação do idoso na vida comunitária.
 - Evitar isolamento social.
 - Contribuir para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo.
 - Promover fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SFVC.
- Assessorar os municípios por meio das DRADS.
- Capacitar gestores e técnicos para a qualificação do serviço.
- Visitar, monitorar e avaliar os equipamentos.
- Desenvolver um sistema de monitoramento dos equipamentos do Programa SP Amigo do Idoso.
- Elaborar relatório de monitoramento e avaliação.

Metas estabelecidas

- Atendimento de até 200 idosos por unidade.
- Construção de 203 Centros de Convivência do Idoso.
- Monitoramento da rede de equipamentos do Programa SP Amigo do Idoso.

Resultados e impactos esperados

Resultados:

- Rede de Proteção Social Básica no Estado ampliada.
- Sistema de monitoramento dos equipamentos implantado.

Impactos:

- Criação de territórios mais amigáveis à pessoa idosa.
- Promoção e valorização da pessoa idosa.
- Visibilidade à temática do envelhecimento populacional.
- Redução de situações e vivências de isolamento social.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de unidades de execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Proteção Social Básica no Programa SP Amigo do Idoso.
- Número de equipamentos construídos/ Número de serviços implantados.
- Número de municípios e técnicos capacitados sobre a oferta do SCFV, com foco nos CCI do Programa SP Amigo do Idoso.
- Emissão de um relatório de monitoramento e avaliação.

Recursos necessários

- Financeiro: investimento de R\$ 50.080.000,00 para a construção de 203 unidades.
- O Estado gasta 250 mil por unidade.

Mecanismos e fontes de financiamento

Fonte: Tesouro do Estado.

Planejamento Centro de Convivência do Idoso (CCI) – PEAS 2016- 2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Propor nova resolução SEDS para ajustar plano de trabalho dos convênios do Programa SP Amigo do Idoso para implantação de CCI.	Resolução publicada.	Resolução publicada.	2016	Resolução publicada que garanta agilidade na implantação do equipamento CCI e execução do serviço de Proteção Básica.	CAFC, ATG e CVO
Capacitar os municípios sobre a oferta do SCFV com foco nos CCIs do Programa SP Amigo do Idoso.	100% dos municípios capacitados.	Percentual de municípios capacitados. Nº de técnicos capacitados.	2016-2019	Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos qualificados e aprimorados. Gestão municipal e da rede de proteção social para a população idosa do Estado fortalecida.	DRADS e Edesp
Realizar reuniões de orientação técnica e visitas de monitoramento e avaliação da implantação dos CCIs.	26 reuniões anuais.	Nº de reuniões realizadas anualmente.	2016-2017	Adequação às normativas previstas no guia de orientações técnicas do CCI.	DRADS
Elaborar relatório de monitoramento e avaliação dos CCIs.	Um relatório anual.	Relatório produzido.	2016	Relatório com o diagnóstico do funcionamento da rede de equipamentos e serviços do Programa SP Amigo do Idoso.	CGE
Desenvolver um sistema de monitoramento dos equipamentos do Programa SP Amigo do Idoso.	Monitorar a rede de equipamentos SP Amigo do Idoso.	Sistema implantado.	2016-2019	Acompanhamento sistematizado da rede de equipamentos do Programa SP Amigo do Idoso.	CGE

5.1.2 Proteção Social Especial⁴²

Os serviços de Proteção Social Especial (PSE) destinam-se a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou ameaçados. São serviços que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios

⁴² Texto de referência disponível no MDS: http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao e http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas (consulta em 01 abril/16).

e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva. Podem ser organizados com base local em municípios com maior incidência de violação dos direitos ou por meio de serviços de referência regional, coordenados e executados pelos Estados ou por intermédio de consórcios públicos entre os municípios.

Na PSE estão previstos níveis de complexidade diferenciados: Média e Alta Complexidade. Os serviços de PSE de Média Complexidade são aqueles que oferecem atendimento especializado às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados nas situações em que os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Os serviços de PSE de Alta Complexidade oferecem atendimento e acolhimento em serviços especializados nas situações de violação de direitos quando os vínculos familiares e/ou comunitários foram rompidos.

5.1.2.1 Serviços de Proteção Social de Média Complexidade

A oferta de PSE de Média Complexidade é feita por meio de cinco serviços especializados e continuados em unidade pública e estatal: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social para Adolescentes em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviços de Proteção Social Especial para Pessoa com Deficiência, Idosa e suas Famílias; e Serviço Especializado para a Pessoa em Situação de Rua (Centro POP).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e o Centro POP são os equipamentos de referência da PSE de Média Complexidade, alguns serviços podem ser executados pela rede social privada, mas sempre referenciados ao CREAS ou ao Centro POP.

Os Serviços de Média Complexidade demandam maior especialização no acompanhamento familiar e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Requerem, ainda, intensa articulação em rede para assegurar efetividade no atendimento às demandas da família e sua inserção em uma rede de proteção necessária para a potencialização das possibilidades de superação da situação vivida.

Público-alvo

Os Serviços de PSE de Média Complexidade são destinados às famílias e aos indivíduos com vínculos familiares fragilizados, que se encontram em situação de violação de direitos.

Cobertura da rede prestadora de serviços

De acordo com dados do sistema PMASWeb de 2015, são executadas 5 modalidades de serviços da PSE de Média Complexidade conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – que apresentam previsão de atendimento anual de 529.671. Há ainda 226 modalidades de Serviços de Média Complexidade não tipificados pela Resolução CNAS nº 109/2009, com previsão anual de 90.976 atendimentos.

Tipo Unidade	Quantidade
CREAS	256 unidades
Centro POP	49 unidades
Centro Dia do Idoso (CDI)	108 unidades previstas ⁴²

43 Jan 2016: 43 Centros Dia construídos; em instrução ou obras: 65 unidades.

44 O CREAS de Presidente Prudente não oferta PAEFI.

Tipo de Serviço	Quantidade de Serviços	Previsão de atendimento
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	255 unidades ⁴³	136.632
Serviço Especializado em Abordagem Social	176 unidades	80.980
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)	666 unidades (LA) 601 unidades (PSC)	40.544 16.533
Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	681 unidades	106.340
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop)	49 unidades	40.501
Serviços Não Tipificados	239 unidades	108.141

Tempo de realização

Contínuo.

Diretrizes e prioridades

A PSE de Média Complexidade deve priorizar a oferta de PAEFI nos municípios com mais de 20 mil habitantes (PII) de forma a ampliar e qualificar o acompanhamento das famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Foi deliberada pela X Conferência Estadual de Assistência Social como ação prioritária para o Estado de São Paulo a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos – PAEFI, visando os municípios de porte I e II e regiões metropolitanas.

Também são diretrizes consideradas neste Plano, as Resoluções nacionais e estaduais que normatizam a expansão, o reordenamento e execução do SUAS e o Termo de Aceite do MDS/SNAS/DPSE.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Atender de forma especializada a família ou indivíduo, com vistas a reduzir as situações de violação de direitos e situação de risco pessoal e social e prevenir a fragilização e rompimento de vínculos.
- Específicos:**
- Promover a inclusão das famílias no sistema de proteção social de forma a acessar benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, e as demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos.
 - Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, rompendo com padrões de violações de direitos no interior da família e incentivando as ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.
 - Contribuir para a reparação de danos e redução da incidência de violação de direitos, de forma a restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários.
 - Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento, visando à superação da situação vivenciada.

- Prevenir as situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/ demanda de cuidados permanentes/ prolongados.
- Prevenir o abrigamento e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Apoiar as DRADS para ampliação do conhecimento sobre a execução dos serviços, resoluções e demais orientações técnicas acerca da Proteção Social de Média Complexidade.
- Contribuir na elaboração coletiva de metodologia do trabalho social voltada à autonomia dos indivíduos e famílias, à construção de projetos de vida e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.
- Realizar interlocução da Proteção Social Especial do Estado com o Departamento de PSE do Governo Federal.
- Articular com o MDS a construção de proposta para a Proteção Social Especial de Média Complexidade nos municípios em que a demanda de atendimento não justificar a implantação de CREAS.
- Monitorar os Serviços de Média Complexidade, em conjunto com as DRADS e CGE.
- Implantar e implementar o sistema MSE WEB e o sistema estadual de informações de Medidas Socioeducativas de meio aberto, em conjunto com a CGE e DNI.
- Oferecer formação para os técnicos municipais e estaduais sobre os Serviços de Média Complexidade do SUAS para qualificação da oferta, em parceria com a Edesp.
- Elaborar plano para cofinanciar a implantação de CREAS/PAEFI nos municípios acima de 20.000 habitantes que ainda não possuem o serviço.
- Elaborar plano para fortalecimento do serviço CREAS/PAEFI nos municípios com mais de 20.000 habitantes, conforme Pacto de Aprimoramento de Gestão.
- Efetivar plano de implantação de 24 CREAS/PAEFI municipalizados, conforme deliberação do Conseas e Pactuação na CIB – Plano de Regionalização⁴⁵.
- Apoiar tecnicamente as DRADS para acompanhar e monitorar os serviços executados pelos municípios.
- Participar da elaboração dos critérios de reordenamento do cofinanciamento estadual, qualificando-o às especificidades da PSE de Média Complexidade.
- Revisar e criar novos instrumentais de acompanhamento técnico e monitoramento.
- Criar um sistema de registro e acompanhamento para respostas às denúncias e demandas do Judiciário, Ministério Público e Promotoria sobre Serviços de Média Complexidade.

Metas estabelecidas

- Implantação de 24 CREAS/PAEFI em municípios de Porte I, conforme Plano de Regionalização.
- Adequação de 100% dos Serviços Socioassistenciais de Média Complexidade à legislação vigente, qualificando a oferta da proteção social.
- Capacitação das 26 DRADS para a ampliação do conhecimento sobre a execução dos serviços, resoluções e demais orientações técnicas acerca dos Serviços da Média Complexidade.
- Implantação de sistema estadual MSE Web para coletar informações e monitorar os municípios que ofertam Serviço de Medida Socioeducativa em meio aberto de LA e PSC.
- Desenvolver plano de cofinanciamento para implantação de CREAS/PAEFI nos municípios acima de 20.000 habitantes.

45 Portaria CIB/SP nº 17, de 26/11/2015

- Participar no reordenamento do cofinancimento estadual, qualificando-o às especificidades da PSE Média Complexidade.

Resultados e impactos esperados

Resultados:

- 24 CREAS implantados em municípios de Pequeno Porte I.
- Atendimento qualificado dos Serviços Especializados de Média Complexidade.
- Rede de equipamentos e Serviços de Média Complexidade expandidos e adequados à demanda, normativas técnicas e legislação.
- Equipes técnicas das DRADS capacitadas, fortalecidas para o acompanhamento dos serviços, o sistema de garantia de direitos e outras políticas setoriais.
- Sistema MSE Web preenchido por todos os municípios que executam o serviço em meio aberto.

Impactos:

- Redução do ciclo de violência e violação de direitos, seus agravamentos e/ou reincidências.
- Fortalecimento do SUAS.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de municípios com MSE utilizando o sistema MSEWeb.
- Número de capacitações ofertadas sobre Serviços de Média Complexidade.
- Número de municípios, gestores e técnicos municipais capacitados.
- Número de serviços na rede de Proteção Social de Média Complexidade.

Recursos necessários

Recursos Materiais:

Módulo de acompanhamento (Rede SUAS); instrumental de acompanhamento técnico e monitoramento; PMASWeb; Sistema de MSEWeb; Material gráfico para campanhas.

Recursos Humanos:

Equipe técnica da Proteção Social da CAS e outras Coordenadorias, técnicos das DRADS.

Recursos Financeiros:

- Valores previstos no PPA – Orçamento destinado à PSE de Média Complexidade.
- PMAS 2016 – R\$ 39.686.015,55 (valores repassados para os municípios, fundo-a-fundo).
- Diárias e locomoção.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Mecanismo: FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social.
- Fontes de financiamento: Tesouro do Estado.
- IGD SUAS.

5.1.2.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça

ou violação de direitos, como violência (física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões. Compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e ao fortalecimento da função de proteção das famílias diante do conjunto de condições que causam fragilidades ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Planejamento Serviços de Proteção Social de Média Complexidade

PAEFI – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Monitorar os serviços de PAEFI no Estado de São Paulo ⁽¹⁾ .	Monitorar a rede existente.	Nº de serviços monitorados	2016-2019	Diagnóstico da rede elaborado.	DRADS, CGE e DNI
Ofertar apoio técnico sobre a execução do serviço, normativas e demais orientações acerca da execução do PAEFI.	26 Diretorias Regionais.	1) Nº de encontros por DRADS; 2) Nº de municípios participantes; 3) Nº de técnicos estaduais municipais atingidos	2016-2019	Qualificação da oferta de assessoria técnica das DRADS e oferta dos serviços.	DRADS
Contribuir na elaboração coletiva de metodologia de trabalho social voltado para a autonomia dos indivíduos e famílias, projetos de vida, vínculos familiares, comunitários e sociais ⁽²⁾ .	2016: Oferta do curso online/presencial PAEFI para CREAS e público em geral. 2017: Oferta de 26 oficinas sobre metodologia do trabalho social com famílias em situação de violação de direitos. 2018: Mostra estadual de boas práticas. 2019: Publicação sobre boas práticas e metodologia de trabalho social com famílias.	2016: 1) Nº de participantes que concluíram o curso; 2) Nº de CREAS participantes; 3) Nº de municípios participantes; 4) Nº de técnicos municipais e estaduais. 2017: 1) Nº de CREAS participantes; 2) Nº de municípios participantes; 3) Nº de técnicos municipais e estaduais participantes. 2018: 1) Nº de participantes na mostra; 2) Nº de CREAS participantes; 3) Nº de municípios participantes; 4) Nº de DRADS envolvidas; 5) Nº de técnicos municipais e estaduais. 2019 1) Nº de publicações distribuídas por município/CREAS.	2016-2019	Qualificação da oferta de assessoria técnica das DRADS e oferta dos serviços.	DRADS e Edesp

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Construir proposta para a PSE de Média Complexidade nos municípios em que a demanda de atendimento não justificar a implantação de CREAS.	Articular com o MDS para construção da proposta de oferta de Proteção Social Especial de Média Complexidade.	1) Participação do MDS; 2) Proposta concluída; 3) Pactuação na CIB; 4) Deliberação do Conseas.	2016-2018	Oferta de PSE de Média Complexidade em município de Pequeno Porte I ampliada.	
Elaborar plano para cofinanciar a implantação de CREAS/PAEFI nos municípios acima de 20.000 habitantes que ainda não possuem o serviço.	Plano de cofinanciamento elaborado com a finalidade de implantar.	1) Proposta concluída; 2) Pactuação na CIB; 3) Deliberação do Conseas.	2016-2018	Proposta de cofinanciamento ampliado para CREAS/PAEFI.	CGE e CAFC
Elaborar plano para fortalecimento do serviço CREAS/PAEFI nos municípios com mais de 20.000 habitantes, conforme Pacto de Aprimoramento de Gestão.	Plano de fortalecimento elaborado.	Plano construído	2016-2018	Qualificação da oferta de PSE de Média Complexidade.	
Efetivar plano de implantação de 24 CREAS/PAEFI municipalizados, conforme deliberação do Conseas e pactuação na CIB.	5 municípios PI que já ofertam o PAEFI. 19 municípios PI que foram considerados elegíveis.	2016: 5 municípios PI cofinanciados. 2017: cofinanciamento dos 19 municípios elegíveis.	2016-2017	Ampliação da oferta de PSE de Média Complexidade.	CAFC

(1) A atividade depende da disponibilidade de recursos financeiros para deslocamento do técnico da DRADS responsável pelo acompanhamento do serviço para visita de monitoramento.

(2) A atividade depende da disponibilidade de recursos financeiros para:

- a) oferta da Formação (Edesp);
- b) deslocamento do técnico da DRADS e SEDE para participação nos cursos e oficinas;
- c) para realização da Mostra de boas práticas;
- d) para publicação de 1500 exemplares.

5.1.2.1.2 Serviço a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) tem como objetivo a oferta de

atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Atende adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de LA e PSC, aplicadas pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude.

Na sua operacionalização é necessária a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, entre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

Este serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço, é necessário observar os critérios de responsabilização de adolescentes e jovens diante da infração cometida. É importante ressaltar que os direitos e obrigações desse público devem ser assegurados de acordo com as legislações específicas para o cumprimento da medida.

Planejamento Serviços de Proteção Social de Média Complexidade – Serviço a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Implantar o Sistema MSE Web.	<p>645 municípios cadastrando os adolescentes</p> <p>Para que a meta seja alcançada, serão consideradas as metas complementares:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Sistema concluído pelo DNI; 2) Homologar sistema nos municípios; 3) Publicação do Decreto e da Resolução SEDS; 4) Publicar o Caderno de Orientações; 5) Capacitar DRADS e municípios para uso do Sistema. 	<p>1) N° de municípios utilizando o Sistema WEB;</p> <p>2) N° de adolescentes cadastrados.</p>	<p>1) Sistema concluído pelo DNI: abr/16;</p> <p>2) Homologar sistema nos municípios: mai/16;</p> <p>3) Publicação do Decreto e da Resolução SEDS: abr/16;</p> <p>4) Publicação do Caderno de Orientações: abr/16;</p> <p>5) Capacitar DRADS e municípios para uso do Sistema: mai-jun/16.</p>	Adolescentes em cumprimento de MSE de Meio Aberto cadastrados.	DRADS, DNI e CGE

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Assessorar tecnicamente as DRADS com: 1) reunião técnica da PSE com DRADS (semestral); 2) encontro de assessoria técnica com municípios (de acordo com demanda); 3) supervisão técnica em municípios (todos os municípios que ofertam o serviço).	Orientar tecnicamente as DRADS e os municípios.	1) Tipo de ação/ N° de DRADS assessoradas; 2) Tipo de ação/ N° de municípios participantes; 3) Tipo de ação/ N° de técnicos municipais atingidos.	2016- 2019	Trabalhadores com conhecimento ampliado sobre as Resoluções e demais orientações acerca do tema. Serviço qualificado.	DRADS
Realizar curso: Metodologia de atendimento para o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.	Capacitar técnicos estaduais e municipais no tema Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.	1) N° de técnicos capacitados; 2) N° de municípios envolvidos; 3) N° de DRADS envolvidas.	2017-2018	Técnicos qualificados e conhecimento ampliado sobre metodologias práticas.	Edesp e DRADS
Elaborar metodologia de acompanhar e realizar a Avaliação dos Planos Municipais.	645 planos municipais de MSE avaliados, de acordo com Sinase.	1) Metodologia elaborada; 2) N° de Planos Municipais Avaliados.	2017-2018	Metodologia de avaliação para adequação dos planos construída e acompanhamento do mesmo por comissões intersetoriais.	DRADS e CGE
Elaborar o “Programa Estadual de Atendimento Pós-Medidas”.	Protocolo entre as Secretarias estaduais.	1) Protocolo implantado; 2) N° de Secretarias estaduais e municipais participantes; 3) N° de municípios utilizando o protocolo.	2016	Protocolo de atendimento implementado por parte das Secretarias estaduais e municipais no atendimento do adolescente em pós-medida.	

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Integrar o Sistema Estadual ao Sistema Nacional de Informação do SINASE.	Protocolo com o MDS/SAGI e SDH/PR.	1) Protocolo estabelecido; 2) Quantidade de dados cadastrais transferidos.	2017-2018	Dados cadastrais dos adolescentes transferidos para o Sistema Web Nacional de MSE.	CGE
Orientar tecnicamente os municípios para acesso aos Fundos Nacionais de Educação, Drogadição e Trabalho.	645 municípios orientados e com planos avaliados.	1) N° de municípios orientados; 2) N° de projetos apresentados; 3) N° de Projetos cofinanciados pelos Fundos.	2018-2019	Projetos Sociais apresentados aos Fundos Nacionais de Educação, Drogadição e Trabalho no âmbito do Governo Federal para cofinanciamento de ações municipais.	DRADS e Edesp
Acompanhar e executar as ações do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas.	Realizar as ações previstas no Plano Estadual, no âmbito da SEDS.	1) N° de metas cumpridas a cada ano do Plano Decenal.	2016-2019	Metas do Plano cumpridas.	DRADS

5.1.2.1.3 Serviço a Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias

O Serviço de PSE para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias integra os serviços propostos na PSE de Média Complexidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Pode ser realizado no domicílio do usuário, ofertando atendimento especializado às famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos.

O serviço tem a finalidade de potencializar a autonomia, a independência e a inclusão social da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida. Para tanto, deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação dos serviços especializados a pessoas em situação de dependência que necessitem de cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe deverá estar pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, apoiando-os no exercício da função.

As ações devem possibilitar ainda a ampliação das redes sociais de apoio e o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços socioassistenciais, políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos, quando for o caso.

5.1.2.1.4 Serviço de Abordagem Social

É um serviço oferecido de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outras. Nessa direção, o serviço oferta atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

São considerados como espaço de desenvolvimento de suas ações: ruas, praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e onde haja existência de comércio, como terminais de ônibus, trens, metrô e outros locais.

O serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover o acesso do indivíduo ou família à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, na perspectiva da garantia dos direitos.

5.1.2.1.5 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Ofertado nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, dedica atenção especial a pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Nos municípios onde não existe Centro POP o atendimento para a população em situação de rua deve ser ofertado pelo PAEFI.

Tem como finalidade assegurar o atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de relações sociais e habilidades pessoais, com o intuito de fortalecer vínculos interpessoais ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Deve ofertar atendimento voltado à análise das fragilidades dos usuários, acompanhamento individual e grupal e encaminhamentos à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, tendo em vista a inclusão em uma rede de proteção social.

Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil, bem como proporcionar endereço institucional para utilização como referência do usuário.

Além disso, a atenção ofertada deve contribuir para ações de reinserção familiar ou comunitária e construção de novos projetos de vida de pessoas em situação de rua, pautada na postura de respeito às escolhas individuais de cada sujeito.

Neste serviço, deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

Vale destacar que este serviço se configura como um importante canal para a inserção das pessoas em situação de rua no CadÚnico para Programas Sociais.

Planejamento Serviços de Proteção Social de Média Complexidade – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Acompanhar o processo de expansão e reordenamento dos serviços de PSE para Pessoas em Situação de Rua ⁽¹⁾ .	Acompanhamento dos 66 municípios que participam do processo de reordenamento acompanhados.	1) N° de municípios que concluíram o plano de reordenamento; 2) N° de municípios acompanhados.	2016-2017	Rede de serviços dos 66 municípios reordenada, conforme normativas.	DRADS e CGE

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Acompanhar e apoiar tecnicamente as DRADS e municípios acerca da temática População em Situação de Rua.	Acompanhamento e apoio técnico para as 26 DRADS e municípios que possuem demanda de população em situação de rua.	1) N° de DRADS assessoradas; 2) N° de municípios participantes em encontros técnicos; 3) N° de técnicos estaduais e municipais capacitados.	2016-2019	Equipe capacitada e serviço qualificado.	DRADS
Ofertar formação aos trabalhadores sobre Acolhimento Institucional no SUAS para qualificação do processo de reordenamento do Serviço para Pessoas em Situação de Rua.	Capacitar os técnicos das 26 DRADS e técnicos dos municípios que ofertam Acolhimento Institucional para população de rua.	1) N° de municípios/ DRADS participantes; 2) N° de técnicos que concluíram a capacitação.	2016-2017	Técnicos capacitados e serviços qualificados.	Edesp e DRADS

(1) As DRADS que realizam os monitoramentos dos serviços. Esta atividade depende de disponibilidade de recursos financeiros para deslocamento do técnico das DRADS para os municípios. Para a ação, a SEDS deve garantir equipe técnica nas DRADS e na SEDS.

5.1.2.1.6 Centro Dia do Idoso (CDI)

O Centro Dia do Idoso (CDI) é um equipamento de PSE de Média Complexidade, caracterizado como um espaço de acolhimento e cuidados destinado a idosos semidependentes, com foco na relação entre o cuidador e o dependente.

O serviço oferece alimentação, cuidados básicos de higiene, atividades físicas, atividades socioculturais e socioassistenciais, em espaço adaptado às necessidades de idosos semidependentes, contando com banheiros adaptados, área de descanso, sala de convivência e enfermaria.

Público-alvo

Idosos de ambos os sexos, a partir de 60 anos, semidependentes, em situação de risco ou vulnerabilidade social, sem comprometimento cognitivo, cujas famílias não tenham condições de prover os cuidados necessários.

Cobertura da rede prestadora de serviços

- Previstos no total: 108 unidades.
- 43 Centros Dia construídos / janeiro 2016: Agudos, Americana, Apiaí, Araraquara, Avaré, Barretos, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Bragança Paulista, Capão Bonito, Capela do Alto, Dois Córregos, Dracena, Espírito Santo do Pinhal, Ibitinga, Ilha Solteira, Ilhabela, Itapetininga, Itapeva, Itatiba, Itatinga, Itu, Jaguariúna, Jaú, Leme, Marília, Miguelópolis, Monte Alto, Osvaldo Cruz, Poá, Pompeia, Ribeirão Preto, Socorro, Vinhedo, Votorantim, Votuporanga, Santo Antônio da Alegria, Mogi Mirim, Franca, Piracicaba, Araras e Olímpia.
- Em instrução ou obras: 65 unidades

Tempo de realização

- Serviço: contínuo.
- Construção: até 2019.

Diretrizes e prioridades

Desenvolvimento do pilar Proteção do Programa São Paulo Amigo do Idoso, por meio de convênios com municípios de Médio Porte, Grande ou Metrópole para a construção de Centro Dia do Idoso.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Oferecer atendimento especializado e cuidados a idosos semidependentes e suas famílias.
- Específicos:**
- Promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos idosos e seus familiares.
 - Compartilhar com as famílias a provisão de cuidados aos idosos dependentes.
 - Prevenir o isolamento e a institucionalização das pessoas idosas.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Ofertar o Serviço de Proteção Social Especial para pessoas idosas e suas famílias.
- Assessorar os municípios por meio das DRADS.
- Realizar visitas de monitoramento e avaliação.
- Capacitar os municípios para a qualificação do serviço.
- Elaborar relatório de monitoramento e avaliação dos equipamentos e serviços.

Metas estabelecidas

- Construir 108 unidades, com a capacidade de atender até 50 idosos por centro.
- Desenvolver um sistema de monitoramento dos equipamentos do Programa.
- Criar nova resolução SEDS para ajustar plano de trabalho dos convênios do Programa SP Amigo do Idoso para implantação de CDI.

Resultados e impactos esperados

Resultados:

- Rede de Proteção Social Especial no Estado ampliada.
- Aumento do número de unidades executoras de Serviço de Média Complexidade da Proteção Social Especial no Estado.

Impactos:

- Criação de territórios mais amigáveis para a pessoa idosa.
- Promoção e valorização da pessoa idosa.
- Visibilidade à temática do envelhecimento populacional.
- Redução do número de acidentes domésticos, internações e institucionalização de idosos.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de unidades executoras de Serviço de Média Complexidade da PSE no Estado.
- Número de equipamentos construídos/número de serviços implantados.
- Percentual de municípios capacitados /número de técnicos capacitados.

Recursos necessários

Financeiro: Para implantação de 108 unidades – investimento de R\$ 45.222.285,04. O Estado gasta R\$ 500 mil/unidade, por meio de repasse por convênio ao município.

Mecanismos e fontes de financiamento

Fonte: Tesouro do Estado.

Planejamento Centro Dia do Idoso CDI - PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Propor nova resolução SEDS para ajustar plano de trabalho dos convênios do Programa SP Amigo do Idoso para implantação de CDI.	Resolução publicada.	Resolução publicada.	2016	Resolução publicada que garanta agilidade na implantação do equipamento CDI e execução do serviço de Média Complexidade da PSE no Programa SP Amigo do Idoso.	CAFC, ATG e CVO
Capacitar os municípios sobre a oferta do Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias, com foco nos CDIs do Programa SP Amigo do Idoso.	Capacitar 26 DRADS e municípios com CDI em fase de implantação ou funcionamento.	1) % de municípios capacitados; 2) N° de técnicos capacitados.	2016-2019	Execução do Serviço de Média Complexidade na rede de CDIs aprimorada e qualificada.	DRADS e Edesp
Realizar reuniões de orientação técnica e visitas de monitoramento e avaliação da implantação dos CDIs.	26 reuniões anuais.	Nº de reuniões realizadas anualmente.	2016-2017	Gestão municipal da rede de proteção social à população idosa no Estado fortalecida. Adequação às normativas previstas no guia de orientações técnicas do CDI.	DRADS
Elaborar relatório de monitoramento e avaliação.	1 relatório anual.	Relatório produzido.	2016	Relatório com o diagnóstico do funcionamento da rede de equipamentos e serviços do Programa SP Amigo do Idoso.	CGE
Desenvolver um sistema de monitoramento dos equipamentos do Programa SP Amigo do Idoso.	Monitorar a rede de equipamentos SP Amigo do Idoso.	Sistema implantado.	2016-2019	Acompanhamento sistematizado da rede de equipamentos do Programa SP Amigo do Idoso.	CGE

5.1.2.1.7 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) foi criado em 1996 e integrado à LOAS em 2011. É um programa de caráter intersetorial e intergovernamental que integra a Política Nacional de Assistência Social que, no âmbito do SUAS, compreende: inclusão de famílias em programas de transferências de renda, trabalho social com as famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos que se encontram em situação de trabalho.

A partir de 2013, o redesenho do Peti propôs a intensificação da erradicação do trabalho infantil por meio de ações estratégicas que visam ampliar a mobilização social e a articulação de políticas públicas preventivas e eficazes diante das novas configurações do trabalho infantil no Brasil.

A Equipe Estadual de Referência do Peti coordena, assessorá e presta apoio técnico aos municípios na execução do Programa visando fortalecer a gestão compartilhada e descentralizada.

Público-alvo

Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz acima de 14 anos e suas famílias.

Cobertura da rede prestadora de serviços

Oferta de serviços socioassistenciais pelos CRAS e CREAS e acesso aos Programas de Transferência de Renda nos 637 municípios nos quais o Censo do IBGE de 2010 apontou incidência de trabalho infantil de 10 a 15 anos, com ênfase nos 76 municípios com alta incidência que aderiram ao Termo do MDS das Ações Estratégicas do Peti.

Tempo de realização

- Programa: contínuo.
- Beneficiário: até superar a situação de violação de direito.

Diretrizes e prioridades

- Identificar e priorizar o encaminhamento das crianças e adolescentes ocupados e suas famílias aos serviços socioassistenciais e programas de transferência de renda.
- Intensificar articulação institucional, incluindo órgãos de fiscalização e de responsabilização.

Objetivos gerais e específicos

- | | |
|---------------------|--|
| Gerais: | <ul style="list-style-type: none">– Contribuir para a erradicação do trabalho infantil.– Ampliar a mobilização social em torno da erradicação do trabalho infantil enquanto violação de direitos.– Fortalecer a Rede de Proteção Social e o Sistema de Garantia de Direitos para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil. |
| Específicos: | <ul style="list-style-type: none">– Retirar crianças e adolescentes do trabalho infantil e apoiar suas famílias por meio das equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para a superação da situação de violação de direitos e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de modo a romper com o fator de reprodução do ciclo da pobreza em decorrência do trabalho infantil. |

- Realizar ações de vigilância socioassistencial e diagnósticos sobre o trabalho infantil.
- Estabelecer corresponsabilidade com outros órgãos de Estado e entidades que desenvolvem ações de erradicação do trabalho infantil, em especial, com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Sistema de Justiça.
- Acompanhar e monitorar a execução do Programa observando as metas de erradicação aprovadas no SUAS e os registros do trabalho infantil no Cadastro Único e em outros sistemas do SUAS.
- Realizar a articulação intermunicipal em especial de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos visando à erradicação do trabalho infantil.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Desenvolver ações de vigilância socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil em parceria com as equipes da CAS e da CGE.
- Desenvolver em conjunto com as DRADS ações de divulgação de informações sobre trabalho infantil para sensibilização e mobilização da sociedade civil.
- Realizar capacitações e reuniões de apoio técnico aos municípios em conjunto com as DRADS e equipes da CAS.
- Consolidar a articulação com órgãos de Estado que desenvolvem ações de erradicação do trabalho infantil (fóruns e comissões do Peti e o Grupo de Discussão Intersetorial do Peti).
- Apoiar o Ministério Público do Trabalho (MPT) no processo de mobilização para audiências públicas junto aos municípios signatários das Ações Estratégicas do Peti⁴⁶.
- Acompanhar as medidas pactuadas entre MPT e municípios para auxiliar a gestão municipal no cumprimento destas.
- Acompanhar os registros de casos de trabalho infantil no Cadastro Único e o preenchimento dos demais sistemas pertinentes ao Peti.
- Acompanhar as metas de erradicação do trabalho infantil nos municípios.
- Realizar com o apoio das DRADS a articulação de ações intermunicipais de combate ao trabalho infantil, utilizando-se de instâncias como o Fórum Paulista de Erradicação do Trabalho Infantil e os Fóruns Regionais existentes.

Metas estabelecidas

- Articular um conjunto de ações integradas e complementares, visando retirar e proteger crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos do trabalho infantil, resguardado o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em conformidade com o que estabelece a Lei de Aprendizagem nº. 10.097/2000.
- Acompanhar a gestão municipal na execução do Peti.
- Monitorar a execução do Peti em âmbito estadual.
- Apoiar os municípios que aderiram ao cofinanciamento das ações estratégicas para atingir a meta de identificação e cadastramento de 70% das situações de trabalho infantil e de 50% para os demais municípios até 2017⁴⁷.
- Realizar estudos e diagnósticos sobre a evolução e perfil do trabalho infantil no Estado.
- Confeccionar peças para Campanhas de Combate ao Trabalho Infantil.
- Participar de eventos e de reuniões sobre Erradicação do Trabalho Infantil.

⁴⁶ Resolução nº 08, de 18 de abril de 2013.

⁴⁷ Conforme o Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal.

Resultados e impactos esperados

- Redução da incidência de trabalho infantil no Estado.
- Aumento da identificação de situações de trabalho infantil e garantia de acesso aos serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais.
- Aprimoramento da gestão compartilhada e da execução descentralizada do Programa.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de crianças identificadas em situação de trabalho infantil (Marcação no Bloco 10 do Cadastro Único).
- Número de inclusão de crianças e adolescentes oriundos do trabalho infantil no SCFV.
- Número de crianças e adolescentes em acompanhamento pelo PAEFI e PAIF.
- Incidências de situação de trabalho infantil apontadas pela PNAD e Censo do IBGE.

Recursos necessários

- Equipe Estadual de Referência do Peti e técnico de referência do Programa das DRADS.
- Equipe ou técnico municipal de referência do Peti.
- Existência de CRAS e CREAS e suas respectivas equipes de referências.
- Oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Execução de programas de transferência de renda.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Cofinanciamento federal aos Estados e municípios com alta incidência de trabalho infantil que aderiram às Ações Estratégicas do Peti.
- Repasses do Fundo Nacional de Assistência Social e do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais e financiamento dos programas de transferência direta de renda para os beneficiários dos Programas Bolsa Família e Renda Cidadã.

Planejamento Programa Peti – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Elaborar diagnóstico anual (quantitativo) sobre Trabalho Infantil no Estado de São Paulo.	Detectar anualmente o comportamento do fenômeno do trabalho infantil.	Estimativa da quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Estado de SP apresentada pela PNAD.	2016-2019	Monitorar através dos números da PNAD a redução do trabalho infantil.	CGE

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar rodada anual de reuniões regionais de orientações técnicas para os técnicos municipais.	15 reuniões por ano visando à capacitação de 638 técnicos.	Evolução dos registros nos sistemas pertinentes ao Peti e N° de técnicos capacitados.	2016-2019	Potencializar identificação e qualificar encaminhamentos.	CAS, CGE e DRADS
Confeccionar materiais impressos.	Confeccionar 10 mil folders.	Nº de municípios atingidos.	2016	Sensibilizar sobre os malefícios do trabalho infantil.	DCI
Participar no Fórum Paulista Peti.	Participação em 40 reuniões.	Nº de reuniões.	2016-2019	Potencializar articulação institucional.	
Realizar 2 videoconferências.	1500 participantes.	Nº de participantes.	2016-2017	Qualificação de técnicos municipais do SUAS.	Edesp
Realizar seminário anual sobre trabalho infantil.	500 participantes.	Nº de participantes.	2016	Sensibilizar sobre os malefícios do trabalho infantil.	Fórum Paulista Peti, CAS e Edesp
Monitorar a identificação de situações de trabalho infantil.	Atingir 70% e 50% da incidência de trabalho infantil apontados pelo IBGE nos municípios com ações estratégicas e nos demais respectivamente.	Nº de registro de situação de trabalho infantil no CadÚnico, SISC e RMA.	2016-2017	Identificação das situações de trabalho infantil e garantia de proteção social.	
Realizar uma pesquisa qualitativa sobre formas do trabalho infantil e fluxos de encaminhamentos pela Rede Socioassistencial.	Diagnosticar formas específicas de trabalho infantil e fluxos de encaminhamentos pela Rede Socioassistencial.	Relatórios.	2016-2017	Conhecer dinâmicas específicas de trabalho infantil e fluxos de encaminhamentos pela Rede Socioassistencial.	CAS e CGE

5.1.2.2 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade oferta proteção integral a famílias e indivíduos que vivenciam situações de risco pessoal ou social e vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos.

Os serviços de Alta Complexidade visam à oferta de proteção integral com acolhimento em diferentes tipos de equipamentos. O atendimento deve ser personalizado, em pequenos grupos, favorecer o convívio familiar e comunitário, funcionando em unidade inserida na comunidade de forma a assegurar a autonomia dos usuários conforme os diferentes perfis.

Público-alvo

Os serviços são destinados às famílias e aos indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, que se encontram em situação de abandono e violação de direitos, que necessitam de proteção integral.

Cobertura da rede prestadora de serviços

De acordo com dados do sistema PMASWeb de 2015, são executadas 7 modalidades de serviços da PSE de Alta Complexidade, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que apresentam previsão anual de 177.096 atendimentos. Há ainda 42 serviços de Alta Complexidade não tipificados pela Resolução CNAS nº 109/2009, que apresentam previsão de 13.094 atendimentos anuais.

Tipo de Serviço	Quantidade de serviços
Família Acolhedora	31 unidades
República	42 unidades
Casas de Passagem	113 unidades
Casa-Lar	141 unidades
Acolhimento Institucional	1.315 unidades
Residência Inclusiva	49 unidades
Serviço de Proteção Especial em Calamidades Públicas e Emergências	8 unidades
Serviço não Tipificados	40 unidades

Tempo de realização

Contínuo.

Diretrizes e prioridades

A PSE de Alta Complexidade deve priorizar o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional existentes, de forma a adequá-los às normativas vigentes e fomentar implantação de novos serviços.

As resoluções nacionais e estaduais que normatizam a expansão, reordenamento e execução do SUAS e Termo de aceite fornecido pela Secretaria Nacional de Assistência Social – Departamento de Proteção Social Especial são diretrizes desta Proteção.

A X Conferência Estadual de Assistência Social deliberou a necessidade da oferta regionalizada dos Serviços de Alta Complexidade, mediante um plano de regionalização e a oferta de cofinanciamento estabelecido por piso de proteção, com foco nos municípios de Porte I e II e Regiões Metropolitanas.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Proteção integral a famílias ou indivíduos de forma a superarem as situações de violação de direito e situação de risco pessoal e social.
- Específicos:**
- Garantir proteção integral de forma a contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos, restabelecendo vínculos familiares e/ou sociais, possibilitando a convivência comunitária por meio da promoção do acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais.
 - Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais.

- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; relacionadas aos interesses, vivências, desejos e possibilidades do usuário.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Acompanhar e monitorar a implantação de novos serviços e o processo de reordenamento no âmbito municipal.
- Apoiar as DRADS para ampliação do conhecimento sobre a execução do serviço, as resoluções e demais orientações técnicas acerca dos Serviços da Alta Complexidade.
- Fomentar a expansão do serviço de acolhimento em Família Acolhedora.
- Contribuir para elaboração coletiva de metodologia do trabalho social voltado para a autonomia dos indivíduos e famílias, construção de projetos de vida, fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.
- Realizar interlocução da PSE do Estado com o Departamento de PSE do Governo Federal.
- Elaborar plano para reordenar os serviços estadualizados de acolhimento institucional.
- Implantar o serviço regionalizado para o atendimento de pessoas em situação de migração e ou tráfico de pessoas.
- Implantar serviços regionalizados, de responsabilidade estadual, para acolhimento de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos.
- Criar um sistema de registro e acompanhamento para respostas às denúncias e demandas do Judiciário, do Ministério Público e da Promotoria sobre o acolhimento institucional de pessoas em situação de abandono e violação de direitos.
- Participar da elaboração dos critérios de reordenamento do cofinanciamento estadual, qualificando-o de acordo com as especificidades da PSE Alta Complexidade.
- Elaborar e implantar o Sistema Estadual de Informações de Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos.

Metas estabelecidas

- Adequação dos Serviços Socioassistenciais de Alta Complexidade à legislação vigente, qualificando a oferta da proteção social.
- Capacitação das 26 DRADS para a ampliação do conhecimento sobre a execução dos serviços, resoluções e demais orientações técnicas acerca dos serviços da Alta Complexidade.
- Reordenamento dos serviços estadualizados de acolhimento institucional.
- Implantação de um serviço regionalizado para o atendimento de pessoas em situação de migração e ou tráfico de pessoas.
- Implantação de 110 vagas para o serviço regionalizado, de responsabilidade estadual, para acolhimento de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, conforme Plano de Regionalização⁴⁸.
- Criação e implantação do sistema de registro e acompanhamento para respostas às denúncias e demandas do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e outros órgãos sobre os Serviços de Alta Complexidade para pessoas em situação de abandono e violação de direitos.
- Ampliação do repasse de recursos para cofinanciamento estadual para Serviços de Alta Complexidade.
- Criação e implantação do Sistema Estadual de Informações de Acolhimento Institucional de criança, adolescente e jovens até 21 anos.
- Expansão do serviço de acolhimento em Família Acolhedora nos municípios paulistas.

48 Portaria CIB/SP nº 17, de 26/11/2015.

Resultados e impactos esperados

Resultados

- Atendimento qualificado dos Serviços Especializados de Alta Complexidade.
- Rede de equipamentos e serviços de Alta Complexidade expandidos e adequados à demanda, normativas técnicas e legislação.
- Equipes técnicas das DRADS capacitadas e fortalecidas para o acompanhamento dos serviços.
- Implantação e/ou reordenamento dos serviços estadualizados de Alta Complexidade.
- Serviço regionalizado para migrantes implantado.
- Serviços regionalizados para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos implantados.
- Melhoria no acompanhamento das respostas às denúncias e demandas sobre Serviços de Alta Complexidade.
- Diagnóstico da rede de atendimento, com o número de vagas, perfil dos acolhidos, fluxo de atendimento no serviço de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos.

Impactos:

- Redução de danos e da violação de direitos, seus agravamentos e reincidência.
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Restabelecimento da vida familiar e comunitária, respeitadas as diferentes formas e arranjos.
- Construção da autonomia dos indivíduos e famílias incluídas em serviços, propiciando acesso a oportunidades.
- Rompimento do ciclo de violência doméstica, familiar, institucional e comunitária.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de municípios com serviços de Alta Complexidade.
- Número de serviços de Alta Complexidade existentes e implantados anualmente.
- Número de serviços de Alta Complexidade adequados; parcialmente adequados; e inadequados.
- Número de municípios com serviços de acolhimento em Família Acolhedora.
- Número de serviços estaduais reordenados.

Recursos necessários

Recursos Materiais:

Módulo de acompanhamento (Rede SUAS); instrumental de supervisão e monitoramento; PMASWeb; materiais gráficos educativos e materiais para campanha.

Recursos Humanos:

Equipe de técnicos da Proteção Social da CAS, técnicos das DRADS e de outras Coordenadorias.

Recursos Financeiros:

- Valores previstos no PPA – Orçamento destinado à Proteção Social de Alta Complexidade.
- PMASWeb 2016 – R\$ 70.616.579,45 (valores repassados para os municípios, fundo-a-fundo).
- Diárias e locomoção.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Mecanismo: FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social.
- Fontes de financiamento: Tesouro do Estado.
- IGD SUAS.

5.1.2.2.1 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

O Serviço é organizado seguindo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Organiza o amparo de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas.

O Serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras. O acompanhamento da equipe deve abranger a criança e/ou adolescente acolhido e também sua família de origem, visando à reintegração familiar ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.

5.1.2.2.2 Serviço de Acolhimento em Repúblicas

O Serviço trabalha por meio da oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento.

O atendimento apoia a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e a participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas.

O Serviço é desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Deve contar com equipe técnica de referência para contribuir com a gestão coletiva da moradia (administração financeira e funcionamento) para acompanhamento psicosocial dos usuários e o encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas. A equipe, entretanto, não permanece no serviço.

Assim como nos demais equipamentos da rede socioassistencial, as edificações utilizadas no serviço de república respeitam as normas de acessibilidade, de maneira a possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência.

5.1.2.2.3 Serviço de Acolhimento Institucional

Oferta acolhimento em diferentes modalidades, destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, adequada às especificidades do público atendido: crianças e adolescentes; adultos e famílias em situação de desabrigado ou em situação de rua; jovens e adultos com deficiência; idosos e mulheres em situação de violência.

O atendimento é personalizado para pequenos grupos, de forma a favorecer o convívio familiar e comunitário, em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

O Serviço deve ser adequado às especificidades do público atendido: crianças e adolescentes, adultos e famílias em situação de desabrigado ou em situação de rua, jovens e adultos com deficiência e idosos e mulheres em situação de violência.

5.1.2.2.4 Serviços de Acolhimento Institucional para Idosos (ILPI)

O Serviço oferece acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, a fim de garantir proteção integral, adequada às suas necessidades e especificidades, quando esgotadas as possibilidades de autos sustento e convívio com familiares.

O atendimento é personalizado para pequenos grupos, de forma a favorecer o convívio familiar e comunitário, em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Reordenar os Serviços de Acolhimento Institucional para Idosos.
- Alterar legislação estadual – Resolução SS 123/2001.
- Criar padrões de funcionamento e normatização para o aprimoramento das ILPIS – modelo híbrido.
- Redefinir financiamento do serviço: SUAS +SUS.
- Definir conteúdos para a formação do cuidador.
- Capacitar gestores e técnicos para a qualificação do serviço.
- Visitar, monitorar e avaliar os equipamentos.
- Elaborar relatório de monitoramento e avaliação.
- Criar certificação de ILPI no âmbito do Programa São Paulo Amigo do Idoso.

5.1.2.2.5 Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

O Serviço promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergências e calamidades públicas, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Oferece atendimento a famílias e indivíduos atingidos por incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos etc.

Atende famílias que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais e se encontram temporária ou definitivamente desabrigadas.

Também são atendidos indivíduos removidos de áreas consideradas de risco, em ações de prevenção ou por determinação do Poder Judiciário.

Neste Serviço, as famílias são encaminhadas aos abrigos por meio de notificação de órgãos da administração pública municipal, Defesa Civil, ou caso os profissionais da Assistência Social identifiquem a presença dessas pessoas nas ruas.

No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, este Serviço deve assegurar a articulação e a participação de todos os setores da sociedade para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Planejamento Serviços de PSE de Alta Complexidade-Acolhimento Institucional – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Acompanhar a efetivação do plano de expansão e reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ⁽¹⁾ .	260 municípios que participam do processo de reordenamento acompanhados.	1) N° de municípios que concluirão o plano; 2) N° de municípios acompanhados.	2016-2017	Rede de acolhimento dos 260 municípios reordenada, conforme as normativas.	DRADS
Elaborar o Sistema Estadual de Informações de Acolhimento de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos ⁽²⁾ .	Implantar o Módulo I – Criança e Adolescente do Sistema Estadual de Informações de Acolhimento.	1) Desenvolvimento do sistema concluído; 2) N° de municípios habilitados para usar o sistema.	2016-2017 criação 2018-2019 implantação	Módulo I do Sistema criado e implantado.	CGE, DNI e DRADS
Assessorar tecnicamente as DRADS com: 1) reunião técnica da PSE com DRADS (semestral); 2) encontro de assessoria técnica com municípios (de acordo com demanda); 3) supervisão técnica em municípios (todos os municípios que oferecem serviço).	Orientar tecnicamente as DRADS e os municípios.	1) Tipo de ação/ N° de DRADS assessoradas; 2) Tipo de ação/ N° de municípios participantes; 3) Tipo de ação/ N° de técnicos municipais atingidos.	2016-2019	Trabalhadores com conhecimento ampliado sobre as Resoluções e demais orientações acerca do tema. Serviço qualificado.	DRADS
Capacitar as DRADS e equipe técnica municipal sobre serviços de acolhimento.	Capacitar técnicos no tema “serviços de acolhimento”.	1) N° de municípios/ DRADS participantes; 2) N° de técnicos que concluirão a capacitação.	2016-2017	Técnicos estaduais e municipais capacitados e serviços qualificados.	DRADS e Edesp
Fomentar a expansão do serviço de acolhimento em Família Acolhedora.	Expansão do serviço Família Acolhedora.	N° de municípios com serviços implantados.	2016-2019	Rede de serviços ampliada.	CAFC, Gabinete e DRADS

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Acompanhar a implantação e/ ou reordenamento dos serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas com deficiência – RI MUNICIPAL ⁽³⁾ .	24 municípios com serviços implantados, reordenados e qualificados.	1) N° de municípios com serviços implantados, reordenados ou qualificados; 2) N° de serviços existentes/ N° de serviços qualificados.	2016-2018	Ampliação da oferta e qualificação técnica do serviço de Residência Inclusiva.	CGE e DRADS
Incentivar o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional, no âmbito municipal, para pessoas com deficiência.	Qualificar os serviços de acolhimento institucional que atendam PCD nas 26 DRADS.	Nº de serviços que iniciaram o processo de reordenamento.	2016-2019	Qualificação dos serviços.	DRADS e Conselhos Municipais
Ofertar formação aos trabalhadores sobre Acolhimento Institucional para qualificação do processo de reordenamento do serviço de Residência Inclusiva ⁽⁴⁾ .	Capacitar os técnicos das 26 DRADS e técnicos dos municípios que ofertam Acolhimento institucional para PCD.	1) N° de municípios/ DRADS participantes; 2) N° de técnicos que concluíram a capacitação.	2016-2017	Técnicos capacitados e serviços qualificados.	Edesp / DRADS
Efetivar o aceite federal (2013) para reordenamento do Serviço estadualizado de Residência Inclusiva.	a) Publicação de resolução SEDS com as regras do processo de transição (reordenamento do serviço estadualizado); b) Estabelecer junto à CAFC os procedimentos necessários para efetivação do financiamento dos serviços; c) Implantação de 3 RIs regionalizadas.	1) Publicação da Resolução em D0; 2) N° de serviços implantados.	2016 Publicação da Resolução 2016 Procedimentos com CAFC 2016-2017 Implantação	Resolução publicada. 3 Serviços implantados e qualificados.	DRADS/ CAFC/ CJ
Elaborar diagnóstico dos usuários e instituições conveniadas ⁽⁵⁾ .	Diagnóstico das instituições conveniadas na rede estadualizada.	1) N° total de instituições/ N° de diagnósticos realizados; 2) Relatório final com análise diagnóstica.	2016-2017	Diagnóstico situacional da rede de atendimento – acolhimento Institucional para PCD.	CGE

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Acompanhar a Implantação dos serviços de Acolhimento Institucional, no âmbito estadual, para pessoas com deficiência.	3 Residências Inclusivas estaduais implantadas	1) N° de visitas realizadas; 2) N° de relatórios informativos; 3) Publicação dos resultados.	2016-2018	Serviço implantado adequadamente.	DRADS
Finalizar e publicizar o plano de convivência familiar e comunitária publicizado.	Plano de convivência familiar e comunitária publicizado.	Plano publicado.	2016-2017	Plano construído e publicado	Condeca
Alterar resolução estadual sobre as Instituições de Longa Permanência para Idosos.	Resolução publicada.	Resolução publicada.	2017	Resolução publicada que garanta alteração da tipologia das ILPIs	CAFC ATG CVO
Reordenar os serviços de Acolhimento Institucional para Idosos, por meio de capacitações.	100% dos municípios capacitados.	1) % de ILPI reordenada; 2) N° de técnicos capacitados.	2016-2019	Oferta do Serviço de Acolhimento Institucional qualificada e aprimorada.	DRADS Edesp
Realizar encontro temático sobre as ILPI.	5 encontros.	Nº de reuniões realizadas anualmente.	2017	Gestão municipal e rede de PSE à população idosa no Estado fortalecida.	DRADS
Elaborar relatório de monitoramento e avaliação das ILPI.	Um relatório anual.	Relatório produzido.	2018	Relatório com o diagnóstico do funcionamento das ILPIs no Estado.	CGE DRADS

(1) Ação exigirá ampliação da equipe.

(2) Prazos e metas dependem de ações de outros setores da SEDS e externos (Tribunal de Justiça).

(3) Atingir os resultados depende da ação municipal como responsável pela execução do serviço.

(4) Necessita da disponibilidade dos municípios e da rede de acolhimento institucional de PCD.

(5) Passos: a) Elaborar instrumental para identificar o perfil e necessidades dos acolhidos; b) Enviar instrumental para diagnóstico situacional; c) Recebimento dos Instrumentais e tabulação dos dados; d) Análise dos dados, elaboração e redação do relatório final; e) Realizar visita técnica nos serviços quando necessário (Reordenamento do Serviço Estadualizado).

5.1.2.2.6 Serviço de Acolhimento para Migrantes e Refugiados

Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa de Passagem, voltado para imigrantes solicitantes de refúgio e vítimas de tráfico de pessoas, com foco principal em famílias.

Em 2014, foi implantada uma Casa de Passagem com oferta de 50 vagas, conforme estabelecido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O tempo de permanência é de 3 meses prorrogáveis por igual período.

São realizadas ações visando à autonomia e inserção social do migrante, entre elas curso de língua portuguesa, auxílio na regularização documental e abertura de conta-corrente, encaminhamentos para palestras/cursos de qualificação profissional e vagas de trabalho, articulação com serviços de Saúde e Educação, além do trabalho cotidiano de acompanhamento técnico.

O Serviço é executado por entidade conveniada com a SEDS.

Para os próximos 4 anos, há a previsão de implantação de um segundo serviço de Casa de Passagem com a oferta de 50 vagas na região metropolitana de São Paulo, em especial em território de entrada de migrantes como portos, aeroportos e rodovias.

Público-alvo

Migrantes estrangeiros recém-chegados em situação de vulnerabilidade e sem vínculos no Brasil, solicitantes de refúgio e vítimas de tráfico de pessoas, com prioridade para famílias com filhos.

Cobertura da rede prestadora de serviços

- 50 vagas na Casa de Passagem Terra Nova, já implantada;
- 50 vagas para a Casa de Passagem na região metropolitana de São Paulo, a ser implantada.

Tempo de realização

- Casa de Passagem Terra Nova: permanente.
- Novo serviço: permanente a partir da implantação em 2016.

Diretrizes e prioridades

Atendimento qualificado que promova a autonomia, provendo as necessidades de acolhida, convivência comunitária e familiar e articulação com outras políticas públicas e entidades da sociedade civil, de acordo com as especificidades do público migrante.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Acolher e atender de forma integral os migrantes em condições de vulnerabilidade, provendo os serviços necessários para garantir sua proteção, reestabelecer sua autonomia e integrá-los na comunidade.
- Específicos:**
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência e violência.
 - Propiciar condições para o estabelecimento de vínculos comunitários e sociais.
 - Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais.
 - Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia.
 - Desenvolver condições para a independência e o autocuidado.
 - Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.
 - Promover orientação e acesso para obtenção de documentação e regularização de visto de permanência.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Definir parâmetros de qualidade para o Serviço, o atendimento e o acompanhamento.
- Definir instrumentais para a coleta de indicadores.

Para a Casa de Passagem Terra Nova, em operação, realizar em conjunto com a responsável pelo acompanhamento do Serviço (DRADS Capital), as seguintes ações:

- Ofertar apoio para o acompanhamento, monitoramento e orientações técnicas na execução do serviço.
- Realizar reuniões periódicas com os parceiros para estabelecimento e correções de fluxo e avaliações do processo de atendimento e acompanhamento.

Para a Casa de Passagem a ser implantada, realizar em conjunto com a DRADS responsável pelo acompanhamento do Serviço as ações:

- Definir local de implantação (município).
- Realizar chamamento público para escolha da entidade executora.
- Efetuar convênio com entidade social.
- Identificar, locar imóvel e realizar as adequações necessárias para acessibilidade e necessidades do serviço.
- Articular com rede de serviços públicos e privados ofertados no território.
- Acompanhar, supervisionar e oferecer orientações técnicas após início das atividades.
- Realizar o monitoramento contínuo do serviço.

Metas estabelecidas

- Adequação da Casa de Passagem Terra Nova com novo convênio, conforme exigência legal.
- Aprimoramento da oferta do Serviço.
- Implantação de nova Casa de Passagem com 50 vagas na região metropolitana de São Paulo.

Resultados e impactos esperados

- Indivíduos e famílias protegidos.
- Construção de autonomia.
- Vínculos familiares fortalecidos e comunitários construídos.
- Indivíduos e famílias encaminhados para regularização documental, com aprendizado básico da língua portuguesa, incluídos em políticas públicas e com acesso a oportunidades de trabalho e renda.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de casas implantadas.
- Número de pessoas acolhidas nos Serviços.
- Tempo de permanência nos Serviços.
- Pesquisa junto aos usuários com relação ao Serviço.
- Número de pessoas inseridas na rede pública e privada.
- Número de usuários com saídas qualificadas (domínio básico do idioma, local de moradia, situação de documentação, trabalho e renda).
- Registro e acompanhamento dos motivos da saída do Serviço.

Recursos necessários

Entidade conveniada.

Recursos Humanos:

Psicólogo, assistente social, advogado, pedagogo, coordenador do serviço, auxiliar administrativo, agentes operacionais da entidade conveniada e equipe técnica da SEDS e das DRADS para acompanhamento e supervisão do Serviço.

Recursos Financeiros:

Para a implantação e custeio da Casa de Passagem Terra Nova o investimento foi de R\$ 1,6 milhão e R\$ 154,6 mil para aquisição de material permanente.

Em 2015 a SEDS renovou convênio com a Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana (CROPH) para a execução do serviço, com vigência de 12 meses, com investimento de R\$ 1,6 milhão.

A previsão de recursos para implantação do novo serviço será da ordem de R\$ 1.371.000,00, sendo R\$ 99.214,00 referentes à verba de implantação e R\$ 1.272.000,00 referentes ao custeio anual.

Mecanismos e fontes de financiamento

Tesouro do Estado.

Planejamento Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade – Acolhimento para Migrantes e Refugiados – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Implantar serviço regionalizado de acolhimento para migrantes, na região metropolitana de São Paulo ⁽¹⁾ .	Ampliar oferta do serviço em 50 vagas.	Unidade implantada	2016-2017	Casa de passagem em funcionamento.	CAFC, Gabinete e DRADS
Definir parâmetros e instrumentais para monitorar a qualidade do Serviço, atendimento e acompanhamento.	Serviço qualificado.	Sistemática de monitoramento implantada	2016-2017	Serviço com atendimento qualificado.	DRADS
Ofertar apoio para o acompanhamento, monitoramento e orientações técnicas na execução do serviço.	Serviço qualificado.	1) N° de pessoas acolhidas nos serviços; 2) Tempo de permanência nos serviços; 3) Pesquisa junto aos usuários com relação ao serviço; 4) N° de pessoas inseridas na rede pública e privada; 5) Motivos da saída do serviço.	2016-2019	Serviço com atendimento qualificado.	DRADS
Ofertar formação aos trabalhadores sobre migração, refúgio e tráfico de pessoas, voltada ao atendimento na rede socioassistencial.	Capacitar os técnicos das 26 DRADS e os técnicos dos municípios.	1) N° de municípios/ DRADS participantes; 2) N° de técnicos que concluíram a capacitação.	2016 - 2017	Técnicos capacitados e serviços qualificados.	EDESP e DRADS

⁽¹⁾ A implantação do Serviço depende do aceite do município, da disponibilização de recursos do Ministério da Justiça e da SEDS; há necessidade de acompanhamento das DRADS.

5.1.3 Programas de Transferência de Renda e Benefícios

No âmbito da Assistência Social, os benefícios monetários ou em espécie são considerados insumos imprescindíveis na proposta de cobertura da proteção social.

Para além do BPC para idosos e pessoas com deficiência, com impedimentos que obstruam sua participação plena e efetiva na sociedade (instituído na LOAS/1993), novos benefícios e programas de transferência de renda foram instituídos por iniciativa dos governos federal e estadual.

O Bolsa Família é hoje o mais robusto programa de transferência de renda que marca a PNAS. Cerca de 14 milhões de famílias estão cobertas pelo Programa. O Governo do Estado de São Paulo instituiu o Programa Renda Cidadã e o Ação Jovem, com finalidade similar.

Há, também, no Estado de São Paulo os programas Vivaleite e Bom Prato, ambos benefícios-serviços de segurança alimentar, que se têm revelado de enorme importância, particularmente o programa Bom Prato, instalado nos centros urbanos.

5.1.3.1 Programa Ação Jovem

O Ação Jovem⁴⁹ é um programa de transferência de renda, de iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, que concede apoio financeiro temporário aos jovens de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, para incentivar a continuação do aprendizado e favorecer a mobilidade social.

O programa é operacionalizado pelos municípios e pelas Secretarias de Administração Penitenciária, Secretaria do Desenvolvimento e Tecnologia – Centro Paula Souza, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – Fundação CASA e a Secretaria Estadual de Educação, e ainda, conta com o Projeto Conclusão que pretende minimizar o abandono escolar, concedendo uma bolsa financeira para construir um projeto de vida aos participantes do projeto.

Público-alvo

Jovens de 15 a 24 anos, de famílias com renda *per capita* mensal de até metade do salário mínimo nacional, com prioridade para aqueles com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Cobertura da rede prestadora de serviços

O Programa está presente em 642 municípios. É coordenado pela SEDS, executado pelos órgãos gestores de Assistência Social e as famílias são referenciadas nos CRAS. Todas as ações são pactuadas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Tempo de realização

- Programa: Ação Continuada.
- Participação do beneficiário: 12 meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 36 meses.

Diretrizes e prioridades

- Atender prioritariamente jovens de famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.
- Adequar os critérios de acompanhamento e condicionalidade em consonância com o SUAS.
- Padronizar os cadastros estaduais, utilizando o CadÚnico para a inserção dos jovens no Programa.

49 O Programa foi criado pela SEDS em 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 56.922, de 12/4/2011.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- O Programa Ação Jovem tem como objetivo estimular os jovens a continuarem os estudos para o desenvolvimento pessoal e a inserção no mercado de trabalho.
- Específicos:**
- Incentivar o retorno e/ou a permanência na escola.
 - Estimular a conclusão do ensino médio.
 - Promover ações socioeducativas.
 - Propiciar o acesso a cursos profissionalizantes.
 - Favorecer a iniciação no mercado de trabalho.
 - Estimular os jovens do Projeto Conclusão, que estão no ensino médio, a desenvolverem seu projeto de vida, expandindo o sentido da formação escolar e projetando estratégias para o seu engajamento na vida profissional e/ou para a continuidade dos estudos formais ou profissionalizantes.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

Ações:

- Promover capacitação continuada dos municípios.
- Identificar, selecionar e disseminar as experiências exitosas.
- Avaliar, validar e participar do desenvolvimento e da implantação do Índice de Gestão SEDS.
- Orientar os executores do Programa na oferta de ações complementares: ações socioeducativas, cursos e encaminhamento para o mercado de trabalho, em conformidade com a Lei do Aprendiz.
- Apoiar os executores do Programa (municípios e parceiros) no acompanhamento do cumprimento de condicionalidades.
- Monitorar e avaliar o Programa.
- Desenvolver novas metodologia e estratégia de trabalho, adequando-as às novas demandas.

Estratégias:

- Operacionalizar de forma descentralizada.
- Fomentar a efetivação do Protocolo de Gestão Integrada⁵⁰.
- Estabelecer condicionalidades para a permanência no Programa.

Metas estabelecidas

- Atender anualmente 93 mil jovens.
- Participar do desenvolvimento e da implantação do Índice de Gestão SEDS.
- Disseminar experiências exitosas.

Resultados e impactos esperados

- Jovens com o ensino médio concluído.
- Gestão do Programa melhorada.
- Novas metodologia e estratégias implantadas.
- Jovens do Projeto Conclusão com projetos de vida desenvolvidos.

⁵⁰ O Protocolo de Gestão Integrada define as competências dos entes federados, descreve procedimentos para o acompanhamento familiar dos beneficiários pelos CRAS e CREAS, estabelece fluxo de dados relevantes para identificação de vulnerabilidades territoriais, e contribui com a gestão de informação da Vigilância Social e para a prevenção de riscos sociais. O Protocolo também apresenta indicadores para monitoramento e avaliação de seus resultados.

Impacto:

Jovens mais preparados para o mercado de trabalho e com maior capacidade de inserção social.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de jovens beneficiados.
- Número de jovens com ensino médio completo.
- Número de capacitações realizadas e de participantes.

Recursos necessários

Recursos Materiais:

Sistema para gestão de município e acompanhamento das condicionalidades e portal para seleção dos beneficiários.

Recursos Humanos:

Técnicos para a coordenação estadual do Programa Ação Jovem.

Recursos Financeiros:

Orçamento inicialmente previsto para 2016 foi de R\$ 91.641.688,00, sendo que cada jovem recebe R\$ 80,00 por mês, além dos custos de contrato com a instituição financeira para pagamento do benefício.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Repasse diretamente ao beneficiário por meio de instituição financeira.
- Fonte de financiamento: Tesouro do Estado.

Planejamento Programa Ação Jovem – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Capacitar os executores do Programa em temas de gestão do Programa Ação Jovem.	100% dos executores capacitados.	1) N° de executores capacitados; 2) N° de capacitações realizadas.	2016-2019	Gestão melhorada.	Edesp e DRADS
Capacitar os técnicos das DRADS para o suporte do Programa.	100% dos técnicos responsáveis capacitados.	1) N° de técnicos capacitados; 2) N° de capacitações realizadas.	2016-2019	Gestão melhorada.	CAS e DRADS
Participar do desenvolvimento e da implantação do Índice de Gestão SEDS.	Definir critérios de medição do Ação Jovem no IGS.	Documento de critérios finalizados.	2017	1) Critérios do Ação Jovem definidos; 2) IGS implantado.	CGE
Capacitar as equipes executoras para as novas estratégias propostas no Projeto Conclusão.	Capacitar 100% dos executores do Programa.	Nº de executores do Programa capacitados.	2017	Executores do Programa capacitados nos novos critérios.	CAS e DRADS

[Continua →]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Fomentar a implantação do protocolo de Gestão Integrada.	642 municípios.	Nº de municípios com o protocolo implantado.	2019	Gestão melhorada.	CAS e DRADS
Identificar, selecionar e disseminar experiências exitosas.	Disseminar experiências exitosas em 642 municípios.	Nº de experiências exitosas selecionadas.	2019	Gestão melhorada.	CAS; CGE; DCI, DRADS e Edesp

5.1.3.2 Programa Renda Cidadã

O Renda Cidadã é um programa estadual de transferência de renda que concede apoio financeiro direto e temporário às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e promove ações complementares.

O Programa é operacionalizado pelos municípios e pelas Secretarias de Administração Penitenciária, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – Fundação CASA – e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

O Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso atende idosos com 80 anos ou mais, por meio da transferência direta de renda. O Programa abrange todo o Estado de São Paulo e é executado de forma descentralizada em parceria com os municípios por meio do órgão gestor local de Assistência Social.

Público-alvo

- **Renda Cidadã:** Famílias com até metade do salário mínimo nacional, priorizando as famílias com renda mensal *per capita* de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.
- **Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso:** Idosos com 80 anos ou mais que integrem família com renda mensal familiar *per capita* de até metade do salário mínimo nacional.

Cobertura da rede prestadora de serviços

O Programa está presente em 644 municípios. É coordenado pela SEDS e executado pelos órgãos gestores de assistência social; as famílias são referenciadas nos CRAS. Todas as ações são pactuadas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Tempo de realização

- Programa de ação continuada.
- Renda Cidadã: 12 meses, renováveis até o limite de 36 meses.
- Renda Cidadã – Benefício Idoso: contínuo para os beneficiários.

Diretrizes e prioridades

- Atender, prioritariamente, famílias do Programa Família Paulista, com renda *per capita* de R\$ 77,00.
- Adequar os critérios de acompanhamento e condicionalidade em consonância com o SUAS.
- Padronizar os cadastros estaduais, utilizando o CadÚnico para a inserção das famílias no Programa.
- Estabelecer as condicionalidades do Programa.

- Atender preferencialmente à mulher.
- Desenvolver novas metodologias e estratégias de trabalho, adequando-as às novas demandas.
- Avaliar, validar e participar do desenvolvimento e da implantação do Índice de Gestão SEDS.
- Orientar os executores do Programa na oferta de ações complementares: ações socioeducativas, cursos e encaminhamento para o mercado de trabalho, em conformidade com a Lei do Aprendiz.
- Apoiar os executores do Programa (municípios e parceiros) no acompanhamento do cumprimento de condicionalidades.
- Monitorar e avaliar o Programa.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- O Programa Renda Cidadã tem como objetivo o enfrentamento da pobreza e da extrema pobreza no Estado de São Paulo.
- Específicos:**
- Propiciar ações complementares, promovendo a autossustentabilidade e a melhoria na qualidade de vida para as famílias beneficiárias do Programa.
 - Fomentar o acesso à rede de serviços públicos existentes, em especial, aos serviços de Saúde, Educação e Assistência Social.
 - Garantir o repasse mensal do benefício às famílias beneficiárias.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

Ações:

- Incentivar os municípios a ofertarem ações complementares como qualificação profissional e atendimento socioeducativo.
- Promover capacitação continuada.
- Atender famílias do Programa Família Paulista, concedendo benefício financeiro do Renda Cidadã.
- Identificar, selecionar e disseminar as experiências exitosas.
- Participar do desenvolvimento e da implantação do Índice de Gestão SEDS.
- Apoiar os municípios no acompanhamento das condicionalidades do Programa.
- Monitorar e avaliar o Programa.
- Desenvolver novas metodologias e estratégias de trabalho, adequando-as às novas demandas.

Estratégias:

- Operacionalizar de forma descentralizada.
- Fomentar a efetivação do Protocolo de Gestão Integrada.

Metas estabelecidas

Renda Cidadã

- Atender anualmente 141.200 famílias em 644 municípios.
- Atender famílias do Programa Família Paulista.
- Disseminar boas práticas.

Renda Cidadã – Benefício Idoso

Atender os 2 mil idosos até a cessação de beneficiários no Programa.

Resultados e impactos esperados

Redução da extrema pobreza e melhoria da gestão do Programa.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de beneficiários atendidos.
- Número de beneficiários por situação de condicionalidade.
- Número de capacitações e de participantes.

Recursos necessários

Contrapartida do município

Recursos Materiais:

Espaço adequado para atendimento aos beneficiários e reuniões, materiais de escritório e tecnológicos.

Recursos Humanos:

Técnico de nível superior, preferencialmente, assistente social do quadro efetivo para a coordenação do Programa Renda Cidadã e técnicos dos CRAS.

Contrapartida do Estado

Recursos Humanos:

Equipe coordenadoria estadual.

Recursos Financeiros:

– **Renda Cidadã:** O orçamento inicialmente previsto para 2016-2019 é de R\$ 176.287.774,00 milhões por ano, sendo que o valor repassado para cada família é de R\$ 80,00 por mês, além dos custos de contrato com a instituição financeira para pagamento do benefício.

– **Renda Cidadã – Benefício Idoso:** O orçamento inicialmente previsto para 2016-2019 é de R\$ 3.000.000,00 milhões por ano, sendo que o valor repassado para cada idoso é de R\$ 100,00 por mês, além dos custos de contrato com a instituição financeira para pagamento do benefício.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Repasse diretamente ao beneficiário por meio de instituição financeira.
- Fonte de financiamento: Tesouro do Estado.

Planejamento Programa Renda Cidadã – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar capacitação dos parceiros para a melhoria da Gestão do Programa Renda Cidadã.	Capacitar 100% dos municípios e demais parceiros.	1) N° de municípios e demais parceiros capacitados; 2) N° de capacitações.	2016-2019	Gestão do Programa Renda Cidadã melhorada.	Edesp e DRADS

[Continua ➔]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Avaliar, validar e implantar o Índice de Gestão SEDS para o Renda Cidadã.	Implantar em 644 municípios.	Nº de municípios implantados.	2016-2017	Gestão do Programa Renda Cidadã melhorada.	CGE
Orientar e capacitar os parceiros para a efetivação do Protocolo de Gestão Integrada.	Fomentar 644 municípios.	Nº de municípios e técnicos capacitados.	2016-2019	Gestão do Programa Renda Cidadã aprimorada.	CAS e DRADS
Identificar, selecionar e disseminar as experiências exitosas por meio de seminários e encontros.	Disseminar em 644 municípios boas práticas.	Nº de boas práticas selecionadas.	2016-2019	Gestão do Programa Renda Cidadã melhorada.	CGE, Edesp, DCI, CAS e DRADS
Atender famílias do Programa Família Paulista, concedendo benefício financeiro do Renda Cidadã.	Atender 50 mil famílias.	Nº de famílias atendidas.	2017	Melhores mobilidade social e qualidade de vida alcançada.	

5.1.1.3 Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda com condicionalidades (acompanhamento da frequência escolar e agenda da Saúde) que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do Brasil. Criado em 2003, é desenvolvido de forma descentralizada entre União, Estados e municípios.

O papel do Estado de São Paulo é apoiar os municípios na execução do Programa Bolsa Família. Para tanto, o Estado monitora o desempenho do Programa nos 645 municípios, oferece cursos de capacitação contínuos para os gestores do Programa, propõe oficinas junto aos municípios prioritários (aqueles que não atingem as taxas mínimas de atualização cadastral – frequência escolar e acompanhamento da Saúde – e têm dificuldades em utilizar os recursos do IGD e/ou na sua prestação de contas). A equipe de Coordenação Estadual do Programa conta com técnicos capacitados nas 26 DRADS.

Público-alvo

Famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, que têm renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa, e famílias pobres, com renda mensal entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 por pessoa. As famílias pobres participam do Programa desde que tenham em sua composição gestante, nutriz, criança ou adolescente entre 0 e 17 anos.

Cobertura da rede prestadora de serviços

O Programa Bolsa Família está presente nos 645 municípios do Estado de São Paulo, e utiliza-se da estrutura da Assistência Social.

Na adesão ao Programa, o município se compromete a indicar um Gestor para o PBF e a criar a Instância de Controle Social do PBF junto ao CMAS.

Tempo de realização

- Ação continuada.

- As famílias com renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 que não tenham mais em sua composição familiar gestante, nutriz, criança ou adolescente de até 17 anos deixam de ter o perfil para o Programa.
- Para as famílias com renda de até R\$ 77,00, a duração é indefinida.

Diretrizes e prioridades

- Enfrentamento da pobreza e da desigualdade social.
- Proteção social à família.
- Intersetorialidade.
- Gestão descentralizada.
- Inclusão social.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Combater a pobreza e a extrema pobreza e garantir acesso aos direitos sociais básicos.
- Específicos:**
- Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.
 - Promover o acesso das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza à rede de serviços públicos, em especial os de saúde, de educação e de assistência social.
 - Apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.
 - Enfrentar a pobreza e a desigualdade.
 - Incentivar órgãos e instâncias do poder público a atuar de forma articulada na promoção e implantação de políticas sociais que visem contribuir para a superação da condição de pobreza das famílias atendidas pelo Programa.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Ações:**
- Indicar um coordenador estadual.
 - Constituir coordenação intersetorial responsável pelo Programa no Estado, composta por representantes das áreas do Governo Estadual de Assistência Social, Educação e Saúde.
 - Promover ações que viabilizem a gestão intersetorial na esfera estadual.
 - Apoiar técnica e institucionalmente os municípios para a implantação do Programa, sensibilizando-os e capacitando-os, com o apoio do Governo Federal, para a condução de suas atribuições.
 - Disponibilizar serviços e estruturas institucionais das áreas de Assistência Social, Educação e Saúde na esfera estadual.
 - Apoiar e estimular o cadastramento e a atualização cadastral pelos municípios.
 - Administrar a execução dos recursos transferidos pelo Governo Federal por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Estado para a gestão do Programa Bolsa Família.
 - Promover, em articulação com a União e os municípios, o acompanhamento do cumprimento de condicionalidades.
 - Estimular os municípios para a criação de parcerias com órgãos e instituições governamentais e não governamentais nas três esferas de governo, para articular ações complementares.

- Estratégias:**
- **Gestão descentralizada** – segundo um princípio presente na Constituição, possibilita que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios atuem de forma corresponsável e cooperativa para a implantação do Bolsa Família.
 - **Intersetorialidade** – prevê a articulação com as áreas responsáveis por garantir alguns dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros, tais como Educação, Saúde e Assistência Social.
 - **IGDE** – mensura a qualidade da gestão do PBF e do CadÚnico no Estado. Serve de base para o cálculo do valor do recurso financeiro a ser transferido ao Estado como forma de apoio às ações de gestão. Os recursos são repassados aos Estados diretamente do FNAS para o FEAS.
 - **Protocolo de Gestão Integrada** – prioriza as famílias de programas de transferência de renda como público das políticas sociais.
 - **Instância de Controle Social** – contribui para uma maior transparéncia das ações governamentais e aumenta a garantia de acesso das famílias em situação de maior vulnerabilidade social, além de colaborar para o aperfeiçoamento do Programa.

Metas estabelecidas

- Apoiar os 645 municípios para ampliar a cobertura do Programa Bolsa Família para 1.651.570 beneficiários no Estado de São Paulo.
- Qualificar a gestão do Programa Bolsa Família nos municípios.
- Fomentar a efetivação do Protocolo de Gestão Integrada.
- Identificar, selecionar e disseminar as experiências exitosas.
- Promover a intersetorialidade com a Saúde e a Educação.
- Ampliar o registro do acompanhamento familiar.
- Fortalecer a Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família.
- Realizar oficinas com municípios prioritários.
- Disseminar boas práticas.

Resultados e impactos esperados

Gestão do Programa nos municípios aprimorada, visando:

- acesso e melhoria de renda das famílias mais pobres;
- redução da pobreza e da desigualdade;
- diminuição da desnutrição crônica e da mortalidade infantil;
- aumento do número de anos de estudo e permanência nas escolas;
- desenvolvimento local e econômico.

Indicadores de monitoramento e avaliação

O Bolsa Família tem mecanismos de controle para manter o foco nas famílias que vivem em condição de pobreza e de extrema pobreza. A coordenação estadual monitora os indicadores a seguir e orienta os municípios para sua melhoria:

- **Atualização cadastral** – os cadastros devem ser atualizados no máximo a cada 2 anos e a atualização é medida por meio da TAC.
- **Frequência escolar** – para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, a matrícula e a garantia da frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal. Para os adolescentes de 16 e 17

anos, além da matrícula, deve-se observar a garantia de pelo menos 75% da frequência escolar mensal. TAFE.

- **Acompanhamento da agenda de saúde** – manter atualizado o calendário de vacinação das crianças menores de 7 anos e levar as crianças para serem pesadas, medidas e examinadas, conforme o calendário do MS. As gestantes devem participar do pré-natal e ir às consultas na unidade de Saúde. Orienta-se que, após o parto, continuem o acompanhamento da própria saúde. TAS.
- **IGD** – varia de 0 a 1. Quanto mais próximo a 1, melhor o desempenho das gestões municipal e estadual. O Índice é empregado para transferência de recursos financeiros aos Estados e municípios; tais recursos devem ser reinvestidos em ações do Programa Bolsa Família e no CadÚnico. O índice é calculado pela soma da TAC com a média das TAFEs e o acompanhamento da Agenda da Saúde.
- **Acompanhamento familiar** – acompanhamento, pelo CRAS, das Famílias em fase de Suspensão, que deve ser registrado no Sicon.

Para as ações planejadas pela Coordenadoria responsável, para o período deste PEAS, serão monitorados também:

- O número de beneficiários do Programa.
- As taxas TAC, TAFE e TAS e a utilização do IGD.
- O número de capacitações e oficinas realizadas e de participantes.
- O número de reuniões do Colegiado Intersetorial do Programa Bolsa Família.

Recursos necessários

- Colegiado Intersetorial com representantes da Saúde e da Educação.
- Equipe Estadual de técnicos na coordenação e nas DRADS.
- IGD – recurso que deve ser utilizado na gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, para a ampliação e o bom desempenho das suas ações e atividades.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Recursos financeiros do Governo Federal voltados às famílias.
- IGD – transferido para os Fundos Estaduais e Municipais da Assistência Social.

Planejamento Programa Bolsa Família – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar cursos e capacitações para os municípios sobre atualização e cobertura cadastral.	Ampliar a cobertura do Programa Bolsa Família no Estado de São Paulo.	Nº de beneficiários.	2016-2019	Cobertura total das famílias em situação de extrema pobreza e pobreza no Estado de São Paulo.	CGE DRADS
Realizar Curso de Gestão do Programa Bolsa Família.	Qualificar a Gestão do Programa nos 645 municípios.	1) Nº de municípios capacitados; 2) Nº de técnicos capacitados.	2016-2019	Gestores dos municípios capacitados.	DRADS Edesp

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar cursos e oficinas sobre o Protocolo de Gestão Integrada.	Fomentar a efetivação do Protocolo de Gestão Integrada em 645 municípios.	1) N° de municípios capacitados; 2) N° de técnicos capacitados.	2016-2019	Gestão do Programa Bolsa Família melhorada.	CAS Edesp DRADS
Selecionar boas práticas.	Identificar, selecionar e disseminar as experiências exitosas nos 645 municípios.	N° de boas práticas selecionadas.	2016-2019	Gestão do Programa Bolsa Família melhorada.	Edesp DRADS
Promover a Intersetorialidade Saúde e Educação junto aos municípios.	Melhorar os índices de acompanhamento da Saúde e Educação nos 645 municípios.	Aumento das taxas de acompanhamento da Saúde e Educação.	2016-2019	Índices de Saúde e Educação dos 645 municípios melhorados.	DRADS
Incentivar os municípios, por meio de diversas estratégias, a fazer registros no Sicon.	100% das famílias em fase de suspensão em acompanhamento familiar no CRAS.	Taxa de acompanhamento familiar.	2016-2019	Registros de acompanhamento familiar no Sicon ampliados.	CAS DRADS
Promover reuniões mensais do Colegiado Intersetorial do Programa Bolsa Família.	1) Incentivar a intersetorialidade no Programa Bolsa Família nos Estados; 2) Aumentar as taxas TAFE e TAS.	1) N° de reuniões; 2) Taxas TAFE e TAS.	2016-2019	Gestão intersetorial do Programa articulada.	Intersecretarial
Realizar oficina de Avaliação Intersetorial com os 38 municípios prioritários de 2015.	Monitorar o desempenho dos municípios prioritários de 2015.	Taxas TAC, TAFE, TAS e a utilização do IGD.	2016	Taxas TAC, TAFE, TAS e utilização do IGD melhorados.	Edesp DRADS
Realizar oficina de Trabalho Estadual Intersetorial para Integração das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação em relação à gestão PBF e CadÚnico.	Aprimorar trabalho intersetorial nas Regionais.	1) N° de oficinas; 2) N° de técnicos capacitados.	2016-2019	1) Atuação das regionais (DRADS – Diretoria de Assistência e Desenvolvimento Social; 2) DRE – Diretorias Regionais de Educação; DRS – Diretorias Regionais de Saúde) atuando nas suas respectivas áreas em apoio aos municípios.	Edesp DRADS
Realizar oficina Intersetorial com novos municípios prioritários (TAC, TASS, TAFE, IGD).	Oficinas com 38 municípios prioritários	1) Taxas TAC, TAFE, TAS e a utilização dos recursos IGD; 2) N° de oficinas; 3) N° de técnicos capacitados.	2016	Taxas TAC, TAFE, TAS e utilização do IGD melhorados nos municípios selecionados.	Edesp DRADS

[Continua →]

5.1.3.4 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O BPC⁵¹ é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

O BPC tem influenciado na redução da pobreza e na melhoria de vida dos idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, o acesso de seus beneficiários à escola ainda representa um desafio. Com o propósito de enfrentá-lo, o Governo Federal criou o Programa BPC na Escola, em abril de 2007. O Programa tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos de idade, beneficiárias do BPC, assegurando o seu direito de acesso e condições de participação e aprendizagem na escola, por meio de articulação intersetorial nas três esferas de governo.

A integração do BPC com os serviços socioassistenciais e as demais políticas intersetoriais, a renda mensal proporcionada pelo benefício e as mudanças na legislação vêm ampliando as possibilidades para a conquista de maior autonomia pelas pessoas com deficiência. Nesse contexto, encontra-se o Programa BPC Trabalho que, em articulação com o Pronatec, viabiliza encaminhar à formação técnica e profissional as pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC.

Público-alvo

- **Idoso** – Deve comprovar que tem 65 anos ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário e que a renda da família é inferior a ¼ do salário mínimo por pessoa.
- **Pessoa com deficiência** – Deve comprovar renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo por pessoa, que não recebe nenhum benefício previdenciário e que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. A avaliação da deficiência e do grau de impedimento é feita com base nos princípios da CIF, realizada por médicos peritos e por assistentes sociais do INSS.

Também podem ser beneficiários do BPC, observados os critérios estabelecidos na legislação, os seguintes indivíduos:

- O brasileiro naturalizado, domiciliado no Brasil, idoso ou com deficiência.
- O idoso ou a pessoa com deficiência que more sozinho, ou se encontre acolhido em instituição de longa permanência (abrigos, hospital).
- Pessoas em situação de rua, devendo ser considerado como seu endereço o mesmo do serviço da rede socioassistencial pelo qual esteja sendo acompanhado, ou o endereço de pessoas com as quais mantém relação de proximidade.

O BPC não pode ser acumulado com outro benefício no âmbito da Seguridade Social (como o seguro desemprego, a aposentadoria e a pensão) ou de outro regime, nacional ou estrangeiro, exceto com benefícios da assistência médica, pensões especiais de natureza indenizatória e a remuneração advinda de contrato de aprendizagem.

Cobertura da rede prestadora de serviços

O BPC está presente em todos os municípios do Estado. Para requerê-lo, o cidadão deve procurar o CRAS ou a Secretaria Municipal de Assistência Social de seu município, onde obterá as informações e os apoios necessários.

⁵¹ O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993 e pelas Leis nº 12.435, de 6/7/2011 e nº 12.470, de 31/8/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214/2007 e nº 6.564/2008.

As Agências do INSS estabelecidas nos municípios são os órgãos responsáveis pelo recebimento do requerimento e reconhecimento do direito ao BPC.

Tempo de realização

Programa contínuo.

Diretrizes e prioridades

Fundamentado na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, o BPC:

- Integra a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS.
- É constitutivo da PNAS.
- Deve ser associado à oferta de serviços socioassistenciais, promovendo o convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários e seus familiares.
- Deve ser integrado às demais políticas setoriais, principalmente no campo da Saúde, Segurança Alimentar, Habitação e Educação.
- Seus beneficiários – pessoas com deficiência e pessoas idosas –, estão entre os segmentos mais vulneráveis à violação de seus direitos e se constituem como público prioritário das políticas sociais.

Prioridade do Estado

Apoio técnico aos municípios para a melhoria da gestão do Programa, visando o cumprimento das metas do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:
- Visa ao enfrentamento da pobreza, garantindo proteção social, provendo condições para atender contingências sociais e universalizando os direitos sociais.
- Específicos:
- Garantir renda a pessoas idosas ou com deficiência; atender às necessidades básicas do indivíduo e sua família e prover os mínimos sociais.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

Programa BPC na Escola⁵² – o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC, com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de Educação, de Assistência Social, de Saúde e de Direitos Humanos, com vistas à superação dessas barreiras. O BPC na Escola tem quatro eixos principais: 1) identificar, entre os beneficiários do BPC até 18 anos, aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola; 2) identificar as principais barreiras para o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; 3) desenvolver estudos e estratégias conjuntas para superação dessas barreiras; e 4) manter acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

Programa BPC Trabalho⁵³ – o Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho é uma iniciativa do Governo Federal, realizada

⁵² Programa BPC na Escola – Instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007.

⁵³ Programa BPC Trabalho – Instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 2 de agosto de 2012.

pelos MDS, MEC, MTE e pela SDH/PR. Seu objetivo é promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do BPC, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos.

Cadastramento dos Beneficiários do BPC no CadÚnico – tem por finalidade acompanhar e ampliar o acesso deste público às políticas sociais, traçar o perfil socioeconômico e subsidiar o processo de reavaliação do benefício, bem como aperfeiçoar a gestão dos serviços socioassistenciais.

Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Programas de Transferência de Renda⁵⁴ – estabelece procedimentos para integração/articulação da gestão dos serviços, benefícios e transferências de rendas, visando o acompanhamento prioritário das famílias do PBF, Peti e BPC no âmbito do SUAS.

Ações de âmbito estadual

- Apoiar tecnicamente os municípios para o alcance das metas estabelecidas no Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS.
- Promover ações que assegurem a articulação do BPC com os programas voltados ao idoso e à inclusão da pessoa com deficiência.
- Capacitar os agentes estaduais e municipais envolvidos na gestão e execução dos Programas, com ênfase na intersetorialidade.
- Acompanhar as ações dos municípios que aderiram ao BPC na Escola, orientando para o cumprimento dos compromissos assumidos.
- Coordenar o Grupo Gestor do Programa BPC na Escola.
- Ampliar as ações intersetoriais do Grupo Gestor do Programa BPC na Escola.

Metas estabelecidas

- Realização de 11 Encontros Regionais, envolvendo técnicos estaduais e municipais.
- Realização de relatório anual de acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas no Pacto de Aprimoramento.
- Aumento da adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola.
- Realização de um Seminário Estadual de Formação do Programa BPC na Escola, envolvendo técnicos estaduais e municipais.
- Realização de reuniões bimestrais com o Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola.
- Inclusão das Secretarias de Estado de Emprego e Relações do Trabalho e de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia no Grupo Gestor do Programa BPC na Escola.

Resultados e impactos esperados

- Aprimoramento da Gestão do BPC no Estado de São Paulo, acompanhando a evolução das metas estabelecidas no Pacto de Aprimoramento, buscando a promoção da melhoria da qualidade de vida, o resgate à cidadania e a integração social de pessoas idosas ou com deficiência, além de garantia de atendimento às necessidades básicas e meio de prover os mínimos sociais.
- Técnicos estaduais e municipais capacitados e qualificados a acompanhar o desenvolvimento das ações dos Programas nos municípios, no âmbito de suas competências.

⁵⁴ Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Programas de Transferência de Renda – Instituído pela Resolução CIT nº 7, de 10 de setembro de 2009.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de Encontros Regionais realizados.
- Número de técnicos estaduais presentes.
- Número de municípios presentes.
- Total de novas famílias com membros beneficiários do BPC inseridas em acompanhamento no PAIF × Total de beneficiários do BPC que residem no município.
- Total de beneficiários do BPC cadastrados no CadÚnico × Total de beneficiários do BPC.
- Número de municípios que aderiram ao Programa × 645 municípios do Estado.
- Número de municípios presentes no Seminário.
- Número de reuniões realizadas.

Recursos necessários

Recursos Materiais:

Estruturas físicas e materiais dos CRAS ou do órgão gestor da Assistência Social do município e das Agências do INSS, adequadas ao atendimento de pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Recursos Humanos:

- As equipes técnicas e administrativas dos CRAS ou do órgão gestor da Assistência Social, e das Agências do INSS, inclusive Médicos Peritos e Assistentes Sociais.
- Equipe Técnica de referência do Estado.

Recursos Financeiros:

- Atualmente, o número de beneficiários do BPC no Estado de São Paulo é de aproximadamente 683 mil pessoas, sendo 316 mil com deficiência e 367 mil idosos, números crescentes a cada ano, demandando um recurso financeiro na ordem de R\$ 6,5 bilhões/ano.
- Para a operacionalização do Programa BPC na Escola, o MDS disponibiliza ao município R\$ 40,00 para cada questionário aplicado e corretamente inserido no sistema operacional. Atualmente, o Estado de São Paulo conta com a adesão de 346 municípios, somando 60.754 beneficiários do BPC participantes, cujos questionários são inseridos gradualmente ao longo dos anos.

Mecanismos e fontes de financiamento

O recurso financeiro do BPC provém do Orçamento da Seguridade Social, sendo administrado pelo MDS e repassado ao INSS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

O recurso referente ao BPC na Escola provém do Orçamento do MDS e é repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social de cada município, por meio do FNAS. Especificamente para realização, no Estado, do Seminário Interministerial de formação técnica dos municípios que realizam adesão ao Programa, o recurso provém do MEC e é repassado ao Fundo Estadual de Educação (FEE).

Para as ações de âmbito estadual de apoio e orientação técnica aos municípios, os recursos provêm do Tesouro Estadual e do FNAS, por meio do IGDSUAS, ambos repassados ao FEAS.

Planejamento Programa BPC – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
1) Realização de Encontros Regionais, com objetivo de: a) orientar e qualificar técnicos estaduais para a operacionalização e acompanhamento da gestão dos Programas e promoção da intersetorialidade das ações; b) qualificar técnicos municipais para promover o desenvolvimento pessoal e familiar dos beneficiários do BPC, de acordo com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS; c) apoiar tecnicamente os municípios para o cumprimento das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS; d) qualificar os municípios para a realização de ações que promovam a inserção de idosos e pessoas com deficiência, que estejam dentro dos critérios do BPC, para encaminhamento e recebimento do benefício.	11 encontros regionais envolvendo técnicos estaduais e municipais.	1) N° de encontros realizados; 2) N° de técnicos estaduais presentes nos Encontros Regionais; 3) N° de municípios presentes nos Encontros Regionais.	2016-2019	1) Técnicos estaduais capacitados a acompanhar o desenvolvimento das ações dos Programas nos municípios, no âmbito de suas competências; 2) Técnicos municipais capacitados para a operacionalização e aprimoramento da gestão dos Programas.	DRADS
Acompanhar o cumprimento das metas do Pacto de Aprimoramento.	Gerar um relatório de acompanhamento.	1) Total de novas famílias com membros beneficiários do BPC inseridas em acompanhamento no PAIF/total de beneficiários do BPC que residem no município; 2) Total de beneficiários do BPC cadastrados no CadÚnico/total de beneficiários do BPC; 3) N° de municípios que aderiram ao Programa/645 municípios do Estado.	2016-2019	Melhorar a gestão do BPC no Estado de São Paulo.	

[Continua →]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar Seminário Estadual do BPC na Escola para formar técnicos dos municípios que realizaram adesão ao Programa.	100% dos municípios com adesão ao Programa.	Nº de municípios presentes no Seminário.	2016-2019	100% dos municípios capacitados.	
Coordenação do Grupo Gestor do Programa BPC na Escola.	Realizar reuniões bimestrais com as Secretarias Estaduais envolvidas no Programa.	Nº de reuniões realizadas.	2016-2019	100% de reuniões realizadas.	
Ampliar o Grupo Gestor do Programa BPC na Escola, para promoção de ações do Programa BPC Trabalho.	Incluir as Secretarias de Estado de Emprego e Relações do Trabalho e de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.	Ofícios dos Secretários com as indicações dos representantes.	2016	Adesão das duas Secretarias.	

5.1.3.5 Programa VIVALEITE

A Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da COSAN, administra o Programa Estadual Viva-leite⁵⁵, considerado o maior programa de Segurança Alimentar governamental de distribuição gratuita de leite fortificado da América Latina.

O mecanismo principal de ação da política pública de segurança alimentar e nutricional que rege o Programa Vivaleite é a distribuição gratuita de leite fluido pasteurizado enriquecido com ferro, vitamina A e vitamina D, o qual, além de ser um complemento alimentar, auxilia na prevenção de anemia ferropriva e das deficiências de vitaminas A e D.

Público-alvo

- Na Capital e região metropolitana podem participar do Programa: crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses e idosos acima de 60 anos.
- Nos municípios do interior do Estado, podem participar crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses.
- A renda mensal das famílias beneficiadas deve ser de até ¼ de salário mínimo *per capita*.

Cobertura da rede prestadora de serviços

- Para a realização do Programa, conta-se com 1.936 entidades credenciadas na Capital e Grande São Paulo, e convênios com prefeituras de 606 municípios, que distribuem o leite fornecido por 28 usinas de todo o Estado, contratadas por meio de licitações.

55 O Programa Vivaleite foi instituído pelo Decreto nº 56.674/11.

Tempo de realização

- O Programa Vivaleite é contínuo e visa combater a desnutrição dos beneficiários de famílias em vulnerabilidade social.

Diretrizes e prioridades

- O foco prioritário é beneficiar as famílias em extrema pobreza, com renda mensal *per capita* de até R\$ 77,00.
- Inclusão de 100% dos beneficiários do Programa na Rede de Proteção Social por meio do cadastramento das famílias no Sistema CadÚnico.
- Fomentar a cadeia produtiva do leite em todo o Estado de São Paulo, uma das principais diretrizes definidas para o Vivaleite.
- Fortalecer a rede de entidades conveniadas.

Prioridade

Integração dos dados da antropometria com o Sisvan.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:
- Atender crianças e idosos em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social, e fomentar a agricultura familiar.
- Específicos:
- Distribuir gratuitamente leite fluido pasteurizado com teor de gordura mínimo de 3% e enriquecido com ferro e vitaminas A e D, prioritariamente para famílias extremamente pobres.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Em conjunto com as DRADS, elaborar diagnóstico, plano de trabalho e acompanhar o cadastramento de beneficiários no CadÚnico junto aos municípios.
- Priorizar a inclusão de beneficiários em extrema pobreza.
- Priorizar a inclusão de beneficiários do Programa Família Paulista.
- Realizar reuniões regionais com as entidades conveniadas.
- Fomentar a cadeia produtiva do leite beneficiando a agricultura familiar de assentamentos vinculados ao Itesp.
- Unificar o acompanhamento antropométrico dos beneficiários no Sisvan.
- Estabelecer parcerias para melhorar a gestão do programa.

Metas estabelecidas

- Até janeiro de 2017, concluir o diagnóstico e plano de trabalho junto às DRADS.
- Até 2019, ampliar o número de beneficiários em extrema pobreza, passando dos atuais 67 mil beneficiários (14,5%) para 139 mil (30%).
- Até 2019, atender 100% dos beneficiários do programa família paulista que estejam dentro dos critérios de elegibilidade do Programa Vivaleite.
- Até 2017, realizar reuniões regionais convidando 80% com as entidades conveniadas.
- Até 2017, executar um projeto piloto que garanta a aquisição de leite produzido por agricultura familiar de assentamentos vinculados ao Itesp.
- Até 2019, unificar o acompanhamento antropométrico dos beneficiários no Sisvan e no SUS.
- Até 2019, estabelecer parceria para melhorar a gestão do Programa.

Resultados e impactos esperados

- Cria-se, primordialmente, a possibilidade de que os beneficiários deste Programa saiam da condição de risco nutricional, bem como se espera o fortalecimento da distribuição de renda para pequenos produtores e para famílias do campo que vivem da renda da produção de leite, incentivando a produção leiteira paulista.
- Considerando a importância do trabalho comunitário realizado pelas entidades da sociedade civil conveniadas, estima-se que, por meio das ações realizadas, possamos viabilizar e exigir melhorias, para o fortalecimento de suas ações e o aprimoramento de suas gestões.
- Integrado ao Programa Família Paulista, em sua rede de proteção social, esperamos atender o mesmo público, aquele identificado em extrema pobreza, proporcionando-lhe recursos e meios, juntamente com outros programas, fomentando a autonomia das famílias e fortalecendo vínculos sociofamiliares.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de municípios com metas de cadastramento.
- Percentual de beneficiários em extrema pobreza incluídos no Programa Vivaleite.
- Percentual de beneficiários do Programa Família Paulista incluídos no Programa Vivaleite.
- Percentual de entidades conveniadas que participaram das reuniões.
- Total de leite adquirido junto à agricultura familiar em relação ao total de leite adquirido pelo Programa Vivaleite na região do Pontal do Paranapanema.
- Número de municípios que aderiram ao Sisvan ou ESUS no acompanhamento antropométrico.
- Número de parcerias/convênios firmados.

Recursos necessários

Para 2016 estão previstos R\$ 185.698.685,00 em investimentos direcionados à distribuição do leite. A equipe administrativa do Vivaleite é composta por aproximadamente 50 profissionais, além de 52 voluntários, 1.936 entidades e seus representantes, e 606 prefeituras conveniadas.

Mecanismos e fontes de financiamento

Tesouro do Estado.

Planejamento Programa Vivaleite – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Segurança Alimentar (COSAN)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados Esperados	Ação conjunta com
Elaborar diagnóstico e plano para cadastramento de beneficiários no CadÚnico.	100% dos municípios da RMSP.	Nº de municípios com metas de cadastramento.	2016	Levantar dificuldade de cadastramento dos municípios e estabelecer compromissos.	DRADS

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados Esperados	Ação conjunta com
Acompanhar o cumprimento de metas dos municípios da RMSP.	100 % dos beneficiários cadastrados.	Percentual de beneficiários cadastrados.	2016-2019	Beneficiários cadastrados.	DRADS
Elaborar diagnóstico e plano para cadastramento de beneficiários no CadÚnico com as DRADS.	100% dos 606 municípios do Interior.	Nº de municípios com metas de cadastramento.	2016	Dificuldade de cadastramento dos municípios levantadas e compromissos estabelecidos.	DRADS
Acompanhar cumprimento de metas dos 606 municípios do Interior.	Cadastrar 100% dos beneficiários.	Percentual de beneficiários cadastrados.	2016-2019	Beneficiários cadastrados.	DRADS
Incluir os beneficiários do Programa Família Paulista.	100% dos beneficiários do Programa Família Paulista incluídos no VivaLeite.	Porcentagem.	2016-2019	Programa focalizado em beneficiários de extrema pobreza.	CDS
Incluir os beneficiários em extrema pobreza.	De 14.5% para 30% dos beneficiários.	Porcentagem.	2016-2019	Programa focalizado em beneficiários de extrema pobreza.	
Realizar reuniões regionais.	Reuniões realizadas em 100% das regiões.	Porcentagem.	2016-2017	Ressaltar a importância dessa política pública para a população em extrema pobreza, e também, ouvi-las, gesto esse considerado extremamente relevante para uma gestão com foco social e em resultado.	DRADS
Fomentar cadeia produtiva do leite.	Projeto Piloto.	Volume de leite e Nº de produtores beneficiados.	2016-2019	Aquisição de leite ao programa, através da produção leiteira de assentamentos na região do Pontal do Paranapanema. Realizar projeto piloto na região.	DRADS
Realizar projeto piloto com o Sisvan para unificação do acompanhamento antropométrico.	Projeto Piloto.	Diagnóstico do resultado do cadastramento no Sisvan.	2016-2019	Acompanhamento da antropometria em caráter experimental nos municípios de Bragança Paulista, Indaiatuba, Caconde, Analândia e Ipeuna.	DRADS

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados Esperados	Ação conjunta com
Estabelecer parcerias para fortalecer organizações conveniadas.	Estabelecer minimamente uma parceria.	Nº de parcerias.	2016-2019	Fortalecimento das organizações conveniadas.	

5.1.3.6 Programa Bom Prato

O Programa de Segurança Alimentar do Governo do Estado de São Paulo foi criado em dezembro de 2000, com objetivo de oferecer refeições saudáveis (café da manhã: 400 calorias; almoço: 1.200 calorias), de alta qualidade e a custo acessível à população de baixa renda.

O almoço tem custo de R\$ 1,00 para o usuário. O subsídio governamental atual é de R\$ 3,81 para adultos e de R\$ 4,81 para crianças de até 6 anos, que têm a refeição gratuita.

O café da manhã custa R\$ 0,50 ao usuário. Em setembro de 2011, este serviço foi implantado em todos os restaurantes; atualmente o subsídio do Estado é no valor de R\$ 1,03 por refeição matinal.

Segundo dados de dezembro de 2015, desde o início deste Programa, já foram investidos R\$ 391.673.093,43 entre custeio das refeições, implantação e revitalização das unidades.

Público-alvo

Pessoas em situação de extrema pobreza, moradores de rua, desempregados e subempregados, idosos, itinerantes e demais cidadãos que se encontram à margem do processo produtivo.

Cobertura da rede prestadora de serviços

Nº de refeições servidas por unidades, por região:

		Café da manhã	Almoço
Capital			
	Campos Elíseos	400	2.300
	São Miguel Paulista	150	1.600
	Santo Amaro	300	2.240
	Lapa	300	1.600
	Vila Nova Cachoeirinha	300	1.250
	25 de Março	300	1.800
	Itaim Paulista	100	1.400
	São Mateus	300	1.600
	Guaianases	150	1.200
	Santana	300	1.320
	Capão Redondo	200	1.200
	Itaquera	300	1.400
	Campo Limpo	300	1.400
	Tucuruvi	300	1.200
	Brás	300	2.000

[Continua →]

		Café da manhã	Almoço
Capital			
	Brasilândia	140	1.100
	Heliópolis	150	1.200
	Grajaú	300	1.500
	Paraisópolis	300	1.400
	Cidade Ademar	300	1.350
	Perus	300	1.200
	Limão	300	1.300
TOTAL	22	5.790	32.560
Grande São Paulo			
	Guarulhos	300	1.600
	Osasco	150	1.600
	Santo André	200	1.400
	Mogi das Cruzes	500	1.400
	Itaquaquecetuba	300	900
	Suzano	300	1.200
	Ferraz de Vasconcelos	300	1.200
	Carapicuíba	300	1.200
TOTAL	8	2.350	10.500
Interior			
	Campinas	300	2.100
	São José dos Campos	300	1.200
	São José do Rio Preto	300	1.300
	Ribeirão Preto	300	1.600
	Sorocaba	300	1.300
	Jundiaí	300	1.500
	Taubaté	400	1.300
	Rio Claro	300	1.200
	Bauru	300	1.300
	Araraquara	150	1.200
	Marília	100	1.200
	São Carlos	300	1.200
	Limeira	300	1.200
	Franca	300	1.200
	Botucatu	300	1.500
TOTAL	15	3.950	20.300
Litoral			
	Santos	300	1.200
	São Vicente	300	1.200
	São Vicente – Quarentenário	150	800
	Santos II	300	1.200
	Guarujá	150	1.200
TOTAL	5	1.200	5.600

Tempo de realização

Contínuo.

Diretrizes e prioridades

- Fornecer alimentação saudável, variada em macro e micronutrientes e em quantidade adequada para a população de baixa renda, possibilitando a melhora da condição nutricional do usuário.
- Priorizar aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares.
- Fomentar parcerias e ações intersecretariais.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Suprir a carência nutricional da população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.
- Específicos:**
- Garantir à população de baixa renda, aos idosos e às pessoas em situação de vulnerabilidade social refeições saborosas, variadas e nutritivas a baixo custo, bem como estimular o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis e o resgate à cidadania.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Realização de monitoramento periódico nas unidades já existentes.
- Estudo de viabilidade de implantação de novos formatos do Programa e adequação a demandas específicas.
- Integração deste ao Programa Família Paulista, outros programas da SEDS e política de Assistência Social.

Metas estabelecidas

- Para 2019, há uma previsão de instalação de 16 novas unidades, totalizando 66 unidades instaladas. Com isso, o volume diário de refeição deverá passar de 82 mil refeições por dia para 106 mil, o que, em quatro anos, corresponde a mais 6.048.000 refeições servidas.
- Buscar novas parcerias e manter as já existentes.

Resultados e impactos esperados

Servir o número previsto de refeições para a população, possibilitando o acesso à biodiversidade de alimentos, com macro e micronutrientes, contribuindo, assim, para a melhoria da condição nutricional do usuário.

Indicadores de monitoramento e avaliação

A SEDS monitora os restaurantes por meio de visitas técnicas de qualidade e sistema de registro de cartões⁵⁶.

Qualidade

A Equipe de Nutrição da COSAN elabora mensalmente relatórios de qualidade, aferição de temperatura dos alimentos e equipamentos, treinamento para os manipuladores e coleta de amostras das refeições servidas, que são enviadas ao ITAL para realização de análises laboratoriais, incluindo aspectos microbiológicos e físico-químicos.

⁵⁶ Os critérios de avaliação utilizados são os descritos na Resolução SEDS – 022, de 10.10.2012, Portaria CVS 5, de 09.04.2013 e Portaria SMS 2619 de 06.12.2011.

Além disso, a equipe de nutrição é responsável pela análise de cardápio de todas as unidades, pré-elaborados pelas nutricionistas de cada local, e pela realização de ações de promoção à alimentação saudável.

Atendimento

Ao comprar sua refeição, cada usuário recebe um cartão com código de barras, o qual é registrado em um sistema próprio. Neste sistema, registra-se a quantidade de refeições servidas em cada local e esses dados são disponibilizados à SEDS diariamente, possibilitando a liberação de pagamento.

Nessa fase, os indicadores de resultados são a quantidade de refeições prevista e a quantidade de refeições efetivamente servidas.

A equipe técnica de qualidade do atendimento conta com pessoal treinado para monitorar os restaurantes, avaliando a quantidade de refeições efetivamente servidas e as condições de atendimento ao público, bem como as condições do espaço físico.

Os resultados dessas ações são fundamentais para realizar intervenções e auxiliar na tomada de decisão, mantendo sempre, assim, o alto padrão de qualidade do Programa.

Não obstante, a SEDS fornece ainda subsídios e apoio aos restaurantes para que eles sejam elementos participativos em outros programas sociais.

Recursos necessários

A rede de restaurantes Bom Prato serve diariamente (inclusive nos fins de semana, na unidade de Campos Elíseos) mais de 82 mil refeições.

Recursos Humanos:

- Para execução do trabalho nas unidades, cada restaurante conta, em média, com a equipe composta por: nutricionista, técnico em nutrição, gerente, cozinheiro, cozinheiro auxiliar, ajudantes de cozinha, caixa, segurança e pessoas responsáveis por toda a parte administrativa.
- A entidade gestora parceira é responsável pela contratação e pagamento dessa equipe de trabalho.
- Para a execução do trabalho de implantação e o monitoramento da qualidade dos serviços prestados em todas as unidades Bom Prato, a SEDS conta com uma equipe técnica multidisciplinar especializada, incluindo: nutricionistas, estagiários de nutrição, técnicos de qualidade do atendimento, estagiários administrativos e técnicos em convênios e demais trabalhos administrativos.

Recursos Financeiros:

Fonte: Tesouro do Estado.

Mecanismos e fontes de financiamento

O Programa é executado por meio de convênios entre Estado e organizações sociais e, eventualmente, pode contar também com a participação das prefeituras.

Planejamento Programa Bom Prato – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Segurança Alimentar (COSAN)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados Esperados	Ação conjunta com
Abrir novas unidades.	16 novas unidades / 66 unidades em funcionamento.	Nº de refeições servidas e Nº de unidades em funcionamento.	2019	Aumento da cobertura do programa no Estado, do número de refeições servidas e usuários atendidos.	
Fomentar a compra de produtos oriundos da agricultura familiar.	Firmar parcerias.	Aumento da quantidade de produtos procedentes da agricultura familiar.	2016-2019	Fortalecimento do pequeno agricultor e aquisição de produtos com maior qualidade.	
Estabelecer parcerias intersetoriais.	Buscar novas e manter as parcerias já existentes (Sorridentes, Hepatite C, etc.).	Nº de parcerias firmadas e Nº total de parcerias estabelecidas.	2016-2019	Proporcionar ações em benefício ao público atendido.	

5.2 Programas Estratégicos

Os programas estratégicos são aqueles definidos pela equipe de Governo do Estado. Diferentemente dos serviços cuja execução compete aos municípios, esses programas são assumidos diretamente pela SEDS, o que não exclui uma estreita parceria com os governos municipais e a consonância com o SUAS.

Outro diferencial é que esses programas preveem ações intersetoriais envolvendo outras secretarias de governo sob a coordenação desta Pasta.

São definidos como programas estratégicos:

- Família Paulista;
- Recomeço: Uma Vida sem Drogas;
- São Paulo Amigo do Idoso.

5.2.1 Programa Família Paulista

O Programa Família Paulista⁵⁷ é uma estratégia intersetorial para o enfrentamento da extrema pobreza, coordenado pela SEDS e implementado em articulação com diversas secretarias estaduais e com os municípios participantes. Às DRADS, em conjunto com a sede, no âmbito de suas respectivas regiões, cabe a supervisão e o apoio técnico às ações do Programa. O Programa é desenvolvido por meio de uma gestão integrada e colaborativa, de uma prática de redes e da ação intensiva de 12 meses junto às famílias em territórios de alta vulnerabilidade.

57 O Programa Família Paulista incorporou o Programa SP Solidário, assumindo as ações deste último, que ainda estão em desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, o Programa está subdividido em dois ciclos de trabalho que acontecem simultaneamente: o ciclo de trabalho com o município e o ciclo de trabalho com as famílias, no intuito de garantir aspectos de gestão e articulação municipal e participação das famílias e territórios envolvidos no Programa.

O Programa Família Paulista teve início em 2016, assim suas estratégias e práticas devem ser consideradas parte de um projeto piloto, podendo receber ajustes nos anos seguintes.

Público-alvo

Ciclo de trabalho com o município:

- municípios do Estado de São Paulo, tendo como base indicadores sociais e níveis de riqueza;
- gestores municipais e equipes técnicas responsáveis pela execução do Programa no município.

Ciclo de trabalho com as famílias:

- famílias residentes nos municípios do Estado de São Paulo, que já estejam inseridas no CadÚnico, prioritariamente com renda mensal menor ou igual a R\$ 77,00 *per capita*.

Cobertura da rede prestadora de serviços

Cada município participante do Programa Família Paulista receberá metas de atendimento estipuladas, conforme diagrama abaixo:



É importante destacar que a cobertura de atendimento para cada município poderá ter sua fórmula alterada para os próximos anos, por meio da revisão dos coeficientes de porte dos municípios.

Tempo de realização

Inicialmente, o Programa tem implementação prevista até 2019, dividida em três etapas: 2015-2016, 2017-2018 e 2018-2019. O período de duração da parceria com cada município para o desenvolvimento do Programa será de 24 meses, sendo 6 meses de planejamento inicial, 12 meses de trabalho intensivo com as famílias e 6 meses para o encerramento e desmobilização das atividades.

Diretrizes e prioridades

- Diretrizes:**
- Gerar novas contribuições para o conceito de extrema pobreza.
 - Fomentar um modelo de gestão colaborativo, dialógico e integrado.
 - Potencializar áreas, ações e programas de forma intersetorial.
- Prioridades:**
- Garantir sustentabilidade do Programa por meio de sua institucionalização e sistematização metodológica.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Enfrentar a extrema pobreza, considerando as múltiplas privações das famílias, promovendo o desenvolvimento social.
- Específicos:**
- Articular as secretarias estaduais para uma compreensão e abordagem multidimensional da extrema pobreza.
 - Desenvolver plano de capacitação e definir metodologias voltadas ao fortalecimento das capacidades dos responsáveis pela execução do Programa no município.
 - Instrumentalizar as DRADS na gestão do Programa para o acompanhamento e gestão dos fluxos e processos propostos.
 - Concentrar esforços para a promoção da autonomia e protagonismo das famílias em situação de privações multidimensionais.
 - Propor estratégias intersetoriais que considerem as necessidades particulares de cada território.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

Os ciclos de trabalho do Programa Família Paulista são:

Ciclo de trabalho com o município: as atividades envolvidas nesse ciclo de trabalho têm como proposta desenvolver a estrutura de gestão municipal dos processos de trabalho e ações previstas no Programa. Para tanto, é priorizada a ação intersetorial, por meio do fomento de um grupo gestor que trabalhe de forma articulada e participativa para a elaboração de intervenções integradas e sistêmicas.

Ciclo de trabalho com as famílias: a metodologia de trabalho com a família está centrada na promoção de espaços de diálogo que favoreçam o desenvolvimento de competências dos integrantes da família, propiciando o ganho de autonomia e melhoria sustentável em suas vidas. Consiste em uma sequência de encontros e visitas domiciliares com o objetivo de conhecer a família, suas condições de vida, suas necessidades e suas demandas, culminando no desenvolvimento conjunto de uma Agenda da Família e um Plano de Ação do Território.

A SEDS atuará junto aos municípios para a realização desses dois ciclos por meio de quatro grandes ações:

1. Firmar adesão com novos municípios.
2. Instrumentalizar os municípios participantes do Programa.
3. Monitorar e Avaliar o Programa.
4. Sistematizar a Metodologia do Programa Família Paulista.

Metas estabelecidas

Atingir 200 mil famílias em municípios do Estado de São Paulo.

Resultados e impactos esperados

- Municípios envolvidos nas ações de enfrentamento da extrema pobreza.
- Aliança com as prefeituras fortalecida, visando o desenvolvimento social.
- Gestores e técnicos dos municípios participantes capacitados e instrumentalizados na abordagem multidimensional e intersetorial proposta pelo Programa.
- Secretarias estaduais e municipais articuladas para intervenções intersetoriais.

- DRADS fortalecidas para a implementação do Programa nos municípios.
- Sistema transacional de monitoramento e avaliação de processo, produtos, resultado e impactos.

Indicadores de monitoramento e avaliação

O Programa conta com um sistema de monitoramento e avaliação de três níveis:

- **Indicador de Resultado** – Índice de Pobreza Multidimensional Paulista (IPMP): indicador sintético das privações da família em quatro dimensões: Educação, Trabalho e Renda, Habitação e Redes.
- **Indicadores de Produtos** – Indicadores voltados à mensuração de cada um dos produtos entregues pelo Programa em relação às privações vivenciadas pelas famílias atendidas.
- **Indicadores de Processo/Marcadores de Gestão** – Indicadores do cumprimento das etapas, prazos e diretrizes do Programa pelos municípios participantes.

Para o monitoramento das atividades planejadas neste PEAS, a serem desenvolvidas pela equipe relacionada, serão considerados os seguintes indicadores:

- Número de Termos de Adesão Assinados.
- Número de reuniões realizadas em cada etapa do Programa, número de materiais produzidos e entregues para cada município, lista entregue para cada município e o número de capacitações realizadas.
- Número de equipes técnicas capacitadas e número de capacitações realizadas.
- Sistema Transacional implantado.
- Número de relatórios emitidos na periodicidade definida.
- Número de publicações.

Recursos necessários

Recursos Materiais:

- Materiais de comunicação e identificação visual do Programa.
- Instrumentais e guias de orientação técnica.
- Software de georreferenciamento.
- Sistema transacional do Programa.

Recursos Humanos:

- Equipe de gestão do Programa na sede/SEDS.
- Equipe técnica das DRADS.
- Gestores municipais.
- Técnicos sociais contratados pelos municípios com recursos estaduais (na proporção de um técnico para cada 160 famílias beneficiárias).
- Entrevistadores contratados pelos municípios com recursos estaduais.

Recursos Financeiros:

Entre 2016 e 2019, será investido um montante de cerca de R\$ 311 milhões para atender a 200 mil famílias em diferentes municípios do Estado de São Paulo, conforme cronograma a seguir:

2016	2017	2018	2019
R\$ 77.000.000,00	R\$ 78.000.000,00	R\$ 78.000.000,00	R\$ 78.000.000,00

Os recursos financeiros correspondem aos repasses aos municípios e aos custos de implementação da SEDS.

Mecanismos e fontes de financiamento

O repasse de recursos aos municípios parceiros será realizado do Fundo Estadual de Assistência Social para os respectivos Fundos Municipais de Assistência Social.

Todos os recursos previstos constarão na unidade orçamentaria destinada à Proteção Social Básica.

Planejamento Programa Família Paulista – PEAS 2016- 2019

Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)

Este planejamento refere-se a todas as etapas do Programa, com duração prevista de 24 meses em cada município.

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados Esperados	Ação conjunta com
Firmar adesão com novos municípios.	Ampliar número de municípios participantes do Programa Família Paulista.	Nº de Termos de Adesão Assinados.	2016-2019	Cobertura ampliada de municípios comprometidos com o enfrentamento da extrema pobreza.	DRADS
Instrumentalizar os municípios participantes do Programa Família Paulista.	Realizar reuniões técnicas nos municípios	Nº de reuniões realizadas em cada etapa do Programa	2016-2019	Municípios subsidiados e capacitados para implementação do Programa Família Paulista.	DRADS EDESP
	Producir materiais de apoio aos municípios para implantação do PFP.	Nº de materiais produzidos e entregues para cada município.	2016-2019	Equipes técnicas das DRADS e Municípios subsidiados e capacitados para implementação do Programa.	DRADS EDESP
	Elaborar lista nominal das famílias beneficiárias (de acordo com definição territorial prévia fornecida pelos municípios).	Lista entregue para cada município.	2016-2019	DRADS	
	Capacitar Grupo Gestor do Município para implementação do Programa Família Paulista.	1) Nº de capacitações realizadas; 2) Nº de equipes técnicas capacitadas.	2016-2019	DRADS EDESP	
	Capacitar equipes técnicas municipais envolvidas.	1) Nº de capacitações realizadas; 2) Nº de equipes técnicas capacitadas.	2016-2019	DRADS EDESP	

[Continua ➔]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados Esperados	Ação conjunta com
Monitorar e avaliar o Programa Família Paulista.	Criar um sistema transacional para o Programa.	Sistema Transacional implantado.	2016	Indicadores consolidados; modelos de relatórios definidos; informações e dados do Programa disponíveis para monitoramento e avaliação.	CGE DNI
	Emitir relatórios – de acordo com regularidade pré-definida – das diferentes etapas do PFP gerados pelo sistema transacional.	Nº de relatórios emitidos na periodicidade definida.	2016-2019	Melhoria da eficiência no gerenciamento do Programa.	CGE DRADS
Sistematizar a metodologia do Programa Família Paulista.	Elaborar ao menos uma publicação, reunindo as experiências de implementação do Programa nos municípios.	Nº de publicações.	2019	Disseminação da metodologia do PFP na temática do enfrentamento da extrema pobreza.	

5.2.2 Programa Recomeço: Uma Vida sem Drogas

O Programa Recomeço: Uma Vida sem Drogas é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, que promove a prevenção do uso indevido de substâncias psicoativas, o controle e requalificação de territórios degradados em virtudes das cenas de uso, acesso à justiça e à cidadania, apoio socioassistencial e tratamento médico aos usuários de substâncias psicoativas, suas famílias e comunidade.

O Programa é composto por cinco eixos estratégicos: Prevenção, Tratamento, Reinserção Social e Recuperação, Acesso à Justiça e Cidadania e Requalificação das Cenas de Uso.

A SEDS, por meio da Coordenação de Política sobre Drogas (COED), coordena as ações do Grupo de Gestão Executiva do Programa e é responsável pela execução das ações do eixo Reinserção Social e Recuperação.

Além de executar diretamente as ações no âmbito do desenvolvimento social, a COED coordena as atividades relacionadas aos eixos estratégicos desenvolvidas por outras Secretarias (Educação, Saúde, Justiça e Defesa da Cidadania e Segurança Pública), proporcionando a interlocução necessária às políticas públicas relacionadas ao Programa.

Público-alvo

Pessoas expostas ao risco, uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas no Estado de São Paulo, incluindo seus familiares e comunidade.

Cobertura da rede prestadora de serviços

O Programa Recomeço atua em todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo, com estratégias diferenciadas de forma a contemplar a necessidade de cada município, sendo que na região da Luz, na capital, executa ações específicas para atendimento da demanda local.

Tempo de realização

É uma ação continuada do Estado de São Paulo, sem previsão de término.

Diretrizes e prioridades

- Alinhamento entre as políticas sobre drogas no âmbito federal, estadual e municipal.
- Trabalhar de forma coordenada entre as secretarias estaduais, os órgãos municipais e os parceiros da sociedade civil.
- Oferecer atendimento articulado e igualitário, considerando as especificidades do indivíduo, família, comunidade e território.
- Transparência na divulgação dos dados do Programa e na interlocução com a sociedade civil, através do controle social.
- Buscar novas parcerias para a ampliação dos recursos destinados à Política sobre Drogas, por meio de financiamentos federais e internacionais.

Objetivos gerais e específicos

- Gerais:**
- Promover e fomentar a Política sobre Drogas intersetorial no âmbito do Governo do Estado de São Paulo.
 - Proporcionar condições para usuários de substâncias psicoativas, seus familiares e comunidade trilharem, da melhor maneira possível, o caminho para recuperação e retorno a uma vida plena.
- Específicos:**
- Apoiar, estimular e desenvolver parcerias com municípios, secretarias, órgãos governamentais, universidades e diversas instituições privadas para realização de ações alinhadas aos cinco eixos do Programa.
 - Possibilitar a atuação participativa das Políticas de Assistência Social, Educação, Justiça e Defesa da Cidadania, Trabalho, Saúde, Segurança Pública, Habitação, Cultura e Esporte e Lazer, no fomento de uma rede de proteção aos usuários, dependentes de substâncias psicoativas e suas famílias.
 - Apoiar os municípios na identificação de territórios que concentram cenas de uso de usuários de substâncias psicoativas, fomentando ações de recuperação urbana destes locais.
 - Identificar, fomentar e disseminar ações relativas aos diferentes eixos do Programa, desenvolvidas por municípios e entidades.
 - Aprimorar a rede de atendimento existente nos municípios, sobretudo no que se refere aos serviços de Assistência Social e Saúde.
 - Desenvolver e implementar mecanismos de avaliação e monitoramento contínuos das ações e projetos do Programa Recomeço.
 - Sistematizar e divulgar periodicamente os resultados do Programa.
 - Promover a reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas e de suas famílias, por meio de serviços de acolhimento e proteção social.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Ampliar a capacitação da rede da Política sobre Drogas no Estado de São Paulo.
- Reconhecer e fomentar a rede de prevenção nas esferas de governo.
- Outorgar o Selo Parceiros do Recomeço, nos diferentes eixos do programa.
- Viabilizar a adesão dos municípios ao Programa Recomeço.

- Ampliar a rede e a abrangência dos serviços referenciados na Política sobre Drogas.
- Qualificar profissionais e expandir o atendimento às famílias de usuários de substâncias psicoativas.
- Ofertar cursos de qualificação profissional e fomentar a entrada e permanência no mercado de trabalho dos usuários atendidos pelo Programa.
- Fomentar o acesso ao sistema de justiça no Estado de São Paulo para usuários de substâncias psicoativas e familiares.
- Realizar nas cenas de uso ações estratégicas e informativas por meio de Jornada da Cidadania, em parceria com a sociedade civil organizada e com os municípios.
- Implantar o portal e o sistema de monitoramento do Programa Recomeço.
- Monitorar e avaliar as ações da Política sobre Drogas no Estado de São Paulo, com base no conjunto de indicadores elaborados para esta finalidade.

Metas estabelecidas

- Realizar 8 cursos de formação e 4 eventos de capacitação por ano.
- Elaborar um plano para ampliação das ações de prevenção.
- Certificar, com o Selo Recomeço, pelo menos uma ação em cada eixo do programa até 2017.
- Georreferenciar a rede de atendimento e elaborar um plano de expansão para adesão de novos municípios.
- Credenciar 400 novas vagas de acolhimento institucional: Moradia Assistida, Casa de Passagem e República.
- Credenciar 600 novas vagas em comunidades terapêuticas.
- Elaborar um manual metodológico da ação Recomeço Família, a fim de qualificar os profissionais da rede de CRAS e CREAS.
- Qualificar 1.000 usuários atendidos pelo Programa Recomeço em cursos de qualificação profissional.
- Realizar seis intervenções estratégicas em cenas de uso por ano.
- Realizar uma ação mensal de Jornada da Cidadania.
- Desenvolver e implementar um portal e um sistema informatizado para monitoramento do Programa Recomeço.
- Atualizar e manter em funcionamento o Observatório Paulista de Informações sobre Drogas (OPID).
- Publicar uma pesquisa sobre práticas internacionais da Política sobre Drogas.
- Realizar seminários, nacional e internacional, sobre avaliação das políticas sobre drogas.
- Realizar um documentário sobre a Política Estadual de Drogas.

Resultados e impactos esperados

- Ter uma política sobre drogas disseminada no Estado, com uma rede de atendimento mobilizada e capacitada para esta temática.
- Reconhecimento e ampliação de ações de prevenção já existentes.
- Aumento do número de parceiros do Programa, por meio da certificação do Selo Recomeço.
- Aumento da abrangência do Programa, de forma a contemplar todas as regiões administrativas do Estado.
- Aumento do número de serviços e de vagas ofertadas na Política sobre Drogas.
- Aumento da adesão ao processo de recuperação e ao tratamento nos serviços oferecidos no Programa Recomeço.

- Eficiência no serviço realizado e qualificação da equipe técnica dos serviços da Política sobre Drogas e das equipes dos CRAS e CREAS.
- Inserção e permanência, no mercado de trabalho, do usuário de substância psicoativa em recuperação.
- Empoderamento das famílias para tratarem das questões relacionadas à dependência química.
- Evolução do processo de recuperação das cenas de uso.
- Ter informações qualitativas e quantitativas do programa disponibilizadas à gestão, aos parceiros e ao público em geral.
- Agregar conhecimento sobre as políticas sobre drogas no Estado de São Paulo e as boas práticas nacionais e internacionais.
- Disponibilização de informações pertinentes à Política sobre Drogas para o público em geral.

Indicadores de monitoramento e avaliação

O monitoramento do Programa Recomeço ocorre por meio de indicadores específicos de cada serviço oferecido e indicadores gerais que agrupam dados do Programa. Entre os principais indicadores a serem monitorados pela COED destacam-se:

- Número de capacitações realizadas e de pessoas capacitadas.
- Número de Selos Parceiros do Recomeço outorgados.
- Número de municípios que aderiram ao Programa.
- Número de Planos Municipais da Política sobre Drogas validados pelo Programa.
- Número de usuários de substâncias psicoativas atendidos pelo Programa.
- Quantidade de serviços e vagas implementados, por região administrativa e por modalidade.
- Taxas de adesão e permanência dos usuários nos serviços oferecidos.
- Número de usuários de substâncias psicoativas qualificados.
- Número de usuários de substâncias psicoativas inseridos no mercado de trabalho.
- Número de familiares atendidos pelo Programa.
- Quantidade de ações estratégicas realizadas em cenas de uso e de Jornadas da Cidadania.
- Número de profissionais dos serviços referenciados (CRAS e CREAS) qualificados.

Recursos necessários

- As ações são executadas através de recursos materiais, humanos e financeiros das Secretarias Estaduais da Saúde, da Justiça e Defesa da Cidadania, Educação, Segurança Pública e do Desenvolvimento Social.
- A Secretaria de Desenvolvimento Social conta com a equipe da COED, composta por técnicos da área, assistentes administrativos e estagiários.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Tesouro do Estado, para execução de ações e repasses de recursos para a Política sobre Drogas.
- Outras fontes de financiamento: municípios, parcerias com outras Secretarias e órgãos públicos que executam ações com seus recursos próprios.

Planejamento Programa Recomeço – PEAS 2016-2019

Responsável – Coordenação de Políticas sobre Drogas – COED

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Ampliar a capacitação da rede da Política sobre Drogas no Estado de São Paulo.	Elaborar 8 cursos de formação por ano.	Nº de cursos/ eventos realizados.	2016-2019	Rede de atendimento mobilizada, profissionais capacitados.	EDESP e DRADS
	Realização de 4 eventos por ano (Seminários, fóruns, workshops e outros).	Nº de pessoas qualificadas.	2016-2019	Política sobre Drogas do Estado de São Paulo disseminada.	EDESP e DRADS
Reconhecer e fomentar a rede de prevenção nas três esferas de governo.	Gerar 1 relatório com o levantamento dos programas, projetos, campanhas e ações de prevenção.	Relatório finalizado.	2016	Reconhecimento das ações já existentes.	Ação conjunta
	Elaborar um Plano de atuação para as ações de prevenção.	Plano finalizado.	2017	Identificação das necessidades de ações de Prevenção.	
	Firmar parcerias e convênios.	Percentual de ações executadas do total de ações previstas no Plano.	2018-2019	Ampliação convênios celebrados.	
Outorgar o Selo Parceiros do Recomeço, nos diferentes eixos do Programa.	Uma ação certificada por Eixo do Programa.	Nº de boas práticas reconhecidas com o Selo Parceiros do Recomeço.	2016-2017	Aumento do número de parceiros do Programa.	
	Ampliar o número de ações certificadas.	Nº de boas práticas reconhecidas com o Selo Parceiros do Recomeço.	2018-2019	Aumento do número de parceiros do Programa.	
Ampliar a rede de atendimento aos usuários, por meio da expansão da adesão dos Municípios ao Programa Recomeço.	Georreferenciar a rede de atendimento e elaborar um Plano de Expansão.	Plano elaborado.	2016	Contemplar todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo.	CGE
	Assinar o Termo de Adesão com base no Plano aprovado.	Percentual de municípios que fizeram a adesão em relação ao Plano.	2016-2019	Contemplar todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo.	DRADS
	Construção do Plano de Ação Municipal da Política sobre Drogas.	Percentual de planos validados em relação ao número de Municípios aderidos.	2017-2019	Contemplar todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo	DRADS

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Implantar novos serviços na rede referenciada da Política sobre Drogas.	Credenciar 400 novas vagas de acolhimento institucional, Moradia Assistida, Casa de Passagem e República.	Quantidade de serviços e vagas implantados por região administrativa por modalidade.	2016-2019	Garantia de um serviço de referência de cada modalidade para cada região administrativa. Ampliar a rede de serviços e ofertas de vagas da Política sobre Drogas.	CAS e DRADS
	Credenciar 600 novas vagas em Comunidades Terapêuticas.		2017-2019		CAS e DRADS
Qualificar profissionais e expandir o atendimento às famílias.	Elaboração do Manual Metodológico da ação Recomeço Família ⁽¹⁾ .	Manual elaborado.	2016	Padronizar o atendimento as famílias no Estado de São Paulo.	DRADS Ações no município com DRADS
	Qualificação dos profissionais dos CRAS e CREAS.	Percentual de equipamentos qualificados.	2017-2019	Rede CRAS e CREAS qualificados na Política sobre Drogas.	DRADS CAS
	Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários acolhidos nos serviços da Política sobre Drogas.	Nº de usuários e famílias fortalecidas.	2016-2019	Vínculos familiares e comunitários fortalecidos.	DRADS
Ofertar cursos de qualificação profissional para os beneficiários do Programa Recomeço.	Qualificar 1.000 beneficiários do Programa Recomeço.	1) Nº de vagas ofertadas; 2) Nº de beneficiários qualificados.	2016-2019	Qualificação para reinserção no mercado de trabalho.	Centro Paula Souza
Criar um serviço de acompanhamento e monitoramento dos beneficiários inseridos no mercado de trabalho.	Um serviço piloto implantado.	Nº de pessoas monitoradas.	2016-2019	Inserção e permanência do beneficiário no mercado de trabalho.	
Realizar de forma contínua, as reuniões dos colegiados para promover e fomentar a Política Sobre Drogas no Estado de São Paulo	Participação de 50% dos membros dos colegiados.	Percentual de membros participantes nos colegiados em cada reunião.	2016-2019	Garantir a participação intersecretarial nos colegiados da Política sobre Drogas do Estado de São Paulo.	

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Indicar as regiões prioritárias para implantação de novos polos de Plantão Jurídico.	Um Plano de expansão do Plantão Jurídico apresentado para Secretaria da Justiça.	1 plano elaborado.	2016-2017	Fomentar o acesso ao Sistema de Justiça para usuários de substância psicoativa e familiares.	
Realizar ações estratégicas em parceria com a sociedade civil organizada e com os municípios	Realizar 6 intervenções estratégicas por ano na cena de uso (prioritariamente na região da Luz "Cracolândia").	Nº de intervenções realizadas.	2016-2019	Contribuir para a recuperação das cenas de uso.	DRADS
	Realizar ações mensais: Jornada de Cidadania com ações sociais ⁽²⁾ .	Nº de ações realizadas.	2016-2019	Sociedade com conhecimento na temática sobre Política sobre Drogas.	
Implantar o Portal e o Sistema de Monitoramento do Programa Recomeço.	Definir um plano com parâmetros, indicadores e fluxo de informação.	1 Plano elaborado.	2016-2018	Acompanhamento dos resultados do Programa. Obter dados qualitativos e quantitativos da atuação do Estado na Política sobre Drogas. Garantir a transparência de informações da Política sobre Drogas.	CGE
	Pactuar com 100 dos parceiros os indicadores e fluxo de informação.	Percentual de parceiros pactuados.	2016-2018	Acompanhamento dos resultados do Programa. Obter dados qualitativos e quantitativos da atuação do Estado na Política sobre Drogas. Garantir a transparência de informações da Política sobre Drogas.	CGE
	Desenvolvimento do Portal e de um sistema informatizado.	Portal e Sistema implantados.	2016-2018	Acompanhamento dos resultados do Programa. Obter dados qualitativos e quantitativos da atuação do Estado na Política sobre Drogas. Garantir a transparência de informações da Política sobre Drogas.	CGE DNI

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Apresentar e avaliar as ações da Política sobre Drogas	Atualização e manutenção do Observatório Paulista e Informações sobre Drogas (OPID).	Quantidade de informações atualizadas por período.	2016-2019	Disponibilização de informações pertinentes à Política sobre Drogas para o público em geral.	
	Publicação de pesquisa sobre práticas internacionais da Política sobre Drogas.	1 estudo publicado.	2017	Conhecimento das boas práticas internacionais e aplicabilidade no Estado de São Paulo.	EDESP
	Realização de Seminários (nacional e internacional) sobre avaliação da Política sobre Drogas.	Nº de seminários realizados.	2017-2019	Avaliação sobre a Política sobre Drogas como subsídio para novas ações.	EDESP
Apresentar e avaliar as ações da Política sobre Drogas	Realização de um documentário sobre a política estadual de drogas.	Documentário finalizado.	2017	Disseminação de informações sobre a Política sobre Drogas no Estado de SP.	Subsecretaria de Comunicação do Estado

(1) O manual metodológico será destinado à qualificação das equipes de referência dos CRAS e CREAS, a partir da experiência piloto em seis municípios.

(2) Ações com variadas estratégias: informação, orientação, encaminhamento, atendimento, palestras, oficinas, etc., de acordo com o território e público.

Legislação Específica do Programa Recomeço

Decreto nº 59.164, de 9 de maio de 2013	Institui o Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, denominado Programa Recomeço, objetivando a execução de ações de prevenção, tratamento, reinserção social, acesso à justiça e cidadania e de redução de situações de vulnerabilidade social e de saúde, aos acolhidos de substâncias psicoativas, especialmente o crack.
Decreto nº 59.684, de 30 de outubro de 2013	Institui o Cartão Recomeço com o objetivo de identificação do beneficiário deste Programa, a fim de viabilizar o custeio das despesas individuais nos serviços de acolhimento para reabilitação de pessoas usuárias de substâncias ⁵⁷ .
Decreto nº 60.455, de 15 de maio de 2014	Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o Selo Parceiros do Recomeço, a ser conferido a organizações públicas, privadas e da sociedade civil que desenvolvam programas, projetos e ações de promoção de prevenção, tratamento, reinserção social ou laboral, acesso à justiça e cidadania e de redução de situações de vulnerabilidade social e de saúde, aos acolhidos de substâncias psicoativas, especialmente o crack, e seus familiares, em seus ambientes e em suas áreas de atuação.
Decreto nº 61.674, de 2 de dezembro de 2015	Reorganiza o Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack – Programa Recomeço que passa a denominar-se Programa Estadual de Políticas sobre Drogas – Programa Recomeço: Uma Vida sem Drogas. O Programa tem por objetivo promover, articular e executar ações nos cinco eixos temáticos: Prevenção, Tratamento, Reinserção Social e Recuperação, Controle e Requalificação das Cenas de Uso e Acesso à Justiça e à Cidadania. Com atuação coordenada das Secretarias de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Segurança Pública e Justiça e Defesa da Cidadania.

58 O Cartão Recomeço só está sendo utilizado, atualmente, em Campinas, pois o Governo Estadual vem desenvolvendo alternativas mais práticas e eficientes para identificação dos usuários.

5.2.3 Programa São Paulo Amigo do Idoso

O Programa São Paulo Amigo do Idoso e o Selo Amigo do Idoso foram criados em 2012 e instituídos por Decreto⁵⁹, como instrumentos de promoção de amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para desenvolver espaços amigáveis a todas as idades, com foco no conceito de “Envelhecimento Ativo” da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para o Governo do Estado de São Paulo, promover um envelhecimento ativo significa oferecer à população com mais de 60 anos a oportunidade de conviver em sociedade, o direito de demonstrar suas opiniões, tomar decisões políticas, circular pela cidade, consumir arte e cultura, se relacionar e ter saúde física e mental.

O Programa congrega diversas ações governamentais em quatro pilares de atuação: PROTEÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE e PARTICIPAÇÃO.

Pilar Participação
Gestor: Secretaria de Turismo <ul style="list-style-type: none">– Projeto Melhor Viagem SP
Gestor: Fundo Social de Solidariedade – FUSSEP <ul style="list-style-type: none">– Projeto Viva Mais; Projeto Praça de Exercícios; Programa VidAtiva; Espaços de Convivência do Idoso; Jogos Regionais do Idoso
Pilar Saúde
Gestor: Secretaria de Saúde <ul style="list-style-type: none">– Centros de Referência do Idoso– Unidades de Cuidados Continuados (Alas Hospitalares)– Capacitação em Atenção Primária à Saúde do Idoso– Capacitação para Cuidadores de Idosos – formais e informais– Selo Hospital Amigo do Idoso
Pilar Educação
Gestor: Secretaria da Educação <ul style="list-style-type: none">– Centros de Ensino e Pesquisa para formação de Recursos Humanos especializados– Manutenção e ampliação de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação em Gerontologia, na USP Leste e na Faculdade de Medicina da USP– Universidade Aberta à Terceira Idade– Inclusão Digital
Pilar Proteção
Gestor: Secretaria de Desenvolvimento Social <ul style="list-style-type: none">– Centros – Dia do Idoso– Centros de Convivência do Idoso– Selo Amigo do Idoso
Gestor: Secretaria Estadual de Habitação <ul style="list-style-type: none">– Programa Vila Dignidade (implantação em parceria com a SEDS)

59 Decreto nº 58.047 de 15 de maio de 2012.

Com a função de potencializar as ações estaduais em curso, implementar novas ações, acompanhar resultados e certificar instituições com o “Selo Amigo do Idoso” foi constituída a *Comissão Intersecretarial do Programa*. A comissão é integrada por representantes do Fundo Social de Solidariedade e das seguintes Secretarias Estaduais: Desenvolvimento Social; Cultura; Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Educação; Emprego e Relações do Trabalho; Esporte, Lazer e Juventude; Habitação; Justiça e Defesa da Cidadania; Saúde; Transportes Metropolitanos e Turismo.

A SEDS, no âmbito do Programa, é responsável pela coordenação da Comissão Intersecretarial, pela execução de ações no Pilar PROTEÇÃO, pela implementação do Selo AMIGO DO IDOSO/Município e abriga a secretaria executiva do Programa.

O Pilar PROTEÇÃO compreende ações de acolhimento, proteção e convivência adequadas às necessidades do idoso independente por meio dos **Centros de Convivência do Idoso⁶⁰** e das **Vilas Dignidade**; ações para prevenir o isolamento institucionalizado e fortalecer os vínculos familiares destinadas aos idosos semi-dependentes por meio dos **Centro Dia do Idoso⁶¹**; ações que promovam acolhimento institucional para idosos dependentes.

5.2.3.1 Selo Município Amigo Idoso

O **Selo Município Amigo do Idoso⁶²** é uma estratégia governamental para incentivar os municípios a se associarem ao Estado na promoção da qualidade de vida das pessoas idosas. Para terem direito a ele, os prefeitos devem cumprir quatro etapas que começam com a adesão ao Programa São Paulo Amigo do Idoso, passando pelo Selo Inicial e Intermediário até chegar ao Selo Pleno, de acordo com o desenvolvimento de boas práticas públicas voltadas às pessoas idosas.

Público-alvo

População com idade igual ou superior a 60 anos prioritariamente os idosos em situação de vulnerabilidade social.

Tempo de realização

Contínuo.

Diretrizes e prioridades

- | | |
|---------------------|---|
| Diretrizes: | <ul style="list-style-type: none">– Política Nacional do Idoso.– Estatuto do Idoso.– Lei Estadual que consolida a legislação relativa ao Idoso.– Política de Envelhecimento Ativo e Guia Global: Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial de Saúde. |
| Prioridades: | <ul style="list-style-type: none">– Adesão dos municípios paulistas ao Selo Amigo do Idoso.– Outorgar o Selo Amigo do Idoso aos municípios aptos.– Ampliar as ações do Programa. |

⁶⁰ Ver: Proteção Social Básica - Centro de Convivência do Idoso.

⁶¹ Ver: Serviços de Proteção Social de Média Complexidade - Centro Dia do Idoso.

⁶² A sistemática e os critérios do Selo constam em Resolução SEDS-9/2013 e cartilha.

- Desenvolvimento do pilar PROTEÇÃO do Programa São Paulo Amigo do Idoso, por meio de convênios com municípios de Médio, Grande Porte ou Metrópole para a construção de Centro Dia do Idoso.
- Desenvolvimento do pilar PROTEÇÃO do Programa São Paulo Amigo do Idoso por meio de convênios com municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II, com mais de 13% de idosos em sua população, ou ainda, com aqueles que não possuem local similar de atendimento.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Criar um Estado Amigo do Idoso, sob uma perspectiva que envolva as diversas faixas etárias da população, órgãos e entidades públicas e privadas, visando à valorização do idoso, à garantia e à defesa dos seus direitos tendo como foco o conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial da Saúde (OMS).
- Específicos:**
- Estabelecer uma agenda de incentivos e ações envolvendo entidades públicas e privadas, por meio da qual o Estado de São Paulo se torne um Estado Amigo do Idoso.
 - Certificar os municípios paulistas com os Selos; Inicial, Intermediário e Pleno, de acordo com boas práticas públicas voltadas para idosos, referenciadas pela Comissão Intersecretarial do Programa.
 - Aprimorar estruturas e serviços que fortaleçam o protagonismo do idoso na sociedade.
 - Implementar ações para a criação de uma rede de suporte para o atendimento direto ao idoso, de apoio às famílias e a formação de profissionais, garantindo maior qualidade no atendimento.
 - Aprimorar as políticas, os serviços, os cenários e as estruturas para permitir que as pessoas envelheçamativamente.
 - Promover a inclusão e cooperação do idoso a todos os aspectos da vida comunitária.
 - Potencializar através da Comissão Intersecretarial as ações estaduais em curso.
 - Implementar novas ações referenciadas pela Comissão com a anuência do Conselho Estadual do Idoso.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Buscar o envolvimento de toda a sociedade nos quatro pilares que são as diretrizes do Programa.
- Divulgar a sistemática do Selo.
- Certificar – com o “Selo Amigo do Idoso” – municípios, órgãos estaduais da Administração Direta e Indireta, entidades públicas e da sociedade civil que cumpram as diretrizes do Programa.
- Estabelecer normativa com novos critérios dos Selos Inicial, Intermediário e Pleno.
- Oferecer suporte técnico e operacional para os municípios implementarem as ações previstas nos Selos Inicial, Intermediário e Pleno.
- Oferecer cursos de capacitação presenciais e à distância para os Interlocutores municipais e das DRADS sobre o Selo Amigo do Idoso.
- Elaborar e fornecer manuais técnicos, subsídios teóricos, formações e orientações técnicas para o Selo Amigo do Idoso.
- Realizar cerimônias públicas de outorga dos Selos.
- Garantir manutenção e suporte do sistema de monitoramento do Programa Amigo do Idoso.

- Conjugar esforços de diversas Secretarias e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado que formam a Comissão Intersecretarial do Programa, juntamente com o Conselho Estadual do Idoso, para a implementação das ações previstas.
- Realizar parcerias entre o poder público e a sociedade civil.

Metas estabelecidas

- Garantir sustentabilidade do Programa por meio da Comissão Intersecretarial.
- 300 municípios com o Selo Pleno outorgado.

Resultados e impactos esperados

- Ações referenciadas implantadas e políticas setoriais articuladas para o envelhecimento ativo no Estado de São Paulo.
- Melhoria da qualidade de vida da população idosa no Estado de São Paulo.
- Adesão dos 645 municípios do Estado ao Programa.
- Municípios, órgãos estaduais da Administração Direta e Indireta, entidades públicas e da sociedade civil certificados com o Selo Amigo do Idoso.
- Ampliação e qualificação do atendimento prestado à pessoa idosa.
- Parcerias formalizadas entre conselhos municipais, empresas, organizações da sociedade civil e governo em favor da pessoa idosa.
- Atores ligados à promoção e à defesa dos direitos da pessoa idosa interagindo de forma articulada e consequente, com base na convergência e complementariedade de suas ações.
- Conselhos de Direito bem articulados entre si, desempenhando suas funções de forma sinérgica.
- Grupos constituídos local e regionalmente, exercendo a governança do projeto nos níveis respectivos.
- Elaboração e implementação de projetos coerentes com planos de ação desenvolvidos coletivamente.
- SP reconhecido pela ONU/OMS como o primeiro Estado Amigo do Idoso no mundo.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de ações desenvolvidas nos quatro pilares do Programa.
- Número de reuniões da Comissão Intersecretarial realizadas, de Selos validados e de novas ações referenciadas.
- Número de municípios ativos no sistema.
- Número de Selos Iniciais/Intermediários /Plenos outorgados.

Recursos necessários

Recursos Humanos:

- Equipe de gestão do Programa na sede/SEDS.
- Rede de suporte ao Programa constituída pelos 12 integrantes da Comissão Intersecretarial, 26 interlocutores das Diretorias Regionais de Assistência Social e 638 interlocutores municipais.
- Recursos para investimento na construção e manutenção dos Centros Dia do Idoso e Centros de Convivência do Idoso.

Recursos Materiais:

- Materiais de comunicação e identificação visual do Programa.
- Instrumentais e guias de orientação técnica.

- Sistemas de monitoramento e avaliação dos Selos Amigo do Idoso.
- Cartilha “Como se Tornar um Município Amigo do Idoso”.

5.2.3.2 Programa Vila Dignidade

O Programa Vila Dignidade é uma parceria, por meio de convênio entre Secretaria de Habitação, Secretaria de Desenvolvimento Social, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e prefeituras, com o objetivo de oferecer moradia assistida e gratuita em pequenas vilas, conjugada à Proteção Social, para idosos de baixa renda.

Público-alvo

Idosos independentes para a realização das atividades da vida diária, com 60 anos ou mais, renda de até 1 (um) salário mínimo, preferencialmente sós ou com vínculos familiares fragilizados.

Cobertura da rede prestadora de serviços

- 17 vilas inauguradas nas cidades de Avaré, Botucatu, Caraguatatuba, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaú, Jundiaí, Laranjal Paulista, Limeira, Mogi Mirim, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Tupã, Araraquara, São José do Rio Preto e Mogi das Cruzes;
- 8 em obras ou instrução processual: Bauru, Catanduva, Barretos, Santa Bárbara d’Oeste, Bragança Paulista, São Roque, São José do Rio Pardo.

Tempo de realização

- Serviço: Contínuo.
- Construção: até 2019.

Diretrizes

Convênios com municípios com população a partir de 25 mil habitantes, habilitados em gestão básica ou plena, com Conselho Municipal do Idoso ativo, Instituição de Longa Permanência para Idoso – ILPI e recursos humanos previstos para o serviço de Acolhimento em Repúblca.

Objetivos gerais e específicos

- | | |
|--------------|---|
| Geral: | <ul style="list-style-type: none">– Oferecer moradia gratuita e proteção social a idosos em situação de vulnerabilidade |
| Específicos: | <ul style="list-style-type: none">– Prevenir situações de risco social.– Evitar a institucionalização de idosos.– Fortalecer a participação e os vínculos comunitários.– Promover o envelhecimento ativo e saudável. |

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Avaliar quesitos da gestão municipal para celebração de convênios.
- Assessorar o município durante a elaboração de projeto social, por meio da DRADS.
- Executar o projeto social com ações socioassistenciais direcionadas ao atendimento dos moradores.
- Implantar e ofertar o serviço de Acolhimento em Repúblca para Idosos.
- Estabelecer procedimentos para inclusão dos dados no PMAS.

Metas estabelecidas

- Implantação de oito novos empreendimentos.
- Desenvolver um sistema de monitoramento do Programa Vila Dignidade.
- Publicar novo decreto e resolução, em parceria com a Secretaria de Habitação, sobre serviço tipificado da Alta Complexidade da Proteção Social Especial de Acolhimento em República para Idosos.
- Publicar material com orientações técnicas sobre as etapas de implantação do Programa Vila Dignidade, a gestão social do equipamento e a oferta do serviço de República para Idosos.

Resultados e impactos esperados

- Déficit habitacional e institucionalização de pessoas idosas reduzidos, conforme previsto no Estatuto do Idoso.
- Número de idosos em moradias precárias reduzido.
- Oferta do Serviço de República para Idosos ampliada.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de empreendimentos (vilas) construídos.
- Número de unidades (casas).
- Número de usuários atendidos.
- Número de reuniões e visitas para monitoramento dos equipamentos realizadas/ Número de municípios atingidos.
- Número de capacitações realizadas e de participantes.

Recursos necessários

- Equipe de referência prevista na NOB-RH para o Serviço de República.

Mecanismos e fontes de financiamento

Os recursos para a implantação do Programa Vila Dignidade provêm da Secretaria de Habitação. A manutenção e o custeio do serviço executado no Programa são de responsabilidade da prefeitura, com a opção de utilizar recursos do FEAS.

Planejamento Programa Vila Dignidade – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Ação Social (CAS)

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados Esperados	Ação conjunta com
Realizar reuniões de orientação técnica e visitas de monitoramento e avaliação.	30 municípios (17 implantados/ 13 em obras, instrução processual ou análise).	1) Nº de reuniões realizadas/ Nº de municípios. 2) Nº de visitas de monitoramento/ Nº de municípios.	2016-2019	Municípios assessorados na implantação e gestão do Programa Vila Dignidade Fortalecimento da gestão municipal na promoção do envelhecimento ativo e criação de territórios mais amigáveis a pessoa idosa.	DRADS Secretaria da Habitação CDHU

[Continua ➔]

Ações/ Atividades	Metas	Indicadores	Período / Prazo	Resultados Esperados	Ação conjunta com
Acompanhar a implantação de novas unidades.	7 novas unidades nos municípios paulistas.	Nº de novas unidades implantadas.	2016	Expansão da rede de PSE para idosos no âmbito do Programa SP Amigo do Idoso. Projetos Sociais elaborados e executados, adequados aos objetivos do Programa Vila Dignidade.	
Realizar Capacitação.	Capacitar DRADS e municípios para a gestão social do Programa Vila Dignidade no modelo de República para Idosos.	Nº de capacitações realizadas/ Nº de Participantes.	2º semestre 2016	Adequação às normativas e alcance dos objetivos do Programa Vila Dignidade. Gestão social do equipamento aprimorada e oferta do serviço socioassistencial aos usuários qualificada.	DRADS EDESP
Publicar novo decreto e resolução em parceria com a Secretaria de Habitação ⁽¹⁾ .	Implantar serviço tipificado da Alta Complexidade da PSE de Acolhimento em República para Idosos.	Publicação do novo Decreto Publicação de Resolução.	1º semestre 2016	Serviço tipificado de acolhimento em república implantado. Gestão do Programa Vila Dignidade alinhada à Política Nacional de Assistência Social.	CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.
Publicar material com orientações técnicas sobre as etapas de implantação do Programa Vila Dignidade, a gestão social do equipamento e a oferta do serviço de República para Idosos.	Disponibilizar material com orientações técnicas.	Material concluído para publicação.	2º semestre 2016	Visibilidade e Qualificação da oferta do Serviço de Acolhimento em República para Idosos. Gestão social dos equipamentos implantados por meio de subsídios aos técnicos e gestores municipais apoiada.	DCI EDESP

(1) Os recursos para a construção dos empreendimentos provêm da Secretaria de Habitação. A SEDS é responsável pela assessoria técnica aos municípios no âmbito da gestão social.

5.3 Vigilância Socioassistencial

A Vigilância Socioassistencial tem como função monitorar e avaliar a gestão estadual do SUAS, de programas, projetos e benefícios da SEDS, bem como realizar estudos, pesquisas técnicas e diagnósticos socioterritoriais.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE) é responsável pela Vigilância Socioassistencial na Secretaria de Desenvolvimento Social, produzindo e disseminando informações sobre a gestão estadual do SUAS, programas, projetos e benefícios em integração com as equipes técnicas da Pasta.

Também é de sua responsabilidade coordenar a gestão do sistema de cadastro das entidades e do CadÚnico, no âmbito desta Pasta.

Nos termos do disposto na NOB/SUAS, a implantação da Vigilância Socioassistencial, estratégia fundamental para o reconhecimento e a localização das vulnerabilidades, riscos e violações de direito nos territórios, orienta e avalia a oferta de serviços socioassistenciais, de acordo com as necessidades dos usuários.

A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de Assistência Social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata:

- I. das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;
- II. de tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

As responsabilidades da área de Vigilância Socioassistencial, de acordo com a NOB/SUAS 2012, são:

- I. Elaborar e atualizar periodicamente diagnósticos socioterritoriais, compatíveis com os limites territoriais dos municípios, regiões e Estado, e devem conter informações espaciais referentes:
 - a) às vulnerabilidades e aos riscos dos territórios e da consequente demanda por serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e de benefícios;
 - b) ao tipo, ao volume e à qualidade das ofertas disponíveis e efetivas à população.
- II. Contribuir com as áreas de Gestão e de Proteção Social Básica e Especial na elaboração de diagnósticos, planos e outros.
- III. Utilizar a base de dados do CadÚnico como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e Especial e sua distribuição no território.
- IV. Utilizar a base de dados do CadÚnico como instrumento permanente de identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos distintos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e coordenar ações de busca ativa a serem executadas pelas equipes dos CRAS e CREAS.
- V. Implantar o sistema de notificação compulsória contemplando o registro e a notificação ao Sistema de Garantia de Direitos sobre as situações de violência intrafamiliar, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil, além de outras que venham a ser pactuadas e deliberadas.
- VI. Utilizar os dados provenientes do Sistema de Notificação das Violações de Direitos para monitorar a incidência e o atendimento das situações de risco pessoal e social pertinentes à Assistência Social.
- VII. Orientar quanto aos procedimentos de registro das informações referentes aos atendimentos realizados pelas unidades da rede socioassistencial, zelando pela padronização e qualidade deles.

VIII. Coordenar e acompanhar a alimentação dos sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, mantendo diálogo permanente com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, que são diretamente responsáveis pela provisão dos dados necessários à alimentação dos sistemas específicos ao seu âmbito de atuação.

IX. Realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial pública no CadSUAS.

X. Responsabilizar-se pela gestão e alimentação de outros sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, quando estes não forem específicos de um programa, serviço ou benefício.

XI. Analisar periodicamente os dados dos sistemas de informação do SUAS, utilizando-os como base para a produção de estudos e indicadores.

XII. Coordenar o processo de realização anual do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas.

XIII. Estabelecer, com base nas normativas existentes e no diálogo com as demais áreas técnicas, padrões de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e monitorá-los por meio de indicadores.

XIV. Coordenar, de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, as atividades de monitoramento da rede socioassistencial, de forma a avaliar periodicamente a observância dos padrões de referência relativos à qualidade dos serviços ofertados.

XV. Estabelecer articulações intersetoriais de forma a ampliar o conhecimento sobre os riscos e as vulnerabilidades que afetam as famílias e os indivíduos em um dado território, colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas.

As responsabilidades específicas dos Estados acerca da área da Vigilância Socioassistencial são:

I. Desenvolver estudos para subsidiar a regionalização dos serviços de proteção social especial no âmbito do Estado.

II. Apoiar tecnicamente a estruturação da Vigilância Socioassistencial nos municípios do Estado.

III. Coordenar, em âmbito estadual, o processo de realização anual do Censo SUAS, apoiando tecnicamente os municípios para o preenchimento dos questionários e zelando pela qualidade das informações coletadas.

Público-alvo

São interlocutores da Vigilância Socioassistencial do Estado de São Paulo, as Coordenadorias da SEDS, as DRADS, o Ministério de Desenvolvimento Social, a CIB, o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais de Assistência Social, os órgãos gestores municipais, entidades e organizações sociais, e o público em geral.

Diretrizes e prioridades

- Compartilhar informações relativas à Vigilância Socioassistencial entre todos os atores do SUAS – gestores, trabalhadores, conselheiros, usuários e entidades, estaduais e municipais.
- Compreender que a informação no SUAS não se resume à informatização ou instalação de aplicativos e ferramentas, mas afirma-se também como uma cultura a ser disseminada na gestão e no controle social.
- Disponibilizar à população as informações da Gestão de maneira comprehensível.
- Garantir a transparência e a acessibilidade a todas as informações da Gestão.
- Construir aplicativos e sistemas flexíveis de informação e gestão que respeitem as diversidades e particularidades regionais.
- Propiciar interconectividade entre os aplicativos e os sistemas informatizados utilizados por esta Pasta.

Objetivos gerais e específicos

- Gerais:**
- Consolidar a Vigilância Socioassistencial no Estado de São Paulo.
 - Reestruturar a Coordenadoria de Gestão Estratégica.
- Específicos:**
- Apoiar efetivamente as atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão.
 - Apoiar tecnicamente de forma continuada as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social nos processos de implantação dos Núcleos de Vigilância Socioassistencial.
 - Subsidiar com estudos e informações técnicas nos processos de formulação de critérios de partilha do cofinanciamento estadual para municípios.
 - Propor indicadores de avaliação com base nas normas e nos padrões sobre a qualidade dos serviços socioassistenciais, cofinanciados por esta Pasta.
 - Subsidiar com estudos e informações técnicas nos processos de formulação e implantação da gestão do SUAS e dos programas e projetos da Pasta.
 - Coordenar o processo de elaboração dos PMAS, bem como o acompanhamento de sua execução e fomentar a utilização dos dados registrados.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

Buscando atender o preconizado na NOB/SUAS, em relação a realizar avaliações periódicas da gestão, dos serviços e dos benefícios socioassistenciais em territórios estadual e regional, visando subsidiar a elaboração e o acompanhamento dos Planos Estaduais de Assistência Social, elencam-se as seguintes ações estratégicas:

- Implantar os Núcleos de Vigilância Socioassistencial no Estado de São Paulo.
- Desenvolver, implantar e gerenciar sistema integrado de monitoramento e avaliação.
- Elaborar publicações sintéticas e analíticas a partir dos dados do SUAS e dos programas, projetos e benefícios da Pasta.
- Desenvolver informações georreferenciadas para estudos, análises e planejamento regional.
- Propor e realizar a contratação de estudos e pesquisas de avaliação sobre a gestão do SUAS no Estado e sobre os programas, projetos e benefícios da Pasta.
- Capacitar e subsidiar as DRADS e os municípios sobre elaboração de diagnósticos territoriais.
- Elaborar diagnóstico regional junto às DRADS.
- Coordenar e executar a gestão de um sistema que vise à unificação dos cadastros existentes na SEDS.
- Tornar quadrienal o preenchimento do sistema PMASWeb, com atualizações anuais, adequando o sistema à legislação vigente.
- Desenvolver e implantar o primeiro módulo do Sistema de Gestão Estadual da Assistência Social (SIGEAS), que corresponde ao sistema de tramitação dos Planos de Providência e Apoio.
- Definir parâmetros e padrões dos serviços socioassistenciais.

Metas estabelecidas

- Constituição de equipe de Vigilância Socioassistencial em 100% das DRADS.
- Acompanhamento sistemático dos resultados da gestão do SUAS, dos programas, dos projetos e dos benefícios desta Pasta, via DRADS.
- Criação de indicadores territoriais de âmbito regional e municipal e acompanhamento deles.

- Capacitações com foco na educação permanente sobre Vigilância Socioassistencial.
- 50% das ações realizadas pelas SEDS com planejamento baseado nos relatórios gerados pelo sistema de monitoramento e avaliação.
- Elaboração de cadernos do Censo SUAS por temática para o Estado de São Paulo.
- Elaboração de quatro publicações do Painel Social por ano.
- Mapas atualizados no site da SEDS (respeitando sua periodicidade).
- Atendimento de 100% da demanda por estudos e pesquisas.
- Diminuição de 60% do tempo de tramitação dos planos de providência e apoio.
- Capacitação de 90 funcionários da SEDS (sede e DRADS) sobre o Portal Social.
- Habilitação de 2.580 entrevistadores, 100 instrutores e 1.600 operadores sobre o CadÚnico.
- Capacitação de 100% das DRADS e demais setores da SEDS envolvidos no PMASWeb.

Resultados e impactos esperados

De acordo com a NOB/SUAS, em âmbito estadual, o monitoramento do SUAS deve conjugar a captura e verificação de informações *in loco* junto aos municípios e a utilização de dados secundários, fornecidos pelos indicadores do sistema nacional de monitoramento do SUAS ou provenientes dos próprios sistemas de informação estaduais. Dessa forma, para as ações estratégicas e metas elencadas nos itens acima, esperam-se os seguintes resultados e impactos:

- Aprimoramento da Vigilância Socioassistencial no Estado.
- Estabelecimento de base legal do Núcleo de Vigilância Socioassistencial das DRADS na estrutura da sede e criação de uma carreira específica para Vigilância Socioassistencial.
- Maior apropriação e uso das diversas fontes de dados que subsidiam a elaboração de diagnósticos que diferenciem estratégias, segundo porte, para a Política de Assistência Social.
- Estudos e relatórios específicos com análise dos indicadores e identificação das necessidades regionais.
- Maior acompanhamento técnico da Gestão do SUAS e demais programas, projetos e serviços da Pasta.
- Processamento de relatórios gerenciais, analíticos e desagregados que atendam também às necessidades dos gestores dos programas da Pasta.
- Publicização dos dados e informações do SUAS e das ações desta Pasta, disseminação de informações cadastrais de órgãos públicos e privados, compartilhamento de dados sobre entidades executoras de programas e serviços socioassistenciais.

Indicadores de monitoramento e avaliação

De acordo com a NOB/SUAS, o sistema de indicadores de monitoramento e avaliação correspondem ao acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas.

Produção regular de indicadores e captura de informações:

- I. *in loco*;
- II. em dados provenientes dos sistemas de informação;
- III. em sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do monitoramento.

Indicadores pactuados que permitam acompanhar:

- I. a qualidade e o volume de oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de PSB e PSE;

- II. o cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda;
- III. o desempenho da gestão de cada ente federativo;
- IV. o monitoramento do funcionamento dos Conselhos de Assistência Social e das Comissões Intergestores.

Nesses termos, para as ações estratégicas e metas elencadas nos itens III e IV, anteriores, apontam-se os seguintes indicadores:

- Publicação de legislação e normativas pertinentes.
- Quantidade de técnicos nas DRADS para acompanhamento, análise e elaboração de estratégias de atuação regional.
- Quantidade de reuniões técnicas, capacitações e oficinas realizadas na sede e nas DRADS por ano.
- Quantidade de publicações técnicas, relatórios gerenciais, painéis de indicadores e mapas produzidos.
- Quantidade de estudos e pesquisas realizados e contratados.

Recursos necessários

- Dotação orçamentária específica e suficiente para constituir equipes de Vigilância Socioassistencial.
- Sistema de BI implantado e em funcionamento.
- Renovação periódica de contrato de manutenção do sistema de Business Intelligence (BI).
- SIGEAS implantado e em funcionamento.
- Sistema dos PMASWeb com preenchimento quadrienal e atualizações anuais.
- Profissionais habilitados para o desenvolvimento e gestão da ferramenta, com conhecimentos sobre análise de sistemas e Assistência Social.
- Profissionais habilitados para a utilização da ferramenta para a função específica de produção e disseminação de informações estratégicas, gerenciais e analíticas, pelo menos um profissional com conhecimento em georreferenciamento e também pelo menos um profissional com conhecimento em estatística.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Recursos da fonte estadual do Tesouro.
- IGDE-SUAS.
- IGDE-PBF.

Planejamento Vigilância Socioassistencial – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE)

Ações/ Atividades	Metas	Resultados esperados	Indicadores de resultados	Período/ Prazo	Ação conjunta com
Implementar núcleo de Vigilância Socioassistencial (DRADS).	Constituir uma equipe de vigilância socioassistencial em 100% das DRADS com corpo profissional específico, além do quadro atuante já existente.	Carreira criada no âmbito da SEDS para executar a vigilância socioassistencial. Garantia de recursos humanos para execução das atividades de vigilância socioassistencial regionalizada.	Quantidade de técnicos nas DRADS para acompanhamento, análise e elaboração de estratégias de atuação regional/quantidade de técnicos necessários.	2019	DRADS e DRH
	100% dos técnicos e profissionais da área em âmbito municipal e estadual instrumentalizados na definição e uso de indicadores para qualificar/ quantificar o desempenho da Assistência Social.	Maior apropriação e uso das diversas fontes de dados que subsidiam a elaboração de diagnósticos que diferenciem estratégia segundo porte para a Política de Assistência Social.	1) Quantidade de reuniões técnicas realizadas pela sede para as DRADS; 2) Quantidade de publicações técnicas com análises regionais.	2017-2019	DRADS e EDESP
	Acompanhamento sistemático pelas DRADS dos resultados da gestão do SUAS e sobre os programas, projetos e benefícios da Pasta e proposição de pesquisas de estudos de avaliação.	Estudos e relatórios específicos com análise dos indicadores e identificação das necessidades regionais, com acompanhamento e planejamento para atingir as metas da política de Assistência Social realizados e publicados.	Publicação anual de relatórios com análises regionais dos serviços socioassistenciais e programas, projetos e benefícios da Pasta. Nº de relatórios anuais elaborados com propostas de ação para melhoria na atuação dos municípios em relação ao SUAS e programas, projetos e benefícios da Pasta.	2019	DRADS
	Criação de indicadores territoriais de âmbito regional e municipal.	Rotina de acompanhamento contínuo da evolução regional da Gestão SUAS (nível de gestão, quantidade de unidades públicas e serviços nacionalmente tipificados) estabelecida.	Em relação ao SUAS e programas, projetos e benefícios da Pasta: 1) Nº de painéis de indicadores para acompanhamento das ações de melhoria na atuação do Estado; 2) Nº de relatórios elaborados pelas DRADS com propostas regionais de ação de melhoria na atuação do Estado; 3) Nº de relatórios elaborados pela sede, a partir dos relatórios regionais, com propostas de ação de melhoria na atuação do Estado.	2017-2018	CAS e DRADS

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Resultados esperados	Indicadores de resultados	Período/ Prazo	Ação conjunta com
Realizar capacitação contínua por DRADS sobre a Vigilância Socioassistencial.	Capacitações com foco na educação permanente sobre Vigilância Socioassistencial.	Maior acompanhamento técnico, aprimoramento da análise de estratégias de ações para o fortalecimento da Gestão do SUAS no Estado.	Quantidade de capacitações, oficinas, reuniões técnicas e afins realizadas por ano.	2017-2019	DRADS e EDESP
Desenvolver, implantar, capacitar para uso e gerenciar sistema integrado de monitoramento e avaliação (BI).	Implantação do sistema 50% das ações realizadas pela SEDS com planejamento baseado nos relatórios gerados pelo sistema.	Processamento de relatórios gerenciais, analíticos e desagregados observando também as necessidades dos gestores dos programas e da Pasta.	1) Quantidade de relatórios gerenciais e analíticos gerados pelas diferentes áreas da SEDS; 2) N° de ações realizadas na SEDS usando os relatórios do sistema/total de ações.	2016-2017	Sede
Elaborar publicações sintéticas e analíticas a partir dos dados do SUAS e dos programas, projetos e benefícios da Pasta.	1) Elaboração de Cadernos do Censo SUAS por temática para o Estado de São Paulo; 2) Elaboração das bases do Censo SUAS por DRADS; 3) Elaboração de quatro publicações do Painel Social/ano; 4) Elaboração de outras publicações inerentes às ações de vigilância socioassistencial (PMAS em 2017).	1) Disseminação dos resultados dos dados e informações do SUAS no Estado; 2) Subsídio e/ou qualificação das ações regionalizadas de vigilância socioassistencial no Estado.	Quantidade de publicações elaboradas (previsto/publicados)	2016-2019	
Desenvolver informações georreferenciadas para estudos, análises e planejamento regional.	1) Manter mapas atualizados no site da SEDS, dentro de sua periodicidade; 2) Utilização de mapas para estudos de diagnósticos socioterritorial.	1) Publicizar dados e informações do SUAS no Estado; 2) Subsidiar e/ou qualificar as ações regionalizadas de vigilância socioassistencial no Estado.	Quantidade de mapas produzidos e atualizados.	2016-2019	DCI

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Resultados esperados	Indicadores de resultados	Período/ Prazo	Ação conjunta com
Propor e realizar a contratação de estudos e pesquisas de avaliação sobre a gestão do SUAS no Estado e sobre os programas, projetos e benefícios da Pasta.	Atendimento de 100% da demanda por estudos e pesquisas.	Melhoria da eficácia e verificação de possíveis insuficiências na gestão do SUAS no Estado e sobre os programas, projetos e benefícios da Pasta.	Quantidade de estudos realizados e N° de demanda por área.	2016-2019	CAS, CDS, COSAN, COED e DRADS
Desenvolver e implantar o primeiro módulo do SIGEAS	1) Capacitação de 100% dos atores – técnicos de CAS, DRADS, municípios, CMAS e CIB; 2) Migração de 100% dos fluxos dos Planos de Providência e Apoio para o SIGEAS; 3) Diminuição em 25% no tempo de tramitação dos Planos de Providência e Apoio.	1) Diminuição significativa no tempo de tramitação dos Planos de Providência e Apoio; 2) Acesso contínuo, organizado e sistematizado às situações que são trabalhadas para adequação ao SUAS, com possibilidade de extração de informações regionalizadas sobre as principais necessidades de intervenção e apoio do Estado para a consolidação do SUAS ou para subsidiar outras tomadas de decisão; 3) Registro organizado e de fácil acesso a todas as adequações, realizadas ou não, previstas nos Planos de Providências e Apoio; 4) Publicização das ações da Política de Assistência Social.	1) Capacitação dos técnicos da CAS, CGE, DRADS, Conseas, CIB e amostra de municípios e conselhos municipais para teste; 2) Capacitação dos técnicos envolvidos na aprovação de Planos de Providência.	2017	CAS, DRADS, DNI, CIB e Conseas

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Resultados esperados	Indicadores de resultados	Período/ Prazo	Ação conjunta com
Capacitar os técnicos dos órgãos gestores sobre elaboração de diagnósticos territoriais com municípios.	1) Capacitação de 50% dos municípios de pequeno e médio porte; 2) Garantir ações que melhorem o plano municipal de Assistência Social; 3) Disponibilização de materiais técnicos e didáticos para municípios de grande e médio porte; 4) Ações que melhorem o Plano Municipal de Assistência Social.	Aprimoramento da vigilância socioassistencial no Estado e nos municípios alcançado.	1) Quantidade de municípios atendidos; 2) N° de técnicos capacitados; 3) N° de materiais técnicos disponibilizados.	2017	DRADS
Elaborar Diagnóstico Regional junto às DRADS.	Aproveitar capacitação dos municípios para elaboração de diagnóstico regional	Aprimoramento da vigilância socioassistencial no Estado e nos municípios.	Nº de técnicos capacitados	2017	DRADS
Portal Social – Coordenar e Executar a Gestão do Sistema Unificado do Cadastramento das Organizações Sociais: unificação do Sistema Pró-social Módulo/ Instituições e demais cadastros existentes na SEDS.	1) Reuniões periódicas com a empresa contratada e DNI; 2) Capacitar 90 funcionários da SEDS, sendo estes funcionários das DRADS, servidores e técnicos da sede da SEDS.	1) Sistema de Unificação dos Cadastros concluído; 2) Transparência da rede de instituições cadastradas no Portal Social.	1) N° de acessos ao Sistema Unificado de Cadastramento de Organizações Sociais; 2) N° de técnicos capacitados.	2016-2017	DNI e CDS
Portal Social: Coordenar e executar a Gestão do Sistema Gerenciador dos Programas Sociais – Pró-Social; CadÚnico.	Prestar apoio técnico aos usuários na implantação do Portal Social.	Qualificação, padronização e extração das informações do Portal Social.	Qualificação das informações (preenchimento correto de campos).	2016-2019	DNI

[Continua →]

Ações/ Atividades	Metas	Resultados esperados	Indicadores de resultados	Período/ Prazo	Ação conjunta com
Coordenar e executar a capacitação do CadÚnico.	Habilitar 2.580 Entrevistadores, 100 Instrutores e 1.600 operadores.	Qualificação e padronização das informações do CadÚnico.	1) Diminuição das averiguações cadastrais (preenchimento correto de todos os campos); 2) Quantidade de pessoas capacitadas (Nº executado/Nº previsto).	2016-2019	DRADS e EDESP
Tornar o preenchimento do PMASWeb um sistema quadrienal com atualizações anuais, adequando-o à legislação vigente.	1) 100% das DRADS e demais setores da SEDS envolvidos capacitados: estimativa 130 pessoas; 2) 100% dos municípios e CMAS capacitados: estimativa 2.000 pessoas.	Obtenção de um sistema de PMAS que acompanhe o planejamento dos PPAs.	1) Avaliação do sistema pelos usuários; 2) Nº DRADS capacitadas/Nº de DRADS; 3) Setores da SEDS envolvidos com PMASWeb; 4) Nº capacitados/Nº total; 5) Nº de municípios capacitados.	2017	DRADS e EDESP
Definir parâmetros e padrões dos serviços socioassistenciais.	1) Instituir GT com representantes das DRADS por macrorregião, CAS e CGE; 2) Consultar CIB, Conseas, técnicos das proteções sociais e DRADS; 3) Obter aprovação do documento; 4) Publicar e divulgar material junto a DRADS, órgãos gestores municipais e rede socioassistencial.	Parâmetros e padrões definidos para acompanhamento dos serviços socioassistenciais do Estado.	Nº de padrões definidos para acompanhamento dos serviços socioassistenciais.	2017	CAS, DRADS, CIB e Conseas

5.4 Fortalecimento da Gestão

O fortalecimento da gestão implica garantir que a informação e a comunicação ágil cheguem aos municípios, gestores e trabalhadores sociais.

Da mesma forma, envolve um programa extensivo de educação permanente para assegurar contínua formação dos trabalhadores sociais, assim como as ações voltadas à melhoria da gestão do trabalho.

Há igualmente a necessidade de qualificar e ampliar o repasse de recursos aos serviços para a expansão da política no Estado.

5.4.1 Educação Permanente

A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)⁶³, vinculada à SEDS, foi criada para oferecer cursos de aprimoramento, capacitação profissional e treinamento, além de exercer as atribuições relativas à qualificação e capacitação estabelecidas na Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se de ação inovadora do Governo do Estado na área social para capacitar e valorizar os servidores, gestores e profissionais deste setor.

A Edesp realizou, em 2015, mais de 24 mil atendimentos, por meio de 35 ações formativas.

Público-alvo

Servidores públicos, gestores, trabalhadores da área social, agentes de órgãos de controle social, como conselhos municipais de assistência social, Conseas, membros do colegiado Frente Paulista e outros profissionais deste setor.

Cobertura da rede prestadora de serviços

Trabalhadores da rede SUAS no Estado de São Paulo e seus 645 municípios.

Tempo de realização

Contínuo.

Diretrizes e prioridades

- Diretrizes:**
- Seguir os preceitos da Educação Permanente com base no disposto na Resolução nº 04/2013 do CNAS, atendendo às necessidades de capacitação diagnosticadas e consolidadas por meio do Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC).
 - Atuar em consonância com os princípios da transparência, ética, interdisciplinaridade, inovação, criatividade, incentivo à reflexão, participação social e valorização do trabalhador social.
- Prioridades:**
- Construir e executar o Programa Estadual de Educação Permanente (PEEP), garantindo a participação de todos os atores do SUAS (conselheiros, trabalhadores e gestores), conforme resolução CNAS nº 4/2013, com base na implementação do Núcleo Estadual de Educação Permanente (NUEP), de forma descentralizada e presencial, previsto na PNEP do SUAS, bem como instituir e valorizar este processo de educação permanente no plano de carreira dos servidores estaduais.
 - Fomentar a criação dos núcleos municipais de educação permanente.
 - Fortalecer parcerias e ações intersecretariais.

Objetivos gerais e específicos

- Gerais:**
- Promover capacitações com foco na educação permanente e continuada para qualificar os trabalhadores e outros atores da área de Assistência e Desenvolvimento Social, a fim de aprimorar a prestação de serviços aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo.
 - Fomentar a melhoria da comunicação interna e externa da SEDS.

63 A Edesp foi criada pelo Decreto 57.819, em 29/2/2012.

- Específicos:**
- Atender demandas de capacitação das diferentes áreas técnicas da SEDS, com vistas à melhoria de gestão e qualificação profissional.
 - Dialogar com diversos atores para garantir melhor fluxo de comunicação.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Oferecer cursos on-line, oficinas, seminários, palestras, encontros técnicos e para disseminação de boas práticas.
- As ações podem ser presenciais, semipresenciais ou a distância. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) pode ser acessado pelo Portal Edesp: www.edesp.sp.gov.br.
- Aprimorar a comunicação interna e externa:
 - construir e alinhar procedimentos com as áreas da SEDS;
 - tornar eficaz o planejamento anual de capacitações.
- Fortalecer a gestão da informação:
 - estruturar e integrar as bibliotecas da Edesp e da SEDS (virtual e física);
 - dinamizar a gestão do Portal Edesp;
 - elaborar planejamento editorial.
- Fortalecer a gestão interna:
 - rever instrumentos de gestão;
 - promover capacitação interna.
- Aprimorar a infraestrutura tecnológica:
 - Melhorar infraestrutura para plena execução das capacitações.
- Regularizar instrumentos jurídicos:
 - fortalecer estrutura jurídica da Edesp;
 - garantir atuação do conselho da Edesp;
 - garantir revisão do Decreto 57.819/2012 de Instituição da Edesp para adequá-lo às necessidades de Capacitação da Secretaria.
- Garantir controle social e transparência:
 - garantir a atuação dos órgãos de controle da Edesp – Conselho da Edesp e NUEP.
- Implementar e executar o CapacitaSuas no Estado de São Paulo.

Metas estabelecidas

- Atender às demandas das áreas da SEDS, no que diz respeito à capacitação, bem como as prioridades dos municípios, identificadas pelas DRADS.
- Promover capacitação contínua para a rede socioassistencial.
- Estabelecer critérios para medir a capilaridade das ações no Estado de São Paulo.

Resultados e impactos esperados

- Promover capacitações eficientes que valorizem os profissionais deste setor e gerem melhoria na qualidade da prestação do serviço ao cidadão.
- Ser um centro de referência em Educação nas áreas de Assistência e Desenvolvimento Social.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de agentes capacitados.

- Quantidade de horas/aula ofertada.
- Quantidade de ações formativas realizadas por semestre.
- Índice de satisfação dos servidores capacitados.
- Amplitude das capacitações ofertadas no Estado de São Paulo.

Recursos necessários

A Edesp dispõe de uma equipe técnica na SEDS e conta ainda com instituições públicas ou privadas contratadas, conveniadas ou parceiras da SEDS, no desenvolvimento de suas ações.

Recursos Financeiros:

- O recurso disponível para 2016 é de cerca de R\$ 1,8 milhão do Tesouro Estadual.

Mecanismos e fontes de financiamento

A Edesp conta com fonte de recurso do Tesouro Estadual e também com fonte de recurso federal quando de seu “aceite” para projetos pontuais (p.ex.: CapacitaSuas).

Planejamento Educação Permanente – PEAS 2016-2019

Responsável: Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Rever o fluxo de trabalho entre Edesp e outras áreas SEDS.	100% das áreas da SEDS com fluxo revisto.	Nº de reuniões com áreas/ Nº de fluxos estabelecidos.	2016	Plano de Capacitação com demandas e respostas alinhadas.	CAS, COED, CAFC, CDS, COSAN, CGE, DNI, DCI, DRH e DRADS
Publicizar internamente o fluxo de trabalho da Edesp.	Publicizar fluxo de trabalho.	Nº de reuniões com áreas/ Nº de fluxos estabelecidos.	2016	Fluxo de trabalho conhecido por todas as áreas.	CAS, COED, CAFC, CDS, COSAN, CGE, DNI, DCI, DRH e DRADS
Capacitar servidores da SEDS para o uso de tecnologias e técnicas de comunicação a distância.	100% das áreas capacitadas.	1) % das áreas capacitadas; 2) Nº de técnicos capacitados.	2016-2019	Áreas capacitadas.	CAS, COED, CAFC, CDS, COSAN, CGE, DNI, DCI, DRH e DRADS
Revisar, reestruturar e integrar as bibliotecas da SEDS.	1) Biblioteca virtual da Edesp reestruturada e atualizada; 2) Bibliotecas integradas (física e virtualmente).	1) Conclusão da reorganização das bibliotecas; 2) Nº de volumes tombados com acesso digital.	2016-2019	Biblioteca física e virtual aprimorada.	DNI
Disponibilizar trilhas de aprendizagem na biblioteca virtual.	Incluir trilhas de assuntos estratégicos na biblioteca virtual.	1) Nº de trilhas acessadas; 2) Nº de trilhas disponibilizadas.	2016-2019	Acesso ao conhecimento facilitado no Portal Edesp.	DNI

[Continua →]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Elaborar planejamento editorial de publicações técnicas.	Produzir 3 ou 4 publicações técnicas por ano.	Nº de publicações.	2016-2019	Publicações técnicas disponíveis.	DCI
Elaborar planejamento editorial de boletins informativos.	Produzir um boletim periódico de atividades por ano.	Nº de boletins.	2016-2019	Boletins disponíveis.	DCI
Melhorar infraestrutura para plena execução das ações formativas.	Minuta para contratação de sistema de secretaria escolar.	Minuta concluída.	2018	Atendimento da secretaria escolar garantido.	DNI
Propor a regularização jurídica dos órgãos da Edesp (Conselho e NUEP).	Criar documento jurídico.	Documentos jurídicos criados para publicação.	2016	Órgãos da Edesp (Conselho e NUEP) regularizados.	CJ e Assessoria jurídica do gabinete
Revisar e propor alterações na resolução que estabelece o Conselho.	Adequar a resolução para efetivação do Conselho.	Minuta concluída.	2016	Conselho ampliado e atuante.	
Elaborar resolução de nomeação da nova composição do Conselho.	Manter o Conselho renovado e atuante.	Resolução da nomeação publicada.	2017	Conselheiros nomeados.	
Implementar o NUEP.	Criar instrumentos normativos do NUEP.	Instrumentos normativos criados.	2016	NUEP implementado.	DRADS e Instâncias participativas
Garantir a atuação dos órgãos da Edesp (Conselho e NUEP).	Realizar reuniões trimestrais.	Nº de reuniões realizadas.	2016-2019	Atuação dos órgãos da Edesp garantidos.	Integrantes do Conselho e NUEP
Organizar as reuniões para construção do Plano Estadual de Educação Permanente.	Construir, com as instâncias participativas, o PEEP.	1) Nº de reuniões realizadas; 2) PEEP construído.	2017	Plano Estadual de Educação Permanente construído.	NUEP
Fomentar a criação dos Núcleos Municipais de Educação Permanente.	3 ações de divulgação e fomento por ano.	1) Nº de ações divulgadas; 2) Nº de reuniões realizadas.	2016-2019	Ações de divulgação realizadas.	DRADS e Instâncias participativas
Elaborar planos anuais de capacitação para atender às áreas da SEDS.	Atender as demandas de capacitação das áreas da Secretaria.	Planos anuais entregues.	2016-2019	Planejamento adequado às necessidades das áreas da SEDS.	SEDS

5.4.2 Comunicação

A SEDS tem a proposta de publicizar o SUAS e os programas, projetos e serviços oferecidos por esta Pasta com estratégias de comunicação para o público interno e externo.

Público-alvo

- Usuários do SUAS, entidades sociais, parceiros e público interessado no SUAS e nos programas do Estado de São Paulo.
- Servidores da Pasta e trabalhadores da rede SUAS.

Tempo de realização

As estratégias de comunicação serão realizadas de forma periódica com apresentação de resultados mensais e anuais.

Diretrizes e prioridades

Elaborar ações articuladas, em conjunto com as áreas técnicas, para disseminar informações e calendários de interesse com as principais demandas.

Objetivos gerais e específicos

- Gerais:**
- Divulgar e afirmar direitos socioassistenciais.
 - Publicizar materiais informativos e de orientação do SUAS, dos programas, projetos e serviços usando linguagem acessível ao público.
- Específicos:**
- Ampliar a visibilidade da SEDS em diferentes veículos de comunicação (redes sociais).
 - Intensificar a comunicação entre os servidores da SEDS e os demais trabalhadores da rede SUAS.
 - Adequar a linguagem de materiais de informação sobre os direitos na Política de Assistência Social, de acordo com o público a ser atingido, em especial, os quilombolas e comunidades tradicionais.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Aprimorar mecanismos de comunicação interna que:
 - aproximem as diversas áreas da Secretaria para que as políticas sejam facilmente compartilhadas e deliberadas de forma padronizada;
 - promovam constante contato com as diversas áreas da Secretaria, estimulando os servidores da SEDS, a identificar fatos relevantes com números e pesquisas;
 - promovam espaços de discussões e debates técnicos.
- Sugerir campanhas e eventos junto às coordenadorias sobre temas de maior interesse na área social.
- Divulgar por meio de material gráfico, redes sociais, entre outros produtos de comunicação, como ter acesso aos serviços oferecidos na rede SUAS, adequando as informações, quando necessário, a públicos específicos.
- Divulgar, por diferentes meios, informações sobre os direitos fundamentais (Saúde, Educação e Previdência Social).
- Promover a divulgação e a afirmação dos direitos socioassistenciais.

Metas estabelecidas

- Utilizar as redes sociais para:
 - aumentar o número de seguidores nas redes sociais;
 - aumentar o número de visualizações no site da SEDS.

- Produzir artigos de opinião para diferentes veículos impressos e portais de notícias.
- Aumentar o número de matérias relativas ao trabalho da SEDS.
- Aumentar o número de entrevistas para diferentes veículos de comunicação.
- Ampliar o número de vídeos e inserções nas redes sociais.

Resultados e impactos esperados

- Tornar amplamente conhecido o SUAS e os programas sociais da SEDS, bem como fomentar canais de diálogo com os diversos atores envolvidos na Política de Assistência e Desenvolvimento Social.
- Melhoria na integração entre as equipes da SEDS e no acesso às informações.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Será produzido um relatório mensal contendo matérias publicadas, eventos, entrevistas de rádio e televisão, bem como haverá a produção de material gráfico e o monitoramento das redes sociais.

Planejamento Comunicação Externa e Interna – PEAS 2016-2019

Responsável: Departamento de Comunicação Institucional – DCI

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Utilizar as redes sociais na divulgação das ações da SEDS.	Ampliar o número de seguidores de 8 mil para 30 mil.	Nº de seguidores/interação	2016-2019	1) Direitos fundamentais publicizados; 2) Maior número de cidadãos informados nas redes sociais.	
Aumentar visualizações no site da SEDS.	Ampliar as visualizações de 80 mil/ano para 300 mil/ano.	Nº de visualizações	2016-2019	Principal fonte de notícias da SEDS fortalecida.	
Produzir artigos técnico-analíticos para publicação em veículos impressos e portais de notícias.	28 artigos ao ano.	Nº de publicações.	2016-2019	Artigos disponibilizados em canais de divulgação e de formação de opinião.	CAS, CDS, COED, CGE, COSAN e DRADS
Aumentar número de matérias relativas ao trabalho da SEDS.	Veicular 240 notícias proativas.		2016-2019	SUAS e os Programas da SEDS publicizados.	CAS, CDS, COED, CGE, COSAN e DRADS
Aumentar o número menções da SDS na mídia.	Ampliar de 400 para 700.		2016-2019		
Criar material informativo para o SUAS e os Programas da SEDS.	Publicizar o SUAS e os programas da SEDS.		2016-2019		CAS, CDS, COED, CGE, COSAN e DRADS
Criar campanhas com temática dos principais temas sociais.			2016-2019		CAS, CDS, COED, CGE, COSAN e DRADS

[Continua →]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Promover os bons resultados dos temas mais elogiados da Ouvidoria.	40 veiculações	Nº relatório mensal.	2016-2019	Resultados consolidados e publicizados.	Ouvidoria
Produzir relatórios mensais com os resultados da imprensa.	40 veiculações		2016-2019		
Criar um plano anual de comunicação interna.	Programar estratégias de divulgação de informação para as demandas internas	Plano de comunicação elaborado.	2016-2019	Canal de comunicação interno fortalecido para os funcionários da SEDS.	CAS, CDS, COED, CGE, COSAN e DRADS
Criar um plano anual de comunicação externa.	Programar estratégias de divulgação de informação para o público externo.	Plano de comunicação elaborado.	2016-2019	Informações publicizadas de acordo com o público a ser atingido.	Gabinete, CAS, CDS, COED, CGE, COSAN e DRADS

5.4.3 Administração de Fundos e Convênios

A Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios (CAFC) tem como atribuição o planejamento, execução, acompanhamento, gerenciamento e avaliação dos recursos orçamentários e financeiros e suas aplicações, para os diversos programas e serviços desta Pasta.

A sua principal atividade é a gestão do FEAS, cujo Gestor é o Coordenador da CAFC.

FEAS

O FEAS⁶⁴ tem como principal objetivo oferecer apoio e suporte técnico-financeiro para o desenvolvimento da Política Estadual de Assistência Social, por meio de programas, projetos e serviços⁶⁵. Foi instituído como Unidade Orçamentária através do Decreto Estadual nº 47.389, de 2 de dezembro de 2002, revogado pelo Decreto Estadual nº 49.804, de 21 de julho de 2005.

Em 2015, a SEDS avançou na adequação da legislação estadual nos moldes previstos no cofinanciamento federal preconizado no SUAS, através das Resoluções nº 15⁶⁶ e nº 16⁶⁷, que estabeleceram critérios para o pagamento de recursos humanos e reprogramação de recursos, respectivamente.

Programas, Projetos, Serviços e Benefícios atendidos com recursos do FEAS:

- Recursos do Tesouro do Estado:

⁶⁴ O FEAS foi criado pela Lei Estadual nº 9.177, de 18 de outubro de 1995, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 40.743, de 29 de março de 1996.

⁶⁵ Em atendimento às determinações da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, artigo 30, parágrafo único, com redação dada pela Lei Federal nº 9.720, de 30 de dezembro de 1998.

⁶⁶ Resolução SEDS nº 15, de 23 de setembro de 2015

⁶⁷ Resolução SEDS nº 16, de 23 de setembro de 2015

- Programa Ação Jovem;
 - Programa Renda Cidadã;
 - Programa Renda Cidadã (Benefício ao Idoso).
- Recursos Próprios:
- Programa Família Paulista;
 - PSB;
 - PSE de Média Complexidade;
 - PSE de Alta Complexidade.
- Recursos da União/MDS/FNAS:
- IGD Bolsa Família;
 - IGD SUAS;
 - PNC;
 - Peti;
 - PAC I;
 - PAC II;
 - PFMC.

Repasse Fundo-a-Fundo

O Fundo-a-Fundo tem por objetivo transferir recursos do Fundo Estadual para os Fundos Municipais de Assistência Social, assegurando o atendimento aos cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social. É formalizado por meio do Termo de Responsabilidade e da Adesão ao Sistema de Transferência de Recursos Fundo-a-Fundo, independentemente da celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato⁶⁸.

Para a efetivação desse repasse, os municípios deverão comprovar a efetiva instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.

Compõem o sistema de repasses Fundo-a-Fundo:

- PSB;
- PSE de Média Complexidade;
- PSE de Alta Complexidade.

Planejamento Administração de Fundos e Convênios – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios (CAFC)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Capacitar as áreas da Secretaria acerca dos diversos assuntos relacionados à coordenadoria.	Capacitar aproximadamente 100 técnicos da Pasta para correta interpretação dos temas abordados e instrução dos processos.	1) N° de técnicos capacitados; 2) N° de capacitações realizadas.	2016-2019	Técnicos capacitados em temas financeiros, orçamentários e convênios.	CAS, CDS, CGE, COED, DRADS e Edesp

[Continua →]

68 Em atenção às disposições da Lei Estadual nº 13.242, de 8 de dezembro de 2008.

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar apresentação anual do PPA, do Simpa, do SIGPPA, da LDO e da LOA para as áreas técnicas.	Realizar 1 reunião por semestre para apresentar e divulgar as metas anuais do PPA, LDO e LOA e outras etapas da execução orçamentária.	Nº de reuniões realizadas anualmente.	2016-2019	PPA, LDO e LOA divulgadas e acompanhadas.	
Realizar estudo para reorganização do processo de prestação de contas e promover capacitação específica direcionada às DRADS.	Capacitar aproximadamente 100 técnicos da Pasta para correta interpretação das prestações de contas e instrução dos processos.	Nº de técnicos capacitados.	2016-2019	Prestações de contas em conformidade com as normas do e-TCESP.	Edesp, Tribunal de Contas, DRADS e CAS
Realizar estudos visando a "desburocratização" na formalização e no andamento dos processos de convênios e parcerias.	Otimizar o fluxo de tramitação dos processos.	Alternativas definidas para implementação.	2016-2019	Tramitação processual otimizada.	Assessoria Parlamentar, DRADS e CAS
Capacitar técnicos sobre execução orçamentária e financeira (Siafem).	Capacitar 100% dos técnicos da CAFC e DRADS relacionados à execução orçamentária e financeira.	Nº de técnicos relacionados/ Nº de técnicos capacitados.	2016-2019	Domínio das equipes na execução das despesas do FEAS.	CAS e DRADS
Elaborar estudo para estabelecer valores referenciais e critérios de partilha para o cofinanciamento estadual.	Adequar valores e critérios destinados aos serviços tipificados.	1) Estudo realizado; 2) Cofinanciamento estadual implantado.	2016-2019	Cobertura do cofinanciamento estadual para serviços tipificados.	CGE, CAS, DRADS e CDS

Recursos Orçamentários 2016

Secretaria de Desenvolvimento Social – órgão 35000				
Orçamento Aprovado – Exercício de 2016				
U.O./Programa/Ação	Lei orçamentária aprovada 2016			Resultado (dotação disponível)
	Custeio	Investimento	Contingenciado	
35001 – Administração Superior da Secretaria e da Sede	63.549.928,00	8.000.000,00	12.250.702,00	59.299.226,00
Apoio Administrativo e Tecnológico PASEP	11.013.846,00		1.101.534,00	9.912.312,00
Apoio Administrativo e Tecnológico	18.898.508,00		4.706.414,00	14.192.094,00
Apoio Administrativo e Tecnológico – Fonte 003 – FED	10.100,00			10.100,00
Edesp	2.413.843,00		603.460,00	1.810.383,00

[Continua →]

Secretaria de Desenvolvimento Social – órgão 35000				
Orçamento Aprovado – Exercício de 2016				
U.O./Programa/Ação	Lei orçamentária aprovada 2016			Resultado (dotação disponível)
	Custeio	Investimento	Contingenciado	
Controle Social – Garantia de direitos da criança e do adolescente – Condeca	2.465.565,00		616.389,00	1.849.176,00
	7.519.010,00			7.519.010,00
	21.229.056,00		2.122.905,00	19.106.151,00
		2.300.000,00	690.000,00	1.610.000,00
		5.700.000,00	2.410.000,00	3.290.000,00
35003 – Coordenadoria de Ação Social	5.285.225,00		1.321.305,00	3.963.920,00
Apoio Administrativo e Tecnológico	5.285.225,00		1.321.305,00	3.963.920,00
35004 – Coordenadoria de Gestão Estratégica	725.853,00		181.462,00	544.391,00
Vigilância Socioassistencial	725.853,00		181.462,00	544.391,00
35006 – Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios	1.844.970,00			1.844.970,00
Apoio Administrativo e Tecnológico – FED – IDOSO – Fonte 003	1.844.970,00			1.844.970,00
35007 – FEAS	517.757.229,00	1.800.050,00	49.955.746,00	469.601.533,00
Renda Cidadã	176.287.774,00		17.628.777,00	158.658.997,00
Renda Cidadã – Benefício ao Idoso	5.627.840,00		562.783,00	5.065.057,00
Ação Jovem	91.641.688,00		9.164.168,00	82.477.520,00
Geração de Trabalho e Renda – Fonte 001	2.500.000,00		250.000,00	2.250.000,00
Geração de Trabalho e Renda – Fonte 003	1.033.044,00			1.033.044,00
PSB – Fonte 001	95.555.581,00		9.555.558,00	86.000.023,00
PSB – Fonte 003	13.718.066,00	1.800.000,00	180.000,00	1.620.000,00
Investimentos		20,00		20,00
PSB – Fonte 005	3.838.615,00			3.838.615,00
PSE – Alta Complexidade – Fonte 001	80.608.945,00		8.060.894,00	72.548.051,00

[Continua →]

Secretaria de Desenvolvimento Social – órgão 35000				
Orçamento Aprovado – Exercício de 2016				
U.O./Programa/Ação	Lei orçamentária aprovada 2016			Resultado (dotação disponível)
	Custeio	Investimento	Contingenciado	
PSE – Alta Complexidade – Fonte 003	1.410.010,00			1.410.010,00
Investimentos		20,00		20,00
PSE – Alta Complexidade – Fonte 005	10,00			10,00
PSE – Média Complexidade	44.083.686,00		4.408.368,00	39.675.318,00
Aluguel Social	1.451.970,00		145.197,00	1.306.773,00
Atendimento Socioassistencial a Usuários de Substâncias Psicoativas e famílias		10,00	1,00	9,00
35009 – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional	274.422.669,00	1.300.000,00	27.572.264,00	248.150.405,00
Vivaleite	206.331.869,00		20.633.184,00	185.698.685,00
Bom Prato	68.090.800,00		6.809.080,00	61.281.720,00
Investimentos		1.300.000,00	130.000,00	1.170.000,00
TOTAL – SEDS	863.585.874,00	11.100.050,00	91.281.479,00	783.404.445,00
Fonte 001 – Tesouro/Fonte 003 – Recursos Vinculados – Fundo Especial de Despesa/Fonte 005 – Recursos Vinculados Federais				
Fonte 001 – Tesouro	834.212.049,00	11.100.050,00	91.281.479,00	731.830.520,00
Fonte 003 – Próprios	25.535.200,00			25.535.200,00
Fonte 005 – Federais	3.838.625,00			3.838.625,00
TOTAL – SEDS	863.585.874,00	11.100.050,00	91.281.479,00	783.404.445,00

Plano Plurianual (PPA) 2016-2019

O PPA é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo⁶⁹, que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos.

Princípios básicos:

- Clareza na identificação dos objetivos e prioridades do Governo.
- Identificação dos órgãos gestores dos programas e unidades orçamentárias responsáveis pelas ações governamentais.
- Integração com o orçamento.
- Transparência.

A tabela a seguir apresenta os valores previstos para este quadriênio. Os valores anuais serão disponibilizados de acordo com as LOAS do Governo do Estado de São Paulo.

69 O PPA está previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998.

Secretaria de Desenvolvimento Social
Resumo da Programação – PPA 2016-2019

Órgão	Recursos orçamentários (R\$)
35000 – Secretaria de Desenvolvimento Social	3.750.287.521
0944: Recomeço: Uma Vida sem Drogas	465.586.970
2826: Comunicação Social	40
3500: Enfrentamento à Extrema Pobreza	2.373.341.593
3517: Proteção Social	528.455.395
3519: Melhoria de Gestão da Política de Assistência Social	382.903.523

5.4.4 Gestão do Trabalho

5.4.4.1 Concurso público

Autorização e realização de concurso público para os cargos da SEDS.

Tempo de realização

12 meses.

Diretrizes e prioridades

Elaborar, implantar e executar, de fevereiro/2017 a fevereiro/2018, o processo de preenchimento do quadro básico de profissionais habilitados para exercer as funções de apoio à área-meio, principalmente nas Diretorias Regionais, e dos trabalhadores da carreira finalística da Assistência Social no Estado de São Paulo.

Objetivos gerais e específicos

- Garantir que a ação da política pública se torne exequível e sustentável, contando com profissionais que se responsabilizem por essas competências.
- Integrar as ações e o capital humano, assegurando as estratégias e o desempenho das políticas públicas, a formulação, a coordenação, o monitoramento e avaliação da Política Estadual de Desenvolvimento Social.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Autorização governamental.
- Reuniões de avaliação, elaboração e planejamento das etapas que compõem o concurso público.
- Licitação e contratação de empresas para realização do concurso.
- Planejamento e gestão do processo convocatório.

Metas estabelecidas

- Aprovar e realizar o concurso público.
- Elaborar e apresentar o planejamento das fases de convocação de cada cargo específico.

Resultados e impactos esperados

Quadro de servidores preenchido.

Indicadores de monitoramento e avaliação

Número de vagas preenchidas pelo concurso.

Recursos necessários

Recurso financeiro para a contratação de empresa especializada na realização do concurso.

Mecanismos e fontes de financiamento

Tesouro do Estado.

Planejamento Concurso Público – PEAS 2016-2019

Responsável: Departamento de Recursos Humanos (DRH)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar o concurso público.	Preparar etapas do processo para a realização do concurso.	Processo concluído.	2016 - 2017	Autorização governamental concedida.	
	Preencher 100% das vagas da SEDS.	Nº de cargos vagos preenchidos.	2017-2018: 50% 2018-2019: 50%	Vagas preenchidas.	

5.4.4.2 Plano de Cargos, Carreiras e Salários

O Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) para as carreiras de Especialista Social⁷⁰ e de apoio à gestão da SEDS especificará e determinará funções correspondentes a cada posição de trabalho, bem como as remunerações equivalentes. Ele deve definir com clareza e objetividade os cargos e suas responsabilidades, orientando tanto os trabalhadores como os gestores sobre as responsabilidades de cada cargo, bem como deve definir as regras para ascensão profissional e permitir que os trabalhadores possam conhecer as expectativas da organização em relação à função que exercem e programar sua carreira.

Público-alvo

Servidores da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão da SEDS.

Tempo de realização

14 meses.

Diretrizes e prioridades

Elaborar e implantar, até junho de 2017, o PCCS para os trabalhadores da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão da Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo.

⁷⁰ Está em andamento um Projeto de Lei que propõe a unificação das carreiras de Agente e Especialista em Desenvolvimento Social, com a denominação de Especialista Social.

Objetivos gerais e específicos

- Gerais:**
- Propiciar aos trabalhadores da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão da SEDS sua evolução funcional, harmonizando os interesses de crescimento e qualidade de vida com os objetivos da organização e com o que preconiza a NOB de Recursos Humanos do SUAS.
 - Garantir que o acesso a todas as funções permanentes da estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Social seja por meio de concurso público de provas e/ou de provas e títulos.
 - Levantar necessidades de ajustes e reequilíbrios salariais, de atribuições e responsabilidades das carreiras de Especialista Social e de apoio à gestão, encaminhando aos órgãos competentes.
- Específicos:**
- Elaborar e implementar o Plano de Cargos e Salários para a carreira de Especialista Social e de apoio à gestão da SEDS de São Paulo, alinhado com os objetivos gerais e com os seguintes objetivos específicos:
 - Definir claramente as responsabilidades básicas de cada cargo.
 - Estabelecer uma política salarial que considere classificação, em grupos de cargos ou carreira única (multiprofissional), na observância da formação, da qualificação profissional e da complexidade exigidas para o desenvolvimento das atividades.
 - Desdobrar em classes, com equiparação salarial proporcional à carga horária e ao nível de escolaridade, considerando-se a rotina e a complexidade das tarefas.
 - Estabelecer atribuições compatíveis entre função e qualificação capazes de atrair e reter bons profissionais para a carreira pública.
 - Determinar estruturas funcionais e salariais com definição de normas objetivas e transparentes que assegurem um tratamento equitativo.
 - Elaborar perfis para os cargos em sintonia com a estrutura organizacional da SEDS, possibilitando a alocação ótima da força de trabalho.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Acompanhar o projeto já apresentado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).
- Elaborar, aprovar e implementar a versão final do aprimoramento da carreira de Especialista Social, em forma de Lei Complementar.
- Elaborar, aprovar e implementar a normatização do PCCS, em forma de Decreto: critérios utilizados para as formas de crescimento profissional das carreiras de Especialista Social e de apoio à gestão.

Estratégias:

- Realizar reuniões sobre todos os aspectos que envolverem negociações sobre cargos, carreira e salários em Mesa de Negociações.
- Até que haja Mesa de Negociação constituída, realizar reuniões envolvendo equipe técnica da SEDS, da Associação dos Trabalhadores da SEDS e da Unidade Central de RH do Estado para discussões sobre a implementação das carreiras de Especialista Social e de apoio à gestão com as normatizações estabelecidas na NOB-RH/SUAS.

Metas estabelecidas

- Implementar o PCCS da carreira de Especialista Social que se encontra em tramitação, de acordo com a NOB-RH/SUAS.

- Elaborar, aprovar e implementar versão final do aprimoramento da carreira de Especialista Social.
- Elaborar, aprovar e implementar o decreto que regulamenta os critérios para evolução funcional e gestão de desempenho da carreira de Especialista Social da SEDS.

Resultados e impactos esperados

- Servidores com perfil mais alinhado às necessidades da Secretaria, conforme os preceitos estabelecidos na NOB/RH SUAS.
- Servidores remunerados e alocados de acordo com suas atribuições, funções, formação e experiência.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- PCCS inicial aprovado e implementado.
- PCCS aprimorado e Decreto de regulamentação elaborado.
- PCCS aprimorado e Decreto de regulamentação aprovado.
- PCCS aprimorado e Decreto de regulamentação implementado.

Recursos necessários

Provisionamento de recursos financeiros para os salários e para a política de evolução salarial.

Mecanismos e fontes de financiamento

Tesouro do Estado.

Planejamento Plano de Carreiras, Cargos e Salários – PEAS 2016-2019

Responsável: Assessoria de Gabinete e Departamento de Recursos Humanos (DRH)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Monitorar o Projeto de Lei que cria a carreira de Especialista Social apresentado à SEPLAG.	Garantir a aprovação de PL que cria a carreira de Especialista Social	Publicação em Diário Oficial	2016	Projeto de Lei que cria a carreira de Especialista Social aprovado.	
Levantar as atribuições, descrições, avaliação e classificação de todos os cargos da Secretaria da carreira de Especialista Social para o PCCS ⁽¹⁾ .	Elaborar minuta do PCCS da carreira de Especialista Social para aprovação.	Publicação em Diário Oficial.	2016	PCCS da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão aprovado e aprimorado.	Gabinete
Levantar as atribuições, descrições, avaliação e classificação de todos os cargos da Secretaria da carreira e de apoio à gestão para o PCCS.	Elaborar minuta do PCCS da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão para aprovação	Publicação em Diário Oficial.	2017	PCCS da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão aprovado e aprimorado.	Gabinete

[Continua ➔]

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Atualizar informações funcionais conforme o PCCS para a carreira de Especialista Social e as áreas de apoio à gestão para aprovação e sua normatização.	Implementar e disseminar o PCCS da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão na Secretaria.	Plano em operação.	2017	PCCS da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão implementado.	
Capacitar permanentemente os servidores quanto às diretrizes e regras do PCCS da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão, aprimorando, e a sua normatização.	Implementar e disseminar o PCCS da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão na Secretaria.	Plano em operação.	2017-2019	PCCS da carreira de Especialista Social e de apoio à gestão implementado.	Edesp

(1) O processo de levantamento também deve servir para análise, uniformização e padronização dos cargos. A descrição e a validação devem contemplar os aspectos intrínsecos do cargo, seu conteúdo, ou seja, o que o cargo faz, como faz e para que faz, bem como as competências requeridas para o pleno desempenho do ocupante da posição. A classificação dos cargos prevê adequar o valor relativo de cada cargo (equilíbrio salarial interno), ou seja, dimensionar e hierarquizar por ordem de complexidade os cargos.

5.4.4.3 Mesa de Negociação

- Implantação de Mesa de Negociação no âmbito estadual, conforme definido pela NOB-RH/SUAS.
- Apoio aos municípios do Estado de São Paulo para implementação de suas Mesas de Negociação municipais, conforme definido pela NOB-RH/SUAS.

Público-alvo

Todos os servidores da SEDS; servidores e gestores da área de Assistência Social de prefeituras do Estado de São Paulo.

Tempo de realização

- Implantação: 2016.
- Operação: Contínua.

Diretrizes e prioridades

- Implantação da mesa de negociação estadual.
- Ações de apoio à implantação das Mesas de Negociação municipais.

Objetivos gerais e específicos

- Geral:**
- Promover discussão técnica sobre a NOB-RH/SUAS para ampliar as bases teóricas para a implantação da Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS e seus desafios.
- Específicos:**
- Implantar a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS, instituindo a mesa de negociações conforme estabelece a NOB-RH/SUAS e o Pacto de Aprimoramento da Gestão.
 - Capacitar os municípios para constituição de Mesas Permanentes de Negociação.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Realizar reuniões voltadas à implementação da Mesa de Negociação, envolvendo equipes técnicas da Secretaria, do Gabinete do Secretário, da área de Recursos Humanos, da Associação dos Trabalhadores da SEDS, de representantes de prefeituras e fórum de trabalhadores.
- Realizar as reuniões regulares sobre temas de gestão do trabalho.
- Realizar eventos de formação técnica sobre o tema.

Metas estabelecidas

- Implantar e manter a Mesa Permanente de Negociação Estadual.
- Prestar capacitação e orientação para a implantação de Mesas Permanentes de Negociação Municipais.

Resultados e impactos esperados

Servidores articulados e com seus interesses e necessidades representados nas mesas.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Número de reuniões técnicas e de participantes para implantação da Mesa Estadual.
- Número de reuniões e de participantes da Mesa Permanente Estadual.
- Número de reuniões e de participantes de Mesas Municipais.

Recursos necessários

- Diárias e deslocamento.
- Salas e equipamentos para as reuniões presenciais e a distância.

Mecanismos e fontes de financiamento

- Tesouro do Estado.
- Recursos SUAS.

Planejamento Mesa de Negociação – PEAS 2016-2019

Responsável: Assessoria de Gabinete e Departamento de Recursos Humanos (DRH⁽¹⁾)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados	Ação conjunta com
Realizar reuniões técnicas para implantação da Mesa Estadual.	Realizar 9 reuniões mensais.	1) Reuniões realizadas; 2) N° de participantes.	2016	Mesa Estadual com regras definidas e em funcionamento.	
Realizar eventos de formação da Mesa Estadual e das Mesas Municipais.	Realizar 1 evento por semestre.	1) Eventos realizados; 2) Agentes capacitados; 3) N° de municípios.	2017-2019	Agentes capacitados e qualificados para melhor implantar a Mesa no Estado e nos municípios.	DRADS
Realizar reuniões da Mesa Estadual.	Realizar 1 reunião mensal.	1) N° de reuniões realizadas; 2) N° de servidores.	A partir de jan/2017	Servidores articulados e com seus interesses e necessidades representados nas Mesas.	Edesp

⁽¹⁾ Participantes: equipe técnica da Secretaria, Associação dos Trabalhadores da SEDS, representantes de associações conveniadas.

5.4.5 Acompanhamento e Monitoramento do PEAS – Sala de Situação

Para o acompanhamento dos trabalhos de coordenação e operacionalização das atividades previstas no PEAS 2016-2019, será criada uma Sala de Situação que, por meio do estabelecimento de procedimentos e do uso de ferramentas de monitoramento de projetos, coordenará o reconhecimento da evolução das atividades planejadas, bem como dos resultados obtidos e das dificuldades que devem ser solucionadas.

Para tanto, serão também identificados os fluxos de informação requeridos, os papéis dos atores envolvidos e a periodicidade de atualização de programas, projetos e serviços.

Público-alvo

Gabinete e Coordenadorias da SEDS.

Tempo de realização

Os trabalhos serão realizados em etapas conforme previsão abaixo:

- Concepção: até junho 2016.
- Implantação: até julho 2016.
- Operação: durante todo o período do PEAS, a partir de agosto/2016.
- Replanejamento das ações de acompanhamento e monitoramento do PEAS: anualmente, nos meses de setembro e outubro.

Diretrizes e prioridades

- Implantar uma metodologia de monitoramento do PEAS 2016-2019 para facilitar a sua execução.
- Dar suporte para avaliação crítica e replanejamento das ações, programas e projetos.
- Estabelecer uma sistemática de monitoramento adequada às características da SEDS.
- Envolver as unidades responsáveis pelos projetos para o estabelecimento de fluxos estáveis de informação.

Objetivos gerais e específicos

- Acompanhar e monitorar a execução do PEAS 2016-2019.
- Subsidiar a avaliação da execução do PEAS.
- Sensibilizar e instrumentalizar os envolvidos para aprimoramento progressivo da sistemática de monitoramento.
- Apoiar com o fornecimento de informações a elaboração de planos de comunicação.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Conceber a sala de situação por meio da definição do modelo de organização da sala de situação, do método de coleta de informações, das ferramentas a serem utilizadas e da criação dos modelos de relatórios gerenciais.
- Criar um manual com a metodologia e sistemática para a sala de situação.
- Criar mecanismos de registro da execução.
- Capacitar os envolvidos no monitoramento do PEAS.
- Definir níveis de atenção para a periodicidade do monitoramento dos programas, projetos, serviços e ações do PEAS.

- Coletar as informações dos programas, projetos e ações, gerando os relatórios e informações periódicas do monitoramento.
- Apoiar o replanejamento de atividades, por meio da análise crítica dos resultados produzidos.

Metas estabelecidas

Monitorar 100% dos programas, projetos e serviços do PEAS 2016-2019.

Resultados e impactos esperados

- Evolução do PEAS acompanhada pelos interessados, conforme modelo para monitoramento estabelecido.
- Impacto: acompanhamento da execução das ações planejadas.

Indicadores de monitoramento e avaliação

- Sala de Situação implantada.
- Percentual de programas, projetos, serviços e ações do PEAS monitorados pela Sala de Situação.

Planejamento Sala de Situação – PEAS 2016-2019

Responsável: Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE)

Ações/Atividades	Metas	Indicadores	Período/ Prazo	Resultados esperados
Definir o modelo de organização e a metodologia de monitoramento para os programas, projetos, serviços e ações do PEAS 2016-2019.	Monitorar 100% das ações previstas no PEAS 2016-2019.	Sala de Situação implantada. Percentual de programas, projetos e ações do PEAS monitorados pela Sala de Situação.	2016	Evolução das ações planejadas para o PEAS apurada e divulgada.
Instalar a Sala de Situação, capacitar os envolvidos no monitoramento e definir níveis de atenção para os programas e projetos do PEAS.			2016	
Concentrar as informações dos programas, projetos, serviços e ações do PEAS e gerar relatórios de acompanhamento e monitoramento.			2016-2019	
Apoiar o replanejamento de atividades, por meio da análise crítica dos resultados produzidos.			Anual, em setembro/outubro	



▼ COMPROMISSOS E PARTICIPAÇÃO

► COMPROMISSOS E PARTICIPAÇÃO

A gestão de uma política pública se faz com os seguintes compromissos:

- Estabelecer um sistema aberto de gestão e conduzir ações articuladas em redes multi-institucionais e intersetoriais, com o objetivo de mobilizar vontades, induzir, pactuar e fazer acontecer processos e ações de maior densidade e maior impacto na vida dos cidadãos.
- Assegurar a participação dos trabalhadores e demais atores implicados no desempenho desta política, o que requer transparência e, sobretudo, decisões compartilhadas e abertas ao exercício do controle social. Nesta Secretaria encontram-se três conselhos de políticas: o Conselho Estadual de Assistência Social, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Estadual do Idoso. A eles deve-se assegurar o diálogo permanente.
- É igualmente necessário assegurar-lhes a mesma garantia de compartilhamento nas decisões e no controle. Por fim, e não menos importante, garantir-lhes o compromisso com o fortalecimento do SUAS, o que obriga a uma estreita colaboração com as demais esferas de governo.
- Asumir e viabilizar as deliberações das conferências estaduais referentes às conquistas a serem alcançadas na condução da política de Assistência Social. Nessa direção, é prioridade aprovar a lei que institui o SUAS no Estado de São Paulo.

6.1 Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas)

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são canais institucionais, plurais, permanentes, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e do poder público, cuja atribuição é propor diretrizes das políticas, fiscalizá-las, controlá-las e deliberar sobre elas.

O Conseas é a instância responsável pelo controle das políticas públicas estaduais de Assistência Social, portanto, delibera sobre a utilização do FEAS, sendo peça-chave para o cofinanciamento, a territorialização e a descentralização da política socioassistencial.

Por reconhecer a importância do Conseas na construção e fiscalização da política, a Secretaria garantiu a participação ativa de seus representantes na elaboração deste PEAS, sempre na perspectiva de fomentar o trabalho colaborativo.

6.2 Conselhos de Direitos

Os Conselhos de Direitos se caracterizam como órgãos colegiados, permanentes, orientados pelo princípio da paridade, garantindo a representação de diferentes segmentos sociais, e tendo por incumbência formular, supervisionar e avaliar a gestão de políticas sociais específicas.

Constituem-se, dessa forma, espaços institucionais fundamentais para a construção democrática das políticas públicas e exercício da participação e legitimidade social. Estão vinculados à SEDS o CEI e o Condeca.

O CEI deve articular, mobilizar, estimular, apoiar, fiscalizar e deliberar projetos e questões relativas à Política Estadual do Idoso. O Condeca, por sua vez, tem como uma de suas principais atribuições a participação na elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente e garantia do sistema de direitos no Estado.

Ambos dispõem de recursos financeiros próprios: o FEI e o FEDCA, vinculados aos seus respectivos Conselhos, têm a função de facilitar a alocação dos recursos, visando ao cumprimento imediato e à eficácia das políticas públicas correspondentes. O controle sobre esse processo é exercido por instâncias internas (o próprio Conselho e o Poder Executivo) e externas (o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas).

A SEDS é responsável por garantir a estrutura necessária para seu perfeito funcionamento: espaço físico, equipamentos, pessoal técnico e administrativo.

A atual gestão da SEDS assumiu o compromisso de qualificar os atores que atuam como conselheiros para que compreendam quais são os reais objetivos e funções do Conselho, bem como para colaborar com campanhas para a ampliação dos recursos captados.

6.3 Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas (Combat)

A Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas (Combat) faz a gestão do convênio firmado com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Ministério da Justiça. Bens apreendidos em decorrência do crime de tráfico de drogas, e declarados perdidos em favor da União, são leiloados e os recursos obtidos financiam projetos relacionados com as áreas de repressão ao tráfico de drogas, de prevenção, tratamento e reinserção social desenvolvidos no Estado de São Paulo.

A SEDS, por meio da Coordenação de Política sobre Drogas (COED), coordena essa Comissão, que congrega representantes das Secretarias: Justiça e da Defesa da Cidadania, Segurança Pública, Gestão Pública/ DETRAN, Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED), Ministério Público e Tribunal de Justiça.

6.4 Representação em Conselhos, Câmaras Temáticas, Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho

A SEDS estimula a participação ativa de seus representantes em diferentes colegiados e instâncias de controle social, pois esses são espaços profícuos para o debate e para o desenvolvimento de políticas públicas que preconizam a gestão democrática e participativa.

Conselhos

Órgão vinculado	Nome do Colegiado
Fundo Social de Solidariedade	Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Estado de SP – Fussesp
Secretaria de Desenvolvimento Social	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Condeca
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Conselho Estadual da Condição Feminina
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Jundiaí
Secretaria Estadual de Saúde	Conselho Curador da Fundação Oncocentro de São Paulo
Secretaria de Desenvolvimento Social	Conselho da Escola de Desenvolvimento Social – Edesp
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas

[Continua →]

Órgão vinculado	Nome do Colegiado
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra
Secretaria Estadual de Saúde	Conselho Deliberativo da Fundação para o Remédio Popular – Furp
Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude	Conselho Estadual da Juventude
Secretaria de Desenvolvimento Social	Conselho Estadual de Assistência Social – Conseas
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Conselho Estadual de Integração da Cidadania
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – Coned
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Conseia/SP
Secretaria de Desenvolvimento Social	Conselho Estadual do Idoso
Secretaria de Turismo	Conselho Estadual do Turismo
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Conselho Intersecretarial Gestor de Assentamentos do Estado de São Paulo – Ciga
Secretaria de Administração Penitenciária	Conselho da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso – Funap
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação Casa
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Conselho de Desenvolvimento Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Secretaria de Desenvolvimento Social	Conselho do Idoso
Secretaria da Justiça	Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Câmaras Temáticas

Órgão vinculado	Nome do Colegiado
Secretaria de Justiça	Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Câmara Temática de Assistência e Desenvolvimento Social – Condesb
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Câmara Temática de Cultura – Condesb
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Câmara Temática dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Condesb
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Câmara Temática de Equalização das Leis Municipais com Caráter Metropolitano – Condesb
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Câmara Temática de Políticas Públicas para as Mulheres – Condesb
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Câmara Temática de Políticas Públicas para a Juventude – Condesb
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas – RMC – Assistência Social
MPT – Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	Trabalho Infantil no Comércio Informal
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Caisan/SP

Comissões

Órgão vinculado	Nome do Colegiado
Secretaria de Desenvolvimento Social	Colegiado Intersetorial do Programa Bolsa Família
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comissão Gestora do Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania – Fundação Casa	Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase
Secretaria de Desenvolvimento Social	Comissão Intersecretarial do Plano Estadual Crack é Possível Vencer
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Conselho de Desenvolvimento – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Secretaria de Desenvolvimento Social	Comissão Estadual Intersecretarial de Acompanhamento do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária
Secretaria de Desenvolvimento Social	Comissão Intersecretarial SP Amigo do Idoso
Secretaria de Desenvolvimento Social	Comissão Intergestores Bipartite
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Comissão de Acompanhamento e Implementação do Programa Estadual e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência
Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho	Comissão do Trabalho Descente
Secretaria de Governo – Casa Civil	Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento do Programa São Paulo em Busca das Crianças e Adolescentes Desaparecidos
Tribunal de Justiça – Coordenadoria da Infância e da Juventude	Comissão da Política de Apoio e Atenção à Gestante
Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania / Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Comissão Gestora do Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social
Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho	Comissão Estadual de Emprego – CEE
Tribunal de Justiça – Coordenadoria da Infância e da Juventude	Comissão Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Projeto de Aprimoramento do Atendimento Interinstitucional de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e a Implementação de Métodos Protetivos e Especiais de sua Escuta
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo / Coordenadoria da Infância e da Juventude	Matrizes 1, 2, 3 da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente

Comitês

Órgão vinculado	Nome do Colegiado
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Aguapeí e Peixe
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê – CBH-SMT
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos – Casa Civil	Aglomerado Urbano de Piracicaba, vinculado à Emplasa
Secretaria de Desenvolvimento Social	Comitê Estadual de Gestão do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Estadual para Refugiados – CER
Secretaria de Desenvolvimento Social	Comitê Gestor do Projeto São Paulo Solidário
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho	Comitê Gestor do Selo Paulista da Diversidade
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

[Continua →]

Órgão vinculado	Nome do Colegiado
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Araraquara
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Bauru
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Campinas
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Marília
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Presidente Prudente
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Ribeirão Preto
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – São José do Rio Preto
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Sorocaba
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Vale do Paraíba
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Guarulhos
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Registro
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Santos
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – São Sebastião
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Estadual de Violência Sexual contra Criança e Adolescente – Condeca
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Comitê da Pessoa com Deficiência Intelectual
Secretaria de Governo	Grupo Técnico do Comitê de Qualidade da Gestão Pública
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual
Secretaria de Desenvolvimento Social	Grupo de Gestão Executiva Programa Recomeço

Grupos de Trabalho – Fóruns

Órgão vinculado	Nome do Colegiado
Ministério Público do Trabalho	Fórum Paulista de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
Secretaria Estadual de Saúde	Casas de Apoio aos que vivem e convivem com HIV/Aids
Secretaria de Desenvolvimento Social	Escuta Protetiva – Coordenação Judiciário
Secretaria de Desenvolvimento Social	Supervisão das DRADS
Secretaria de Habitação	Grupo de Trabalho do Programa Vila Dignidade
Secretaria de Desenvolvimento Social	Grupo de Trabalho – ILPI
Secretaria de Desenvolvimento Social	Discussão e redefinição das funcionalidades do Sistema Pró-Social
Secretaria de Desenvolvimento Social	Plano de Atendimento Familiar
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania	Grupo Gestor do Programa Recomeço – Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack
Secretaria de Desenvolvimento Social	Comitê Gestor Estadual – BPC na Escola
Tribunal de Justiça – Coordenadoria da Infância e Juventude	Política de Atenção à Gestante: apoio profissional para uma decisão amadurecida sobre permanecer ou não com a criança

6.5 Elaboração de Projeto de Lei Estadual do SUAS

A atual gestão tem como prioridade a elaboração do Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Assistência Social, integrada ao SUAS, com atribuições específicas em seu âmbito de gestão e ações de complementaridade com as demais políticas setoriais, adequando as legislações existentes às normativas do SUAS.

O Projeto de Lei passará por consulta pública, apresentação e pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e deliberação no Conseas.

Além de sua efetiva publicação, o presente Projeto de Lei visa, dentro do escopo da Política de Assistência, assegurar os princípios constitucionais que garantirão o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, provendo, assim, condições para atender contingências sociais e a universalização desses direitos.

6.6 Normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil – Lei 13.019/2015

A Lei 13.019/2015 institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. A Lei prevê a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, de fomento ou de cooperação.

Resultados e impactos esperados

A lei tem como principal objetivo a entrega de serviços de qualidade ao cidadão pelo Estado, o que faz aumentar as exigências em relação à transparência e ao controle, estruturando e fortalecendo os sistemas públicos.

Nesse sentido, após regulamentação da lei no âmbito estadual, a SEDS se propõe a desenvolver ações para a sua divulgação e operacionalização para os gestores municipais e organizações sociais.

6.7 SP Voluntário

O Programa de Apoio ao Voluntariado do Estado de São Paulo tem como finalidade fomentar um voluntariado atuante nos órgãos ou entidades de administração pública do Estado ou que operam em benefício das políticas públicas estaduais.

Público-alvo

- Beneficiários diretos: órgãos do Governo de São Paulo e suas instituições públicas, associações e fundações atuantes nas políticas públicas, voluntários e interessados.
- Beneficiários indiretos: população usuária dos serviços públicos e das políticas públicas do Estado.

Tempo de realização

O Programa tem duração indeterminada.

Diretrizes e prioridades

Promover o exercício solidário da cidadania, incentivando os diversos grupos de voluntariado que atuam nas entidades da administração direta e indireta do Estado.

Objetivos gerais e específicos

- Gerais:**
- Contribuir para o desenvolvimento da responsabilidade social das unidades públicas do Estado.
 - Potencializar o capital social.
- Especifico:**
- Prestar apoio a todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado de São Paulo, bem como às associações e fundações que prestam serviço voluntário em benefício do Estado, a fim de integrar essa prática de forma sistemática e colaborativa.

Ações e estratégias do Estado para o período de 2016 a 2019

- Mapear, identificar e cadastrar grupos de voluntariado, assim como os projetos e ações de voluntariado dos órgãos ou entidades públicas do Estado e de associações e fundações privadas que atuam em benefício das políticas públicas estaduais.
- Apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover o voluntariado.
- Divulgar as ações voluntárias praticadas nos órgãos ou entidades da administração pública do Estado ou para benefício das políticas públicas estaduais.
- Elaborar plano para a execução de projetos e ações para o reconhecimento, fortalecimento e desenvolvimento de atuação do voluntariado com o intuito de promover a participação social e a cidadania.
- Incentivar e promover o acesso das entidades sociais ao benefício fiscal da Nota Fiscal Paulista.
- Certificar os voluntários atuantes nos Programas Escola da Família, Vivaleite, Bom Prato e demais parceiros.
- Fortalecer o trabalho realizado pela Liga de Combate ao Câncer no Estado de São Paulo.

Resultados e impactos esperados

Com a evolução do cadastramento dos projetos de voluntariado, de voluntários, associações e fundações que atuam em iniciativas dessa natureza, o Programa SP Voluntário contará com o mapeamento da atuação voluntária nas entidades públicas em todo o Estado, identificando sinergias entre os programas cadastrados.

Indicadores de monitoramento e avaliação

Serão utilizados como indicadores o número de voluntários participantes dos programas e de projetos vinculados, as entidades cadastradas e os projetos executados.

Recursos necessários

Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, ele tem como base o portal www.spvoluntario.sp.gov.br, ponto de referência dos voluntários paulistas, gestores públicos e programas realizados nos órgãos e entidades do Governo de São Paulo.

6.8 Frente Paulista de Inovação

Em 2013, a Secretaria de Desenvolvimento Social criou a Frente Paulista de Inovação, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento social do Estado de São Paulo, por meio de cooperação e apoio a projetos e ações inovadoras elaboradas por organizações governamentais, sociedade civil, entidades empresariais e cidadãos.

Para otimizar os trabalhos, a Frente de Inovação optou por focar seus esforços no tema “Criança e Adolescente”. A meta é que os envolvidos no processo troquem experiências, alime suas ações com as políticas públicas e consigam desenvolver juntos projetos mais inovadores e arrojados.

O trabalho da Frente de Inovação fundamenta-se na cooperação técnica e na troca de dados. Os benefícios são muitos. Entre eles, o terceiro setor aproxima sua ação das políticas públicas e oxigena a Secretaria com novos processos, produtos e serviços que permitam a inclusão social e a geração de trabalho e renda, e, sobretudo, que promovam a qualidade de vida das pessoas.

A Frente Paulista de Inovação reúne-se trimestralmente, além de organizar palestras, eventos e premiações.

6.9 Deliberações da X Conferência Estadual de Assistência Social

Este compromisso refere-se à aderência do PEAS 2016-2019 às deliberações da X Conferência Estadual de Assistência Social. A tabela seguinte identifica os tópicos do Plano em que as deliberações foram prioritariamente consideradas:

Deliberações	PEAS 2016-2019
Elaborar, instituir, implantar e executar, até junho/2017, PCCS para todos os trabalhadores da Assistência Social no Estado de São Paulo mediante garantia da implantação das mesas de negociação.	Fortalecimento da Gestão – Gestão do Trabalho – Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).
Implantar e executar imediatamente o Capacita SUAS no Estado de São Paulo.	Fortalecimento da Gestão – Educação Permanente.
Adequar a Constituição Estadual de São Paulo de acordo com a Lei Federal nº 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435/11, criando a Lei Estadual do SUAS, regulamentando os benefícios eventuais de acordo com a Resolução CNAS nº 39/2010 e Decreto Federal nº 6.307/2007, garantindo o cofinanciamento e apoio técnico aos municípios para criar a lei em âmbito municipal.	Compromisso e participação – Projeto Lei Estadual do SUAS.
Construir e executar o Plano Estadual de Educação Permanente garantindo a participação de todos os atores do SUAS (conselheiros, trabalhadores e gestores), conforme resolução CNAS nº 4/2013 a partir da implantação dos núcleos de educação permanente, de forma descentralizada e presencial prevista na política nacional de educação permanente do SUAS, bem como instituir e valorizar este processo de educação no plano de carreira.	Fortalecimento da Gestão – Educação Permanente.
Criar, regulamentar e executar a lei do SUAS no Estado e nos municípios conforme PEC 04/2014 até julho/2017.	Compromissos e Participação – Elaboração de Projeto de Lei Estadual do SUAS.

[Continua →]

Deliberações	PEAS 2016-2019
Adequar a linguagem de materiais de informação aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais sobre seus direitos na Política de Assistência Social.	Fortalecimento da Gestão – Comunicação Externa e Interna.
Instituir uma política preventiva e de cuidado à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS.	
Manter os programas de transferência de renda do Estado, com a <i>per capita</i> de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, rever os critérios de acompanhamento e condicionalidade em consonância com o SUAS.	Programas de Transferência de Renda e Benefícios.
Aprimorar técnica e financeiramente a estrutura da gestão estadual e estabelecer equipes de referência para as DRADS, contratadas por meio de concursos públicos.	Fortalecimento da Gestão – Gestão do Trabalho e Concurso Público.
Divulgar e afirmar direitos socioassistenciais, publicizar materiais informativos e de orientação do SUAS, bem como seus espaços de representação, com linguagem acessível aos usuários nos meios de comunicação tais como rádio, televisão, mídias alternativas, panfletagem e demais agentes multiplicadores.	Fortalecimento da Gestão – Comunicação.
Implantar equipamentos regionalizados de acordo com os diagnósticos realizados pelas DRADS e pelos municípios para os serviços de proteção especial de Média e Alta Complexidade, garantindo a intersetorialidade, mediante um plano de regionalização para todos os municípios, priorizando os de Porte I e Porte II.	Proteção Social – Proteção Social Especial (PSE) e Vigilância Socioassistencial.
Cumprir a responsabilidade de cofinanciar os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais, estabelecendo pisos por proteção social em proporção equivalente aos repasses do Governo Federal e criar índice de gestão descentralizado, para incentivar a qualidade da gestão.	Proteção Social – Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), Vigilância Socioassistencial e Fortalecimento da Gestão – Administração de Fundos e Convênios.
Garantir, nos moldes do orçamento participativo, a transparência do orçamento público destinado à política de Assistência Social e sua execução pela apresentação das prestações de contas, por meio de audiências públicas descentralizadas amplamente divulgadas.	
Padronizar os cadastros estaduais, utilizando o CadÚnico para a inserção de todos os benefícios e Programas de Transferência de Renda garantindo a operacionalização do sistema.	Vigilância Socioassistencial.
Reordenar e cofinanciar os serviços da PSE com o objetivo de garantir que municípios de Portes I e II tenham condições de cuidar em seus territórios dos usuários que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou com vínculos familiares rompidos.	Proteção Social – Proteção Social Especial (PSE).
Viabilizar a articulação intersetorial entre os órgãos de gestão das políticas públicas e nos espaços de controle social, como Conselhos de Políticas Públicas e de Defesa de Direitos, Conferências e Fóruns, para o aperfeiçoamento deles e o fortalecimento do trabalho em rede.	Desafios para o aprimoramento da Gestão – Intersetorialidade, Proteção Social, Programas Estratégicos e Compromissos e Participação
Elaborar, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, programas, ações e projetos que ofereçam atendimento humanizado aos egressos do sistema prisional e suas respectivas famílias, visando o fortalecimento da autonomia.	Proteção Social – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial

[Continua →]

Deliberações	PEAS 2016-2019
Fomentar, por meio dos conselhos da Assistência Social, estratégias, mecanismos e metodologia visando ao fortalecimento e à ampliação da participação popular na perspectiva de construir uma cultura de participação sociopolítica.	Compromissos e Participação – Conseas – Conselho Estadual de Assistência Social e Conselhos de Direitos
Apoiar os municípios de Pequeno Porte I para o efetivo funcionamento dos conselhos municipais e a adequação de suas leis de acordo com as regulamentações do CNAS.	
Criar e regulamentar (até julho 2017) a Lei de Regionalização para Serviços de Proteção Social de Média e Alta Complexidade/Serviço de Acolhimento Institucional (mulher vitimizada, pessoas em situação de rua, pessoa com deficiência, crianças e adolescentes, pessoa idosa e demais situações diagnosticadas) visando a implementação, construção, ampliação e manutenção dos serviços.	Proteção Social – Proteção Social Especial

APÊNDICE



▼ DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL
DAS DRADS

► DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL DAS DRADS

DRADS Alta Noroeste

Caracterização Geral do Território

O território da DRADS Alta Noroeste ocupa uma área de 23.952 km², o que equivale a 7,5% do território paulista. Ela é formada por 43 municípios, dos quais 34 são de Pequeno Porte I (80%); 5 de Pequeno Porte II (10%); 2 de Médio Porte (5%) e 2 de Grande Porte (5%). Com 735.965 mil habitantes (1,8% da população paulista), Araçatuba é o município mais populoso, com 181.618 habitantes (25,05% da região); o menos populoso é Nova Castilho, com 1.127 habitantes. O maior percentual de população rural está em Lavânia (51,2%), e o menor em Araçatuba (1,9%).

O PIB da região foi de R\$ 16,5 bilhões em 2011, o que corresponde a 1,2% da riqueza gerada no Estado de São Paulo.

A história da região mostra que a origem dos municípios tem relação com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, importante polo de escoamento da cultura cafeeira. Após a crise de 1929, houve declínio da produção cafeeira e expansão da cultura de algodão e da pecuária. Na década de 1950, a pecuária de corte passou a liderar a economia dessa região, e o município de Araçatuba tornou-se referência nacional. Em 1970, com o Proálcool, ocorreu a instalação de usinas e destilarias em municípios da região, impulsionando o crescimento econômico. De 1995 a 2005, o crescimento do setor sucroalcooleiro, sobretudo a partir de 2003, liderou os crescentes investimentos no interior em indústrias de alimentos e bebidas, respondendo por 31,8%.

A mecanização do cultivo de cana-de-açúcar influiu sobre o número de empregados na produção do açúcar e do álcool. Apesar da criação de empregos na indústria, houve, na área agrícola, redução de postos de trabalho. O traçado do perfil desses trabalhadores revela que 70% deles tinham até 4 anos de estudo e, entre eles, 154.598 eram considerados analfabetos funcionais. A essa realidade agrega-se, ainda, o desemprego sazonal, presente em 25 municípios, com uma demanda estimada de 3.910 ocorrências.

No território, dos 1.821 estabelecimentos industriais, 22% são de couros e calçados; 17,6% de confecção de vestuários e acessórios; 12% de produtos alimentícios; 8,6% de produtos de metal; 7,5% de móveis; e 6,3% de produtos de minerais não metálicos.

O comércio varejista encontra-se presente em todos os municípios. O território destacou-se ainda na reparação de veículos automotores e motocicletas, concentrando 53% em Araçatuba, seguido dos municípios de Birigui (12%), Andradina (12%) e Penápolis (8,5%).

No setor de serviços, destacam-se as atividades: rádio e televisão, veterinárias, administração pública, educação, eletricidade e gás (hidrelétricas), organizações associativas e de utilidade pública de água (rios Tietê e Paraná).

Há unidades prisionais: 2 centros de ressocialização, 1 centro de progressão penitenciária e 8 penitenciárias, o que favorece a migração das famílias dos detentos, gerando um desequilíbrio na rede local de atendimento das Políticas Públicas.

Indicadores sobre a População

Segundo o IPRS, a região ocupa a 12^a posição quanto à dimensão riqueza, a 10^a em longevidade e a 4^a em escolaridade. Nela, 4,65% dos municípios integram o Grupo 1 com elevado nível de riqueza e bons

indicadores sociais. 9,3% estão classificados no Grupo 2 com bons níveis de riqueza, mas que não se refletem nos indicadores sociais. 39,53% encontram-se no Grupo 3, cuja principal característica é agregar municípios que, mesmo não apresentando níveis elevados de riqueza, conseguem exibir indicadores sociais satisfatórios. Dos municípios, 37,2% localizam-se no Grupo 4 e apresentam baixa riqueza e níveis intermediários de escolaridade e longevidade; 9,3% são classificados no Grupo 5, com baixos índices de riqueza e intermediário de longevidade e educação – neste grupo, estima-se que vivam 18.7987 habitantes.

Destaca-se que o grupo etário até 14 anos apresenta 16,6% do total da população da região, percentual inferior ao do Estado, que é de 19,6%.

O índice de envelhecimento da população tem aumentado desde 2000, quando era 45,1%, alcançando 72,0% em 2010, e 78,4% em 2012, número bem superior à média estadual no mesmo ano (58,9%).

Principais Vulnerabilidades Sociais Presentes na Região

Famílias em situação de fragilidade social de ruptura dos vínculos familiares (100% dos municípios); desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho (100% dos municípios); existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso à renda (51% dos municípios); e prevalência de risco que leva ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas em 11,27%. Desemprego na entressafra em 58,13% dos municípios.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Estrutura governamental e organizações conveniadas.

Rede Socioassistencial em 2015

Há 52 CRAS que ofertam o PAIF, com previsão mensal para atender 15.472 famílias. Serviços de Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos são ofertados em 41 municípios (93,34%), com previsão de um atendimento mensal de 2.599 crianças e adolescentes em atendimento em unidades públicas e 1.816 em unidades privadas. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 15 a 17 anos são ofertados em 39 municípios (90,69%), com 2.500 adolescentes atendidos na rede pública e 470 em unidades privadas. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos são ofertados em 38 municípios (88,37%), com uma previsão de atendimento de 1.568 pessoas.

Quanto à PSE, existem 7 CREAS instalados na região que ofertam PAEFI, com média mensal de 772 atendimentos. O Acolhimento Institucional existe em 14 municípios, contando com ILPI e Abrigo de Crianças e Adolescentes, em unidades públicas e privadas. Há ainda Centros POP nos municípios de Grande Porte, com média mensal de 202 atendimentos; 4 Residências Inclusivas executadas em três municípios, com uma previsão de 40 atendimentos/mês; Abordagem Social em 1 município e o Serviço de Proteção Social Especial a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC, com média/mês de 217 adolescentes.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

A região conta com 16 Departamentos de Assistência Social, 15 Secretarias, 6 Divisões, 1 Coordenação, 3 Seções/setores e 2 Diretorias. O pacto de Aprimoramento da Gestão estabelece (2014-2017): estruturação do órgão gestor nas subdivisões administrativas de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, e Área de Gestão do SUAS, com competência de Vigilância Socioassistencial. Os profissionais são estatutários (63,2%), celetistas (43,5%), comissionados (10,5%), entre outros (8,7%).

A DRADS conta com 8 profissionais: 1 diretor técnico II, 2 diretores técnicos I, 1 diretor I, 1 especialista em Desenvolvimento Social, 1 agente de Desenvolvimento Social, 1 auxiliar de saúde (afastada em licença-prêmio) e 1 oficial operacional. Além destes, 2 terceirizados: 1 de serviço de limpeza e 1 motorista, e mais 3 estagiários do curso de Administração de Empresas.

A previsão de recursos financeiros destinados aos municípios, de acordo com o PMAS/2015, é a seguinte: R\$ 32.993.848,61, sendo R\$ 24.618.398,00 provenientes de Fundos Públicos e R\$ 3.910.611,84 de recursos privados. Deste montante, a PSB tem R\$ 15.338.832,19; a PSE Alta Complexidade tem R\$ 11.753.907,50; e a PSE Média Complexidade, R\$ 5.901.108,91. Dos valores referidos, o FEAS previu R\$ 5.596.608,15; posteriormente, foram alterados e alocados nos PMAS R\$ 5.625.700,95. Quanto aos Programas Estaduais de Transferência de Renda previstos, há detalhamento de metas e valores para o Ação Jovem e o Renda Cidadã, Família e Idoso.

DRADS Alta Paulista

Caracterização Geral do Território

Com 253.977 habitantes (0,61% do Estado), essa região tem o município de Dracena como o mais populoso, seguido de Adamantina e Osvaldo Cruz. Entre 2000 e 2010 cresceu 0,72% ao ano – crescimento inferior à média estadual (1,09%). Tem 82,8% de urbanização, abaixo da média estadual (95,9%). A Nova Alta Paulista é composta por 29 municípios, dos quais 22 compõem o território da DRADS Alta Paulista desde 2005, ano de sua implantação. Desses 22, 19 têm menos de 20 mil habitantes e 3 têm entre 30 mil e 40 mil habitantes. São 3 de Pequeno Porte II e 19 de Pequeno Porte I. Em Gestão Plena são 2 e os demais em Gestão Básica. O território tem 5.907 km² (2,34% do Estado de São Paulo).

Localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo, o território da Alta Paulista faz fronteira com Alta Sorocabana, Alta Noroeste, Marília e o Mato Grosso do Sul. Formou-se entre as décadas de 1930 e 1960, ou seja, no período final da economia cafeeira e na fase inicial da economia urbano-industrial brasileira. Essa é uma das últimas regiões a serem ocupadas no Estado e esteve ligada à agropecuária (café), à construção da ferrovia e à especulação fundiária. Atraídos pelo baixo custo de terras, pequenos agricultores, com média etária superior a 50 anos, dirigiram-se para a Alta Paulista. Considerada uma das regiões mais prósperas do país nos anos 1950, passou a ser uma das mais carentes do Estado. Dos 100 municípios paulistas com menores IDH, 12 encontravam-se na Alta Paulista (1991). Atualmente, essa região se baseia em agropecuária, cana-de-açúcar, fruticultura e produção de grãos. Feiras e rodeios demonstram esse panorama. Ali também se encontram usinas sucroalcooleiras, fruticultura, indústria moveleira e ceramista, destacando a existência de pequenos distritos industriais. Dois municípios são banhados pelo rio Paraná e, após a construção de usinas hidrelétricas, criaram-se cenários apropriados ao lazer, com práticas náuticas e pesca. Nessas cidades existem balneários, hotéis e condomínios de ranchos, itens que atraem turistas. Há terras devolutas sendo transformadas em assentamentos. Prepondera o comércio e os serviços, os quais são desenvolvidos por pequenas empresas que pagam baixos salários. A realidade atual é resultante, também, da sofisticação do setor terciário, com ampliação do ensino superior, remodelação do setor comercial e da segurança pública e a instalação de presídios.

Indicadores sobre a População

A vulnerabilidade atinge 48,80% dos habitantes do território, em relação ao IPVS. O IDH teve evoluções, com uma variação pequena entre as cidades. Vinte municípios apresentam alto IDH, destacando-se a dimensão longevidade. Somente Ouro Verde e Pracinha estão nos valores médios, sendo os menores IDH-M da região. Adamantina e Dracena apresentam os melhores valores de IDH com 0,79 e 0,776, respectivamente. O IPRS não apontou avanços. Os 22 municípios encontram-se em grupos que apresentam algum tipo de vulnerabilidade. Há 5 municípios no Grupo 5, que corresponde aos mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais. Das 80.642 famílias cadastradas no CadÚnico, 16,26% (13.112) estão em situação de pobreza e, destas, 67,7% em situação de extrema pobreza.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Conforme o PMAS/2015, as principais situações de vulnerabilidades são: famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos (13,51%); desemprego ou inserção precária no mercado

de trabalho (10,81%); prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas (10,14%); pessoas idosas (9,46%); desemprego no período de entressafra (9,46%); e famílias com insuficiente ou nulo acesso à renda (8,78%). Em extrema pobreza há 16,26% das famílias. A população vulnerável da região corresponde a 40.384 idosos e 57.716 de pessoas com múltiplas deficiências. A região concentra 9 penitenciárias e uma unidade de internação da Fundação CASA. Há demandas sociais causada pela migração das famílias, em virtude das expansões de usinas sucroalcooleiras e de unidades prisionais que contribuem para o crescimento de fatores de risco, como alcoolismo, drogas, violência doméstica, prostituição e abuso sexual.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Os atores contribuem com recursos políticos, sociais, tecnológicos, econômicos, financeiros, de organização e de articulação, que atuam nos três poderes da administração pública – Executivo, Legislativo e Judiciário. Conta com Poder Judiciário; Promotoria Pública; Deputados; Equipe DRADS; Prefeituras Municipais; Câmara de Vereadores; Gestores Municipais de AS; outros Gestores setoriais; CRAS; CREAS; Fundo Social de Solidariedade Municipal de Assistência Social; Conselhos afins à área da assistência; Rede Socioassistencial; Diretorias Regionais de Saúde e de Educação e Associação de Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), criada em 1977 para congregar os municípios em fóruns para debater questões comuns e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira da região. Conta também com parcerias de Organizações do Terceiro Setor: entidades sociais; Senai; Senac; instituições de ensino superior (Fundec, Unesp, Reges, FAI); rádios; jornais e TV. E outras representações: rede de voluntariado e usuários da assistência social.

Rede Socioassistencial em 2015

Nos 22 municípios, a rede socioassistencial é composta por: 23 CRAS; 4 CREAS; 22 Conselhos Municipais Assistência Social, CMDCA e Tutelares; 13 Conselhos do Idoso; 2 Conselhos da Pessoa com Deficiência, 2 Conselhos de Segurança Alimentar, 3 Conselhos de Entorpecentes; 40 Entidades Sociais cadastradas no Sistema Pró-Social com serviços, programas e projetos. As Entidades Sociais com cofinanciamento do FEAS totalizam 43. Serviços cofinanciados por proteção: 57 da Proteção Social Básica, 14 da Proteção Social Especial de Média Complexidade e 18 da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O Programa Renda Cidadã atende 13,99% de famílias da região, considerando as 21.696 famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo. O Estado disponibiliza 3.787 vagas, das quais 3.033 estão preenchidas. Existem ainda os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, idosos e adultos e o Serviço não Tipificado para Pessoas com Deficiência Intelectual acima de 30 anos egressas dos convênios com a Secretaria de Educação; em 2009, eram 58 serviços e 5.490 pessoas atendidas, em 2015, passou para 57, e o número de atendidos, 6.549. A Política Nacional do Idoso e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência abrangem estratégias para a garantia de direitos e a região apresenta uma demanda substancial desse público: 40.384 idosos (15,9% da população) e 57.716 pessoas com deficiência (22,72%). São atendidos 772 idosos e 744 pessoas com deficiência, o que em porcentagem representa, respectivamente, 1,29% de idosos e 1,91% de pessoas com deficiência. Há 2 Centros Dia para Idosos.

Na Média Complexidade existem 14 serviços atendendo vítimas de violência e direitos violados. Três CREAS executam o serviço de Medidas Socioeducativas de LA. Para pessoas com deficiência e idosas, 8 municípios oferecem atendimento (Entidades e CREAS) e 1 município faz Abordagem Social. Ocorrências de trabalho infanto-juvenil, exploração sexual de adolescentes, drogadição e migração indicam a necessidade de implantação de um CREAS Regional. Em relação às questões de álcool e drogas, há necessidade de implantação dos serviços existentes (comunidade terapêutica) e implantação de novas unidades de atendimento voltados para a reinserção social. Na Alta Complexidade, a região conta com 11 Instituições de Longa Permanência de Idosos e 5 para crianças e adolescentes. Apenas Dracena oferece Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na modalidade de Casa Lar, e Tupi Paulista oferece o Serviço Casa de Passagem (Acolhimento para Adultos e Famílias).

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

RECURSOS HUMANOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DOS 22 MUNICÍPIOS: órgãos gestores 123, PSB-CRAS 131, Equipamentos sociais/pub./priv. 624, PSE-CREAS 27, Equipamentos sociais/pub./priv. 618. Os Recursos Humanos disponíveis para execução da Política de Assistência Social na instância municipal são insuficientes e com baixa compreensão da “assistência” enquanto política pública para o enfrentamento das demandas cada vez mais complexas, considerando os equipamentos sociais existentes nos municípios para a execução das ações, programas, projetos, serviços e benefícios.

RECURSOS HUMANOS DA DRADS APL/DRACENA: 4 diretores, sendo 1 regional e 3 dos Núcleos (Nucon, Nuasu e NUADM), 3 técnicos (Nucon e Nuasu), 1 assistente administrativo, 3 estagiários (1 Serviço Social, 2 da área administrativa), 2 terceirizados (motorista e faxineira). Frente ao contexto regional e à missão institucional da SEDS/DRADS, os Recursos Humanos são insuficientes e, quanto a habilidades e competências, necessita de aprimoramento com educação permanente conforme prevê a NOB/SUAS/RH.

VALORES REPASSADOS FEAS/SEDS: PSB: R\$ 1.692.352,11; PSE: R\$ 1.113.842,40 = Total geral: R\$ 2.806.794,51 (Fonte: PMAS/2015). Repasses direto para usuários: PTR (Fonte Pró Social): Total geral: R\$ 6.472.560,00. Total geral de recursos financeiros estaduais investidos na região: R\$ 9.279.354,51. Valores repassados e investidos-FEDERAL-MDS: PSB: R\$ 1.843.722,79; PSE: R\$ 873.172,95 (out/2015) = Valor total repassado pelo FNAS até out/2015: R\$ 3.268.662,57; IGD SUAS M – R\$ 66.749,72 (acumulado até abr/2015). Repasse direto aos usuários: Total PTR: R\$ 54.956.382,80. Total geral dos recursos federais aplicados na região: R\$ 58.291.795,09. Organizações privadas: R\$ 3.910.611,84. Municipal: R\$ 9.643.961,89. Os recursos financeiros SEDS investidos na região representam 11,44% do total de todas fontes de financiamento para execução da Política de Assistência Social, sendo o maior investimento em benefícios. Existe dificuldade quanto à adequação dos espaços físicos relativos aos equipamentos sociais da rede socioassistencial.

DRADS Alta Sorocabana

Caracterização Geral do Território

Localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, a região administrativa de Presidente Prudente é a quarta maior em extensão territorial, com 23.952 km² (9,6% do território paulista). Tem 583.766 habitantes. Ela é composta por 32 municípios – 23 são de Pequeno Porte I, 8 de Pequeno Porte II e 1 de Grande Porte –, parte dos quais faz ligação com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

A estrutura econômica regional é baseada na produção agropecuária, com expressiva participação da pecuária bovina e da cana-de-açúcar. Conta com 7 usinas: 2 em Martinópolis e as demais nos municípios de Mirante do Paranapanema, Narandiba, Presidente Prudente, Sandovalina e Teodoro Sampaio. Em 2008, o comércio ocupava a primeira posição em número de estabelecimentos, com cerca de 40% do total regional. Atualmente é o setor de serviços que lidera o *ranking* das oportunidades de trabalho.

A agroindústria é o principal segmento da indústria de transformação (curtimento de couro e usinas). O processo de expansão do negócio sucroalcooleiro vem ocorrendo por meio da instalação de novas unidades processadoras ou por meio da ampliação de empresas existentes ou, ainda, em razão da reestruturação de usinas desativadas. A presença de assentamentos e movimentos agrários é outro aspecto do território.

É grande o desafio de diversificar a economia, com atividades geradoras de emprego e renda que contribuem para a fixação da população. A taxa de crescimento populacional anual entre os anos de 2010 e 2015 é de 0,43%, frente a 0,87% em todo o Estado de São Paulo. A região tem baixo potencial de investimento, o que gera um IDH abaixo do esperado.

Indicadores sobre a População

O PIB da região representa apenas 0,88% do PIB paulista. Trata-se de uma região com grandes desafios para o enfrentamento da pobreza. Apesar dessa realidade, o desempenho de alguns indicadores sociais, como escolaridade e longevidade, é superior à média estadual; em 2012, a região teve 55% e 71% desses indicadores, respectivamente, enquanto a média estadual foi de 52% e 70%. Na dimensão longevidade, comparando-se com as outras regiões paulistas, a região de Presidente Prudente evoluiu para a 4ª posição.

A concentração de penitenciárias e assentamentos torna a região mais suscetível à migração, gerando inconstância na organização das políticas públicas e na oferta de serviços, provocando a necessidade de aumento da geração de empregos.

Situações de Vulnerabilidade Social

O território apresenta índices de vulnerabilidade de difícil enfrentamento. De acordo com o IPVS, 371.755 pessoas encontram-se em situação de Média, Alta e Muito Alta vulnerabilidade social. Municípios de Pequeno Porte têm demanda expressiva referente à violação de direitos: violência doméstica; ato infracional; exploração sexual; negligência e migração. Verifica-se um alto índice de envelhecimento. Problemas quanto ao uso de substâncias psicoativas ocorrem em 68% dos municípios. Dos 316.525 habitantes classificados nesses grupos, apenas 25.776 estão sendo atendidos nos serviços socioassistenciais executados pelas redes pública e privada da Assistência Social. Logo, têm sido atendidos 8,14% da demanda estimada.

Principais Atores Sociais

A gestão da Política Municipal de Assistência Social na região é incipiente, uma vez que grande parte dos Secretários Municipais não apresenta amplo conhecimento político, teórico e financeiro. Assim, está evidente a necessidade de haver um esforço para a melhoria do desempenho técnico e operacional-financeiro, visando reduzir as sobreposições, devoluções, reprogramações e perdas de recursos financeiros, o que dificulta a implantação de novos serviços, necessários frente às alterações do contexto territorial.

Além dos serviços públicos, os municípios da região contam com a forte presença das organizações não governamentais, que complementam a rede socioassistencial; no entanto, os trabalhadores dessas organizações também necessitam de contínua capacitação.

Rede Socioassistencial em 2015

Existem 77 locais de execução pública, 34 CRAS, 9 CREAS, 3 equipes volantes, 1 Centro POP e 76 Organizações Não Governamentais. Dois municípios não têm CRAS: Nantes e Mirante do Paranapanema. Existem 12 vagas de acolhimento institucional em Comunidade Terapêutica, relativas ao Programa Recomeço, no município de Presidente Prudente.

Recursos Previstos x Recursos Alocados x Recursos Executados

Os municípios contam com os financiamentos Federal, Estadual, Municipal e Privado. Valores de repasse: FMAS: R\$ 9.093.468,37; FMDCA: R\$ 531.531,60; FEAS: R\$ 4.038.957,68; FNAS: R\$ 4.923.844,96; Organizações Privadas: R\$ 12.848.926,96. O repasse do Fundo Estadual de Assistência Social tem contemplado o financiamento de apenas 12,84% da Política de Assistência Social na região.

Quanto aos Programas de Transferência de Renda, 47.335 beneficiários têm sido atendidos por meio dos Programas Estaduais, Ação Jovem, Renda Cidadã e Renda Cidadã-Benefício Idoso, bem como do Programa Federal Bolsa Família, além do BPC Idoso e BPC-PCD, totalizando o repasse anual de R\$ 128.270.413,20 para as famílias da região.

Existe dificuldade para se implantar, nessa região, equipamentos; isso ocorre porque faltam recursos tanto para realizar concursos públicos quanto para adequar espaços físicos. Há necessidade de oferta de vagas

regionais de acolhimento institucional em Comunidade Terapêutica pelo Programa Recomeço, além da implantação de equipamentos que compõem a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, fundamentada pela estimativa de demanda e pelo número de municípios de Pequeno Porte I, os quais não possuem condições para a manutenção da estrutura física e operacional. Para a execução dos serviços socioassistenciais, os municípios contam com 2.036 trabalhadores, conforme o PMAS/2015.

O cenário exposto demonstra a Política de Assistência Social Regional atual e mostra indicadores dos caminhos que ela deverá seguir nos próximos anos. Para monitorar, avaliar e, sobretudo, impulsionar as implantações regionais, a DRADS conta com uma pequena equipe composta por 9 funcionários, sendo lotados da seguinte forma: 3 no Núcleo Administrativo, 3 no Núcleo de Convênios, 2 no Núcleo de Avaliação e Supervisão e 1 Diretora Técnica Regional.

DRADS Araraquara

Caracterização Geral do Território

A DRADS Araraquara abrange uma região de 26 municípios, sendo 14 de Pequeno Porte I, 6 de Pequeno Porte II, 4 de Médio Porte e 2 de Grande Porte. Desses, 8 encontram-se em Gestão Inicial, 16 em Gestão Básica e 2 em Gestão Plena. A densidade demográfica situa-se em 77,7% e a taxa geométrica de crescimento anual da população é de 0,7%. O grau de urbanização está em 92%.

Indicadores sobre a População

O número de habitantes da região da DRADS Araraquara perfaz um total de 951.408 pessoas. A população com menos de 15 anos corresponde a 19,5%, e a com mais de 60 anos, 13,9%. O IPVS do território concentra-se no grau 5, seguido do grau 4. Vale frisar que é alta a porcentagem de crianças e adolescentes na população, assim como também é alta a porcentagem de idosos, chegando a um total de 3.500 pessoas em situação de vulnerabilidade social nessa região.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Emprego e habitação são, em geral, os principais problemas de todo o território, principalmente nos períodos de entressafra (a demanda estimada é de 2.640 pessoas nessa situação). O desemprego ou a inserção precária no mercado de trabalho corresponde a 16.035 pessoas, numa demanda estimada de 70 mil pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social segundo a demanda e os serviços disponíveis.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Todos os níveis de governo integram, financeira ou estrategicamente, a estruturação dos serviços socioassistenciais e/ou benefícios, assim como as entidades privadas, que participam por meio de convênios estabelecidos nos municípios para o atendimento do público de maior vulnerabilidade social. Vale destacar o expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos como saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança e habitação, bem como a existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar), que correspondem a mais de 1.000 pessoas que necessitam não somente da atuação da política de assistência social como também de outras políticas públicas complementares.

Rede Socioassistencial em 2015

Os serviços por Proteção Social em 2015 estão assim distribuídos: Proteção Social Básica – 66%, Proteção Social de Média Complexidade – 21% e Proteção Social de Alta Complexidade – 13%.

A Proteção Social Básica conta com uma rede de 35 CRAS, tendo previsão de criação de mais 3 unidades em 2016. Apenas os municípios de Dourado, Motuca e Rincão não possuem CRAS, mas já receberam

aporte da SEDS para sua implantação. A principal dificuldade dos municípios refere-se à contratação da equipe de referência e à infraestrutura.

Há 80 entidades sociais públicas e 130 entidades privadas trabalhando com o público de maior vulnerabilidade, que são crianças, adolescentes e idosos.

O território da DRADS Araraquara tem 7 CREAS e há previsão de implantação de mais 1 no município de Descalvado, ainda em 2015, além de 2 Centros POP. Em relação ao Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, a DRADS Araraquara tem cerca de 14 municípios cofinanciados, com uma média de 363 adolescentes atendidos/mês, que perfazem R\$ 54.750,00/mês e R\$ 657.000,00/ano. Os demais municípios trabalham com uma equipe ou um técnico de referência da Proteção Social Especial do Órgão Gestor. Todos os municípios apresentam dificuldades de montar e manter essa equipe, o que deixa os profissionais sobrecarregados, e os usuários, sem referências e soluções para as suas vulnerabilidades.

Quanto à PSE de Alta Complexidade, entidades sociais privadas trabalham com o público em Instituições de Longa Permanência para idosos, Abrigos Institucionais para crianças, adolescentes e jovens e Residência Inclusiva. O processo de reordenamento que vem ocorrendo dentro da política nacional do SUAS causou mudanças profundas nas instituições e na metodologia do trabalho – por exemplo, o processo de implantação de 1 Residência Inclusiva no município de Araraquara. Doze municípios apresentam dificuldades de manutenção dos serviços prestados, em razão do cofinanciamento ínfimo em relação à complexidade dos serviços. Na DRADS Araraquara, há o atendimento de 3.162 pessoas em Alta Complexidade.

Os 26 municípios aderiram ao Programa São Paulo Amigo do Idoso. Em relação ao Programa São Paulo Solidário, que é dividido em três etapas – Busca Ativa, Retrato Social e Além da Renda, respectivamente –, tem-se que a primeira etapa foi realizada em 23 municípios, que, na segunda etapa, receberão o diagnóstico socioterritorial de sua região. O único município que se encontra na terceira etapa é Dourada, que está aplicando o recurso do Projeto na construção do Centro de Qualificação Profissional, de acordo com o que foi apontado na etapa Retrato Social como os maiores problemas do município: emprego e habitação.

Todos os municípios aplicam os Programas de Transferência de Renda. São mais de 100 mil beneficiados pelos programas estaduais (Ação Jovem, Renda Cidadã e Renda Cidadã Idoso) e federais (Bolsa Família, BPC e Peti).

Recursos Previstos x Recursos Alocados x Recursos Executados

Em 2015, os recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual da Assistência Social somaram R\$ 4.587.460,61, sendo R\$ 2.203.867,12, quase a metade do valor total, para os serviços da Proteção Social Básica. Para a Proteção Especial de Média Complexidade são repassados R\$ 930.000,00, e R\$ 1.453.593,49 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Os municípios de São Carlos e Araraquara concentram os maiores valores de repasse. A DRADS é composta de 3 diretores técnicos e 1 diretor (comissionados), 2 agentes de desenvolvimento social (efetivo), 1 motorista (terceirizado) e 2 estagiários. Em relação aos municípios, existem cerca de 210 profissionais da área da assistência social nos órgãos gestores, além dos profissionais alocados nas unidades públicas e privadas. Vale apontar que os recursos repassados fundo a fundo aos municípios ainda são insuficientes, bem como os salários dos funcionários públicos estaduais da SEDS, para a manutenção, execução e, principalmente, a garantia da qualidade dos serviços prestados.

DRADS Avaré

Caracterização Geral do Território

Com população formada por 495.256 habitantes, a DRADS Avaré apresenta 29 municípios localizados na região Sudoeste do Estado de São Paulo. Entre os municípios, predominam os de Pequeno Porte I e II, sendo

6 com população abaixo de 10 mil habitantes e 9 com população abaixo de 5 mil habitantes. Os municípios do entorno de Avaré e Ourinhos utilizam os Serviços de Saúde de Alta Complexidade dessas cidades, além de, nelas, terem acesso a Universidades, Comércio, Segurança Pública, entre outros.

Vale destacar que 8 municípios fazem fronteira com o Estado do Paraná, 3 têm título de Estância Turística e 1 de Estância Hidromineral, por cumprirem pré-requisitos de Lei Estadual, o que lhes garante maiores investimentos para promoverem o turismo regional. Isso, no entanto, não impede processos migratórios nem a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. Em relação à base econômica dessa região, o que predomina é a agropecuária.

Ressalta-se, ainda, a existência de população carcerária em presídios de Avaré, Bernardino de Campos, Cerqueira César, Iaras, Itaí, Ourinhos e Taquarituba, e de 4 Unidades da Fundação CASA (Cerqueira César e Iaras), sobrecarregando os municípios nas áreas de Saúde e Assistência Social, uma vez que concentra alto volume de população flutuante. Em Iaras, há o agravante da existência de famílias assentadas e acampadas, que envolvem outros atores para a efetivação de políticas públicas, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia federal da Administração Pública brasileira, com a missão de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, e a Fundação Itesp, responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária. Quanto à existência de grupos populacionais específicos, citam-se grupos indígenas no município de Barão de Antonina.

Indicadores sobre a População

A taxa de urbanização média é de 89,28%. Alguns municípios têm baixa taxa de urbanização (abaixo de 70%), com extensas regiões rurais, o que dificulta o acesso das famílias a bens e serviços públicos. Dos 29 municípios, 21 possuem mais de 75% da população com IPVS 4,5 ou 6, sendo que 10 estão entre os municípios com o IDH mais baixo do Estado de São Paulo.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Tendo como referência as informações constantes nos Planos Municipais de Assistência Social e as análises de caráter diagnóstico elaboradas pelos municípios, as principais situações de vulnerabilidades apontadas na região de Avaré são: fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos; famílias com insuficiente ou nulo acesso à renda; desemprego no período de entressafra e dificuldades de acesso a serviços públicos.

Outro problema que decorre da prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido e abusivo de substâncias psicoativas consiste na identificação de demandas pela Política de Assistência Social, cuja responsabilidade é de competência da Política de Saúde, que não dispõe nesta região de Equipamento de Retaguarda – CAPS AD, unidade de saúde especializada em atender os dependentes de álcool e drogas, dentro das diretrizes determinadas pelo Ministério da Saúde, que tem por base o tratamento do paciente em liberdade, buscando sua reinserção social. O fato de a Política de Saúde não reconhecer os direitos do usuário ao serviço dificulta o acompanhamento, gerando uma demanda expressiva de pessoas em situação de rua para os Serviços de Acolhimento em Avaré, Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo. Em razão da ausência do tratamento, a reinserção familiar fica inviabilizada.

A região é caracterizada por uma economia predominantemente agrária e pouco diversificada, por oportunidades de emprego bastante restritas (especialmente no setor formal) e pela limitação de opções/possibilidades de participação cultural, o que de certa forma limita a oferta desses serviços por meio da Proteção Social Básica – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, gerando demandas para a Proteção Social Especial. Um exemplo dessas demandas é o alto índice de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, se considerarmos a prevalência do porte de municípios desta região.

Os 29 municípios apresentam demanda de Proteção Especial, atendida pelos CREAS e, algumas vezes precariamente, pelo Órgão Gestor ou pela rede privada, em desfavor do usuário.

Considerando a gravidade das situações apresentadas, cumpre mencionar que existe uma demanda elevada, também, para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, em especial o Acolhimento Institucional, ocasionada pela ruptura de vínculos familiares, causada por diferentes formas de violência/negligência, tanto no que diz respeito a crianças e adolescentes, como a idosos, demandando do Estado a regulamentação de estratégias de reordenamento para o atendimento às exigências estabelecidas no Estatuto do Idoso e na Política Nacional de Atendimento à pessoa com deficiência.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

No que se refere aos principais atores sociais, ressaltamos a contribuição dos trabalhadores do SUAS, estaduais e municipais, engajados na política pública de Assistência Social. Os gestores municipais da Assistência Social, em sua maioria denominados “Secretários Municipais”, marcam sua trajetória de forma favorável, quando aliam o conhecimento técnico, inclusive da legislação, com articulação, poder de persuasão e engajamento. No entanto, a trajetória pode ser negativa quando é marcada por interesses próprios e/ou políticos partidários, falta de conhecimento da área, e ausência de liderança e de compromisso com o usuário. Referenciamos a importante contribuição das Entidades de Assistência Social nos municípios, que atuam na ausência ou complementação do poder público. Os Conselhos de Direitos podem ser parceiros, mas necessitam de capacitação para assumir os objetivos de participação e controle social, para parcerias e para promoverem a articulação, a deliberação, o apoio e o monitoramento necessários à qualificação dos serviços prestados aos usuários da Assistência Social.

Rede Socioassistencial em 2015

A região de Avaré dispõe de 41 CRAS, sendo que todos os municípios possuem ao menos 1 unidade. A maioria dos municípios, por ser de Pequeno Porte I, não possui rede privada de serviços. De forma geral, grande parte dos usuários da Proteção Básica permanece na condição de dependentes dos serviços, sendo tímidos os resultados no âmbito do PAIF.

No âmbito da Proteção Especial, a região conta com apenas 6 CREAS, os quais oferecem os Serviços de PAEFI e Medidas Socioeducativas; isso porque o custo para a manutenção de equipe técnica em municípios de Pequeno Porte I é elevado. Para atender pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias, a DRADS possui 15 unidades públicas e privadas de Média Complexidade que oferecem serviços, mediante cofinanciamento. As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais atendem a uma demanda de pessoas acima de 30 anos liberadas pela Secretaria Estadual de Educação sem provisão de recursos públicos suficientes. O atendimento à população em situação de rua foi estruturado em Ourinhos, com a implantação do Centro POP. Em Avaré, estão instituídos os Serviços de Abordagem e de Acolhimento, na modalidade Casa de Passagem. O município de Santa Cruz do Rio Pardo permanece com dificuldades de rede de apoio a migrantes e pessoas em situação de rua, contando apenas com o Serviço de Abordagem Social.

Destaca-se a existência de 46 Serviços de Acolhimento Institucional, sendo 43 Abrigos, 1 Casa Lar e 2 Casas de Passagem. Dos 43 Abrigos, 23 destinam-se ao atendimento de crianças e adolescentes, 16 ao de idosos e 4 ao atendimento de adultos. Há um equipamento – a Fundação Padre Emílio Immoos – que acolhe 67 pessoas com deficiência, a maioria procedente da capital e de outras regiões do Estado, por meio de convênio direto com a SEDS – convênio estadualizado, sendo prioritário o estabelecimento de proposituras Normativas para o Reordenamento em face das orientações para implantação de Residência Inclusiva.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Em relação aos Recursos Humanos, a DRADS conta com 9 funcionários, entre administrativos e técnicos; destes, 4 técnicos, distribuídos entre Nuasu e Nucon, são responsáveis pelo monitoramento e acompanhamento dos 29 municípios da região, que compreende orientação e apoio técnico aos 2.597 trabalhadores do SUAS da região, por meio de ações estratégicas.

No que se refere à dotação orçamentária, à região de Avaré são destinados anualmente os valores correspondentes a R\$ 3.345.211,78 para custeio dos serviços socioassistenciais, mediante transferência fundo

a fundo e diretamente à Entidade, os quais foram gradativamente destinados da Proteção Social Básica para a Especial, que corresponde atualmente a R\$ 1.896.113,67, ainda que o que permanece na Proteção Social Básica constitui-se em transferência para a rede privada histórica.

Por questões de atribuições e responsabilidades, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social nesta região mantém convênio com a Fundação Padre Emílio Immoos de Avaré para o Serviço de Acolhimento Institucional de jovens e adultos com deficiência, limitado a 70 vagas, cujo valor *per capita* mensal corresponde a R\$ 1.200,00, totalizando um valor anual de R\$ 1.008.000,00.

DRADS Baixada Santista

Caracterização Geral do Território

A DRADS Baixada Santista abrange 9 municípios, sendo 2 de Pequeno Porte II (Bertioga e Mongaguá), 2 de Porte Médio (Itanhaém e Peruíbe) e 5 de Grande Porte (Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente). Sete estão em Gestão Básica e 2 em Gestão Plena (Santos e São Vicente). A região ocupa 2.420,50 km², que correspondem a menos de 1% da superfície do Estado. Essa é a 15^a região metropolitana mais populosa do país, com uma população em torno de 1.749.343 habitantes. Nos períodos de férias, acolhe igual número de pessoas, que se instalam em seus municípios. Vale ressaltar que em 1950 a região possuía 260.252 habitantes. Há um processo contínuo de conurbação e integração socioeconômica entre os municípios, e a maior parte da população na região (99,81%) reside em áreas urbanas.

O desenvolvimento regional tem como polo a cidade de Santos por sua atividade portuária (impostos/serviços de importação e exportação). A vocação industrial é característica predominante do município de Cubatão, primeiro polo industrial do país. Nos demais municípios (Bertioga, Guarujá, Itanhaém, Peruíbe, Praia Grande e São Vicente), o setor que prevalece é o de serviços, ligados ao turismo e comércio varejista, sendo forte em Praia Grande a atividade no ramo da construção civil. A atividade imobiliária é uma atividade intensa em todas as cidades. E as atividades de extrativismo, aquicultura e pesca estão presentes, porém, com menor participação econômica. O PIB da região em 2012 foi de 60 bilhões de reais.

Indicadores sobre a População

Pessoas com menos de 15 anos de idade são 20,29% da população na região, enquanto pessoas com 60 anos ou mais correspondem a 14,56%. As duas taxas são superiores à média estadual.

Conforme o IPVS, 14,68% das pessoas estão no Grupo 5, 10,9% no Grupo 6 e 0,2% está no Grupo 7. Ou seja, 8,59% da população da DRADS se encontram nos três grupos de mais alta vulnerabilidade, com aproximadamente 137 mil pessoas. Somando-se a população classificada nesses grupos (5, 6 e 7), percentualmente as maiores concentrações estão em Bertioga (40%), Cubatão (33%) e Praia Grande (31%).

Segundo dados do Censo IBGE 2010 referentes à situação de extrema pobreza nos municípios da região metropolitana da Baixada Santista, o município de Santos possui o menor índice, com 5.865 (1,4%) da população municipal em situação de extrema pobreza, seguido de Bertioga, com 1.260 (2,6%) nesta situação, São Vicente, com 8.639 (2,6%), e Praia Grande, com 7.278 (2,8%). Na sequência, o município do Guarujá, com 10.367 (3,6%) da população municipal em situação de extrema pobreza. Com níveis mais elevados, encontram-se os municípios de Peruíbe, com 2.457 (4,1%) em situação de extrema pobreza, e Itanhaém, com 3.530 (4,1%). Também têm população municipal em situação de extrema pobreza os municípios de Mongaguá, com 2.366 (5,1%), e Cubatão, com 6.156 (5,2%).

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; estratégias e alternativas diferenciadas de sobre-

vivência que podem representar risco pessoal e social; fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda.

Ausência de infraestrutura urbana e saneamento básico; alta demanda por consumo de água; especulação imobiliária e empecilhos à regularização fundiária; violência urbana; baixa oferta de serviços de lazer e cultura; mobilidade urbana deficitária; baixa diversidade de oferta de empregos.

Há vulnerabilidades relacionadas ao desenvolvimento regional, pautado em ações não totalmente articuladas entre os municípios. A estrutura dos serviços socioassistenciais é precária, especialmente os voltados para a PSE de Média e Alta Complexidade.

Principais Atores Sociais

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Fundo Nacional de Assistência Social; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social da Baixada Santista; 9 órgãos gestores municipais de assistência social; 9 Conselhos Municipais de Assistência Social; 93 entidades da rede privada socioassistencial.

Rede Socioassistencial em 2015

Por mês são atendidas 5.600 pessoas nos serviços de PSE de Média Complexidade, 18.384 pessoas na PSB; e 1.638 pessoas nos serviços de Acolhimento.

Em 2015, a Proteção Social Básica da Baixada Santista estava composta por 33 CRAS, todos oferecendo PAIF. Foram atendidas 9.271 famílias por mês. Há também 5 SCFV para crianças com até 6 anos de idade (320 atendimentos/mês); 88 SCFV para crianças acima dos 6 anos, adolescentes e jovens até 30 anos (9.501 atendimentos/mês); 8 SCFV para adultos (366 atendimentos/mês); 32 SCFV para idosos (8.197 atendimentos/mês) e 36 serviços não tipificados, que atendem 11.139 pessoas/mês em atividades de geração de renda, cursos profissionalizantes e inclusão produtiva.

Para a Proteção Social Especial de Média Complexidade, a rede é composta por 12 CREAS e todos os municípios oferecem serviços de PAEFI, LA e PSC. Destaca-se Praia Grande, com previsão mensal de 540 atendimentos/mês no PAEFI, 160 atendimentos/mês para LA e previsão de 105 atendimentos/mês na PSC. A rede pública oferece 8 unidades para Abordagem Social, com maior número de atendimentos em São Vicente (500), Santos (300) e Guarujá (320), e também unidades de PSE para pessoa idosa/com deficiência em 7 municípios. Há Centros POP em 6 municípios, com maior previsão de atendimento em Itanhaém (150/mês).

Em relação à PSE de Alta Complexidade, 55,5% dos municípios oferecem serviço de acolhimento para adultos e famílias. Itanhaém e Mongaguá atendem somente em unidades privadas, e Praia Grande tem somente uma unidade pública do serviço, para este perfil de usuário. São Vicente tem uma unidade pública e uma privada. Peruíbe não possui este tipo de atendimento. A maior oferta de serviço de acolhimento na região é para crianças e adolescentes, com equilíbrio entre unidades da rede pública (15) e da privada (12). Todos os municípios oferecem o serviço, mas Guarujá tem maior previsão de atendimento mensal (163/mês). O acolhimento para pessoas idosas é oferecido em 66,6% dos municípios, com preponderância da rede privada (9 unidades). Há Casas de Passagem em 5 municípios e apenas 3 oferecem serviço de Residência Inclusiva. O Serviço de Acolhimento em República é oferecido somente por Santos, voltado para o atendimento de idosos, enquanto o Serviço de Família Acolhedora é oferecido exclusivamente em unidades públicas de Santos e Praia Grande. Apenas 3 municípios oferecem acolhimento para mulheres vítimas de violência e 3 municípios oferecem serviços não definidos na Resolução CNAS nº 109, prioritariamente em unidades públicas.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Somando os recursos do FMAS, FEAS e FNAS, em 2015 o financiamento dos serviços socioassistenciais na região foi de R\$ 44.236.566,67, sendo a maior parte para serviços de PSE de Alta Complexidade, seguido pela PSB e PSE de Média Complexidade.

Para o financiamento do PAIF são investidos mais de R\$ 8,6 milhões, sendo 53% dos FMAS, 43% do FNAS e 4% do FEAS. Para os SCFV da região são destinados quase R\$ 12 milhões, sendo 76% custeados pelos FMAS, 18% pelo FNAS e 6% pelo FEAS.

O principal custeio dos FMAS na PSB é para os SCFV de idosos, seguido do custeio para os SCFV para adolescentes e jovens. Os serviços não tipificados na PSB consomem mais de R\$ 3,5 milhões, aproximadamente 14% do total destinado à PSB.

Para o PAEFI, o montante destinado de recursos é cerca de R\$ 3,4 milhões, sendo 48% dos FMAS, 35% do FNAS e 17% do FEAS. Já para o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o montante é de mais de R\$ 1,9 milhão, dos quais 59% são do FNAS, 39% do FMAS e 2% do FEAS. Na distribuição total dos recursos por serviços, a maior parte refere-se ao PAEFI, e para serviços não tipificados são destinados R\$ 154.772,66. Para os serviços de PSE de Alta Complexidade são previstos R\$ 21.717.477,90, sendo 72% custeados pelos FMAS, 18% pelo FNAS e 10% pelo FEAS.

No que diz respeito aos Recursos Humanos, a DRADS Baixada Santista é composta hoje por 7 funcionários. Três são estatutárias: 1 diretora de núcleo, com formação em Pedagogia; 1 diretora de DRADS, com formação em Serviço Social; 1 Agente de Desenvolvimento Social, com formação em Sociologia; 3 são comissionadas: 2 diretoras de núcleo, sendo 1 formada em Administração e 1 em Psicologia; 1 administrativa, com formação em Processos Gerenciais; e 1 motorista terceirizado. A DRADS conta também com 1 estagiária de Serviço Social.

A rede socioassistencial da Baixada conta hoje com 370 trabalhadores ligados diretamente aos órgãos gestores da Política nos municípios. Desses, 164 têm nível superior e 167 nível médio. Das áreas de formação previstas pela Resolução CNAS nº 17/2011, prepondera o Serviço Social (53), seguido do Direito (17) e da Administração (16). Entretanto, trabalhadores com formação de nível superior diferente da estabelecida na Resolução são maioria nos municípios (54). Dos 164 trabalhadores de nível superior, somente 50 são pós-graduados. Para as unidades executoras, temos um universo de 3.005 trabalhadores, dos quais 1.381 têm nível médio e 1.115 têm nível superior, preponderando, para esses últimos, a formação em Serviço Social (362) ou em outra área não contemplada pela Resolução CNAS nº 17 e NOB/RH (316). Dos formados em nível superior, somente 270 têm pós-graduação.

DRADS Barretos

Caracterização Geral do Território

Localizada ao norte do Estado de São Paulo, possui extensão de 8.298 km², representando 3,3% do território estadual. Faz divisa com o Estado de Minas Gerais e abrange 19 municípios, sendo 15 de Pequeno Porte I, 1 de Pequeno Porte II, 2 de Médio Porte e 1 de Grande Porte.

Todos os municípios desenvolvem atividades agropecuárias. Os principais produtos são: cana-de-açúcar, laranja, carne bovina, soja, borracha, milho, frango e tomate. Tais produtos se integram com atividades secundárias, dando à região um perfil agroindustrial, concentrado em Bebedouro, Guaíra, Olímpia, Barretos e Colina. As atividades econômicas relacionadas ao trabalho no campo trazem uma característica de sazonalidade de empregos e inserção precária no mercado de trabalho, ocupação de terras e outros problemas relacionados à renda.

A Festa do Peão em Barretos proporciona oportunidades de trabalho em setores como segurança, montagem, serviços de bar e restaurante, limpeza, recepção, representação comercial, panfletagem, além de grande movimentação hoteleira e no comércio, requerendo contratações temporárias. Esse evento atrai pessoas desempregadas e sem residência fixa.

Olímpia tem como principal atividade o lazer em águas termais em seu parque aquático, que atrai milhares de pessoas ao longo do ano. O município vem desenvolvendo uma estrutura de serviços, o que tem

refletido no crescimento do número de vagas de emprego. A elevação do custo de vida e a falta de mão de obra qualificada resultam em desemprego e aumento da violência relacionada ao uso de drogas, lícitas e ilícitas. Observa-se um aumento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas.

O município de Colômbia faz divisa com o Estado de Minas Gerais e fica às margens do Rio Grande, com ranchos de turistas e pescadores aos fins de semana. Houve indícios de abuso e exploração de crianças e adolescentes em festas nesse local. Existe uma população ribeirinha com 2 assentamentos, que necessita de atendimento especializado por meio do CREAS, embora seja um município de Pequeno Porte I, com 5.994 habitantes.

Indicadores sobre a População

O percentual médio de jovens abaixo de 15 anos (18,8%) é próximo da média do Estado (19,6%), assim como o percentual de pessoas acima dos 60 anos (14,4%), que se iguala ao Estado. Há presença de grandes agrupamentos de vulnerabilidade do Grupo 7, em áreas rurais, e dos grupos 4 e 5 em áreas urbanas.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Classificam-se as vulnerabilidades em três níveis: primeiro, o desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; desemprego no período de entressafra; famílias com insuficiente ou nulo acesso à renda; dificuldade de acesso a serviços públicos; situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares e prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas.

Em seguida, estratégias alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; alta porcentagem de pessoas idosas, de crianças e adolescentes.

A terceira refere-se à ausência de uma atuação das proteções sociais especiais. Em mapa, localiza áreas de maior concentração de vulnerabilidades em cada município.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Na região da DRADS Barretos encontram-se como principais atores sociais os coordenadores de CRAS e CREAS, gestores de Assistência Social, assistentes sociais, psicólogos, prefeitos municipais, vereadores, Ministério Público, Judiciário, usuários, trabalhadores de entidades sociais e ONGs.

Vale ressaltar que, com relação aos usuários, ainda há uma participação tímida, mas eles não se reconhecem como atores sociais, ou seja, como pessoas que podem participar do desenvolvimento da política de assistência social na região e contribuirativamente com ele. Podemos comprovar isso com a pouca participação dos usuários nos Conselhos Municipais.

Nessa região, em sua grande maioria, foi formada por coronéis, o que por si só se explica, e tem-se pouco tempo de democracia para que isso se tenha consolidado totalmente. Sente-se que existe a necessidade de o Estado também colaborar para que isso se consolide e que todos os atores se sintam atores, de fato.

Rede Socioassistencial em 2015

Existem 19 CRAS e 19 Entidades Sociais atuando na Proteção Social Básica. Na Proteção Especial de Média Complexidade, há 6 CREAS e 17 Entidades Sociais e, na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, 1 Centro POP, 3 Casas de Passagem, 7 Abrigos de Crianças e Adolescentes, 16 Instituições de Longa Permanência para Idosos e 3 Albergues.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

A maioria dos 19 municípios apresenta defasagem de Recursos Humanos, o que dificulta o desenvolvimento dos Serviços dos CRAS. Os órgãos gestores desses municípios não possuem uma equipe mínima, com o agravante de que algumas dessas não possuem qualificação adequada.

A DRADS Barretos recebe anualmente R\$ 4.633.063,54, sendo R\$ 2.068.868,13 para a Proteção Social Básica e R\$ 2.564.195,41 para a Proteção Social Especial. O valor repassado é insuficiente, em vista da situação dos municípios que, por diversas razões, não apresentam condições financeiras ou políticas para assumirem a Política de Assistência Social.

DRADS Bauru

Caracterização Geral do Território

A DRADS Bauru é composta por 39 municípios com uma população total de 1.052.395 habitantes e ocupa 16.105 km² (6,5% do território do Estado). São 27 municípios de Pequeno Porte I (menos de 20 mil habitantes; sendo que, desses 27, 12 têm menos de 5.000 habitantes), 8 de Pequeno Porte II, 2 de Porte Médio e 2 de Grande Porte (Bauru e Jaú). Bauru é o maior polo, onde residem 343.695 habitantes (32,6% do território). Em Gestão Plena estão 7 municípios e, em Gestão Básica, 32.

Localizada na região central do Estado, Bauru é a cidade do interior do Estado que reúne melhor estrutura para a implantação de empreendimentos industriais e comerciais. Num raio de 400 km concentra 60% do PIB nacional. O entroncamento rodo-hidro-ferroviário favoreceu o desenvolvimento econômico baseado em atividades industriais (têxteis, mobiliário, bebidas, alimentos) e agropecuárias (cana-de-açúcar, carne bovina, laranja), com a presença de grandes usinas sucroalcooleiras. A base da economia é a agricultura, agropecuária, agroindústria, pequenas indústrias e comércio.

Por ser uma região agrícola, observa-se desemprego e trabalho informal na época da entressafra. Após a safra, a mão de obra dificilmente é absorvida, agravando-se as dificuldades de emprego em razão da baixa escolaridade e da falta de qualificação profissional desses trabalhadores. A hidrovia Tietê-Paraná é um dos principais pontos de escoamento da produção agrícola e industrial de toda a região e em breve proporcionará condições para transportar gêneros do Porto de Santos ao Pacífico. A instalação de Aeroporto Internacional deve colocar Bauru na rota de importantes interligações. A malha rodoviária regional é de fácil acesso e possui boa estrutura, facilitando a mobilidade entre os municípios.

Indicadores sobre a população

Os cinco municípios da região com maior IDH são: Bauru, Barra Bonita, Lins Piratininga e Jaú. E os municípios com menores IDH: Balbinos, Cabralia Paulista, Itajú, Borebi e Uru.

Entre os 39 municípios, 16 fazem parte do Grupo 4 do IPRS, com baixa riqueza e indicadores de escolaridade e longevidade em níveis intermediários, e 11 pertencem ao Grupo 3, que se caracteriza por baixa riqueza e bons indicadores sociais. O Grupo 5, com a pior combinação de indicadores, é representado por seis municípios. Apenas dois pertencem ao Grupo 1, e quatro ao Grupo 2. Esses dois últimos grupos agregam localidades com elevado índice de riqueza, porém, o Grupo 1 tem bons níveis nos indicadores sociais, enquanto no Grupo 2 esses indicadores são insatisfatórios. A distribuição da população, segundo os grupos IPRS, apresenta-se desta forma: a maior cabe ao Grupo 1, que se concentra em duas municipalidades, 36,6% dos habitantes da região, com destaque para o município de Bauru (32,6%). Os municípios dos Grupos 3 e 4 representam 24,7% e 23,3% da população regional, respectivamente. O Grupo 2 abriga 11,4% das pessoas, e os municípios pertencentes ao Grupo 5 representam 4,0% dos habitantes.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

A região abriga 11 Unidades Prisionais, 1 Centro de Detenção Provisória em Bauru, 1 Centro de Ressocialização, 4 Unidades de Internação da Fundação CASA. Muitas famílias dos internos migram para os municípios, ocasionando um aumento populacional e maior procura por emprego e qualificação profissional. Existem assentamentos e acampamentos distantes dos perímetros urbanos e grande fluxo de população flutuante/migrantes. Outro fator preponderante são os distritos, que estão presentes em 12 municípios – ao todo são 17 distritos.

Há cidades da região com praias à beira do rio Tietê, o que potencializa situações de maior vulnerabilidade social, como exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil, uso de substâncias psicoativas.

No município de Avaí, há a Reserva Indígena Arariba, composta por 4 aldeias, que, com população em média de 650 índios, apresenta grande vulnerabilidade e risco social.

Abuso de substâncias psicoativas, independentemente do porte dos municípios; crescimento do número de municípios com pessoas em situação de rua e maior concentração registrada pelos municípios de Médio e Grande Porte, mas já em significativa porcentagem dos municípios de Pequeno Porte II.

Disfunção familiar, alcoolismo, prostituição, gravidez precoce, uso de substâncias psicoativas, violência doméstica, trabalho infantil e outros.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Os municípios têm buscado estratégias como a participação de técnicos no Programa Time do Emprego da Secretaria do Emprego e Trabalho do Estado (SERT). Alguns municípios mostram avanços na atuação intersetorial, com boa articulação com o Poder Judiciário e o Ministério Público, assim como bom relacionamento estabelecido com os demais atores do território. Os municípios desse território têm bom entrosamento, troca de experiências entre eles e grande parceria com a DRADS Bauru. Já os municípios com menos de 10 mil habitantes enfrentam maiores dificuldades em relação à articulação e à mobilização com políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Rede Socioassistencial em 2015

Dos 39 municípios, todos possuem pelo menos um CRAS, sendo que Lins conta com 2, Lençóis Paulista 3, Jaú 4, e Bauru 7. Há 11 CREAS (2 em Bauru e Jaú, Lins, Lençóis Paulista, Agudos, Pederneiras, Dois Córregos, Bariri, Promissão e Pirajuí contam com 1 cada). Há 2 Centros POP (Bauru e Jaú) e os municípios de Agudos, Pirajuí, Pederneiras, Promissão possuem Equipes Volantes nos CRAS.

Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, em 16 municípios. Serviço de Acolhimento para Idosos está presente em 22 municípios; 9 Serviços de Acolhimento Institucional na modalidade Residências Inclusivas para Jovens e Adultos com Deficiência, sendo que 5 são convênio estadualizado. A região contou com 128 entidades socioassistenciais com cadastro no CMAS em 2015, executou 434 Serviços Socioassistenciais da Proteção Básica, 165 Serviços da Proteção Especial de Média Complexidade e 91 Serviços da Proteção Especial de Alta Complexidade. Aumento significativo no atendimento às Medidas Socioeducativas nos municípios da região.

Municípios com menos de 20 mil habitantes apresentam dificuldades na oferta de Serviço de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, cuja demanda não justifica a implantação do serviço municipal – pressão do Judiciário.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

O Estado alocou para a PSB R\$ 2.852.119,02, para a PSE R\$ 3.629.270,64, sendo Liberdade Assistida R\$ 520.200,00, CREAS R\$ 117.000,00 e R\$ 1.440.000,00 do convênio com Entidade Privada Estadualizado para 5 Serviços de Residências Inclusivas. Evidenciamos que o recurso repassado ainda é restrito e insuficiente para as necessidades e demandas existentes nos municípios. A DRADS conta com uma equipe de 9 profissionais, um número bastante reduzido, que ocasiona sobrecarga de trabalho. Segundo dados do PMAS/2015 a Rede Socioassistencial conta com 2.804 trabalhadores do SUAS da Rede Privada e 1.528 da Rede Pública.

DRADS Botucatu

Caracterização Geral do Território

A DRADS de Botucatu abrange 13 municípios, sendo 77% de Pequeno Porte I (Anhembi, Areiópolis, Conchas, Bofete, Itatinga, Pereiras, Porangaba, Pardinho, Pratânia e Torre de Pedra), 16% de Pequeno Porte II (Laranjal Paulista e São Manuel) e 0,7% de Grande Porte (Botucatu). Desses municípios, 12 encontram-se em Gestão Básica e 1 em Gestão Plena.

A região tem 284.731 habitantes em área territorial de 6.410,9 km². Embora a área territorial seja bastante extensa, a população está concentrada nas áreas urbanas dos municípios. Isso é consequência da falta de incentivo à política agrícola, que acaba provocando a expulsão do homem do campo.

Na economia, a região é caracterizada, principalmente, por atividades agropecuárias e de reflorestamento; constitui exceção o município de Botucatu, que possui um parque industrial de relevância, o qual agrupa trabalhadores dos pequenos municípios que estão em seu entorno.

O município de Botucatu, pelo seu desempenho na área de saúde e educação, caracteriza-se como polo regional, prestando atendimento a uma população que extrapola o âmbito regional.

Indicadores sobre a População

O IDH do território apresentou crescimento, impulsionado pela riqueza e longevidade. Dos 13 municípios, 11 apresentam IDH Alto, 1 Médio e 1 Muito Alto (Botucatu). Em números absolutos, o índice que mais cresceu foi o da educação em todos os 13 municípios, que evoluíram substancialmente no período de 2000 a 2010.

Esse crescimento está vinculado, certamente, à Política Nacional de Educação, advinda da Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 1996, que instituiu, entre outras regras, o Censo Escolar. Ainda em 1996, por meio de Emenda Constitucional, foram criados o Fundef, que possibilitou a vinculação de 15% da arrecadação global dos Estados e municípios para o ensino fundamental e, posteriormente, o Fundeb, que incluiu, entre outros, o ensino médio e a educação infantil com novas regras e fontes de financiamento, permitindo, assim, um acompanhamento e uma atenção diferenciada em todos os níveis de atendimento educacional.

Os programas de transferência de renda podem ter sido preponderantes nessa evolução, uma vez que, embora os Órgãos de Educação tenham a responsabilidade do Censo Escolar, a matrícula e a frequência são condicionalidades monitoradas pela Assistência Social.

Apesar desse quadro favorável, todos os municípios ainda apresentam um número de habitantes em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00.

Situações de Vulnerabilidade Presentes na Região

O atendimento dos serviços socioassistenciais, principalmente nos municípios de Pequeno Porte I, estão concentrados nos CRAS, inexistindo uma rede de proteção, pública ou privada, que permita atender toda a demanda de famílias em situação de fragilidade e risco de ruptura dos vínculos familiares, haja vista ser essa a principal problemática identificada no PMAS/2015 de toda região.

Essa problemática, aliada à falta de profissionais suficientes e capacitados, gera as demais situações de vulnerabilidade, tais como: insegurança alimentar, desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; estratégias alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social e desvantagens resultantes de deficiência.

Rede Socioassistencial em 2015

Todos os municípios possuem CRAS providos de equipe mínima e vêm se aperfeiçoando em oferecer uma estrutura física adequada. Os serviços socioassistenciais estão concentrados na Proteção Social Básica, sendo sua realização feita pelos CRAS, uma vez que a rede de proteção social socioassistencial é pequena, exceto no município de Botucatu. Há um número muito pequeno de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para dar cobertura a todos os grupos etários. O serviço no domicílio para pessoas com deficiência e idosos encontra-se fragilizado por conta da ausência de rede de atendimento, bem como de equipe suficiente.

Somente o município de Botucatu possui CREAS, ficando a oferta de serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade sob a responsabilidade dos órgãos gestores municipais. Como esses serviços demandam maior especialização no acompanhamento familiar, bem como uma rede de proteção eficiente, essa natureza de ação encontra-se comprometida em 99% dos municípios, frente à ausência de profissionais em número e capacitação adequados, não existindo, também, serviços especializados na região.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

A estruturação dos serviços socioassistenciais no território da DRADS Botucatu requer ampliação de Recursos Humanos para a execução de serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e PAIF, objetivando o aprimoramento desses serviços. As equipes de profissionais do CRAS são definidas pela legislação e compreende, quase na totalidade dos municípios, apenas a equipe mínima, que tem a responsabilidade da promoção de articulação e, também, da execução de todas as ações.

Em relação aos recursos financeiros, os advindos do Estado e da União não suprem as necessidades dos municípios que, por essa razão, cada vez mais assumem a responsabilidade de enfrentar os desafios e criar as oportunidades sozinhos.

O recurso do Estado vem cofinanciando uma rede histórica dentro do programa de Proteção Social Básica, dificultando a priorização de serviços de Proteção Social Especial. A ausência do Estado é sentida no cofinanciamento dos benefícios eventuais, conforme determina a LOAS.

Em termos financeiros, o recurso repassado pela Secretaria de Desenvolvimento Social aos municípios da região que compõem a DRADS de Botucatu representa R\$ 85,00 *per capita* anual.

DRADS Campinas

Caracterização Geral do Território

Região heterogênea quanto ao porte dos 43 municípios: 1 Metrópole, 11 de Grande Porte, 6 de Médio Porte, 12 de Pequeno Porte II e 13 de Pequeno Porte I. Tem 9.146,98 km² e população de 5.779.470 habitantes; a densidade demográfica é de 441,85 hab. São 33 municípios em Gestão Básica, 9 em Gestão Plena e 1 em Gestão Inicial. A DRADS divide o território em 4 regiões: Metropolitana de Campinas (20 municípios); Aglomeração Urbana de Jundiaí (7), Bragantina (10) e Circuito das Águas (6).

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) tem 3.791.910 km² e densidade de 816 habitantes/km². Polo de desenvolvimento nacional, agrega indústrias de base tecnológica avançada, formando um complexo diversificado, que atrai a população pelas oportunidades de emprego. Além de 5 universidades e vários centros de pesquisa, possui importantes centros industriais, como o têxtil de Americana, o petroquímico de Paulínia, o de cerâmica em Pedreira e o moveleiro em Itatiba. O setor de serviços contribui para que a região estabeleça importantes relações econômicas com outras regiões do Estado e do país. Favorecem o desenvolvimento das atividades econômicas: localização estratégica, proximidade do mercado consumidor, centros de distribuição dos produtos, rodovias e aeroportos, universidades e apoio dos centros de pesquisa. A maior parte da população vive em áreas urbanas.

O Aglomerado Urbano de Jundiaí é um polo de logística e distribuição da RMSP, contando com seis zonas e dois distritos industriais, além de outros importantes equipamentos. O complexo viário (Anhanguera, Bandeirantes, D. Pedro I e Rodoanel) torna o município de Jundiaí um importante polo de distribuição para a RMSP. O território teve seu desenvolvimento ligado ao ciclo do café, responsável pela instalação da ferrovia e, como consequência, pela urbanização. A Estação Ferroviária de Jundiaí (São Paulo Railway) foi inaugurada em 1867 e ligava a cidade portuária de Santos a São Paulo e Jundiaí. Dessa época data a chegada dos imigrantes, a maioria italianos. Os municípios têm especificidades produtivas, tais como Várzea Paulista, com a metalurgia; Louveira, com indústrias de papel, plásticos, tintas etc.; e Itupeva, que tende a crescer com a instalação de gasoduto e malha rodoviária. A região é expressiva na produção agrícola, compondo o circuito das frutas; destaca-se Jarinu, com a população rural que mais cresceu, devido ao clima, considerado o melhor do mundo. O maior IDH do Aglomerado é do município de Jundiaí, e o menor é de Jarinu, ocupando, respectivamente, as 11^a e 940^a posições no *ranking* nacional.

Bragantina tem uma área territorial de 2.768,03 km², que inclui 7 municípios. É um polo industrial, turístico e agrícola com ótima estrutura rodoviária. As cidades estão localizadas em uma área abundante em águas naturais e matas nativas e, por essa razão, tornaram-se um grande atrativo turístico e de ecoturismo. Tem economia industrial de alimentos, laticínios, calçados e eletrônicos, atraindo migrantes da RMSP. A Região Bragantina localiza-se no eixo entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e tem sua formação ligada ao contexto histórico dos bandeirantes. Em 2012 a região teve uma representação no PIB estadual de 0,59%, sendo o setor de serviços o que mais contribui para a economia da região, representando uma média de 58,7% do PIB, seguido da Indústria, que representa 23,2%. Atualmente, a economia agrícola, que já foi forte na região, principalmente no período cafeeiro, representa apenas 9,3% do PIB. A Região Bragantina apresenta a média mais baixa de IDH-M da DRADS – Campinas, com um IDH-M de 0,7199. Os maiores IDH-M da região são dos municípios de Atibaia e Bragança Paulista, referências na área da saúde, educação e trabalho.

O Circuito das Águas abrange 6 municípios localizados próximos à Serra da Mantiqueira. Esses municípios apresentam clima tropical de altitude e relevo com montes, vales e cachoeiras, o que lhes confere vocação para o turismo de aventura e lazer. Assim como a Região Bragantina, sua colonização foi motivada pelo movimento de pessoas do litoral em direção à região de Minas de Goiás. Comporta cidades que recebem verbas anuais do Dep. de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, a serem aplicadas em obras de turismo. Amparo tem o maior IDH, classificado na 52^a posição nacional. Os municípios têm no turismo de lazer e aventura, no artesanato e na produção de doces e alambiques, nas malharias e engarrafamento de água mineral boa parte de sua atividade econômica; exceção feita a Amparo, com algumas indústrias. A região tem grande dependência da água em suas atividades econômicas, portanto, enfrentou dificuldades no final de 2014, devido ao longo período de estiagem. O maior IDH da região é do município de Amparo, e o menor é de Socorro, que ocupam, respectivamente, a 92º e 1.052º no *ranking* nacional.

Indicadores sobre a População

Os indicadores estão identificados pelas 4 regiões e seus municípios. O território é composto por regiões com perfis econômicos heterogêneos, o que influencia nas condições de vida da população em cada localidade, diferenciando os tipos de vulnerabilidade social.

Com taxa geométrica de crescimento anual da população de 1,6, a DRADS Campinas e a DRADS Grande SP Norte são as regiões com maior crescimento populacional entre as Diretorias do Estado.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

As análises de vulnerabilidade demonstram que a região tem municípios no grupo 7 do IPVS, indicando grau de vulnerabilidade social em regiões rurais. A Região Bragantina tem o maior número de municípios nesse grupo, representando 45,4% (5) dos 11 municípios. Em 2012, a participação do PIB no Estado de São Paulo foi o menor da região, sendo de apenas 0,005274%. Para superar a situação de extrema pobreza da sua população, o município foi inserido no Programa São Paulo Solidário.

As situações elencadas na área de abrangência da DRADS Campinas foram: população em situação de rua, com ocorrência de famílias tradicionais e populações específicas, e tráfico de pessoas; refugiados/migrantes em Campinas; trabalho infantil; medidas socioeducativas de meio aberto, violência contra mulheres e jovens na região.

As principais vulnerabilidades sociais descritas pelos municípios em seus PMAS/2015 são, em ordem decrescente de famílias atingidas: 1) expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança e habitação); 2) existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; 3) existência de famílias com insuficiência ou nulo acesso a renda.

Essas informações se confirmam ao verificarmos que a DRADS Campinas ocupa a 21^a posição, entre as 26 diretorias regionais, em percentual médio de saneamento – esgoto sanitário, e a 22^a em percentual médio de domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00.

Principais Atores Sociais Presentes na Região

A rede pública tem parceria com a rede privada de serviços socioassistenciais, tanto para o desenvolvimento dos serviços da PSB como para a PSE, verificando-se evolução na quantidade de entidades a serviço da Assistência Social. Essa evolução tem mais presença na metrópole de Campinas, constando que 90% da rede socioassistencial é composta por entidades do terceiro setor.

O grande número de universidades fortalece o potencial de parcerias com centros de pesquisa. O Ministério Público e o Poder Judiciário têm executado ações conjuntas com municípios da região em questões que sejam comuns aos dois ministérios. É habitual a reclamação por parte dos técnicos da Proteção Social Especial quanto a dificuldades de articulação com a educação estadual.

Rede Socioassistencial em 2015

Os 43 municípios estão habilitados no SUAS. A PSB está universalizada em todo o território e, em 2014, a média de atendimento no PAIF foi de 8.909 famílias. A rede socioassistencial privada, atuando na PSB, é composta por 854 entidades; houve aumento de 31 entidades em comparação com 2013. A rede de PSE teve um aumento no número de CREAS em 2015. Há 32 unidades implantadas no território, tendo um aumento de 4 equipamentos em relação a 2013. Em 2015 foram implantados 5 Centros POP, tendo um aumento de 2 equipamentos em relação a 2013, que registrava 3. A rede socioassistencial privada, atuando na PSE de Média e Alta Complexidade, é composta por 451 entidades.

Todos os municípios possuem CRAS e há um bom número de unidades privadas ofertando serviços da Proteção Social Básica. A Média Complexidade também tem avançado no território. Nos 10 municípios sem CREAS, o departamento tem suprido esta demanda. O desafio tem sido a Alta Complexidade devido aos elevados custos destes serviços e à baixa demanda em município de Pequeno Porte, inviabilizando a implantação nestes locais e as limitações da regionalização dos serviços.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Foram disponibilizados R\$ 10.010.123,25, tendo sido executados R\$ 8.910.368,24 (73,49%) e devolvidos pelos municípios R\$ 1.197.698,98 (26,51%). As razões da devolução, segundo os municípios, devem-se, entre outros fatores, à burocracia interna, sendo fundamental a padronização nas orientações dos Tribunais de Contas do Estado e a capacitação dos técnicos municipais.

DRADS Fernandópolis

Caracterização Geral do Território

A DRADS Fernandópolis é composta por 49 municípios, sendo 45 de Pequeno Porte I, 2 de Pequeno

Porte II e 2 de Médio Porte. A população atendida pelos serviços socioassistenciais localiza-se em áreas urbanas e rurais, com prevalência da área urbana. A região tem 423.049 habitantes.

Indicadores sobre a População

A população da região apresenta baixo poder aquisitivo, mas tem bons indicadores sociais, com índices de educação entre os melhores do Estado. O envelhecimento da população cresceu em virtude da qualidade de vida oferecida no noroeste paulista. Essa realidade indica a necessidade de se envidar esforços e recursos para este público a curto, médio e longo prazos, reforçando a necessidade de planejamento e recursos para o serviço oferecido ao idoso, na Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidade. Tanto nos aspectos da Proteção Social Básica como no da Proteção Social Especial, verifica-se a necessidade de convocar a política pública de Saúde para atuar de forma intersetorial na região. Além do envelhecimento populacional, destaca-se também alta porcentagem de população de crianças e adolescentes, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para a prevenção de drogas e substâncias psicoativas. Existe, na região, escassez de políticas sociais de prevenção de risco e proteção.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Entre as principais demandas de vulnerabilidade está o desemprego ou a inserção precária no mercado de trabalho, o desemprego no período de entressafra, a alta porcentagem de população idosa do território, a alta porcentagem de crianças e adolescentes, a existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda, a prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas, e as diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar. Cabe, ainda, destacar que, dos 100 municípios contemplados na primeira fase do Programa São Paulo Solidário, 8 pertencem à DRADS Fernandópolis: Dirce Reis, Aspásia, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Pontalinda, Votorantim e Riolândia. Em Riolândia há um presídio, fator que eleva as características de vulnerabilidade.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Instituições do Poder Público e da iniciativa privada sustentam os serviços socioassistenciais, particularmente as Instituições de Longa Permanência de Idosos, que, na maior parte das vezes, têm sua origem nas organizações religiosas. Há cerca de 30 anos essas instituições possuem equipamentos que requerem manutenção, pouco atendem às normas de segurança e executam serviços que deveriam ser realizados ou cofinanciados pela Saúde. Cabe ainda destacar que a região possui uma rede privada de 98 equipamentos, os quais executam serviços socioassistenciais.

Rede Socioassistencial em 2015

Todos os municípios possuem CRAS, totalizando 54; Fernandópolis possui 4 e Votuporanga, 3. São 98 Equipamentos da Rede Privada, que executam serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade; desses, 39 equipamentos realizam Proteção Social Básica, 18 realizam Proteção Social Especial de Média Complexidade e 41 executam Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Há execução de todos os Programas Estaduais de Transferência de Renda – Renda Cidadão, Ação Jovem, Renda Cidadão Idoso, São Paulo Solidário – assim como o Programa Bolsa Família e demais programas Federais como PAIF e PAEFI. Há 4 CREAS localizados nos municípios de Fernandópolis, Votuporanga, Jales e Santa Fé do Sul.

O território possui 16 municípios com o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, relativo à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, num total de 18 unidades privadas, que disponibilizam 584 vagas. Nas visitas de supervisão vê-se, entretanto, que 100% das instituições atendem demandas de outros territórios e até de outros Estados, sem qualquer tipo de cofinanciamento. Os demais serviços e estratégias da Proteção Social Especial estão em desenvolvimento, atendendo aos usuários mais fragilizados, conforme tabelas.

O Programa São Paulo Solidário está em fase de Busca Ativa da população.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Os recursos disponibilizados aos Fundos Municipais do Idoso, por meio dos FMAS, totalizam R\$ 746.851,52. Do FEAS são repassados R\$ 453.793,78 e do FNAS R\$ 344.689,80. Os recursos privados são de R\$ 4.772.715,12, totalizando R\$ 6.274.872,72. Setenta e cinco por cento do custeio dos serviços de atendimento ao idoso são financiados pela iniciativa privada. Somando os três entes federados, tem-se um cofinanciamento de 25% dos serviços de Proteção Social de Alta Complexidade.

De acordo com levantamento efetuado, o custo de um idoso em abrigo institucional por 24 horas fica entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.300,00 por mês. A média/mês de recursos do fundo a fundo (FEAS) está em torno de R\$ 38,29 e R\$ 196,20 por usuário.

Técnicos de nível superior: Serviço Social com 70% (com carga horária variável de 15 a 40 horas semanais) e os demais têm contrato de serviços autônomo. E 77% não têm psicólogo. Para o desenvolvimento de atividades socioculturais, 100% não possuem profissionais.

A maioria dos cuidadores são profissionais da área da Saúde: técnicos de enfermagem, enfermeiros e auxiliares de enfermagem. Isso revela que os serviços de saúde estão incorporados às ILPIS. O número de idosos com graus de dependência, e as exigências da Vigilância Sanitária e do Coren determinam a contratação de profissionais da área da Saúde para realizarem os cuidados com os idosos. As ILPI não recebem nenhum tipo de recurso financeiro ou de apoio técnico da área da Saúde.

A DRADS solicitou que as entidades sociais informassem o valor de recursos financeiros utilizados com RH da Assistência Social e da área de Saúde. Das 13 entidades pesquisadas, 62% (8) repassaram esta informação: do montante informado (R\$ 996.836,70), 48% o utiliza para pagamento de Recursos Humanos estabelecidos pelo SUAS e 52% o emprega com Recursos Humanos da Saúde.

O valor total de repasse aos municípios por meio do FEAS é de R\$ 4.943.986,56, sendo que, deste total, R\$ 3.115.669,06 são direcionados à Proteção Social Básica, R\$ 906.465,84 vão para a Proteção Social Especial de Média Complexidade e R\$ 921.851,04 para Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

DRADS Franca

Caracterização Geral do Território

O território de abrangência da DRADS Franca localiza-se ao norte do Estado de SP e tem 23 municípios. É a terceira região com menor população do Estado; sua densidade demográfica é de 70,42 hab/km², muito inferior à do Estado (167,97 hab/km²). Seguindo a tendência das demais regiões paulistas, o ritmo de crescimento populacional da DRADS Franca diminuiu nos últimos anos, totalizando 706.283 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 1,7% da população estadual. Desse universo, 5,07% residem na área rural, percentual acima da média estadual (3,1%), uma vez que nessa região há um grande número de pequenos municípios em que a agropecuária é a base da estrutura produtiva.

No início do século XVIII, essa região começou a ser povoada, funcionando como ponto de partida dos bandeirantes na rota Goiás-Minas Gerais. Ao longo do século XIX, sua economia se expandiu com a cultura cafeeira, a criação de gado e a produção de leite. Também se concentraram curtumes e oficinas com produtos para viajantes. As atividades artesanais com o couro levaram à indústria calçadista. No início da década de 1970, a região intensificou a produção de calçados, produtos de couro e soja para o mercado externo. A partir dessa época, também aumentou o cultivo de cana-de-açúcar, que se tornou a cultura predominante no início do século XXI, tanto em termos de valor, como de área agrícola ocupada. Há um fluxo migratório temporário, dependente do ciclo da safra da cana, principalmente em Batatais, Guará, Ipuã, Pedregulho e São Joaquim da Barra.

A indústria de calçados é uma especialidade da região, sobretudo calçados masculinos, com produção em grande parte destinada à exportação. A região também se destaca por ser polo diamantário do país e por suas usinas hidrelétricas.

O território apresenta índices mais elevados em relação ao Estado em cinco quesitos referentes à habitação e à infraestrutura urbana.

A média dos salários da região está bem abaixo da média estadual, com exceção do que ocorre no setor da agricultura. Outro destaque diz respeito à maior igualdade, presente na região, de rendimentos desses empregos formalizados; isso em comparação com o Estado.

A participação dos setores econômicos no PIB (2006-2010) destaca o setor de serviços e comércio. O PIB do território cresceu 33,9%, taxa inferior à do Estado, que cresceu 55,4%.

Indicadores sobre a População

Menores de 15 anos de idade chegam a 20,29% da população e maiores de 60 anos, a 13,26%, percentuais pouco acima dos índices do Estado (19,99% e 12,85%, respectivamente). Pessoas com deficiência equivalem a 21,75%, taxa menor que a do Estado, que é de 22,65%.

Em 2011, a proporção de mães menores de 20 anos foi de 15,6%, maior que no Estado (14,7%). Esse índice veio se reduzindo, após ter alcançado 20,6% (20,2% no Estado) em 1998.

Entre 2010 e 2012, a região apresentou uma evolução no indicador de longevidade (de 68 para 69 pontos), um ponto abaixo da média estadual (70 pontos), ocupando a 7^a posição no ranking. No período, registrou-se melhora em três componentes da dimensão longevidade: as taxas de mortalidade infantil, juvenil e adulta decresceram, e a taxa de mortalidade perinatal manteve-se praticamente estável no período.

O IPRS do território destaca a quantidade de municípios no grupo 4 (11 municípios), dado que evidencia o baixo nível de riqueza nessas localidades. A região ocupa a 11^a posição na dimensão riqueza, índice baixo se comparado com as outras regiões, embora este indicador tenha crescido de 37 para 39 pontos entre 2010 e 2012, enquanto a média estadual decresceu neste período (IPRS, Seade, 2014). A distribuição de renda é menos desigual do que em outras regiões. No indicador escolaridade, a região de Franca ocupa o 8º lugar no ranking das 16 regiões do Estado. Nessa dimensão do IPRS, Franca aumentou de 54 para 56 pontos, enquanto o do Estado de São Paulo passou de 48 para 52 pontos.

O índice de Gini (0,47) é menor do que o do Estado de São Paulo (0,56), ainda que nos municípios de Ipuã e Igarapava a porcentagem seja maior. A média da renda *per capita* é mais baixa que a do Estado, e os percentuais de domicílios com renda igual ou inferior a R\$ 70,00, a ¼ e a metade do salário mínimo também são mais baixos que do Estado.

O IDH-M aponta apenas 1 município considerado Médio (São José da Bela Vista); os demais estão na faixa identificada como Alto.

O IPVS da região é heterogêneo entre os municípios, tendo uma incidência de 19 municípios situados nos Grupos 5 e 7, apresentando os maiores percentuais os municípios de Guará, São José da Bela Vista, Ipuã, Migueiópolis, Restinga e Morro Agudo. Não há, entretanto, aglomerados subnormais como favelas e bolsões de pobreza.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Os 23 municípios apresentam famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; 21 municípios indicam a prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; 20 são afetados com desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; 16 com desemprego no período entressafra e famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda, além de elevada taxa de pessoas idosas.

Crianças e adolescentes de 10 a 15 anos em situação de trabalho infantil correspondem a 6,6%, a maior taxa do Estado (juntamente com a região de Dracena). Entre a faixa etária de 14 e 15 anos, este percentual é ainda maior, sendo identificados 13,9%.

Há 55.979 famílias cadastradas no CadÚnico.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Existe uma parceria entre os municípios da região e DRADS, desde 2009, para a educação permanente, por meio do Grupo de Estudo e Capacitação Continuada de Trabalhadores do SUAS (Geccats).

Rede Socioassistencial em 2015

Há 29 CRAS e 7 CREAS (mais 2 em implantação) e 1 Centro POP; 55 outras unidades públicas e 78 privadas. De forma geral, os municípios de Pequeno Porte apresentam escassa ou nenhuma rede socioassistencial em seus âmbitos.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

O total de 687 trabalhadores, segundo o PMASWeb 2015, está distribuído pelos municípios, por grau de formação, pós-graduação e estagiários. A DRADS conta com 10 profissionais: 2 agentes de desenvolvimento social, 5 comissionadas, 1 terceirizado e 2 estagiários.

Recursos detalhados por programas/município – soma anual da previsão de cofinanciamento dos serviços socioassistenciais: Parcelas pagas MDS e DRADS Franca – União R\$ 8.695.232,40; Estado R\$ 4.335.733,46.

DRADS Grande SP ABC

Caracterização do Território

A Região Metropolitana do Grande ABC é composta por 7 municípios, sendo 1 de Pequeno Porte II e 6 de Grande Porte. Desse conjunto, 4 municípios estão em Gestão Plena e 3 em Gestão Básica. A população total do território é de 2.549.613 habitantes, distribuídos da seguinte forma: Diadema com 385.838 (2014), Mauá com 416.585 (2014), Ribeirão Pires com 112.994 (2014), Rio Grande da Serra com 43.912 (2014), Santo André com 676.177 (2014), São Bernardo do Campo com 764.922 (2014), e São Caetano do Sul com 149.185 (2014).

Indicadores sobre a População

A população da Região do ABC diminuiu em relação ao Censo 2010, porém o número de idosos aumentou. Verifica-se o aumento do número de instituições de longa permanência para idosos, assim como a procura de cursos para cuidadores de idosos.

Aumentaram os casos de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas e também o número de pessoas em situação de rua.

Observa-se a ocupação desordenada em áreas de mananciais, o que contribui para o acréscimo do número de famílias sem o saneamento básico necessário e, consequentemente, para a degradação do meio ambiente.

Situações de Vulnerabilidade Social

O diagnóstico apresenta os dados da PMASWeb individualizados por município.

DIADEMA: expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança e habitação); famílias com

insuficiente ou nulo acesso a renda; pessoas em situação de rua; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; alta porcentagem de pessoas idosas na população; e desvantagens resultantes de deficiência.

MAUÁ: famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; ocupação de áreas de risco para moradia; expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança e habitação); famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar); existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; e pessoas em situação de rua.

RIBEIRÃO PIRES: desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos; ocupação de áreas de risco para moradia; pessoas em situação de rua; prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; existência e disseminação de preconceitos que geram intolerância ou discriminação social e/ou pessoal; e existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favorecem fenômenos causadores de calamidades públicas.

RIO GRANDE DA SERRA: expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos; ocupação de áreas de risco para moradia; prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; alta porcentagem de crianças e adolescentes na população; alta porcentagem de pessoas idosas na população; existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar).

SANTO ANDRÉ: famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar); famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; pessoas em situação de rua, ocupação de áreas de risco para moradia; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; diferentes formas de violências advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos.

SÃO BERNARDO DO CAMPO: famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos.

SÃO CAETANO DO SUL: famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; alta porcentagem de pessoas idosas na população; alta porcentagem de crianças e adolescentes na população; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; desvantagens resultantes de deficiência; pessoas em situação de rua; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favoreçam fenômenos causadores de calamidades públicas.

Principais Atores Sociais

As equipes técnicas da estrutura governamental dos municípios e da rede socioassistencial, pública e privada, Conselhos Municipais: de Assistência Social, de Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, da Segurança Alimentar e Conselhos Tutelares.

As equipes técnicas dos serviços socioassistenciais dos sete municípios participam dos Grupos de Trabalho da DRADS ABC – GT CRAS, de Medidas Socioeducativas e psicólogos, além de atividades e capacitações promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e Escola de Desenvolvimento Social – SEDS/Edesp.

Rede Socioassistencial em 2015

Caracterizada por município, totalizando: 25 CRAS, 10 CREAS, 4 Centros POP, 4 Residências Inclusivas, 62 Entidades com cofinanciamento estadual.

Recursos Previstos x Recursos Alocados x Recursos Executados

Os Recursos Estaduais somam R\$ 8.456.496,12. Desde a criação do Piso Social Paulista (2012), os municípios de Ribeirão Pires e Mauá não receberam nenhum acréscimo no valor da verba do cofinanciamento estadual, devido a reiteradas devoluções acima de 10% dos recursos recebidos, e, em 2014, o município de São Caetano do Sul também não foi contemplado.

DRADS Capital

Caracterização Geral do Território

A área territorial da capital do Estado de São Paulo é de 1.523 Km² e sua população é de 11.253.503 habitantes. Apresentou taxa de crescimento de 0,79% entre os censos demográficos de 2000 e 2010, sendo inferior à registrada no Estado, que foi de 1,10% ao ano.

O PIB do município cresceu 48,9% entre 2005 e 2010, passando de R\$ 261.455,9 milhões para R\$ 389.317,2 milhões, enquanto o Estado de São Paulo cresceu 49,2%.

De acordo com o último censo demográfico, o município possuía 5.998.740 pessoas economicamente ativas, destas 5.549.787 (61,3%) estavam ocupadas e 448.953 desocupadas (7,5%). Dentre as pessoas ocupadas, 59% têm carteira assinada, 15,1% não têm carteira assinada, 18,9% atuam por conta própria, 2,5% são empregadores, 3,2% são servidores públicos e 1,2% trabalhadores sem rendimento e na produção para o próprio consumo. Do total de pessoas ocupadas 15,9% ganhavam até um salário mínimo por mês e 1,6% não tinham rendimento. O rendimento médio mensal das pessoas ocupadas é R\$2.386,62, destacando-se que o rendimento médio da mulher é 43,16% menor do que o rendimento do homem.

A distribuição por grandes grupos de ocupação indica que os maiores são os dos trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio (18,9%) e os profissionais de ciências intelectuais (16%). Os grupos de menor expressão são os trabalhadores de agropecuária, florestais, da caça e da pesca (0,1%) e os membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (0,2%).

Indicadores sobre a População

A estrutura demográfica também apresentou mudanças. Enquanto a população idosa cresceu, passando de 9,4% em 2000 para 11,9% em 2010, o segmento etário de 0 a 14 anos diminuiu de 24,9% em 2000, para 20,8% em 2010.

A taxa de analfabetismo no município entre as pessoas com mais de 10 anos é de 3,1%. O percentual de crianças atendidas na rede educacional indica a cobertura seguinte: na faixa de 6 a 14 anos, 96% de crianças atendidas, de 4 a 5 anos 86,3% de crianças atendidas e na faixa de 0 a 3 anos, 38%.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Da população total do município, 2,9% encontrava-se em situação de extrema pobreza, com renda domiciliar abaixo de R\$70,00. Entre os extremamente pobres 2,4% viviam no meio rural e 97,6% no meio

urbano; 54,7% são mulheres e 45,3% são homens; 47,4% se declaram brancas, 50,2% negros e 2,3% amarelos ou indígenas.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Organizações governamentais e não governamentais.

Rede Socioassistencial em 2015

A rede pública de serviços socioassistenciais é composta por 52 CRAS, 27 CREAS e 7 Centros POP. A rede conveniada para os serviços da Proteção Social Básica é composta por 773 serviços considerando os Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviços Complementares para os diversos segmentos. A capacidade de atendimento da PSB no ano de 2014 foi de 173.525 pessoas.

A rede socioassistencial da Proteção Social Especial está estruturada em 200 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e 228 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A capacidade de atendimento da PSE no ano de 2014 foi de 39.449, sendo 65% de Média Complexidade e 35% de Alta Complexidade.

De acordo com os registros de junho de 2015 do CadÚnico e com a folha de pagamento de maio de 2015 do Programa Bolsa Família (PBF), a cidade de São Paulo tem 976.773 famílias registradas e 415.888 famílias beneficiárias, o que equivale a 11,19% da população do município. A Capital apresenta uma cobertura cadastral de 83,06% do total estimado de famílias com perfil de renda do Programa. Os dados de condicionalidades de educação do PBF apontam que 89,58% das crianças e jovens de 6 a 17 anos têm acompanhamento de frequência escolar na capital (média nacional é de 91,67%). Quanto à condicionalidade de saúde, o acompanhamento registra 80,05% das famílias com perfil, ou seja, crianças de até 7 anos e/ou gestantes, quando a média nacional é de 75,25%.

Além do PBF, o município conta com outros Programas de Transferência de Renda: Renda Mínima Municipal, Ação Jovem, Renda Cidadã, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Benefício de Prestação Continuada.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

As despesas do município de São Paulo na seguridade social estão divididas entre Saúde (18%), Previdência Social (11%) e Assistência Social (1,81%). O percentual da Assistência Social é inferior à média de todos os municípios do Estado (4,21%).

A execução dos serviços é realizada por 1.432 servidores, dentre os quais 1.225 são estatutários. Do total de funcionários da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), 44% são profissionais de nível superior, 27% de nível médio, 17% de nível fundamental e 12% pós-graduados.

DRADS Grande SP Leste

Caracterização Geral do Território

Composta por 10 municípios: 1 de Pequeno Porte I (Salesópolis), 2 de Pequeno Porte II (Biritiba Mirim e Guararema), 2 de Médio Porte (Arujá e Santa Isabel) e 5 de Grande Porte (Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá e Suzano). No Censo 2010, a população era de 1.439.887 habitantes; no entanto, de acordo com atualizações recentes, estima-se que seja de 1.576.262 habitantes. Os maiores índices de densidade demográfica chegam a 6.373,17 hab/km² em Mogi das Cruzes, enquanto Salesópolis tem 37,89 hab/km². O crescimento anual da população mostra que Arujá e Suzano atingiram 1,97% e 1,1%,

respectivamente, enquanto os municípios restantes não ultrapassam a taxa de 1,5%. Mesmo assim, o crescimento anual da população é acima da média do Estado.

O território tem 2.520,95 km², sendo que Mogi das Cruzes ocupa 28% dessa área. A região possui extensas áreas de proteção de mananciais e alguns municípios (Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá e Suzano) têm característica de cidade-dormitório, dada a facilidade de acesso à capital via ferrovia. Um parque industrial está presente em Mogi das Cruzes, Suzano e Itaquaquecetuba; Poá tem vocação na área de serviços, enquanto Guararema, Salesópolis e Biritiba Mirim estão voltados para o turismo. O número de empregos formais na região é equilibrado com o porte dos municípios e soma 303.406 postos de trabalho, o que correspondente a 12,16% do total do Estado.

Indicadores sobre a População

A taxa de natalidade é de 12,84%, variando de 13,58% a 17,01% (pouco acima da do Estado). A população com mais de 15 anos varia de 21,26% a 23,34 (pouco acima da taxa do Estado). Acima de 60 anos, as taxas são inferiores à do Estado (8,39%). Salesópolis tem a taxa mais próxima da do Estado nesse aspecto.

Comparados os índices populacionais com o número de domicílios, a média é 28% a 30% de domicílios particulares permanentes, próximo da proporção do Estado (31%).

Quanto ao IPRS 2010 e 2012, os municípios dos Grupos I e II mantiveram a posição nesse período, sendo que Poá saiu do Grupo V para o Grupo IV e Santa Isabel saiu do Grupo IV para o III. Biritiba Mirim migrou do Grupo IV para o V.

O IPVS de Itaquaquecetuba tem 42,8% da população no Grupo V e 7,8% no Grupo VI; Ferraz de Vasconcelos tem 31,7% da população no Grupo V, 4,5% no Grupo VI e 1,4% no Grupo VII. Salesópolis tem percentual de 15,9% no Grupo VI e 5,3% no Grupo V.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Cerca de 60 mil domicílios têm renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,01, indicando 38,4% da população em situação de extrema pobreza. Itaquaquecetuba tem o maior percentual, com 5,8%, e Salesópolis o menor, com 2,8%. Os demais municípios variam de 3,1% a 4,5%. Todos estão acima da média do Estado, que possui 2,6%.

Com renda *per capita* igual ou inferior a ¼ de salário mínimo, os dados são superiores à taxa do Estado (7,42%). Itaquaquecetuba chega a 14,98%, seguido por Biritiba Mirim e Ferraz de Vasconcelos (11,18% e 11,46%), Arujá e Suzano (10,72% e 10,83%). Os demais municípios passaram de 8% e não chegaram a 10%. Quanto aos índices de domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo na região, a maioria apresenta taxas muito próximas, variando de 20,26% a 29,89%, sendo que Biritiba Mirim tem 32,8% e Itaquaquecetuba 36,12%. Todos estão com taxa acima do Estado (18,86%).

Em Suzano, entre as pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 568 não sabiam ler ou escrever, o que representa 12,1% dos extremamente pobres nessa faixa etária, sendo 370 chefes de domicílio. O Censo 2010 revelou que neste município havia 614 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza, não frequentando creche, o que representa 88,0% das crianças extremamente pobres nessa faixa. Entre 4 a 5 anos, havia 161 crianças fora da escola (42,2%) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 356 (15,1%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 130 estavam fora da escola (25,5% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária). A maior taxa de crianças de 6 a 14 anos fora da escola é a de Itaquaquecetuba (3,61%). Arujá tem 1,8%, Salesópolis 1,63% e os outros municípios variam de 2,4% a 2,65%.

Na região, a taxa de pessoas com deficiência varia de 19,46% a 25,47%, próxima dos valores do Estado, que é de 22,65%. Quanto à dependência, a taxa varia de 43,1% a 46%, próxima da taxa do Estado (44,8%), sendo que Biritiba Mirim e Salesópolis atingem 49%.

No tocante aos municípios, destaca-se que:

GUARAREMA: apresenta alto índice de mães adolescentes; famílias em situação de desemprego ou em empregos informais, com baixa qualificação e baixa escolarização; vulnerabilidade em decorrência do ciclo de vida, violência doméstica, fragilização de vínculos familiares e comunitários, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e trabalho infantil.

ITAQUAQUECETUBA: tem maior incidência de pobreza da região do Alto Tietê (o 4º mais pobre do Estado) e baixa qualificação da mão de obra, apesar de ter 450 indústrias.

POÁ: tem demanda de capacitação de jovens para o trabalho.

SALESÓPOLIS: sofre aumento das famílias em situação de risco e vulnerabilidade, aumento no uso de drogas entre os jovens e adolescentes e no uso de álcool entre os adultos.

MOGI DAS CRUZES: tem 33.057 famílias (103.493 pessoas) inseridas no CadÚnico, para uma população de 419.839 pessoas, o que corresponde a 24,65% da população do município.

SUZANO: apresenta incidência de pessoas com deficiência.

Assim, em relação às principais vulnerabilidades sociais existentes na região, destacam-se: desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança e habitação); alta porcentagem de crianças e adolescentes na população; prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; alta porcentagem de pessoas idosas na população; e existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar).

Ainda referente ao Cadastramento Único, nota-se que há cerca de 143.478 famílias cadastradas na região.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Há enorme diversidade entre os municípios e SUAS gestões municipais, seja no modo de operar as políticas públicas, seja no entendimento sobre a política de Assistência Social e, principalmente, sobre os diferentes e articulados papéis dos entes federativos. Entretanto, há participação da sociedade privada e da sociedade civil na execução de serviços socioassistenciais. Um dos municípios produziu uma versão experimental de painel de monitoramento do trabalho social, com o início da implantação do plano de Vigilância Socioassistencial, procurando monitorar os padrões de qualidade dos serviços, diagnosticar e apoiar o controle das despesas dos convênios, além de promover a implantação do Prontuário SUAS. O Consórcio Municipal tem participação nas questões do território.

Rede Socioassistencial em 2015

Na região há: 32 CRAS, 8 CREAS, 3 Centros POP e 86 unidades privadas de atendimento. O CDI de Poá atende 25 idosos e a Vila Dignidade de Mogi das Cruzes atende 22 idosos. Existem 3 CDI com obras prontas, e mais 1 em construção, além de 3 CCI em andamento no território da DRADS Leste.

Os serviços socioassistenciais de PSB tiveram redução de número, de 196 para 180, uma queda de aproximadamente 10%, dado que não pode ser generalizado para o conjunto de municípios, visto que Arujá teve aumento de 12%. A rede de serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade não sofreu mudanças muito significativas na região. Os serviços não tipificados diminuíram em 7 dos 10 municípios. Houve acréscimo de 11% de beneficiários do BPC Idoso e o mesmo índice aconteceu com o BPC Deficiência.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

No ano de 2015, foi repassado para os 10 municípios o valor total de R\$ 5.236.181,65, na modalidade fundo-a-fundo. Os municípios de Arujá e de Mogi das Cruzes, em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, receberam repasse no valor de R\$ 200.000,00 cada, para a construção do CDI. Os demais municípios que realizaram convênio aguardam liberação dos recursos financeiros e orçamentários. Conforme o PMAS/2015, os municípios contam com a seguinte totalidade em Recursos Humanos nos seus respectivos órgãos gestores: Arujá (10), Biritiba Mirim (4), Ferraz de Vasconcelos (22), Guararema (19), Itaquaquecetuba (36), Mogi das Cruzes (37), Salesópolis (05), Santa Isabel (17) e Suzano (47).

DRADS Grande SP Norte

Caracterização Geral do Território

Abrange 6 municípios (Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos e Mairiporã), sendo 2 de Médio Porte, 2 de Grande Porte e 1 Metrópole, nos quais se concentram 1.739.654 habitantes, o que corresponde a, aproximadamente, 4% da população do Estado e equivale a 8% da população da região metropolitana de São Paulo. Dos 6 municípios, 5 estão em Gestão Básica e 1 em Gestão Plena. A estimativa era de 1.898.687 habitantes em 2015.

O processo de uso e ocupação urbana foi condicionado pela topografia, pelo sistema viário e também pela estrutura fundiária dos municípios. As formações serranas, como a Cantareira, o Japi e a Pedra Vermelha, orientam o traçado dos principais eixos viários. Os núcleos urbanos de Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato estruturaram-se ao longo da antiga Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e da antiga Estrada Velha de Campinas. Sob a influência da Via Anhanguera, deu-se a ocupação de Cajamar e de seus distritos Polvilho e Jordanésia. Na porção a leste da região, ao norte da Serra da Cantareira, forma-se o núcleo urbano de Mairiporã, junto à rodovia Fernão Dias. Em Guarulhos, além das principais rodovias do Estado – Dutra, Rodoanel e Fernão Dias –, o Aeroporto Internacional recebe cerca de 55,7% dos passageiros e 60,5% da carga aérea transportada no Estado.

Os municípios apresentaram no decênio 2000-2010 taxas de crescimento anual (2,02%) superiores às da região metropolitana (0,98%), à exceção de Francisco Morato. Há 3 municípios na região com população inferior a 100 mil habitantes. Em contrapartida, há o município de Guarulhos, que concentra 3.843 hab./km², e, ainda, o de Francisco Morato, com 3.147 hab/km².

A situação fundiária peculiar e a presença do uso institucional da terra contribuíram para restringir o desenvolvimento deste eixo. Extensas áreas particulares – como os terrenos da Companhia Melhoramentos, em Caieiras e Cajamar; a propriedade da família Abdalla em Cajamar (atualmente sob a responsabilidade da União); a Área de Proteção aos Mananciais em Mairiporã (80% da área municipal); o Parque do Juqueri, onde está o complexo hospitalar do Juqueri, em Franco da Rocha; e a Área de Proteção Ambiental de Cajamar – exerceram um papel inibidor na expansão das áreas urbanas.

Ressaltamos que 33% dos municípios têm potencial de desenvolvimento econômico: Cajamar, Caieiras e Guarulhos são os principais; e 67% são considerados cidades-dormitório (Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã). O desenvolvimento econômico no território ainda é considerado incipiente, ocasionando desemprego ou subemprego.

Indicadores sobre a população

Pelo IPRS, dos 6 municípios, 4 registraram avanço em todas as dimensões e 2 deles avançaram em duas dimensões. Na edição 2014, Caieiras classificou-se no Grupo 1, Cajamar e Guarulhos no Grupo 2, Mairiporã no Grupo 4 e Francisco Morato e Franco da Rocha no Grupo 5. Já o IDH no decênio 2000-2010 demonstra

um aumento de 12,5% (Guarulhos) a 23,15% (Francisco Morato). Se comparado o período de 1991-2010, verifica-se que o IDH teve um aumento de 43,3% (Caieiras) e 58,3% (Francisco Morato). Segundo a PNUD (2013), Caieiras ocupa a 119^a posição, Cajamar ocupa a 1081^a posição, Francisco Morato a 1811^a posição, Franco da Rocha a 993^a posição, Guarulhos a 320^a posição e Mairiporã a 76^a posição.

Situações de Vulnerabilidade Social

Mais de 50% da população encontra-se em situação de média a muita alta vulnerabilidade social, sendo que em Francisco Morato essa proporção é de 83%, e em Franco da Rocha, de 56%. O elenco de situações é amplo, e sua priorização e seu detalhamento encontram-se em tabela anexa ao estudo original: famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura de vínculos familiares; famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; ocupação de áreas de riscos para moradias; desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar); alta porcentagem de crianças e adolescentes na população; pessoas em situação de rua; desvantagens resultantes de deficiência; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos; alta porcentagem de pessoas idosas; expressivo contingente de indivíduos egressos do Sistema Prisional e existência de fatores climáticos, ambientais e/ou estruturais que favorecem fenômenos causadores de calamidades públicas.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Parcerias estabelecidas pelos municípios com a rede socioassistencial vêm sendo implantadas. O Controle Social exercido pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, primordialmente, e demais Conselhos, todos implantados e em funcionamento.

Rede Socioassistencial em 2015

São 27 CRAS, 7 CREAS, 2 Centros POP, outras 18 unidades públicas e 88 entidades assistenciais privadas na região, totalizando 304 serviços socioassistenciais. Dos serviços ofertados, 72% são da Proteção Social Básica, 15% da Proteção Social Especial de Média Complexidade e 13% são da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A região apresenta dificuldades, uma vez que mantém relativo baixo índice no ranking SUAS, com média de 0,56, e este índice está vinculado à gestão, já que a maioria permanece na Gestão Básica, com exceção de Guarulhos. Houve avanço do município de Franco da Rocha, que atingiu 0,74 de pontuação, mas Caieiras (0,30) e Mairiporã (0,35) apresentam fragilidades.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

O valor total previsto para a região é de R\$ 2.768.685,23, sendo 25% destinados à PSB, 48% à PSE de Média Complexidade e 27% para a PSE de Alta Complexidade, considerando que a taxa de execução financeira no exercício de 2014 dos 6 municípios foi em média de 92%.

DRADS Grande SP Oeste

Caracterização Geral do Território

A DRADS Grande São Paulo Oeste ocupa uma área de 2.030 km², com 2.694.613 habitantes. Abrange 15 municípios, sendo 5 de Grande Porte e em Gestão Plena; 5 de Grande Porte, em Gestão Básica, 1 de Médio Porte, em Gestão Básica; 2 de Pequeno Porte I, em Gestão Básica e 2 de Pequeno Porte II, em Gestão Básica.

Em relação ao Estado de SP, apresenta alta Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População, com 1,39% (Estado 0,82); crescimento da Taxa de Natalidade em 17,40% (Estado 12,84%); alta densidade demo-

gráfica, com 1.390,84 hab./km² (Estado 171,92 hab./km²). A dinâmica regional demonstra perdas e ganhos populacionais, com os números negativos indicando saída de moradores e os números positivos mostrando o crescimento populacional. O município de Osasco apresenta maior perda populacional, com menos 6.005 moradores, enquanto Cotia foi a que mais ganhou habitantes.

Os 15 municípios estão organizados em dois grupos: Região de Mananciais e Rota dos Bandeirantes. A Região dos Mananciais abrange: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. A Rota dos Bandeirantes abrange: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba. O território é cortado por importantes rodovias (Castelo Branco, Rodoanel, Raposo Tavares, Estrada dos Romeiros etc.), e pela Ferrovia Sorocabana-Santos, atual linha 8 – Diamante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

A Região dos Mananciais concentra o maior sistema produtor de água para a RMSP. A população no entorno desse reservatório aumentou de 332 mil habitantes em 1980 para 645 mil habitantes em 1996, de acordo com o Plano da Bacia do Alto Tietê (2001). A atividade agrícola voltada à subsistência e ao cultivo de hortaliças, legumes, frutas, plantas medicinais e flores, além das ações voltadas a piscicultura, apicultura e pecuária, caracterizam a área, sendo Cotia e Vargem Grande Paulista destacados pela produção de hortifrutigranjeiros, flores e plantas ornamentais.

Na Rota dos Bandeirantes, a cidade de Osasco e Barueri têm perfil de cidades-polo, visto que atraem investimentos nos setores de serviços, notadamente a educação superior e o comércio, concentrando *shopping centers* que exercem grande atratividade na região. Como em toda a região, Osasco e Barueri vivem um processo de verticalização da atividade imobiliária, com a construção de moradias e centros comerciais.

A Região dos Mananciais engloba outros municípios do entorno oeste e alguns do sudoeste do Estado de São Paulo. As principais rotas de acesso são: rodovia Régis Bittencourt, Rodoanel e a Raposo Tavares, além da Ferrovia Sorocabana-Santos.

Os aspectos econômicos levantados indicam que os municípios ao longo da Régis Bittencourt possuem extensas áreas de capoeiras e de reflorestamento. A atividade econômica é tímida; a maioria dos municípios são cidades-dormitório, apresentando concentração econômica modesta e ambiente urbano pobre, com baixa oferta de equipamentos de lazer e de cultura. Tal fato é atribuído ao extravasamento da atividade industrial paulistana. Em compensação, parques, trilhas, rios, cachoeiras e outras belezas naturais são condições existentes no território da DRADS Grande São Paulo Oeste para a atividade turística.

A atividade industrial é reduzida e concentra-se no início da Rodovia Régis Bittencourt. O setor terciário apresenta atividades de serviços e comércio de caráter local.

Indicadores sobre a População

O IPVS identifica 60% da população territorial no Grupo 2 de vulnerabilidade social (9 municípios); 27% (4 municípios) no Grupo 4; 1 município no Grupo 1 e 1 município no Grupo 5, o que demonstra a heterogeneidade da região quanto aos indicadores sociais.

Situações de Vulnerabilidade Social

O conjunto dos 15 municípios apresenta 117.998 domicílios com renda *per capita* entre ¼ do salário mínimo e ½ salário mínimo, o que representa aproximadamente 8% dos domicílios do Estado, destacando-se as vulnerabilidades: famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar); expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança e habitação); existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares, entre outras.

Principais Atores Sociais

O documento Plano Regional – Rede Cegonha-2012 – oferece ações de atenção à saúde materno-infantil para determinada população-território, as quais devem ser articuladas com um sistema de apoio. Uma das diretrizes é a garantia do acolhimento com avaliação e classificação de risco e vulnerabilidade, ampliação do acesso ao pré-natal e melhoria da qualidade deste. Esse documento contém informações pertinentes à região. Na rede socioassistencial, os órgãos governamentais e a rede privada se integram.

Rede Socioassistencial em 2015

Há 57 CRAS; 13 CREAS, 5 Centros POP, 160 unidades privadas, totalizando 514 serviços ofertados, dos quais 206 contam com cofinanciamento estadual.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

O cofinanciamento estadual previsto nos Planos Municipais de Assistência Social para o exercício de 2015 detalha o valor total de R\$ 10.283.976,50, sendo R\$ 8.829.576,50 para custear o atendimento à meta de 65.385 programas em execução governamental e R\$ 1.454.400,00 para os convênios estadualizados com entidades privadas. Houve também a disponibilidade de recursos para aquisição de equipamentos por meio de convênios diretos com as entidades e para construção/obra para implantação dos CDIs em alguns municípios da região.

Segundo as Proteções Sociais, a distribuição prevê: PSB com R\$ 4.835.858,61 (meta de 59.384 da população demandatária); PSE de Média Complexidade com R\$ 1.151.400,00 (meta de 2.771 pessoas da demanda de Liberdade Assistida) e CREAS R\$ 159.185,20 (para a meta de atendimento a 1.404 demandatários). Na PSE de Alta Complexidade, o cofinanciamento estadual previu R\$ 2.683.132,69 para garantir a meta de atendimento a cerca de 1.826 da população demandatária.

A DRADS Grande SP Oeste conta com 1 diretor técnico II (DRADS), 1 diretoria técnica I (Nucon), 1 diretora técnica administrativa (NUADM), 1 diretor técnico I (Nuasu) e 4 agentes de desenvolvimento social, 5 administrativos, estagiários e 1 motorista.

Além de recursos financeiros, existem desafios e metas a serem atingidas, tais como superar o elevado número de inadequações quanto à insuficiência da equipe mínima e à estrutura física dos CRAS e CREAS.

DRADS Itapeva

Caracterização Geral do Território

A DRADS Itapeva é composta por 18 municípios, classificados desta maneira: 14 de Pequeno Porte I, 3 de Pequeno Porte II e 1 de Porte Médio. Assim, 77,78% dos municípios desse território possuem até 20.000 habitantes. A densidade demográfica média da região é de 23 habitantes/km², sendo bastante variada entre os municípios; por exemplo, Iporanga tem apenas 3,73 hab./km², enquanto Itapeva tem 48,05 hab./km². Itapeva, a cidade-sede da DRADS, tem a segunda maior extensão territorial do Estado de São Paulo, com 1.826,3 km².

São 330.575 habitantes na região (0,8% da população do Estado de São Paulo). Alguns municípios têm população rural superior à urbana, como Barra do Chapéu (70,56%), Guapiara (59,81%), Itapirapuã Paulista (51,24%), Ribeira (63,19%) e Ribeirão Grande (68,42%). A densidade demográfica média é de 23 habitantes/km², variando de 3,73 hab./km² (Iporanga) a 48,05 hab./km² (Itapeva).

Quatro municípios possuem população tradicional quilombola: Barra do Chapéu, Iporanga, Itaóca e Itapeva.

O PIB da região soma R\$ 4.888.658,00, com 62% da atividade econômica em serviços, 17% na agropecuária, 13% na indústria e 8% de impostos. Um dos aspectos que justifica o baixo percentual de indústrias é a vasta área de preservação ambiental nos municípios.

Situações de Vulnerabilidade Social na Região

Inserção precária no mercado de trabalho; desemprego no período de entressafra; fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos; e famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda. Ainda: a alta porcentagem de pessoas idosas, crianças e adolescentes; e a prevalência de fatores que levam ao uso abusivo de substâncias psicoativas.

No Censo 2010, 8.378 famílias viviam em situação de extrema pobreza. Há municípios com significativo percentual de beneficiários dos programas de transferência de renda. Contudo, faltam postos de atendimento e agências bancárias em Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Itaóca e Itapirapuã Paulista, de onde os beneficiários precisam viajar para outro município para retirar o cartão eletrônico e sacar o benefício mensal. Há crianças em situação de trabalho infantil; os municípios de Itapeva e Itararé recebem cofinanciamento da esfera federal para desenvolver ações estratégicas para erradicar o trabalho infantil. Os municípios relatam dificuldades para identificar essa demanda. Alguns municípios enfrentam escassez de horários para transporte intermunicipal, com o translado feito em um único horário por dia e por uma única empresa. Essa situação é vivenciada em Barra do Chapéu, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Itaóca e Ribeira. Destaca-se, ainda, que os municípios de Iporanga, Itaóca e Ribeira sofrem frequentemente com os efeitos climáticos decorrentes das chuvas, que enchem rios e inundam partes dessas cidades, levando o Poder Executivo a decretar Estado de calamidade pública. Há muitas dificuldades de locomoção dos habitantes e de acesso à população rural, não apenas por causa da falta de asfalto, mas também pelo fato de existir uma grande área rural na região, fazendo com que poucos municípios ofertem serviços socioassistenciais na zona rural. O trajeto é demorado, difícil e exaustivo para o deslocamento das equipes municipais e da DRADS Itapeva.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

A DRADS Itapeva tem como principais parceiros o Sistema Integrado de Graduação do Município de Apiaí (SIGMA), a entidade socioassistencial Grupo Assistencial Meimei (GAM) de Itaberá, as Câmaras Municipais de Itaberá e Itapeva, a Secretaria de Cultura de Itapeva, a Fundação Jari de Itapeva, a Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva (FAIT), a Diretoria de Ensino de Itapeva e a Secretaria de Desenvolvimento Social de Itapeva.

Rede Socioassistencial em 2015

Todos os municípios da região estão habilitados no SUAS e têm unidade do CRAS. A maioria possui a Secretaria como estrutura administrativa da assistência social.

Há oferta de 200 serviços socioassistenciais na região, sendo 146 sob execução direta e 54 indireta. Desse total, 107 são de PSB, 57 de PSE de Média Complexidade e 36 de PSE de Alta Complexidade. Ao todo, os serviços ofertados atendem 15.429 pessoas mediante serviços de PSB, 2.079 pessoas por meio de serviços de PSE de Média Complexidade e 940 pessoas com serviços de PSE de Alta Complexidade.

Há 144 trabalhadores do SUAS nos 18 órgãos gestores municipais, uma média de 8 profissionais por município (abaixo da média estadual, que é de 13 profissionais). É relevante a rotatividade de profissionais na Regional. Apenas os municípios de Capão Bonito, Guapiara, Itapeva e Itararé possuem unidades do CREAS. Sendo assim, os serviços de Proteção Social Especial são executados pelos próprios órgãos gestores de assistência social.

Barra do Chapéu, Bom Sucesso, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Nova Campina, Ribeira e Taquarivaí não possuem rede socioassistencial privada, contando apenas com a Proteção Social do CRAS. As exceções entre esses municípios são Nova Campina e Taquarivaí, que dispõem de equipamento de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

Há serviços intermunicipais, como o Serviço de Acolhimento Institucional tanto para crianças e adolescentes como para idosos e também o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, para pessoas com deficiência.

A região conta com 5 Comunidades Terapêuticas, que oferecem o Serviço de Acolhimento Institucional para casos de abuso de substâncias psicoativas. A oferta é em torno de 250 vagas, predominantemente para o sexo masculino. Todas são entidades privadas e nenhuma está credenciada no Programa Recomeço. Nenhum município possui CAPS AD, obrigando as pessoas que necessitam do serviço a serem atendidas nos CAPS dos municípios de Apiaí, Capão Bonito, Itapeva e Itararé.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

O cofinanciamento das proteções sociais aos municípios pelo FEAS foi de R\$ 3.122.248,91, repassados aos órgãos públicos e entidades privadas socioassistenciais.

Todos os municípios pertencentes à DRADS Itapeva participaram da 1ª fase do Programa São Paulo Solidário, mas nem todos finalizaram as ações, pois o prazo se encerra em junho de 2016. A região foi a primeira a receber recursos financeiros para realizar a etapa Além da Renda: foram R\$ 8.072.000,00, com o objetivo de atender 4.905 famílias.

Os municípios não têm uma execução financeira satisfatória. Costumam acumular saldos tanto da esfera estadual como da federal. Falta conhecimento dos pisos de transferência aos municípios pelos técnicos e gestores municipais e, também, entendimento do setor financeiro em liberar aquisições planejadas pela equipe municipal e aprovadas pelos CMAS para realizar os serviços socioassistenciais.

DRADS Marília

Caracterização Geral do Território

Situada no oeste do Estado de São Paulo, a DRADS Marília abrange uma área de 14.273,70 km², que corresponde a 5,75% da área estadual. É composta por 38 municípios, divididos em 3 Regiões de Governo: Assis, Marília e Tupã. Destes, 30 municípios são de Pequeno Porte I, 5 de Pequeno Porte II, 2 de Médio Porte e 1 de Grande Porte, o que implica uma extensa área territorial com um elevado número de municípios de Pequeno Porte I que necessitam de serviços regionalizados. Em relação à Gestão do SUAS, 4 municípios estão em Gestão Inicial, 30 em Gestão Básica e 4 em Gestão Plena.

Os municípios que compõem a DRADS representam 0,03% da população estadual; são 773.593 habitantes, com densidade demográfica de 51,72 hab./km². A maior densidade se encontra no município de Marília (29% da população total da região), seguida por Assis (12,72%) e Tupã (8,16%), de acordo com dados da Fundação Seade com projeção para o ano de 2015.

Com forte perfil agroindustrial, a base econômica da região é a agricultura e a pecuária, com ênfase para a bacia leiteira e a criação de gado para corte. Os municípios de Tupã, Paraguaçu Paulista e Campos Novos Paulista são Estâncias Turísticas. No município de Arco-Íris há uma aldeia indígena com 240 habitantes, e no município de Gália existem 3 assentamentos e 1 acampamento rural. Os municípios de Marília, Pompeia e Garça se destacam na atividade industrial, com predominância da produção de gêneros alimentícios, já que o setor de serviços se concentra principalmente em Marília, Assis e Tupã. Na Região de Assis estão instaladas muitas usinas sucroalcooleiras. A região da DRADS Marília responde por 1,39% do PIB estadual.

Indicadores sobre a População

A taxa de natalidade (por mil habitantes) é de 12,68%. A população com menos de 15 anos representa 18,97% da DRADS, e a com 60 anos ou mais representa 15,42%. No período de 2010 a 2015, a população cresceu 2,1%.

O percentual da população urbana em relação à população total na DRADS é de 92,87%. Entretanto, há municípios nos quais esse percentual é abaixo de 60%, como Fernão (57,14%) e Arco-Íris (59,91%). O aumento da urbanização intensificou-se com a saída da população do campo por conta da mecanização agrícola.

Em 2010, o saldo migratório total na região foi de 895 pessoas. Os movimentos costumam partir de municípios menores para centros urbanos maiores, motivados pela busca de trabalho ou estudo.

De acordo com o IPRS, a maior parte dos municípios encontra-se nos Grupos 3 e 4 (nível de riqueza baixo, bons indicadores sociais e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade).

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Pelo Censo 2010, 13.564 famílias vivem com uma renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00, o que dá 1,9% do total de domicílios. Essa população se soma a 5,94% dos domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e 19,31% dos domicílios com renda *per capita* igual ou inferior à metade do salário mínimo. Isso representa um total de 718.459 habitantes. Entre os 100 municípios com menor IDH do Estado de São Paulo, 10 pertencem à área de abrangência da DRADS Marília.

Entre 2011 e 2014 houve decréscimo nos empregos formais de pessoas até 24 anos e na faixa de 25 a 39 anos. A indústria sucroalcooleira desempenha um papel importante na oferta de empregos formais nas Regiões de Governo de Assis e Tupã; vários municípios dependem quase exclusivamente deste segmento econômico, entretanto, no período de entressafras, há aumento do desemprego. O município de Borá, por exemplo, com 808 habitantes, oferece um total de 1.760 empregos formais devido à presença de uma usina de cana-de-açúcar.

Em 2013 havia uma média de 2,08% crianças em idade escolar sem frequentar a escola. Destaque para o município de Lutécia, onde esse percentual chega a 6,28%. O Censo 2010 apontou que no município de Marília havia 1.052 crianças no trabalho infantil.

No município de Gália, os três assentamentos e o acampamento rural estão distantes 40 km da área urbana, o que dificulta o acesso ao atendimento da Rede. Todas as 120 famílias dos assentamentos estão incluídas no CadÚnico. Além disso, dessas famílias, 31 são beneficiárias do Programa Bolsa Família nos assentamentos e 16 no acampamento. A Prefeitura Municipal de Marília desenvolveu em 2015 um programa de desfavelamento que pretende reduzir em 50% o número de favelas. Quatro favelas já foram alvo do programa, e aproximadamente 1.000 pessoas foram beneficiadas com moradias dignas.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

São trabalhadores com formação em nível superior, a maioria com formação em Serviço Social e Psicologia, bem como nível médio e fundamental, que atuam em Unidades Públicas (Órgãos Gestores de Assistência Social, CRAS, CREAS, Centros POP, Acolhimento Institucional, Centros de Convivência e Centros Dia) e as Entidades Socioassistenciais Privadas.

Rede Socioassistencial em 2015

A DRADS Marília possui 43 CRAS, onde são atendidas aproximadamente 13.799 pessoas de diversos públicos. Três municípios da região ainda não contam com CRAS.

No território há 8 CREAS, que atendem aproximadamente 1.429 usuários. Há também 1 Centro POP, no município de Marília.

Somente 2 municípios contam com equipe específica da PSB, 3 apresentam equipe específica da PSE e 2 (Marília e Tupã) possuem equipe específica para a Vigilância Socioassistencial. Dos 38 municípios da DRADS, 18 realizam ações de Vigilância Socioassistencial, 11 realizam Vigilância de Risco e Vulnerabilidades, 17 realizam ações aos padrões dos Serviços.

Entre 2013 e 2015, o número de entidades socioassistenciais com cadastro no CMAS diminuiu de 112 para 77. Acredita-se que, com a Lei 12.101, algumas entidades que estavam cadastradas com área preponderante na Assistência Social foram direcionadas para o seu campo de atuação; por exemplo, as ACCs, que possuem área de preponderância na Saúde.

Abrangendo os 38 municípios da DRADS Marília, são beneficiadas, dentro dos programas de transferência de renda, 5.243 famílias no programa Renda Cidadã; 25.966 famílias no Bolsa Família; são 160 beneficiários no Renda Cidadã Idoso; 6.428 estudantes no programa Ação Jovem; no Benefício de Prestação Continuada (BPC) são 14.162 beneficiários, dos quais 7.695 no BPC Idoso e 6.467 no BPC Deficiente (PSC).

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Em relação ao cofinanciamento das Proteções Sociais aos municípios, por meio do FEAS, o total de valores repassados aos órgãos públicos e entidades privadas socioassistenciais durante o ano de 2015 foi de R\$ 5.471.330,20.

Em relação aos Recursos Humanos, há um total de 755 servidores municipais, sendo 499 com vínculo estatutário, 58 celetistas, 109 comissionados e 89 com outros vínculos. Apesar de certo grau de estabilidade, existe uma rotatividade destes profissionais, em virtude de baixos salários, da falta de equipes específicas para cada Proteção Social e do excesso de atividades que não condizem com as ações pertinentes à Assistência Social.

A DRADS Marília conta com uma equipe de 17 servidores estaduais, sendo 13 com vínculo empregatício em regime estatutário, 2 terceirizados e 2 estagiários.

DRADS Mogiana

Caracterização Geral do Território

A DRADS Mogiana está localizada à latitude sul e a oeste do Estado de São Paulo, na encosta ocidental da Serra da Mantiqueira e na divisa com o sul de Minas Gerais. Tem área territorial de 8.104,89 km², seu clima é tropical e a economia predominante são as culturas agrícolas e pecuárias, logo seguidas pelos setores industriais.

A sede da Regional encontra-se instalada na cidade de São João da Boa Vista, abrangendo os 20 municípios, sendo eles: Águas da Prata (PI), Caconde (PI), Casa Branca (PII), Divinolândia (PI), Espírito Santo do Pinhal (PII), Estiva Gerbi (PI), Itapira (MP), Itobi (PI), Mococa (MP), Mogi Guaçu (GP), Mogi Mirim (MP), Santa Cruz das Palmeiras (PII), Santo Antônio do Jardim (PI), São João da Boa Vista (MP), São José do Rio Pardo (MP), São Sebastião da Gramá (PI), Tambaú (PII), Tapiratiba (PI) e Vargem Grande do Sul (PII).

A maioria dos municípios da região é de Porte I (8), seguido pelos de Porte II (6), Médio Porte (5) e 1 de Grande Porte. Além disso, 95% dos municípios se encontram em Gestão Básica e 5% em Gestão Plena.

O município de Águas da Prata é um dos 11 municípios paulistas considerados Estâncias Hidrominerais, e o município de Caconde está entre os 12 municípios paulistas considerados Estâncias Climáticas pelo Estado de São Paulo. Ambos cumprem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual.

De acordo com o Censo 2010, a Região da DRADS Mogiana possui 773.375 habitantes, o que representa uma média de 38.669 habitantes por município.

Indicadores sobre a População

A taxa de natalidade (por mil habitantes) é de 11,89%, com média anual de crescimento da população em 0,5%. Em 2010, as migrações somaram 2.465 pessoas à região.

A porcentagem de pessoas com menos de 15 anos varia entre 16,48% e 21%, dependendo do município da DRADS. Já a média da população com 60 anos ou mais é 15,1%, sendo que o município de Águas da Prata apresenta um percentual maior de idosos em relação aos demais.

A média do IDH é de 0,746 (considerada alta) e o índice de Gini tem uma média de 0,47 nos municípios da região.

Os indicadores do IPRS apontam 3 municípios no Grupo 1 (riqueza elevada e bons indicadores sociais); 9 municípios no Grupo 3 (baixa riqueza e bons indicadores sociais); 4 municípios no Grupo 4 (baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade); e 4 municípios no Grupo 5 (desfavorecidos tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais). Observa-se que quase a metade dos municípios se caracteriza por um nível baixo de riqueza, mas com bons indicadores sociais.

Em relação ao IPVS, a média na região é de 8,1% no Grupo 5 e 2,7% no Grupo 7.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

De acordo com o PMASWeb 2015, são várias as situações apresentadas, como: desemprego no período de entressafra, desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos (saneamento básico, geração de renda, transporte, saúde, educação, convívio, segurança e habitação); prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; alta porcentagem de pessoas idosas na população; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social; alta porcentagem de crianças e adolescentes na população; existência de famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar); e pessoas em situação de rua.

Analizando as maiores vulnerabilidades encontradas nos municípios da DRADS Mogiana, verifica-se a predominância da existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; e diferentes violências advindas do núcleo familiar.

O percentual de famílias que possuem renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 varia entre 0,6% e 2,3%, dependendo do município. Em média, 5,4% dos domicílios em cada município da região vivem com renda *per capita* igual ou inferior a ¼ do salário mínimo. Nesse caso, a maior porcentagem se encontra no município de Caconde, e a menor, em São João da Boa Vista. Quando a análise tem como parâmetro uma renda *per capita* igual ou inferior à metade do salário mínimo, a média de domicílios por município vai a 18,78%. Nesse caso, a maior porcentagem é do município de Aguaí e a menor é de São João da Boa Vista.

Segundo informações do MTE, em 2013 a região somou 212.726 empregos formais, com uma média de 10.636 por município. Observa-se que Mogi Guaçu apresenta o maior número de empregos formais, enquanto o município de Itobi apresenta o menor. Isso, talvez, possa estar associado ao número populacional do município, visto que Mogi Guaçu é de Grande Porte e Itobi de PPI.

A média de crianças entre 6 e 14 anos fora da escola é de 2,13% na região da DRADS Mogiana e o número de pessoas com deficiência atinge a média de 21,31% por município dentro do território de atuação da DRADS Mogiana.

Principais Atores Sociais Atuantes da Assistência Social

O Estado de São Paulo e o Governo Federal, por meio dos seus apoios financeiros, além da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, das próprias Secretarias Municipais e do quadro funcional da DRADS Mogiana.

Rede Socioassistencial em 2015

Estão atuando 27 CRAS e 7 CREAS. Além deles, o atendimento socioassistencial conta com 256 serviços da Proteção Social Básica, 78 da Proteção Social Especial de Média Complexidade, 57 da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e 113 serviços não tipificados.

Na região encontram-se 60.228 famílias incluídas no CadÚnico, o que dá uma média de 3.011 famílias por município. No total são 19.615 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na DRADS Mogiana.

O número de Benefícios de Prestação Continuada é composto por 7.214 para o PCD e 4.894 para o Idoso.

São 3.570 famílias beneficiárias do Renda Cidadã e 2.829 do Ação Jovem.

Recursos Previstos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

De acordo com o PMASWeb 2015, há um número de 2.325 trabalhadores distribuídos em serviços nas redes pública e privada nos municípios da região.

A DRADS conta, atualmente, com 9 funcionários: 1 diretor regional (comissionado), 3 diretores de núcleos (2 comissionados e 1 efetivo), 2 assistentes administrativos (comissionados), 1 oficial administrativo (efetivo), 1 terceirizado e 1 estagiária.

O cofinanciamento Estadual do Piso Social Paulista repassou (fundo-a-fundo) R\$ 3.766.545,04 (Proteção Social Básica e Especial) para os municípios da DRADS Mogiana.

O repasse anual do Governo Federal para a região relativo ao Programa Bolsa Família foi no valor de R\$ 20.641.611,00 (julho/2015).

Para o PCD, o repasse anual do Fundo Nacional de Assistência Social foi de R\$ 39.243.298,05. O mesmo fundo repassou R\$ 26.944.037,73 para o Atendimento ao Idoso.

O Estado de São Paulo fez repasses no valor de R\$ 3.427.200,00 para o Programa Renda Cidadã e de R\$ 2.715.840,00 para o Programa Ação Jovem.

DRADS Piracicaba

Caracterização Geral do Território

A DRADS Piracicaba abrange 27 municípios: Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Brotas, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Ipeúna, Iracemápolis, Itirapina, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Pirassununga, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São Pedro e Torrinha.

Entre os municípios, 13 são de Pequeno Porte I, 8 de Pequeno Porte II, 2 de Médio Porte e 4 de Grande Porte. Portanto, 78% dos municípios são de Pequeno Porte I e II. Quanto ao nível de gestão, 3 estão em Gestão Inicial, 21 em Gestão Básica e 3 em Gestão Plena.

Destes municípios, apenas 5 não fazem parte do Aglomerado Urbano de Piracicaba (Brotas, Itirapina, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição e Torrinha). Os outros 22 compõem o Aglomerado, que se situa entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, ocupando posição privilegiada na malha rodoviária e favorecendo o acesso ao Porto de Santos e aos aeroportos de Congonhas, Cumbica e Viracopos. O sistema viário da aglomeração dá à região excelência em mobilidade nas ligações com a capital e o interior do Estado.

A região também integra o Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que tem por objetivo promover a integração de ações de defesa contra eventos hidrográficos críticos, que oferecem riscos à saúde e à segurança pública, assim como prejuízos econômicos ou sociais.

Os municípios da DRADS Piracicaba possuem diferentes vocações econômicas, com destaque para indústria, turismo e agricultura.

A população da DRADS Piracicaba é de 1.427.773 habitantes, representando 3,21% da população total do Estado de São Paulo.

Indicadores sobre a População

A média do IDH nos municípios é de 0,755, colocando a região na escala de média a muito alta no índice. De acordo com o IPRS, a situação dos municípios está concentrada nos Grupo I (34%) e Grupo II (34%). Embora o Grupo I seja caracterizado por municípios com nenhuma vulnerabilidade, 34% desses municípios têm alta concentração populacional e grandes focos de pobreza nas áreas periféricas.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

As vulnerabilidades referem-se a: desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; desemprego no período de entressafra; famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; e fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas.

Identifica-se uma incoerência entre as maiores vulnerabilidades do território e a oferta de serviços nos municípios, pois os maiores números de serviços, por ordem de classificação, são: existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; e diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos.

A Busca Ativa realizada em 2013 apontou um total de 2.507 famílias em situação de extrema pobreza. Essas famílias vêm sendo trabalhadas pelos municípios. O percentual de famílias pobres na região é de 3,91%.

Identifica-se como demanda estimada a alta porcentagem de crianças, adolescentes e idosos na região.

O diagnóstico da DRADS Piracicaba aponta para fatores internos das forças, tais como: leitura de realidade pela DRADS com dados oficiais contextualizados; sistemas de informação, monitoramento e avaliação; conhecimento da rede socioassistencial da região; possibilidade de sugerir alterações no organograma dos municípios e gestão dos Planos Municipais de Assistência Social. As fraquezas internas são: falta de análise de conjuntura, padronização conceitual na elaboração, análise e avaliação pela DRADS, SEDS e o quadro reduzido de Recursos Humanos.

Quanto aos fatores externos, identifica-se a possibilidade de visibilidade da política de assistência social para outros órgãos setoriais, a estruturação dos CRAS e CREAS nos municípios, o conhecimento da rede socioassistencial pelos municípios e o aumento do percentual orçamentário municipal para a área de Assistência Social. As ameaças externas são: a dificuldade dos municípios na definição e utilização de indicadores, a falta de estrutura física e de RH em equipamentos sociais, a incorporação de padrões de gestão no planejamento, o monitoramento e a avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como os resquícios da Assistência Social como benesse por parte de alguns prefeitos e gestores.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Órgãos gestores de Assistência Social dos municípios e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

O Aglomerado Urbano de Piracicaba foi criado por lei estadual, tendo entre seus objetivos o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida, a cooperação entre diferentes níveis de governo e a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região, bem como a redução das desigualdades regionais. Entretanto, nota-se que trabalhar a intrassectorialidade na área de Assistência Social dos municípios é um dos grandes desafios para uma política regional efetiva e de impacto no enfrentamento da questão social. Há necessidade de um novo desenho institucional, uma vez que os órgãos gestores se organizam de forma setorizada e piramidal.

Rede Socioassistencial em 2015

Os três municípios que estão em Gestão Inicial já implantaram os CRAS e estão se organizando para pleitear alteração de gestão. Hoje, todos os municípios da DRADS já possuem CRAS implantado, perfazendo um total de 47 CRAS. A região também conta com 12 CREAS e 2 Centros POP.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Os municípios da DRADS Piracicaba contam com os seguintes números de trabalhadores do SUAS:

- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: 578 pessoas;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: 158 pessoas;
- Centro POP: 28 pessoas;
- Órgão Gestor: 576 pessoas;
- Total: 1.340 pessoas

Os números de servidores da DRADS Piracicaba, divididos por Núcleos, são:

- Direção Regional: 1 diretor técnico II e 1 executivo público;
- Núcleo Administrativo: 1 diretor técnico I, 1 assistente administrativo e 1 serviços gerais;
- Núcleo de Avaliação e Supervisão: 1 diretor técnico I e 1 agente de desenvolvimento social;
- Núcleo de Convênios: 1 diretor técnico I e 1 agente de desenvolvimento social.

Os recursos financeiros previstos para repasse em 2015 seguem abaixo discriminados, de acordo com a fonte:

- Fonte Municipal: R\$ 49.679.112,52
- Fonte Estadual: R\$ 5.779.427,76
- Fonte Federal: R\$ 13.286.144,66
- Fonte Privada: R\$ 25.070.635,59
- Total: R\$ 93.815.320,53

Observação: A fonte privada engloba recursos financeiros de empresas, organizações, pessoas físicas e próprios, utilizados pelas entidades sociais que desenvolvem serviços socioassistenciais.

DRADS Ribeirão Preto

Caracterização Geral do Território

A região de Ribeirão Preto está localizada no noroeste do Estado e ocupa 3,7% do território estadual. A DRADS abrange 25 municípios, sendo 11 de Pequeno Porte I, 11 de Pequeno Porte II, 1 de Médio Porte e 2 de Porte Grande. Quanto ao nível de gestão, 4 estão em Gestão Inicial, 16 em Gestão Básica e 5 em Gestão Plena.

A economia da região estrutura-se especialmente na agropecuária e na agroindústria sucroalcooleira. Segundo dados do MTE, o Sistema Agroindustrial da cana-de-açúcar foi responsável por aproximadamente 17% dos postos de trabalho na região em 2008. Destacam-se também as indústrias de suco de laranja, e as beneficiadoras de café, soja e amendoim, além da fabricação de derivados de leite.

Paralelamente, a região possui forte vocação para o setor de serviços, seja por autônomos, bares, restaurantes, hotéis, *shoppings*, seja pelo comércio em geral.

Indicadores sobre a População

Em relação à ocupação populacional, a região ocupa o quinto lugar no Estado, com cerca de 1,1 milhão de habitantes (2002). Aproximadamente 97% da sua população localiza-se em áreas urbanas, com taxas de urbanização que vão de 68% no município de Guatapará até 99,6% em Ribeirão Preto. A densidade demográfica é de 117 hab./km².

Os dados oficiais do IPVS e do IPRS mostram que no Grupo 1 estão 2 municípios, que agregam 56,5% da população da região. No Grupo 2 foram incluídos 4 municípios, que detêm 11% da população. No Grupo 3 estão 4 municípios, agregando 6,5% da população da região. No Grupo 4 encontram-se 15 municípios, que respondem juntos por 25,9% da população. E no Grupo 7 está o município de Serra Azul, com um alto índice, alcançando o percentual de 28,8%.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Nos municípios de Grande Porte, verifica-se a existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares, além de formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos.

Nos municípios de Pequeno Porte se destaca a situação do desemprego, tendo como principais causas a baixa qualificação do trabalhador e a mecanização da colheita. No município de Serra Azul, chama atenção a alta vulnerabilidade no meio rural.

Houve também um aumento considerável de adolescentes em conflito com a lei.

Os dados oficiais apontam taxa de desemprego de 7,5% na região em 2015, um aumento de 56% em relação ao ano anterior.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Entre os principais atores envolvidos na participação, articulação e desenvolvimento de discussões estão o GS3 (Grupo de Suporte ao Terceiro Setor de Ribeirão Preto, composto por 31 entidades das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação), o Senac, as universidades públicas e privadas.

Os municípios da região de Ribeirão Preto possuem significativa representatividade na Frente Paulista. Há também uma representatividade política marcante de vereadores, deputados estaduais e federais, que transmitem demandas específicas da área social e transformam essas necessidades em rubricas nos orçamentos municipais, seja diretamente às prefeituras, seja às entidades sociais.

Rede Socioassistencial em 2015

Os 25 municípios do território da DRADS Ribeirão Preto estão inclusos no SUAS.

Percebe-se que há avanço na adequação dos serviços ao SUAS pela rede socioassistencial, o que permite inferir que, aumentando a qualidade técnica desses serviços, otimizam-se os recursos e os respectivos resultados de suas ações.

O número de atendidos na PSB é de 57.086, na PSE Média é de 58.223 e na PSE Alta é de 2.971, totalizando 118.280 atendimentos.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Conforme dados do PMAS/2015, a região da DRADS Ribeirão Preto conta com 3.475 profissionais do SUAS atuando em serviços executados pelas redes pública e privada.

Em relação ao cofinanciamento das proteções sociais nos municípios por meio do FEAS, os valores repassados aos órgãos públicos e entidades do terceiro setor da DRADS Ribeirão Preto somam um total de R\$ 6.238.628,80. Deste volume, R\$ 2.952.237,41 correspondem à PSB, R\$ 1.858.502,98 correspondem à PSE Média e R\$ 1.427.888,41 à PSE Alta.

Dado o cenário econômico de 2016, a SEDS possibilitou, a partir de 2015, a utilização de até 60% dos recursos estaduais em Recursos Humanos para os serviços cofinanciados. Sobre Recursos Humanos, observa-se a dificuldade do poder público em manter um quadro de funcionários efetivos de forma regular. A precariedade em determinados serviços ofertados e os obstáculos na execução do monitoramento e da supervisão surgem

como reflexo não apenas do número reduzido de funcionários, mas também do fato de eles serem, na maioria das vezes, sub-remunerados. Desta maneira, independentemente das estratégias e esforços adotados para a progressiva implantação do SUAS, são necessárias iniciativas em relação ao quadro efetivo de servidores, visando maior retenção de Recursos Humanos.

DRADS São José do Rio Preto

Caracterização Geral do Território

A DRADS São José do Rio Preto está localizada no noroeste do Estado, possui uma população de 1.013.449 habitantes e é composta por 47 municípios, sendo 40 de Pequeno Porte I, 4 de Pequeno Porte II, 1 de Médio Porte e 2 de Grande Porte. Localiza-se numa grande extensão territorial e é limítrofe com o Estado de Minas Gerais e próximo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Os municípios com até 10 mil habitantes constituem 60% da DRADS e, por possuírem uma pequena rede de serviços estruturada, acabam por depender dos municípios maiores, São José do Rio Preto e Catan-duva. Muitos dos municípios menores se tornaram cidades-dormitórios, pois o nível de emprego formal é baixo. Com isso, sua população economicamente ativa se desloca para trabalhar nos municípios maiores.

Em todos os municípios da região, a principal atividade econômica é o setor de serviços, seguido por agricultura, indústria e, por fim, a arrecadação de impostos. O setor industrial se refere a pequenas e médias empresas, com destaque para o setor moveleiro. Na agricultura, a cana-de-açúcar tem predominância.

A região de São José do Rio Preto é entrecortada por rodovias federais e estaduais, e também chamada de rota caipira do tráfico de drogas, pois é a rodovia BR 153 que faz a ligação do Estado com o interior do Brasil ou dá acesso a outras vias que acessam as regiões Centro-Oeste e Nordeste do país. Nessa região há forte presença do tráfico de drogas, com consequências como o uso de adolescentes para esta prática e também para a exploração sexual. Este dado é comprovado pelo número expressivo de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Indicadores sobre a População

Apesar de até há pouco predominar uma população jovem, atualmente, essa região é considerada a região do Estado com maior número de idosos. Os números de longevidade são altos se comparados com a média do Estado, que é de 40,80%. Os índices de envelhecimento estão apresentados por município. No município de Neves Paulista, por exemplo, o número de idosos já supera o de crianças e adolescentes até 15 anos, realidade que pode ser seguida pelos municípios de Poloni, Itajobi, Urupês, Cedral e Bálamo. Uma das hipóteses do alto índice de envelhecimento é que essa região possui bons serviços de saúde pública, centros de referência de medicina diagnóstica e qualidade de vida que permitem a fixação do idoso no território e o retorno daqueles que em algum momento da vida saíram em busca de melhores condições de vida.

Os índices regionais circunscrevem a média de IDH-M alto, e a cidade de São José do Rio Preto possui o índice alto com perspectiva para mudança para muito alto. Entretanto, ao cruzar estes dados com o IPRS, verifica-se que os municípios da região se concentram, em média, nos Grupos 3 e 4, com predominância de baixa riqueza e média escolaridade, dados estes confirmados por meio do Retrato Social.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Conforme apontado em pesquisa feita nos municípios, essa é a ordem de prioridade: famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura de vínculos familiares; desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; alta porcentagem de pessoas idosas na população.

Ao analisar as vulnerabilidades segundo o número de pessoas atingidas, a ordem de prioridades se altera para a seguinte: fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura de vínculos familiares.

Uma Busca Ativa identificou como população mais vulnerável na região as mulheres acima de 40 anos que são chefes de família, possuem baixa escolaridade e estão inseridas precariamente no mercado de trabalho. Em seguida, as populações mais vulneráveis são crianças e idosos. Há um total de 3.921 famílias em extrema pobreza na região, que representam aproximadamente 15.684 pessoas.

As variáveis desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho e desemprego no período de entressafra têm grande importância se analisadas pela frequência ou por número de pessoas atingidas, especialmente nos municípios de Pequeno Porte. A tendência é de crescimento, dada a queda da atividade do setor sucroalcooleiro, principal empregador em municípios de Porte I e II. Um agravante é que muitos municípios adquirem bens e serviços nos grandes municípios, alavancando a economia destes. Entretanto, utilizam a rede de serviços públicos do seu município de origem, onerando os pequenos.

Todos os municípios apresentam a problemática da população em situação de rua. Identifica-se que mais de 90% possuem comprometimento com o uso abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas, e mais de 50% são egressos do sistema penal.

Há alguns anos verifica-se aumento de imigrantes vindos da Bolívia para trabalhar em fábricas de costura, em condições sub-humanas. Recentemente, passou-se a receber imigrantes de outros países sul-americanos tais como, Chile, Colômbia e Peru, além do Haiti e refugiados de Síria, Egito, Paquistão e Afeganistão.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

Muitas das demandas sociais têm sua origem na exclusão ou no não acesso a outras políticas públicas. Reconhecendo que a Política Pública de Assistência Social não pode sozinha abraçar tais demandas sob o risco de sucumbir à ineficiência, a DRADS SJP desenvolve Grupos de Trabalho com a Secretaria de Estado da Saúde/Diretoria Regional de Saúde – DRS XV, Secretaria de Estado da Educação – Diretoria Regional de Ensino, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Secretaria Municipal da Mulher, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia para discutir temáticas afins e intervenções intersetoriais.

Dois outros grandes demandatários da política de assistência social são o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Com frequência, a equipe técnica da DRADS SJP é solicitada a dirimir discordâncias referentes ao posicionamento, em especial, do Ministério Público de municípios de Pequeno Porte I, que ainda não se apropriou da legislação infraconstitucional específica da Assistência Social.

Sem dúvida, outros atores atuantes são o próprio Estado de São Paulo e o Governo Federal, por meio do apoio financeiro; a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado; as Secretarias Municipais; o quadro funcional da DRADS São José do Rio Preto; as entidades privadas socioassistenciais; e os Conselhos de Direitos: Assistência Social, Criança e Adolescente, Pessoa com Deficiência, Idosos, Álcool e Drogas e Saúde.

Rede Socioassistencial em 2015

A DRADS São José do Rio Preto possui em seu território 64 CRAS, 14 CREAS, 3 Centros POP, 46 Centros de Convivência do Idoso (em funcionamento ou em término de construção), 1 Centro Dia para Idoso (em construção); 2 Vilas Dignidade (uma em funcionamento e outra em construção); 22 Instituições de Longa Permanência para Idosos; 1 República para Idosos; 1 Vila para Idosos Independentes com vínculos familiares fragilizados, 1 Residência Inclusiva; 27 Casas-Lares para Crianças e Adolescentes; 1 República para Adolescentes; 3 Casas de Passagem; 3 Repúblicas para Adultos (masculino); 11 APAEs; 1 Acolhimento Institucional Estadualizado para Adolescentes e Adultos Jovens com Deficiência. A estimativa de atendimentos total é de 64.770 pessoas, sendo 42.583 na PSB, 6.205 na PSE de Média Complexidade e 15.982 na PSE de Alta Complexidade.

Ressalta-se que todos os municípios da regional de DRADS SJP possuem CRAS implantado e com execução do PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, independentemente de receberem cofinanciamento federal.

Outro ponto de destaque é o número de CREAS implantando, sendo que 6 destes estão em municípios de Pequeno Porte I (Bady Bassitt, Icém, Itajobi, Nova Granada, Potirendaba e Tabapuã) e alguns são mantidos exclusivamente com recursos municipais. E os municípios que não possuem demanda ou condições financeiras para implantar e manter em seu território um CREAS estão contratando equipes para intervirem com o público da Proteção Social Especial – PSE, e alocando-as nos órgãos gestores. Portanto, faz-se necessário os governos federal e estadual desenvolverem uma política de financiamento a estas equipes.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

A DRADS SJP possui 14 funcionários para atender aos 47 municípios distribuídos numa grande extensão territorial, entretanto, apenas 6 estão lotados no Nuasu, os quais são os responsáveis pela avaliação, pelo monitoramento e pelas orientações técnicas aos municípios e instituições parceiras. Diante da insuficiência do quadro de RH em detrimento do número de municípios e da demanda de serviços, a DRADS SJP desenvolveu diferentes estratégias que possibilitam a execução do trabalho: agrupamento dos municípios segundo a demanda para orientações técnicas e planejamento, seminários temáticos e utilização de ferramentas tecnológicas para acompanhamento dos serviços executados e suporte técnico.

Os repasses do FNAS, FEAS e dos FMAS somaram R\$ 25.366.495,26 para a PSB, R\$ 9.049.874,15 para PSE de Média Complexidade e R\$ 13.452.700,54 para PSE de Alta Complexidade. Dos recursos privados, R\$ 4.341.545,39 foram para PSB, R\$ 3.193.091,04 para PSE de Média Complexidade e R\$ 5.403.118,32 para PSE de Alta Complexidade. Já os convênios estadualizados somaram R\$ 432.000,00 para a PSE de Alta Complexidade.

DRADS Sorocaba

Caracterização Geral do Território

A DRADS Sorocaba é composta por 31 municípios. São 11 de Pequeno Porte I, 11 de Pequeno Porte II, 3 de Médio Porte e 6 de Grande Porte. Quanto ao nível de gestão, 2 estão em Gestão Inicial, 25 em Gestão Básica e 4 em Gestão Plena.

A soma total da população dos municípios é de 1.917.740 habitantes. O PIB da região é composto por atividades econômicas diversificadas nos setores da agricultura, indústria, serviços e impostos, com maior ou menor percentual dependendo do município.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

A existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares é a vulnerabilidade que figura em primeiro lugar. Em seguida o desemprego ou a inserção precária no mercado de trabalho. Na terceira posição está a existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda. Além destas, as seguintes vulnerabilidades também se apresentam na região: taxa de analfabetismo infantil; porcentagem de crianças não atendidas na rede educacional; trabalho infantil; desemprego; população em extrema pobreza; idosos e pessoas com deficiência; saneamento básico; e mortalidade infantil.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

O Estado de São Paulo e o Governo Federal através dos seus apoios financeiros, além da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, das próprias Secretarias Municipais e do quadro funcional da DRADS Sorocaba.

Rede Socioassistencial em 2015

A DRADS Sorocaba conta com 59 CRAS e 9 CREAS. Os repasses do FEAS garantem o atendimento em projetos socioassistenciais para mais de 82 mil pessoas no território, sendo que os principais serviços oferecidos pela rede dos municípios são PSB e PSE de Média e Alta Complexidade.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Os 31 municípios da DRADS Sorocaba movimentam juntos um total de R\$74.220.530,52 em recursos repassados pelo FMAS, FEAS, FMDCA e FNAS. Os recursos do FMAS correspondem a R\$ 46.148.201,34. Os recursos do FEAS correspondem a R\$ 7.409.848,03. Os recursos do FMDCA correspondem a R\$ 3.434.965,40. Os recursos do FNAS correspondem a R\$ 17.230.269,75. A esses valores se somam R\$ 19.099.509,76 em recursos privados, R\$ 25.000,00 do FMI e R\$ 864.000,00 relativo ao convênio de PSE de Média Complexidade. O total de recursos movimentados na rede socioassistencial é de R\$ 94.211.794,28.

DRADS Vale do Paraíba

Caracterização Geral do Território

A DRADS é composta por 39 municípios que formam a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale). São 22 municípios de Pequeno Porte I, 6 de Pequeno Porte II, 5 de Médio Porte e 6 de Grande Porte. Cinco estão em Gestão Inicial, 30 em Gestão Básica e 4 em Gestão Plena.

A população estimada é de 2.262.135 habitantes, sendo 890.586 na sub-região de São José dos Campos; 557.197 na sub-região de Taubaté; 329.061 na sub-região de Guaratinguetá; 121.219 na sub-região de Cruzeiro e 281.779 na sub-região do Litoral Norte.

Em relação às atividades econômicas, a sub-região de São José dos Campos concentra o polo industrial e tecnológico do Vale do Paraíba; a sub-região de Taubaté conta com a presença de estâncias turísticas; a sub-região de Guaratinguetá tem o turismo religioso nos municípios de Aparecida, Cachoeira Paulista e Guaratinguetá; a sub-região de Cruzeiro oferece o ecoturismo, turismo rural, de aventura, religioso e histórico-cultural; e a sub-região Litoral Norte tem estâncias turísticas e possui boa arrecadação por suas reservas petrolíferas e com o porto de São Sebastião.

Indicadores sobre a População

A taxa de natalidade é de 13,10% e a porcentagem de pessoas com menos de 15 anos é de 20,52%. Já a população com idade igual ou superior a 60 anos chega a 12,34% do total da região.

Na sub-região de São José dos Campos se encontram tanto municípios com alto grau de urbanização como municípios com características essencialmente rurais. Na sub-região de Taubaté, o município de Campos do Jordão apresenta um elevado número de idosos, visto que a cidade acolhia pacientes tuberculosos no século passado e muitos acabaram ficando nos hospitais, que se tornaram entidades de acolhimento.

Situações de Vulnerabilidade Social Presentes na Região

Algumas situações são comuns a todas as sub-regiões. Destacam-se o desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho; famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda; fatores de risco que levem ao uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas; famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; famílias sem acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada (insegurança alimentar); e pessoas em situação de rua.

Embora estejam presentes em todas as regiões, a alta porcentagem de crianças e adolescentes na população e o expressivo contingente de famílias com dificuldade de acesso a serviços públicos não foram citados como tendo nível alto de gravidade.

A sub-região Litoral Norte é a única que não aponta como situações de vulnerabilidade a alta porcentagem de pessoas idosas na população e as desvantagens resultantes de deficiência. Já a sub-região Taubaté é a única que não aponta a incidência de estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

A sub-região de São José dos Campos conta com municípios essencialmente rurais, que apresentam receita quase nula. Na sub-região Taubaté, os municípios de Taubaté e Tremembé possuem unidades prisionais, que acarretam as vulnerabilidades decorrentes dessa situação. A sub-região de Guaratinguetá apresenta elevado número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil relacionado ao turismo religioso, além de vulnerabilidades decorrentes da presença de uma penitenciária no município de Potim. A sub-região de Cruzeiro possui baixa arrecadação fiscal por ter a maioria dos municípios com grandes áreas rurais. Já a sub-região do Litoral Norte apresenta casos de trabalho infantil e tráfico de pessoas relacionados ao porto de São Sebastião. Além disso, o município de Ubatuba possui comunidades quilombola e indígena.

Grande parte dos municípios que compõem a DRADS é cortada pela Rodovia Presidente Dutra, fato que ocasiona grande fluxo de população itinerante e, consequentemente, vulnerabilidades sociais.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

O Estado de São Paulo e o Governo Federal, por meio do apoio financeiro; a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado; as secretarias municipais; o quadro funcional da DRADS Vale do Paraíba e as entidades privadas socioassistenciais.

Rede Socioassistencial em 2015

A região conta atualmente com 68 CRAS, 17 CREAS e 4 Centros POP instalados. Araçatuba, Arapéi, Areias, Cunha, Natividade da Serra, Redenção da Serra, São José do Barreiro e Silveiras fazem parte dos municípios que participaram do programa SP Solidário.

A Política Nacional de Assistência Social tem esbarrado em questões como a dificuldade de ações articuladas com outras políticas, a falta de capacitação dos Conselhos, a não implantação de Sistema de Vigilância Socioassistencial na maioria dos municípios, o desconhecimento das legislações referentes pelas entidades sociais, a falta de conhecimento para a correta utilização dos recursos financeiros repassados pelos entes federativos e a necessidade de criar mecanismos que possibilitem sistematizar dados para planejamento das ações a partir da territorialização e da matricialidade sociofamiliar.

Recursos Humanos e Financeiros Disponíveis em 2015

Nos órgãos gestores dos municípios há um total de 485 trabalhadores, sendo 247 com nível superior, 180 de nível médio e 58 de nível fundamental. Os Recursos Humanos são insuficientes e, devido à redução gradativa do seu quadro, a Diretoria Regional tem enfrentado a impossibilidade de fazer o acompanhamento e dar apoio técnico com a regularidade necessária.

O valor total do cofinanciamento estadual para o Vale do Paraíba é de R\$ 9.526.305,76, sendo R\$ 5.142.914,42 para os municípios de Grande Porte, (população estimada de 1.479.728 habitantes), R\$ 1.914.411,97 para os municípios de Médio Porte (população estimada de 397.071 habitantes), R\$ 1.004.885,62 para os municípios de Pequeno Porte II (população estimada de 203.933 habitantes) e R\$ 1.464.093,75 para os municípios de Pequeno Porte I (população estimada de 183.862 habitantes).

Ressalta-se que os últimos 5 municípios a alcançar a Gestão Inicial receberam apoio financeiro do Estado no valor de R\$ 60.000,00 para estruturação dos equipamentos.

DRADS Vale do Ribeira

Caracterização Geral do Território

Com 270 mil habitantes, é a menor DRADS do Estado em população (0,65% sobre o total). Situa-se no sudeste do Estado, tem 12.129 km², o que corresponde a 4,9% do território paulista, e está próxima às regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. São 14 municípios em Gestão Básica, sendo 10 de Pequeno Porte I, 3 de Pequeno Porte II e 1 de Médio Porte.

As grandes dificuldades para a ocupação humana na região impediram a devastação de florestas. A topografia acidentada, a falta de infraestrutura e as chuvas abundantes mantiveram as áreas ocupadas por um número restrito de pequenos proprietários. Ressalta-se o patrimônio cultural histórico, arquitetônico, arqueológico e imaterial da região. Recebeu da Unesco o certificado de Patrimônio Natural da Humanidade, por suas matas preservadas, cavernas, ruas e imóveis tombados.

A região foi pioneira nas experiências de colonização estrangeira, tendo recebido grupos de ingleses, irlandeses, alemães, poloneses, russos, estadunidenses e, em maior número, de italianos, que abandonaram a região devido ao seu isolamento e à precariedade de sua infraestrutura. A única colonização que prosperou foi a japonesa, que se concentrou em Registro.

Na década de 1960, foi construída a BR-116, que alterou as formas de ocupação regional, com a valorização das terras e a sua incorporação ao mercado, o que incentivou a ação de grileiros e o aumento da concentração fundiária. Em 1981 a Fepasa prolongou o ramal ferroviário Juquiá-Santos a Cajati, suspenso em 2003, quando ocorreu a queda de barreira.

A comunicação viária na região é limitada. Encontra-se em estudo a reativação do ramal ferroviário até Cajati, o que poderá trazer novas perspectivas para a região. Tem potencial turístico, mas requer infraestrutura e conclusão de obras viárias. Em 2010, a região apresentou grau de urbanização de 71,4%, abaixo da média estadual, que é de 95,9%. Nove municípios registraram urbanização abaixo de 70%.

As restrições ambientais, a ausência de projeto de desenvolvimento sustentável, a falta de infraestrutura no campo, principalmente no que se refere ao transporte, vêm causando um aumento na migração da população rural para a cidade, que se instala em áreas sujeitas a enchentes, geralmente em terras consideradas devolutas, onde são construídas moradias precárias. Por falta de qualificação profissional, realizam serviços esporádicos, possuem conflitos familiares e os filhos acabam se envolvendo com o uso e o tráfico de drogas.

Concentra a maioria das comunidades quilombolas do Estado e as comunidades indígenas vivem dentro ou próximas às reservas florestais.

Apresentou PIB de R\$ 3,8 bilhões em 2011, 0,3% da riqueza gerada no Estado. Concentra-se na lavoura (chá, banana, palmito pupunha, cereais, olerícolas, plantas ornamentais) e pecuária. Cajati é o único município com perfil industrial e possui o maior parque da região (cimento, argamassa, ácido sulfúrico e fosfórico, fertilizantes, ração animal, entre outros). Registro concentra uma atividade mais expressiva no setor de serviços e é a referência de formação universitária na região.

Indicadores sobre a População

No ranking dos componentes do IPRS, a região ocupa a 16^a posição em riqueza, a 14^a em longevidade e a 15^a em escolaridade. Em razão do reduzido indicador de riqueza, o território não possui cidades nos Grupos 1 e 2 do IPRS. Dos 14 municípios, apenas Cananeia pertence ao Grupo 3, que se caracteriza por possuir baixa riqueza, contrapondo bons indicadores de escolaridade e longevidade; 4 (Cajati, Eldorado, Iguape e Itariri) fazem parte do Grupo 4, que apresenta baixa riqueza e indicadores de escolaridade e longevidade em níveis intermediários; e os 9 demais (Barra do Turvo, Ilha Comprida, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras) classificam-se no Grupo 5, marcado por

baixa riqueza e indicadores sociais insatisfatórios. A distribuição da população dos municípios, segundo os Grupos do IPRS, exibe elevada concentração no Grupo 5, englobando 62,9% dos habitantes da região – destacando-se o município de Registro, com 20,1% do total da região – seguido pelo Grupo 4, com cerca de um terço da população (32,6%). O Grupo 3, composto exclusivamente por Cananeia, conta com 4,5% da população territorial da DRADS.

Situações de Vulnerabilidade Social na Região

Alguns municípios com recuo no indicador agregado de longevidade. A região piorou na taxa de mortalidade infantil e na de pessoas de 15 a 39 anos. O índice de envelhecimento, que em 2000 correspondia a 27,7%, passou para 47,45, em 2010.

Considerando os indicadores da região e os serviços socioassistenciais existentes, constatamos a dificuldade da região em sair do patamar de pobreza pelo qual é conhecida. Mesmo próxima de dois grandes centros, São Paulo e Curitiba, a renda *per capita* da região é a menor dentro do Estado de São Paulo. A falta de emprego e renda apresentam-se como as maiores vulnerabilidades, ocasionando outras vulnerabilidades como a fragilidade dos vínculos familiares, o aumento da violência, o uso e tráfico de substâncias psicoativas, a dificuldade do acesso aos serviços públicos como saúde, transporte, segurança e habitação.

Principais Atores Sociais Atuantes na Assistência Social

A rede socioassistencial é governamental e conveniada. Existe, na região, o Movimento Intersetorial, iniciado mediante articulação entre o SUS e o SUAS e atualmente busca o envolvimento das demais políticas, contando já com a participação da Educação. Há também o Comitê Regional de Violência, formado por órgãos como Polícia Federal, Polícia Militar e Civil, DRADS, Educação e OAB, com a coordenação atual da Vigilância Epidemiológica da Diretoria Regional da Saúde. Ambos o Movimento Intersetorial e o Comitê de Violência articulam com os municípios a criação da rede intersetorial para o desenvolvimento de ações e atuações em parcerias. Apesar de incipiente, em alguns municípios já vêm ocorrendo reuniões intersetoriais para formação do comitê de violência ou para discussões de casos e/ou propostas conjuntas.

Rede Socioassistencial em 2015

Nos 14 municípios há 20 CRAS e 4 municípios têm CREAS. Em 2015, a rede socioassistencial na região abrange: 149 Serviços de Proteção Social Básica, 83 de Proteção Social Especial, 45 unidades privadas e 59 serviços executados pelas unidades privadas. O atendimento, em 2014, foi de 4.659 no PAIF e 559 no PAEFI; 44.820 famílias foram cadastradas no CadÚnico, em 2015.

Recursos Humanos e Financeiros Previstos em 2015

Em 2015, a PSB teve um repasse de R\$ 65.019,00 e a PSE (média e alta) recebeu R\$ 439.680,00, totalizando R\$ 1.010.347,50. As equipes de CRAS e CREAS são insuficientes e requerem capacitação para melhor desenvolvimento dos serviços socioassistenciais. Com relação aos Recursos Humanos, atualmente existem nos serviços públicos um total de 451 profissionais entre nível superior, médio e fundamental. Nas entidades socioassistenciais há um total de 356 profissionais. Importante salientar que, dos profissionais de nível superior que atuam nos serviços públicos, 191 no total, grande parte exerce funções/cargos de nível médio. Nos CRAS, geralmente há somente a equipe mínima constituída pelo coordenador, 1 assistente social e 1 psicólogo. Além disso, muitos destes profissionais também atuam nas entidades privadas.

PEAS 2016-2019

Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo

© Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Desenvolvimento Social, 2016

Coordenação do projeto

Fundação Instituto de Administração (FIA)

Equipe do Prof. Dr. Hélio Janny Teixeira

Produção editorial

Ab Aeterno

Edição

Camile Mendrot (Ab Aeterno)

Revisão

Vanessa Spagnul, Luciana Peixoto e Patrícia Vilar (Ab Aeterno)

Projeto gráfico e diagramação

Rawiski Comunicação

Cartografia

João Miguel Alves Moreira (Oficina de Mapas)





